

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – MESTRADO

PEDRO HENRIQUE CARNEVALLI FERNANDES

SOCIABILIDADE E SENTIMENTO DE INSEGURANÇA URBANA EM
PEQUENAS CIDADES: O NORTE DO PARANÁ

MARINGÁ (PR)

2012

PEDRO HENRIQUE CARNEVALLI FERNANDES

SOCIABILIDADE E SENTIMENTO DE INSEGURANÇA URBANA EM
PEQUENAS CIDADES: O NORTE DO PARANÁ

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PGE) da Universidade Estadual de Maringá (UEM), para obtenção do título de Mestre em Geografia. Área de concentração: Organização do espaço habitado.
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Angela Maria Endlich

MARINGÁ (PR)

2012

SOCIABILIDADE E SENTIMENTO DE INSEGURANÇA URBANA EM PEQUENAS
CIDADES: O NORTE DO PARANÁ

Dissertação de Mestrado apresentada a Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Geografia, área de concentração: Análise Regional e Ambiental.

Aprovada em 30 de março de 2012.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr^a. Angela Maria Endlich
Orientadora - UEM
Universidade Estadual de Maringá



Prof. Ana Lucia Rodrigues
Membro convidado
Universidade Estadual de Maringá



Prof. Dr^a. Eda Maria Goes
(membro convidado)
UNESP/Presidente Prudente

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR., Brasil)

F363s Fernandes, Pedro Henrique Carnevalli
Sociabilidade e sentimento de insegurança urbana
em pequenas cidades: o Norte do Paraná / Pedro
Henrique Carnevalli Fernandes. -- Maringá, 2012.
261 f. : il. col., figs., tabs., mapas

Orientador: Prof.ª Dr.ª Angela Maria Endlich.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de
Maringá, Centro Ciências Humanas, Letras e Artes,
Departamento de Geografia, Programa de Pós-Graduação
em Geografia, 2012.

1. Geografia urbana - Norte do Paraná. 2.
Pequenas cidades. 3. Insegurança urbana. 4.
Violência. 5. Sociabilidade. I. Endlich, Angela
Maria, orient. II. Universidade Estadual de Maringá,
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes.
Departamento de Geografia. Programa de Pós-Graduação
em Geografia. III. Título.

CDD 21.ed. 918.162
ECSL-00086

Para Mara e Júnior
Mais do que pais: o meu motivo de existência.

Agradeço

*aos meus pais Mara e Júnior pelo amor e apoio incondicional;
ao meu irmão gêmeo Luiz pelo companheirismo;
à Ana Luiza, por me mostrar que a vida não pode ser levada tão a sério;
à Angela, professora, orientadora e companheira de reflexão, pela
responsabilidade, atenção, dedicação, paciência, amizade, por acreditar em mim e
nos meus sonhos e me socorrer durante os anos em Maringá;
ao Juliano de Oliveira, por estar comigo nos trabalhos de campo, pelas
orientações na diagramação dos mapas, pelas palavras de incentivo e de motivação
e pela amizade e companheirismo;
à Aline Pedrassolli, por jamais desistir de mim;
à Cássia Furlan e Tatiane Siqueira, fontes de força e entusiasmo;
à Brenda Lorenzon, pelo auxílio com a língua inglesa e pela longa amizade;
ao Leonildo Carnevalli, pelo carinho e dedicação na correção deste trabalho;
aos meus colegas, funcionários e professores da Universidade Estadual de
Maringá pelas discussões, embasamentos teóricos e apoio técnico;
às Prefeituras Municipais de Florestópolis e de Nova Tebas;
aos moradores das pequenas cidades de Florestópolis e Nova Tebas que
contribuíram voluntariamente para a concretização deste projeto.*

*H*á em olhos humanos, ainda que litográficos,
uma coisa terrível: o aviso inevitável da consciência,
o grito clandestino de haver alma.
(Fernando Pessoa)

Resumo

A compreensão da condição humana e social de vida é indispensável para entender os espaços geográficos e suas transformações. Dentro dela está, entre outros, o direito à liberdade e à segurança. As cidades – ou o espaço urbano – que se conhece atualmente, entendida como resultado acumulativo de todo um processo histórico, político e cultural, é o espaço de moradia da maioria da população mundial, se convertendo, assim, no principal local de realização dos laços de sociabilidade e, por conseguinte, um campo instável e complexo. As pequenas cidades, como recorte, fazem parte do contexto urbano. No Estado do Paraná, a consolidação delas é explicada, especialmente, pela formação socioespacial, ou seja, decorrente de determinados momentos/ciclos econômicos. No caso de Florestópolis e de Nova Tebas, a consolidação municipal foi impulsionada pela economia cafeeira e algodoeira, respectivamente. Após diversos fatores de diferentes escalas, entre eles a decadência das principais fontes de renda, houve um declínio populacional no município e perda de centralidade do núcleo urbano. Essa perda significativa de bens e serviços, inclusive de segurança, materializa na realidade contemporânea das duas cidades. Portanto, há uma transformação na sociabilidade entre os moradores, reflexo de uma rarefação das relações sociais, impulsionada pelo sistema capitalista e pela globalização e um real aumento no sentimento de insegurança urbana, seja pelos crescentes casos de violência, pela influência dos meios de comunicação ou pela ausência de serviços públicos que deveriam garantir a segurança, em pequenas cidades. Partindo disso, os objetivos caminham em discorrer acerca dessa dinâmica, principalmente conhecendo a realidade e o cotidiano dos moradores de Florestópolis e Nova Tebas.

Palavras-chave: Geografia Urbana. Pequenas cidades. Norte do Paraná. Sentimento de insegurança urbana. Sociabilidade.

Summary

The comprehension of the human and social condition of life is indispensable to understand the geographical space formation and its changes. Within it is, among others the right of liberty and safety. The cities – or the urban space - known nowadays, understood as a cumulative result of a historical, political and cultural process, are the living space of the worldwide population, thus, became the main site of the achievement ties of sociability, and, consequently an unstable and complex field. The small cities, such as a focus, are part of the urban context. In the State of Paraná the presence of small cities is specially explained by the process of the sociospatial formation, it means, due to certain economic moments/cycles. In the case of Florestópolis and Nova Tebas, the county consolidation was stimulated by the coffee and cotton economy, respectively. After many factors from different levels, among them the declining of the main income sources, there was a declining of population in the county and loss of centrality in the urban core. This meaningful loss of goods and services, including insecurity, materializes in the contemporary reality of both cities. Therefore, there is a changing in the sociability among the inhabitants, reflex of a rarefied of the social relations, motivated by the capitalist system and by the globalization, and a real increase in the felling of urban insecurity, either by the growing cases of violence, by the influence of the means of communication or by the lack of public services which should guarantee safety in small cities. Starting from this point, the goals go on talking about this dynamic, mainly knowing the reality and the daily life of the inhabitants of Florestópolis and Nova Tebas..

Key words: Urban Geography. Small cities. North of Paraná. Feeling of urban insecurity. Sociability.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1. Mesorregião Norte Central paranaense. Localização dos municípios de Florestópolis e Nova Tebas.....	28
Mapa 2. Brasil. Proporção de pequenas cidades, por Estado, no <i>ranking</i> de cidades com maiores taxas de homicídios, 2003-2007.....	115
Mapa 3. Mesorregião Norte Central paranaense. Proporção de notícias nos municípios, por extrato de notícia.....	126
Mapa 4. Mesorregião Norte Central paranaense. Polícia Militar.....	136
Mapa 5. Mesorregião Norte Central paranaense. Classificação e relação da Polícia Militar.....	137
Mapa 6. Mesorregião Norte Central paranaense. Bombeiros.....	139
Mapa 7. Mesorregião Norte Central paranaense. Siate.....	144
Mapa 8. Mesorregião Norte Central paranaense. Político e rodoviário.....	147
Mapa 9. Mesorregião Norte Central paranaense. Polícia Civil.....	149
Mapa 10. Mesorregião Norte Central paranaense. Unidade de Polícia Civil.....	150
Mapa 11. Florestópolis (PR). Município.....	160
Mapa 12. Nova Tebas (PR). Município.....	166
Mapa 13. Florestópolis (PR). Malha urbana, 2009.....	180
Mapa 14. Nova Tebas (PR). Sede do município: malha urbana, 2011.....	181
Mapa 15. Nova Tebas (PR). Distrito do Catuporanga: malha urbana, 2011.....	182
Mapa 16. Nova Tebas (PR). Distrito do Poema: malha urbana, 2011.....	183

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Brasil. Procedimentos da Justiça nacional.....	76
Figura 2. Florestópolis (PR), imagem de satélite.....	163
Figura 3. Florestópolis (PR), Avenida 14 de Novembro, centro.....	163
Figura 4. Anúncio da “cidade” de Nova Tebas (PR) em 1963.....	164
Figura 5. Nova Tebas (PR): imagem de satélite da sede do município.....	168
Figura 6. Nova Tebas (PR): Distrito do Catuporanga, imagem de satélite.....	169
Figura 7 Nova Tebas (PR): Distrito do Poema, imagem de satélite.....	169
Figura 8. Nova Tebas (PR). Vista parcial da cidade.....	170
Figura 9. Nova Tebas (PR). Ponto do Expresso Nordeste, no distrito do Catuporanga.....	172
Figura 10. Nova Tebas (PR). Trevo entre a BR-485 e a PR-845.....	172
Figura 11. Nova Tebas (PR). Única entrada/saída da cidade, pela PR-845.....	174
Figura 12. Florestópolis (PR). Entrada da cidade e trevo da PR-170 e PR-537.....	175
Figura 13. Florestópolis (PR). Terminal rodoviário.....	176
Figura 14. Nova Tebas (PR). Paisagem do município.....	186
Figura 15. Florestópolis (PR). Usina: setor responsável por mais de 70% dos empregos.....	190
Figura 16. Nova Tebas (PR). Zona de pobreza.....	192
Figura 17. Nova Tebas (PR). Distrito do Catuporanga: ponto de pobreza.....	192
Figura 18. Nova Tebas (PR). Patrimônio de Bela Vista: realidade local.....	193
Figura 19. Florestópolis (PR). Periferia, no limite do perímetro urbano.....	193
Figura 20. Nova Tebas (PR). Avenida Brasília: única pavimentada.....	194
Figura 21. Nova Tebas (PR). Distrito do Catuporanga: Rua Rui Barbosa.....	195
Figura 22. Nova Tebas (PR). Distrito do Poema: Avenida Ipiranga.....	195
Figura 23. Nova Tebas (PR). Construção de 30 unidades de moradia.....	196
Figura 24. Nova Tebas (PR). Polo da Universidade Aberta do Brasil.....	197
Figura 25. Florestópolis (PR). Construção da unidade escolar de ensino infantil...	198
Figura 26. Nova Tebas (PR). Construção da unidade escolar de ensino infantil....	199
Figura 27. Florestópolis (PR). Hospital municipal.....	200
Figura 28. Florestópolis (PR). Unidade Básica de Saúde.....	201
Figura 29. Nova Tebas (PR). Hospital municipal.....	201

Figura 30. Nova Tebas (PR). Unidade Básica de Saúde no distrito do Cataporanga.....	202
Figura 31. Nova Tebas (PR). Ginásio de esportes: única área lúdica.....	203
Figura 32. Florestópolis (PR). Biblioteca cidadã.....	204
Figura 33. Florestópolis (PR). Praça da prefeitura.....	204
Figura 34. Florestópolis (PR). Ginásio de esportes.....	205
Figura 35. Florestópolis (PR). Quadra abandonada, Zona Leste.....	205
Figura 36. Florestópolis (PR). Quadra abandonada, Zona Oeste.....	206
Figura 37. Florestópolis (PR). Residências com equipamentos de segurança.....	216
Figura 38. Florestópolis (PR). Destacamento de Polícia Militar.....	218
Figura 39. Florestópolis (PR). Delegacia de Polícia Civil.....	218
Figura 40. Nova Tebas (PR). Destacamento de Polícia Militar.....	219
Figura 41. Nova Tebas (PR). Delegacia de Polícia Civil.....	220
Figura 42. Florestópolis (PR). Conselho Tutelar.....	224
Figura 43. Florestópolis (PR). Centro de Atendimento ao Adolescente e à Criança.....	225
Figura 44. Nova Tebas (PR). Conselho Tutelar.....	226

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Brasil. Proporção de municípios e quantidade e proporção de população total, por extrato de população municipal, 2010.....	42
Tabela 2. Paraná. Quantidade de cidades, por hierarquia, 2007.....	48
Tabela 3. São Paulo. Municípios (até 50 mil habitantes). Unidade prisional: penitenciária – capacidade e população carcerária, 2011.....	71
Tabela 4. São Paulo. Municípios (até 50 mil habitantes). Unidade prisional: centro de detenção provisória – capacidade e população carcerária, 2011.....	72
Tabela 5. Unidades da Federação. População carcerária, por 100.000 habitantes, 2010.....	78
Tabela 6. Paraná. População e capacidade carcerária, por estabelecimento penal, 2005-2010.....	79
Tabela 7. Brasil. Cidades com maiores taxas de homicídios, 2003-2007.....	112
Tabela 8. Brasil. Quantidade de pequenas cidades, por extrato de população urbana, entre as 500 com maiores taxas de homicídios (em 100 mil), entre 2003-2007.....	113
Tabela 9. Paraná. Data, pequena cidade, população total e urbana e ocorrência policial.....	116
Tabela 10. <i>O Diário do Norte do Paraná</i> . Proporção de notícias, por município, 2001 a 2011.....	124
Tabela 11. <i>O Diário do Norte do Paraná</i> . Proporção de notícias, por teor de acontecimento.....	125
Tabela 12. Mesorregião Norte Central paranaense. Efetivo policial, por municípios divulgados, 2011.....	134
Tabela 13. Corpo de Bombeiros de Maringá. Municípios com tempo de atendimento superior a 20 minutos, distância de Maringá e população total.....	142
Tabela 14. Mesorregião Norte Central paranaense. Municípios, com pequenas cidades, que mais utilizaram recursos com segurança pública municipal, em reais, entre 2002-2009.....	154
Tabela 15. Mesorregião Norte Central paranaense. Municípios que mais utilizaram recursos com segurança pública municipal, em reais, por habitantes, entre 2002-2009.....	155
Tabela 16. Nova Tebas (PR). Distribuição da população, por distrito, 2010.....	170

Tabela 17. Nova Tebas (PR). Trechos, períodos, horários e valores do transporte rodoviário da Expresso Nordeste.....	173
Tabela 18. Florestópolis (PR). Trechos, períodos, horários e valores dos transportes rodoviários.....	177
Tabela 19. Florestópolis e Nova Tebas (PR). Relação de serviços, 2011.....	179
Tabela 20. Florestópolis e Nova Tebas (PR). “Local de nascimento?”.....	184
Tabela 21. Florestópolis e Nova Tebas (PR). “Três coisas que mais gosta na cidade?”.....	185
Tabela 22. Florestópolis e Nova Tebas (PR). “Três coisas que faltam na cidade?”.....	187
Tabela 23. Florestópolis e Nova Tebas (PR). “Conhece pessoas que se mudaram? Onde?.....	207
Tabela 24. Florestópolis e Nova Tebas (PR). “Cite três motivos para a violência na cidade”.....	222

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Brasil. Evolução do número de municípios, 1940-2010.....	40
Gráfico 2. Brasil. Proporção de municípios, por extrato de população total, 2010....	41
Gráfico 3. Paraná. Proporção de municípios, por extrato de população total, 2010.....	44
Gráfico 4. Paraná. Proporção de população total, por extrato de população, 2010.....	44
Gráfico 5. Brasil. População carcerária, 2000-2010.....	77
Gráfico 6. Brasil. Domicílios com televisão e microcomputador com <i>internet</i> , 1960-2009.....	89
Gráfico 7. <i>O Diário do Norte do Paraná</i> . Média de notícias por mês, 2001-2011....	122
Gráfico 8. <i>O Diário do Norte do Paraná</i> . Proporção por municípios paranaenses, por quantidade de notícias.....	123
Gráfico 9. Florestópolis (PR). População total, urbana e rural, 1960-2010.....	161
Gráfico 10. Florestópolis (PR). Variação da população total, urbana e rural, 1960-2010.....	161
Gráfico 11. Nova Tebas (PR). População total, urbana e rural, 1991-2010.....	167
Gráfico 12. Nova Tebas (PR). Variação da população total, urbana e rural, 1991-2010.....	167
Gráfico 13. Florestópolis e Nova Tebas (PR). “Possui um emprego?”.....	188
Gráfico 14. Florestópolis e Nova Tebas (PR). Empregos, 2000-2009.....	189
Gráfico 15. Florestópolis e Nova Tebas (PR). Variação entre a taxa e a intensidade de pobreza, 2000.....	191
Gráfico 16. Florestópolis e Nova Tebas (PR). “Escolaridade completa?”.....	197
Gráfico 17. Florestópolis e Nova Tebas (PR). “Conhece todos os seus vizinhos?”.....	209
Gráfico 18. Florestópolis e Nova Tebas (PR). “Com que frequência conversa com os vizinhos, em número de vezes por semana?”.....	209
Gráfico 19. Florestópolis e Nova Tebas (PR). “Aproximadamente, recebe frases do tipo ‘bom dia’, ‘boa tarde’, ‘boa noite’, ‘obrigado’, etc., quantas vezes por dia?”.....	210
Gráfico 20. Florestópolis e Nova Tebas (PR). “Com relação á segurança, seu bairro é?”.....	211

Gráfico 21. Florestópolis e Nova Tebas (PR). “Existem problemas de violência na cidade?”	213
Gráfico 22. Florestópolis e Nova Tebas (PR). “Como classificaria a cidade quanto à segurança?”	213
Gráfico 23. Florestópolis e Nova Tebas (PR). “Sente-se inseguro (a) na área urbana?”	215
Gráfico 24. Florestópolis e Nova Tebas (PR). “Já sofreu com a insegurança?”	215
Gráfico 25. Florestópolis e Nova Tebas (PR). “Faltam policiais, bombeiros, viaturas e serviços públicos?”	220
Gráfico 26. Florestópolis e Nova Tebas (PR). “Com que frequência vê policial andando pelas ruas da cidade, em número de vezes por semana?”	221

LISTA DE SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas e Técnicas
ADI – Associação dos Diários do Interior do Brasil
ADI/PR – Associação dos Diários do Interior do Paraná
ANJ – Associação Nacional de Jornais
BOPE – Batalhão de Operações Especiais
BPM – Batalhão de Polícia Militar
CAIAC – Centro de Atendimento ao Adolescente e a Criança
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCB – Comando do Corpo de Bombeiro
CIPM – Companhia Independente de Polícia Militar
CRISP – Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública
CRPM – Comando Regional de Polícia Militar
DENATRAN – Departamento Nacional de Trânsito
DEPEN – Departamento Penitenciário Nacional
DGE – Departamento de Geografia
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
FBI – Federal Bureau of Investigation
FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FPM – Fundo de Participação dos Municípios
GRAER – Grupamento Aéreo
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio – Instituto Chico Mendes
ICMS – Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IML – Instituto Médico Legal
INSS – Instituto Nacional do Seguro Social
IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IVC – Instituto Verificador de Circulação
LEVIS – Laboratório de Estudos da Violência

MTE – Ministério do Trabalho e do Emprego
NEV – Núcleo de Estudos da Violência
ONG – Organizações Não-Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
PEA – População Economicamente Ativa
PEDU/PR – Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano
PGE – Programa de Pós-Graduação em Geografia
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMPR – Polícia Militar do Estado do Paraná
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PREPR – Polícia Rodoviária Estadual do Paraná
PRF – Polícia Rodoviária Federal
RAIVA – Rede Aberta de Investigação da Violência
RAP – Rhythm and Poetry
REGIC – Regiões de Influência das Cidades
RPC – Rede Paranaense de Comunicação
SDP – Subdivisões Policiais
SEAD/SP – Sistema Estadual de Análise de Dados
SEDU/PR – Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano do Paraná
SESP/PR – Secretaria de Estado da Segurança Pública do Paraná
SGBI – Sub Grupamento de Bombeiros Independente
SIATE – Sistema Integrado de Atendimento ao Trauma em Emergência
SINCLAPOL – Sindicato das Classes Policiais Cíveis do Estado do Paraná
TRE-PR – Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Paraná
UAB – Universidade Aberta do Brasil
UEM – Universidade Estadual de Maringá
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
UFPR – Universidade Federal do Paraná
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
UNESP – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
UNICENTRO – Universidade Estadual do Centro-Oeste
UOC – Universitat Oberta de Catalunya

SUMÁRIO

Introdução.....	18
Parte I – O processo de urbanização, sociabilidade e pequenas cidades.....	30
1.1 A perspectiva da rede urbana e as pequenas cidades.....	34
1.2 Violência e sentimento de insegurança urbana.....	52
1.3 A segurança pública.....	72
1.4 A vida social e a sociabilidade.....	86
1.5 A realização da sociabilidade por meio dos espaços públicos.....	98
Parte II – Tendências recentes de aumento da violência e do sentimento de insegurança em pequenas cidades: o Norte do Paraná.....	106
2.1 O aumento quantitativo da violência em pequenas cidades.....	109
2.2 As perspectivas explicativas e a ausência de equipamentos e serviços de segurança.....	127
Parte III – Violência, insegurança e sociabilidade em duas pequenas cidades paranaenses: Florestópolis e Nova Tebas.....	156
3.1 Florestópolis e Nova Tebas: aspectos socioespaciais.....	157
3.2 Da “cidade silêncio” à “cidade isolada”: as percepções e os resultados empíricos.....	171
Considerações finais.....	227
Referências.....	231
Apêndice metodológico.....	245

Introdução

*Se as coisas são inatingíveis... ora!
Não é motivo para não querê-las...
Que tristes os caminhos, se não fora
A presença distante das estrelas!*
Mário Quintana

O anseio pela compreensão da condição humana e social de vida dentro de determinados espaços geográficos ou na formação e produção deles, atrelado aos processos urbanos e de constituição e transformação da dinâmica das cidades, são as principais motivações para a realização desta dissertação. Nesse sentido, o espaço geográfico deve ser entendido como:

Parte condicionante e expressão de dinâmicas econômicas, políticas, enfim, de processos sociais como um todo, ou seja, enquanto a sociedade define-se econômica e politicamente, estabelecendo condições sociais, produz também o espaço em que vive com atributos que só podem ser compreendidos neste contexto geral (ENDLICH, 2006, p. 21).

O debate que se busca é baseado em propósitos sociais, limitando a visão da economia e do capital ao necessário para responder a algumas inquietações e/ou transformações que ocorrem no atual período em que o foco é o global, uma vez que a dinâmica econômica “articula o espaço geográfico como um todo, comandada por interesse de poucos, subordinando a vida de muitos” (ENDLICH, 2006, p. 21).

Assim, um trabalho que se filia à Geografia, compreendida no âmbito das Ciências Humanas e Sociais, deve buscar, entre outros objetivos, contribuições ao humano e ao social, principalmente perante uma condução hegemônica e ideológica do espaço geográfico que visa alcançar benefício a alguns, enquanto a maior parcela da sociedade vive à mercê de um sistema perverso, inclusive do ponto cultural:

O espaço geográfico traz em si duas potencialidades, a de ser lugar de emancipação e lugar de alienação. Ocorre que os vetores formados pela alienação tendem a suprimir os da emancipação principalmente no âmbito simbólico (FURINI; GOES, 2006, p. 34).

Portanto, as contribuições geográficas devem tentar inverter essa tendência, ou seja, sinalizarem no sentido de conhecer a realidade e, conseqüentemente, a busca emancipatória dos espaços geográficos e da emancipação humana¹, em vez da alienação.

A Geografia, como ciência, possui subsídios para a compreensão das questões cotidianas relacionadas ao tempo e ao espaço, sendo que a cidade se converteu no principal elemento para análise dessa relação. Contudo, escrever sobre elas não representa uma tarefa fácil. Apesar disso, este conteúdo vem permeando, com diversos autores, os estudos urbanos no Brasil desde início do século XX, seja na construção ou na transformação do saber urbano.

Nesse sentido, Lefebvre (2001, p. 65) lembra que a análise dos fenômenos urbanos (cidade e urbano) “exige o emprego de todos os instrumentos metodológicos: forma, função, estrutura – níveis, dimensões –, texto, contexto – campo e conjunto, escrita e leitura, sistema (...) etc.”. Portanto, sua conceituação não pode ser simplista, nem negar o uso das metodologias da Geografia Urbana e das demais circunscrições teóricas.

Devido a sua complexidade, variedade, dinâmica econômica e social, entre outros fatores, o ambiente urbano se transformou, no mundo contemporâneo, em um espaço incerto, onde considerada parcela da população convive com a pobreza e a miséria, a falta de emprego e geração de renda, a ausência de serviços na área da educação, da saúde, da segurança, etc., que acabam por influenciar diretamente no cotidiano e no comportamento não só individual, como coletivo.

As pequenas cidades, recorte temático e espacial utilizado nesta pesquisa, constituem uma face do urbano. O tratamento teórico dessas espacialidades ainda é incipiente, especialmente se comparados aos estudos sobre as grandes e médias cidades. Para perceber a expressividade dessas localidades é preciso considerá-las em conjunto e inseridas em uma totalidade, e não de forma isolada. Portanto, pressupõe-se sua subordinação aos processos de globalização e produção capitalista, sofrendo com a perversidade do sistema e enfrentando problemas como outras cidades.

¹ A noção de emancipação humana está relacionada à concepção de liberdade. Contra a perspectiva liberal clássica que expõe a liberdade como mera ausência de restrições às opções disponíveis, o marxismo traz uma noção de liberdade maior que compreende a eliminação dos obstáculos à referida emancipação, ou seja, ao múltiplo desenvolvimento das possibilidades humanas (BOTTOMORE, 2001, p. 123-124).

Avançar na compreensão das dinâmicas nas pequenas cidades é um desafio. Nesse sentido, esta dissertação pretende contribuir com a apreensão das recentes dinâmicas encontradas nas pequenas cidades. Antes, porém, é fundamental destacar alguns pontos sobre as cidades de forma geral.

O entendimento do surgimento e evolução das cidades é fundamental para a compreensão dos espaços geográficos. Elas, como conhecidas atualmente, são, em parte, o resultado cumulativo de um processo histórico, político e cultural de mais de cinco mil anos. Ou seja, são resultados “de todas as outras cidades de antes, transformadas, destruídas, reconstruídas, enfim produzidas pelas transformações sociais” (SPOSITO, 1991, p. 11).

Embora ganhe impulso inédito com o capitalismo, a cidade e o processo de urbanização são anteriores a ele, com registros desde a Antiguidade. Entretanto, foi com o Império Romano que se teve o melhor exemplo da urbanização antiga; isso porque possibilitou uma ampliação no número de cidades por toda a Europa e ampliou os seus papéis urbanos, por meio do aumento do relacionamento entre elas (SPOSITO, 1991). Ainda segundo a autora, o poder político desse império permitiu que a urbanização deixasse de ser um processo espontâneo, ampliando imensamente a divisão interurbana do trabalho, além do recolhimento de tributos pelo poder político central.

A Idade Média (Século X ao XV) corresponde a um período em que quase sempre se considera como de retrocesso quanto ao processo de urbanização. Isso porque os avanços na complexidade da organização social e em nível de urbanização se perderam, principalmente com a desarticulação da rede urbana que se tinha estabelecido com o Império Romano. Logo, diversas cidades perderam importância, tamanho ou deixaram de existir. As que conseguiram ampliar seus papéis foram Bizâncio (Constantinopla) e Alexandria, no antigo Império Romano do Oriente. Assim, passou-se a viver no modo de vida feudal (SPOSITO, 1991).

No sistema feudal, os mercados perderam expressão e a população urbana ficou notoriamente reduzida (SPOSITO, 1991). Posteriormente, com a crise do sistema, o número de cidades começou a aumentar, bem como a população urbana. Logo, tinha-se, de um lado, o senhor feudal pressionando os servos para aumentarem os seus benefícios e, de outro, os servos, vislumbrando a possibilidade de trabalho nas cidades, revoltando-se e fugindo para elas.

Ao afluir para as cidades, os camponeses se libertaram do regime de servidão, não mais se submetendo ao vínculo com a terra e com o senhor que lhes roubava trabalho, a comida e o tempo. Assim, para o servo, ir para a cidade, mesmo que não representasse necessariamente a felicidade, saúde ou prosperidade, significava concretamente a liberdade (ROLNIK, 1988, p. 35).

Com o fim da Idade Média e início da Idade Moderna (Século XVI), as cidades voltaram a ganhar importância no processo de existência do ser humano. Aos poucos tornaram-se o principal espaço de vida da sociedade. Mas a estrutura que lhes dá suporte é o capitalismo, marcado pelas contradições. Portanto, emergiram os problemas urbanos oriundos das desigualdades. O ponto de partida para eles, segundo Lefebvre (2001, p. 11), é “o processo de industrialização² (...), o motor das transformações na sociedade”. Para ele, esse processo é indutor, e os induzidos são os problemas relativos ao crescimento e à planificação, as questões referentes à cidade e ao desenvolvimento da realidade urbana.

As terras escapam aos feudais e passam para as mãos dos capitalistas urbanos enriquecidos pelo comércio, pelo banco, pela usura. Segue-se que a “sociedade” no seu conjunto, (...), com uma certa divisão do trabalho (tecnicamente, socialmente, politicamente) (LEFEBVRE, 2001, p. 12-13).

Assim, tem-se um “duplo processo ou, preferencialmente, um processo com dois aspectos: industrialização e urbanização, crescimento e desenvolvimento, produção econômica e vida social” (LEFEBVRE, 2001, p. 16). Ainda para ele, os dois “aspectos”, inseparáveis, têm uma unidade e, no entanto, o processo é conflitante, no qual existe um embate entre realidade urbana e realidade industrial.

² Iniciou-se com a Revolução Industrial divididas em três momentos: Primeira Revolução, Segunda Revolução e Terceira Revolução. A *Primeira Revolução Industrial* ocorreu no século XVIII na Inglaterra, potência na época, e caracterizou-se por uma série de transformações de ordem econômica, política, social e técnica, ficando marcada e conhecida pela invenção da máquina a vapor e a mudança de vida na sociedade em virtude dessa nova tecnologia, se expandindo para Europa e Estados Unidos no século XIX. Já a *Segunda Revolução*, no final do século XIX e início do século XX, foi marcada pela descoberta e disseminação da eletricidade e do uso intenso de fontes de energia, como o petróleo, assim como pelo seguimento de indústrias de grande porte, como siderúrgicas, metalúrgicas, petroquímicas, automobilísticas, transporte ferroviário e naval. Por fim, a *Terceira Revolução Industrial* iniciada após a Segunda Guerra Mundial, em meados do século XX, e em andamento até os dias atuais, caracteriza-se pelo uso intensivo da informática, robótica e novas tecnologias nas indústrias, ampliando as desigualdades sociais e influenciando no modo de vida humano (MACHADO, 2009). Para Lefebvre (2001, p. 137), a industrialização “produz a urbanização inicialmente de modo negativo (exploração da cidade tradicional, de sua morfologia, de sua realidade prático-sensível)”. Logo, a sociedade urbana começa sobre a ruína da cidade antiga e de sua vizinhança agrária.

O capitalismo intensificou o processo de urbanização. Como destaca Sposito (1991), a cidade nunca fora um espaço tão significativo, e nem a urbanização um processo tão expressivo e extenso em nível mundial. Todavia, a perversidade do sistema trouxe consequências negativas para o município e para a sua sede urbana, assim como nas relações sociais e de trabalho dentro deles. Nesse sentido,

O capitalismo é um sistema parasitário. Como todos os parasitas, pode prosperar durante certo período, desde que encontre um organismo ainda não explorado que lhe forneça alimento. Mas não pode fazer isso sem prejudicar o hospedeiro, destruindo assim, cedo ou tarde, as condições de sua prosperidade ou mesmo sua sobrevivência (BAUMAN, 2010, p. 8).

O processo de urbanização, permeado pelas contradições capitalistas, traz uma perspectiva muito negativa a respeito do urbano e da cidade. Aparecem apreciações do processo de urbanização como a de Pedrazzini (2006), para quem a urbanização ritmou muito tempo a civilização, uma vez que o conceito de cidade estava vinculado ao progresso e à modernidade. Hoje, porém, ela lembra, para o autor, a fragmentação, segregação, divisão e *des-civilização*. Portanto, nos últimos dez anos a cidade passou, no imaginário, a uma visão caótica, dividida e perigosa.

Em 1800, somente 2% da população mundial era urbanizada. No início do século XX, a quantidade não passava de 10% – 150 milhões de pessoas. Em 1950, cerca de 30% da população viviam nas áreas urbanas e cinquenta anos depois, metade da população – 2,9 bilhões de pessoas – já estavam nas cidades. A Organização das Nações Unidas (ONU) prevê que, em 2030³, 60% das pessoas estarão morando nos espaços urbanos (PEDRAZZINI, 2006).

Certamente, houve uma explosão urbana no mundo, apesar das discrepâncias continentais. Ela ocorreu não apenas no número de habitantes das cidades, mas também quanto “às suas condições de vida, que preparam a explosão social, deixando marcas profundas no ‘tecido cicatricial’ das cidades” (PEDRAZZINI, 2006, p. 48).

A urbanização e o tecido urbano não se limitam à morfologia. Como aborda Lefebvre (2001), eles são o suporte de um modo de viver: a sociedade urbana, o

³ A ONU estima que a população mundial chegue a 8,3 bilhões de pessoas, em 2030. Delas, 85% estarão vivendo em um país “em desenvolvimento”. Se as estimativas estiverem certas, a população urbana mundial terá dobrado em apenas quatro décadas (PEDRAZZINI, 2006, p. 37).

modo de vida urbano, o da vida social e cultural penetram no campo. Esse modo de viver comporta sistemas de objetos e de valores. São alguns exemplos do sistema urbano de objetos: água, eletricidade, gás, carro, televisão, utensílios de plástico, mobiliário e os serviços. Já entre os sistemas urbanos de valores, são exemplos: a dimensão lúdica da vida ao modo urbano (danças e canções), a moda que vem da cidade, além das preocupações com segurança.

Assim, Lefebvre reconhece três períodos sobre a realidade urbana: primeiro período, quando a indústria e o processo de industrialização assaltaram a realidade urbana preexistente, até destruí-la pela prática e ideologia, até extirpá-la da realidade e da consciência; conduzida por meio de uma estratégia de classe, ela nega o social urbano em prol do econômico industrial. O segundo período, em que a urbanização se amplia e a sociedade urbana se generaliza, a realidade urbana faz-se reconhecer como realidade socioeconômica. E terceiro período, em que a realidade urbana se reencontra ou reinventa, restituindo a centralidade no chamado centro de decisão. Para Lefebvre, esse terceiro período está relacionado ao porvir e a uma perspectiva positiva do urbano, que ainda não se realizou.

Lefebvre (2001, p. 130) fala do “neocapitalismo” nos espaços urbanos: “não reúne mais nem as pessoas, nem as coisas, mas sim as informações, os conhecimentos”. Cada vez mais regido pelo cérebro eletrônico, utilizando a quase-instantaneidade das comunicações. O “neocapitalismo”, mencionado por ele, é tão perverso, ou mais do que o capitalismo anterior, pois cria novas formas de consumo – e espaços de consumo – ainda mais segregadores do que os já existentes.

Quanto a isso, serão retomadas, na primeira parte do trabalho, as reflexões acerca do processo de urbanização, as cidades, especialmente as pequenas, e a questão da sociabilidade forjada no urbano e suas relações com a violência, a violência urbana e o sentimento de insegurança urbana.

As pequenas cidades não escapam do contexto exposto até o momento. Elas estão inseridas no sistema regente e sofrem implicações diretas e indiretas do processo de globalização, que, com uma agenda neoliberal, marcada pela saída do Estado nos serviços de ordem pública, inclusive de segurança, estraçalha o bem-estar social.

Atualmente, é possível perceber que há um aumento de eventos relacionados a diversos tipos de violência, principalmente homicídios e roubos/furtos em

pequenas cidades. Estes, somados e atrelados a outros fatores, geram um sentimento de insegurança na população de diversas localidades. Em geral, relacionam-se essas tendências a grandes cidades e áreas metropolitanas, os espaços mais contemplados nos estudos acerca da violência. Entretanto, pretende-se, nesta dissertação, mostrar como essa tendência também faz parte da realidade das áreas não-metropolitanas, como as pequenas cidades.

Além disso, parece haver um processo em andamento, uma mudança nas relações de sociabilidade, desencadeada pela transformação do perfil dos moradores de algumas cidades pequenas. Isso porque, apesar de algumas localidades continuarem apresentando declínio populacional, pressupõe-se que há uma maior mobilidade, fazendo com que alguns novos moradores sejam estranhos para os demais. Outras localidades vêm ganhando população absoluta.

Deve-se considerar, também, a atitude das pessoas que deixaram de se falar, de se visitar e de ter contatos pessoais, uma vez que as relações parecem se tornar cada vez mais efêmeras, inclusive quanto ao pertencimento a determinados espaços. Esses pontos abordados interferem diretamente numa mudança nas relações de sociabilidade e no sentimento de insegurança.

Portanto, trata-se de um olhar para as pequenas cidades o qual caminha no sentido de relativizar a imagem, principalmente no senso comum, da pequena cidade como um lugar exclusivamente tranquilo, calmo e mais seguro de se morar e de um local onde ocorrem relações concretas de sociabilidade positiva.

A fundamentação teórica, parte indispensável na busca por respostas acerca do questionamento proposto, especialmente sobre o espaço geográfico escolhido, deste trabalho discorre, em interface da Geografia com a Sociologia, a Filosofia e a História, acerca do debate sobre a sociabilidade, o poder e as relações locais, sobre a cidade como espaço gerador de violência urbana e como a política e os papéis econômicos (sistema capitalista) interferem diretamente nesses processos nas pequenas cidades do século XXI.

Apesar da dificuldade em trabalhar com o sentimento de insegurança urbana – devido, especialmente, à sua complexidade e por tratar-se de um conceito ainda em construção – optou-se por utilizá-lo ao analisar as pequenas cidades pelo fato do conceito de violência ser polissêmico, principalmente no que tangencia a relação com a criminalidade, e pouco explorado nos espaços não-metropolitanos.

Objetivos, procedimentos metodológicos e dimensões espaciais abrangidas na pesquisa

Dentro de uma realidade urbana que se mostra cada vez mais marcada pela violência e pelo sentimento de insegurança, pretende-se, com este trabalho, contribuir para um alerta não apenas à sociedade brasileira, mas principalmente às autoridades governamentais, demonstrando que tais fatos – violência e sentimento de insegurança urbana – não retratam apenas uma realidade metropolitana ou de grandes e médias cidades como frequentemente ela aparece associada. Cada vez mais, parece haver uma difusão dessa situação que aflige toda a sociedade e está presente nos mais variados pontos do território. Assim, o objetivo geral é demonstrar processos e dinâmicas atuais que sinalizam para o crescimento da violência e da insegurança urbana em espaços não-metropolitanos, especialmente em pequenas cidades.

Os objetivos específicos são: i) compreender os processos recentes de configurações socioespaciais que ocorrem nas pequenas cidades e como vêm se estabelecendo as relações de sociabilidade em áreas não-metropolitanas, contextualizando-as em escala mais ampla e relacionando-as a processos que demonstrem tendências mais gerais e vinculadas ao modo de produção capitalista; ii) apreender como se manifestam os moradores quanto ao seu cotidiano marcado pela sociabilidade e sentimento de insegurança; e finalmente, iii) levantar e analisar situações (por meio de dados e notícias) que sinalizam para o aumento de violência em pequenas cidades e crescimento do sentimento de insegurança, bem como ensaiar algumas explicações iniciais para esses fatos.

Tendo em vista os objetivos mencionados, os procedimentos metodológicos (descritos e explicados detalhadamente no apêndice metodológico) corresponderam a amplo levantamento e revisão bibliográfica, abrangendo o tema das pequenas cidades, da violência e da insegurança urbana, da sociabilidade, entre outros assuntos; levantamento de dados secundários dos municípios que compõem a Mesorregião Norte Central paranaense e análise conjunta destes que subsidiaram a escolha das duas pequenas cidades abordadas na dimensão local; acompanhamento, levantamento e mapeamento de notícias relacionadas à temática em pequenas cidades; levantamento e mapeamento dos equipamentos e serviços

públicos existentes quanto à segurança pública; realização de trabalhos de campo com a realização de entrevistas e aplicação de questionários (modelo no apêndice metodológico) para a população local, gestores públicos e profissionais de segurança nos municípios escolhidos; sistematização das informações e dos dados coletados; e por fim, elaboração da redação final para defesa da dissertação. Como mencionado anteriormente, decidiu-se por apresentar em um apêndice com detalhes os procedimentos, pois envolvem explicações minuciosas quanto à escolha de municípios para a realização do trabalho de campo, bem como outros esclarecimentos relacionados aos encaminhamentos da pesquisa.

Mais do que um simples recorte territorial, três dimensões espaciais estarão permeando o trabalho. A primeira considera as pequenas cidades, especialmente as não-metropolitanas, de forma geral. Ao mesmo tempo em que se procura, na primeira parte do trabalho, discorrer acerca da temática genericamente, abrangendo o debate teórico-metodológico, procura-se mostrar como esse tipo especial de localidade em diversas áreas do Brasil e do mundo trazem exemplos que sinalizam para a situação problematizada desta dissertação.

A segunda dimensão traz um olhar sobre as pequenas cidades em nível escalar mais próximo – o regional. O recorte adotado para tanto foi o da Mesorregião Norte Central paranaense⁴, contudo vários dados são apresentados na escala do Estado do Paraná, onde está contida a referida região. Trabalhar com a escala regional atende à preocupação de não tratar localidades isoladas como se fossem exclusivas. Os problemas aqui levantados atingem com maior intensidade algumas localidades, como os municípios contemplados na última parte do trabalho, mas como tendência observa-se que as localidades da região e do Paraná, de forma geral, são atingidas.

A região foco do estudo apresenta algumas peculiaridades que a tornam especialmente relevante para o estudo de dinâmicas que afetam as pequenas cidades, já que se trata de uma área que teve uma formação socioespacial marcada por atributos que geraram uma densa rede urbana, com muitas pequenas localidades. Entretanto, transformações econômicas e socioespaciais provocaram uma imensa saída da população, diminuindo a densidade, a centralidade dos

⁴ Mesorregião é um termo utilizado segundo a Divisão regional do Brasil do IBGE (2008). A do Norte Central paranaense é composta por 79 municípios e corresponde a uma área de pouco mais de 12 mil quilômetros quadrados (12,3% do território paranaense) e a 2.037.151 habitantes (19,5% da população estadual), segundo o IBGE (2010).

pequenos núcleos urbanos, bem como a presença de serviços e equipamentos em áreas por eles polarizadas.

Finalmente, a terceira dimensão espacial envolvida no trabalho, que pode ser chamada de local, tem como objetivo aproximar o foco, o que a abordagem regional não possibilita. Desse modo, uma série de procedimentos adotados (descritos no apêndice metodológico) resultou na escolha de dois municípios paranaenses, polarizados por pequenas cidades: Florestópolis e Nova Tebas.

A proposta por transitar nessas dimensões tem como finalidade demonstrar que o processo não é limitado ou característico de determinada área ou região. O aumento da insegurança urbana se difunde rapidamente por diversos espaços e por várias razões ora diferenciadas, ora similares.

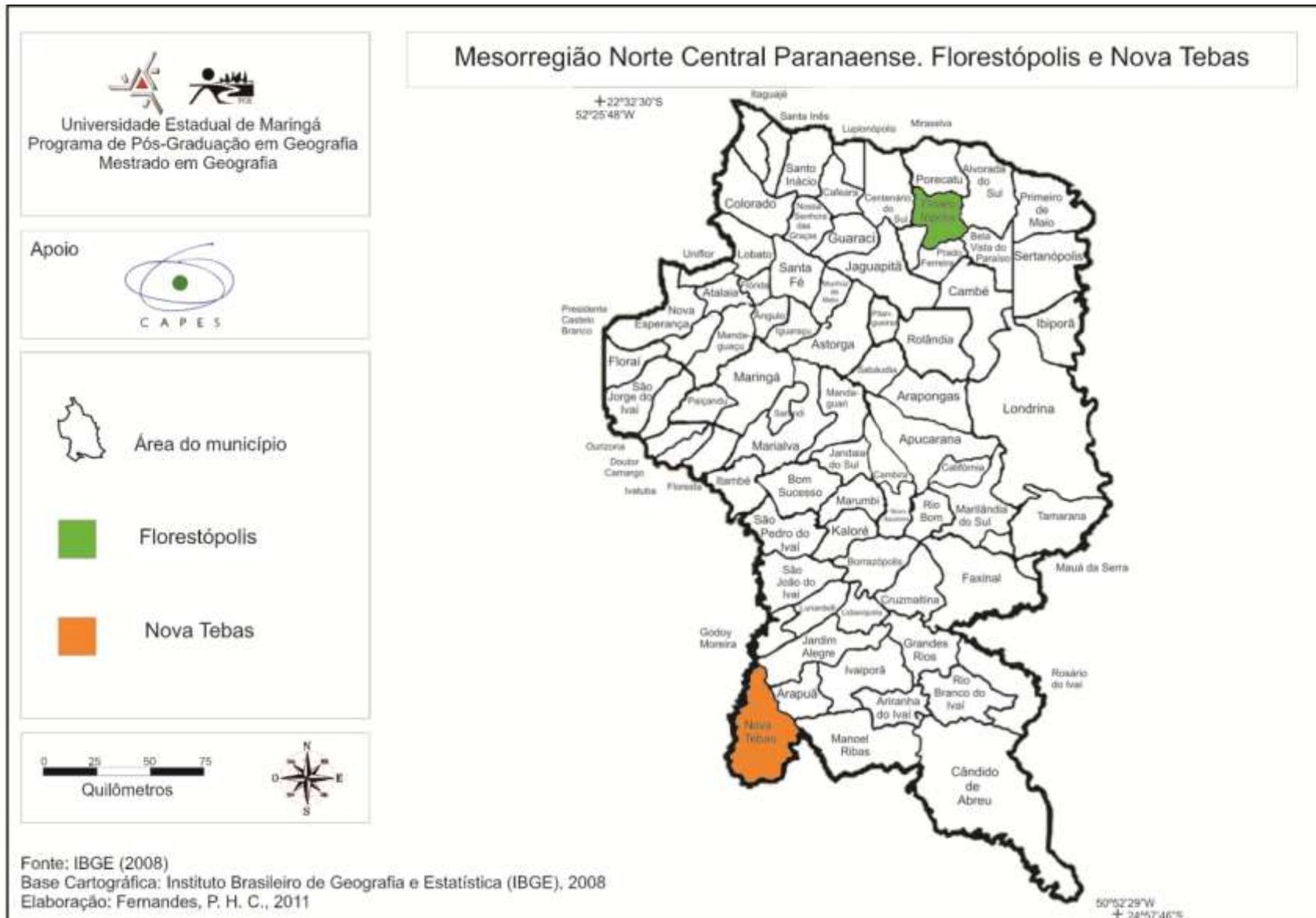
Os dois municípios selecionados se destacam, tomando por referência todo o levantamento de dados secundários, quanto aos dados relacionados à violência. Na seleção dos municípios foram excluídos aqueles que, apesar de apresentarem indicadores preocupantes, estavam em áreas fronteiriças e em aglomerados urbanos com Maringá e/ou Londrina.

Com esse cuidado, pretendeu-se contemplar espaços não-metropolitanos e relativamente distantes das fronteiras. Estudar a temática com essa dimensão, de forma a complementar as demais, ajuda a esboçar algumas possíveis interpretações sobre o que é concretamente a vida social em localidades cujos dados secundários apresentam-se socialmente preocupantes. Além disso, o foco aproximado torna possível ensaiar algumas explicações acerca desse problema social.

O município de Florestópolis contava em 2010, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com 11.222 habitantes; destes, 10.544 (94%) residiam na área urbana. A pequena cidade está aproximadamente a 460 quilômetros de Curitiba (PORTAL GUIA 4 RODAS), capital do Estado do Paraná, e faz parte da Microrregião⁵ de Porecatu.

Já o município de Nova Tebas, segundo o mesmo órgão federal, aparecia com 7.398 habitantes em 2010, dos quais 2.891 (39%) faziam parte da área urbana. Está aproximadamente a 370 quilômetros de Curitiba e pertence à Microrregião de Ivaiporã. O Mapa 1 apresenta a localização de ambos os municípios dentro da Mesorregião Norte Central paranaense.

⁵ Microrregião é um termo utilizado segundo a Divisão regional do Brasil do IBGE (2008) e corresponde a um aglomerado de municípios com similares características econômicas e sociais.



Mapa 1. Mesorregião Norte Central paranaense. Localização dos municípios de Florestópolis e Nova Tebas
Fonte: IBGE (2008) – Elaboração: Fernandes, P. H. C. – 2011

A dissertação está estruturada em três partes referentes diretamente a cada uma das três abordagens e dimensões utilizadas na pesquisa, além da introdução, das considerações finais, das referências utilizadas e do apêndice metodológico. A primeira parte está relacionada a um enfoque mais geral, demonstrando a intensidade da urbanização capitalista e a sociedade que se constitui a partir desse processo, as perspectivas urbanas e as pequenas cidades, a tendência de aumento da violência e, mais ainda, do sentimento de insegurança urbana. Essa parte reúne o referencial teórico básico da pesquisa, mostrando a relação entre a temática proposta e a sociabilidade nas relações pessoais. Ainda nessa parte, é destacada a necessidade de defender e preservar os espaços públicos, indispensáveis para a realização completa da sociabilidade positiva. Finalmente, vale destacar que são apresentados exemplos de publicações sobre o tema da violência e insegurança urbana, destacando como elas estão em pauta no meio acadêmico nacional e internacional.

A segunda parte discorre acerca de preocupações tangenciadas ao enfoque regional no âmbito do Estado do Paraná, apesar de remeter, em alguns momentos, a outras escalas, uma vez que, para entender a realidade regional, é preciso inseri-la em uma abordagem multiescalar. Ela registra pontos relacionados a características da região, como a densidade de cidades e a perda de centralidade e apresenta, especialmente, os dados de violência no Estado e na região. Também a mídia aborda a temática, assinalando possíveis explicações para o sentimento de insegurança urbana em pequenas cidades, destacando principalmente a ausência de equipamentos e serviços que deveriam garantir a segurança nas localidades.

Finalmente, a terceira parte aproxima o foco e apresenta a situação cotidiana em municípios, polarizados por pequenas cidades, com indicadores sociais preocupantes, especialmente quanto à segurança. Como exemplos desse processo, aborda-se a situação atual nas pequenas cidades paranaenses de Florestópolis e Nova Tebas. Nesta última parte, são destacados pontos relacionados não só à segurança municipal, mas à saúde, educação, equipamentos, serviços, etc. Considerou-se fundamental tentar compreender a realidade de dois municípios como um todo para, posteriormente, tentar inferências mais relacionadas à temática do trabalho.

Parte I – O processo de urbanização, sociabilidade e as pequenas cidades

*Renda-se, como eu me rendi.
Mergulhe no que você não conhece como eu mergulhei.
Não se preocupe em entender, viver ultrapassa qualquer entendimento.*
Clarice Lispector

As questões conceituais sobre cidade e município ainda são imprecisas, pois estão em constante construção. O IBGE (2004) adota as seguintes definições: cidade é a localidade onde está sediada a Prefeitura Municipal (sede municipal), e município representa a unidade de menor hierarquia na organização político-administrativa brasileira. Sua criação, incorporação, fusão ou desmembramento se faz por lei estadual, dependendo, anteriormente, de aprovação da população diretamente interessada, por meio de plebiscito. Entretanto, as definições oficiais no contexto brasileiro não dispensam nem devem impedir que o debate acadêmico transite por outros referenciais.

Para Lefebvre (2001, p. 61-62), a primeira definição de cidade caminha em entendê-la como “sendo projeção da sociedade sobre um local, isto é, não apenas sobre o lugar sensível como também sobre o plano específico, percebido e concebido pelo pensamento, que determina a cidade e o urbano”. Portanto, ela não pode ser considerada um sistema fechado e determinado.

A cidade contemporânea oferece a liberdade que buscavam os camponeses no final da Idade Média? Essa proposta de liberdade que se esperava da cidade moderna foi ou é efetivamente materializada? Os problemas urbanos que assolam o urbano decorrem do modo como o sistema capitalista se desenvolveu. Entre eles, a falta de habitação, escolas, saneamento básico, hospitais, transportes coletivos, água potável e até de lazer público e gratuito.

Embora as novas tecnologias tenham acelerado as transformações sociais e modificado suficientemente a relação entre o homem e a cidade, elas não trouxeram melhorias no cotidiano de muitos trabalhadores nem de suas famílias numerosas. (...) a economia de mercado destrói as sociabilidades operárias para criar o individualismo dos consumidores, portando vítimas de uma dupla exploração (PEDRAZZINI, 2006, p. 63).

Assim, atualmente, segundo Lefebvre (2001, p. 63), a cidade, ao tornar-se um centro de decisão, “intensifica, organizando-a, a *exploração* de toda a sociedade

(não apenas da classe operária, como também de outras classes não dominantes)”. Em suma, o urbano intervém, por meio dos detentores do poder, nos meios de produção e reprodução social.

O Brasil contemporâneo pode ser considerado um “país urbano”, apesar das discrepâncias regionais⁶. Segundo o *Censo Demográfico de 2010*, do IBGE, 84,3% da população brasileira vivia nas áreas urbanas. Essa população urbana é definida pelo IBGE (2004, p. 187), como “parcela da população que reside em área classificada como urbana no último censo demográfico”. O urbano⁷, por sua vez, é definido, oficialmente, como as áreas internas ao perímetro urbano⁸, correspondente às cidades (sedes municipais), às vilas (sedes distritais) ou às áreas urbanas isoladas, urbanizadas⁹ ou não. Já a área considerada oficialmente como rural abrange aquelas fora desse limite, inclusive os aglomerados rurais de extensão urbana, os povoados e os núcleos rurais.

Esse processo da urbanização brasileira é recente. Até 1950, segundo Matos (2000, s.p.), a rede urbana brasileira “era fragmentada, esparsa, desarticulada, nucleadas em faixas próximas do litoral, fortemente associada às heranças da economia primário-exportadora dos séculos anteriores”. Entretanto, a partir do final daquela década ela ganhou grande complexidade, com o aumento significativamente de cidades, de diversos tamanhos.

A considerada expansão da malha viária, a modernização da agricultura e a expansão em busca de novas fronteiras agrícolas intensificaram a migração campo-cidade e para o interior. Esses processos foram incentivados pela modernização

⁶ Enquanto os Estados do Rio de Janeiro (96,7%), São Paulo (95,8%), Goiás (90,2%), além do Distrito Federal (96,6%) aparecem com as maiores taxas de população urbana, os Estados do Maranhão (36,9%), Piauí (34,2%) e Pará (31,5%) são os que possuem as maiores taxas de população rural, sendo que todos os Estados das regiões Norte e Nordeste, com exceção do Amapá e de Pernambuco, aparecem com população rural acima de 20%. No Brasil, 69 municípios não têm população rural, sendo nove capitais (Porto Alegre, Curitiba, Rio de Janeiro, Vitória, Belo Horizonte, Aracaju, Recife, Natal e Fortaleza) e nove municípios têm menos de 10% de população urbana, sendo três deles só no Estado do Rio Grande do Sul (IBGE, 2010).

⁷ Pedrazzini (2006, p. 61) o define como uma “região incerta entre mar e campo”.

⁸ O Perímetro urbano é definido por lei municipal e corresponde aos limites da área urbana do município (IBGE, 2004, p. 187). Diferente da malha municipal, que de acordo com o mesmo órgão federal, correspondem às linhas que representam o limite do município. No Brasil, em alguns casos o limite municipal é o mesmo do perímetro urbano, como é o caso de Curitiba (PR).

⁹ A urbanização, de acordo com o IBGE (2004, p. 189), corresponde ao “processo em que a população das cidades aumenta proporcionalmente mais que a população do campo, isto é, quando o crescimento urbano é superior ao crescimento rural”.

industrial iniciada no Governo Juscelino Kubitschek (1956-1961), como a instalação do setor automotivo no Brasil, a expansão rodoviária e a construção de Brasília¹⁰.

Na década de 1970, as consequências das políticas públicas do governo ajudaram na rápida expansão do sistema urbano¹¹ no País. Matos (2000, s.p.) apresentou a dimensão desse processo: entre 1960 e 1980, cerca de 50 milhões de pessoas passaram a ocupar as áreas urbanas, das quais 28 milhões foram oriundas das áreas rurais, ou seja, o êxodo rural representou algo próximo de 57% do crescimento urbano daquele período. Sendo assim, consolidou-se o modo de vida no meio urbano no lugar do rural, sejam em metrópoles, cidades médias ou pequenas cidades.

Ribeiro (1996) apresenta algumas características do processo de urbanização e modernização brasileira nos anos 1950 até 1990. Anos 1950: há uma expectativa com relação ao processo de urbanização com base na projeção de uma moderna sociedade de classes, capaz de propiciar a superação do domínio oligárquico de base agrária do país. Anos 1960: reconhecimento da marginalização como a outra face do processo de urbanização. Anos 1970: agravamento da exclusão social e visibilidade crescente da politização das condições de vida urbana e da desigualdade social e política. Anos 1980: emergência de novas questões sociais sem correspondência com o seu tratamento pela nova institucionalidade. Por fim, anos 1990: novas formas de expressão e visibilidade da pobreza urbana, aumento da violência, aumento da exclusão e falta de expectativas políticas compartilhadas.

O urbano se expandiu e abarcou o campo, dissolvendo e transformando o rural. O modo de vida urbano penetrou na vida camponesa, tirando dela parte da sua historicidade e cultura. Estão nas cidades os agentes que definem o futuro do campo. É do urbano que saem as decisões que permeiam esse espaço que já foi, até meados de 1960, o principal local de moradia da população brasileira.

¹⁰ A expansão da malha rodoviária e a construção da cidade de Brasília foram alguns resultados do chamado Plano de Metas estabelecido pelo governo JK. Sob o lema de “Cinquenta anos em Cinco”, era composto por 30 metas que privilegiavam cinco setores: energia, transporte, indústria de base, alimentação e educação, além da meta autônoma que era a construção de Brasília. As principais consequências negativas de tal plano foram endividamento nacional, inflação, expressivo êxodo rural, entre outras (RACY, 2005, p. 174).

¹¹ Sistema Urbano – sinônimo de Rede Urbana – é entendido, segundo Corrêa (2003, p. 133), de maneira simples, no conjunto de centros funcionalmente articulado, refletindo as transformações econômico-sociais da sociedade, inseridas num processo histórico, ou seja, dentro de uma dimensão socioespacial da sociedade; essas funcionalidades podem ser analisadas segundo diversas linhas de pesquisa.

Logo, Lefebvre (2001) fala em direito à cidade e direito à vida urbana, que, por sinal, para ele, ainda não começou¹². É justamente na direção de um novo humanismo que a sociedade urbana deve seguir, uma vez que as cidades atuais correspondem a expressões das contradições sociais e da impossibilidade, para a maioria da sociedade, de se apropriar da vida urbana de forma positiva.

Sendo assim, o direito à cidade, como uma exigência imediata¹³, pressupõe uma teoria integral dela e da sociedade, utilizando os recursos da ciência e da arte.

O direito à cidade se manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à obra (à atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade) estão implicados no direito à cidade (LEFEBVRE, 2001, p. 134).

Os direitos abrem caminho para a civilização, como o direito ao trabalho, à educação e instrução, à saúde, à habitação, ao lazer, etc. Os direitos à vida urbana, à centralidade renovada, aos locais de encontros e às trocas exigem o domínio do econômico (valor de mercado) e, por conseguinte, tornam-se o objetivo da sociedade atual (LEFEBVRE, 2001).

Ainda de acordo com o autor, é essencial, para isso, orientar o crescimento. Não se pode mais desejar o crescimento econômico pela ideologia economicista e tecnicista que visa ao superlucro, à superexploração capitalista e ao domínio do econômico em proveito do Estado. Orientar o crescimento – na direção do desenvolvimento da sociedade urbana – é prospectar as novas necessidades descobertas no decorrer de sua emergência e da prospecção.

Certamente, não apenas o direito à cidade, mas este compreendido, como lembra Zaluar (1997, s. p.), abrangendo o “direito à vida em sociedade, ou seja, à participação civil política”. Em outras palavras, é o direito de possuir sua liberdade e individualidade positiva, pensando no modo de vida coletivo e na preservação dos bens públicos.

¹² Para Lefebvre (2001, p. 108), ainda se vive o final dos restos “de uma sociedade milenar na qual o campo dominou a cidade, cujas idéias e ‘valores’, tabus e prescrições eram em grande parte de origem agrária, de predomínio rural e ‘natural’”.

¹³ “Só a classe operária pode se tornar o agente, o portador ou o suporte social dessa realização” (LEFEBVRE, 2001, p. 118). Eles são os únicos que podem renovar o velho humanismo liberal para um novo humanismo, onde a cidade e sua própria vida se tornam obra, apropriação e valor de uso, servindo-se da ciência, da arte, da técnica e do domínio sobre a natureza material (LEFEBVRE, 2001, p. 140).

1.1 A perspectiva da rede urbana e as pequenas cidades

O processo de urbanização significa um amplo e ainda não suficientemente dimensionado processo de mudança. Além do que pode ser numericamente apreendido pelos dados demográficos, indicando a mudança do local de residência da população, são significativas as modificações qualitativas. Nesse sentido, além de um crescimento do número de localidades urbanas e da população em cada uma delas, é preciso ressaltar que existem mudanças na natureza da articulação entre o conjunto de localidades.

Assim, deve-se considerar que há uma sociedade em redes. A noção de redes parte de pontos articulados, com a ideia de conectividade e simultaneidade. Já a definição se enquadra em duas grandes matrizes que ocorrem concomitantemente, segundo Santos (1996, p. 208): “a que apenas considera o seu aspecto, a sua realidade material, e outra, onde é também levado em conta o dado social”. A primeira está relacionada a:

Toda infra-estrutura, permitindo o transporte de matéria, de energia ou de informação, e que se inscreve sobre um território onde se caracteriza pela topologia dos seus pontos de acesso ou pontos terminais, seus arcos de transmissão, seus nós de bifurcação ou de comunicação (CURIEN, 1988, p. 212 *apud* SANTOS, 1996, p. 209).

A segunda é relacionada ao social, à política, pelas pessoas, mensagens e valores que a frequentam (SANTOS, 1996). Em suma, deve-se pensar em redes como nós articulados que apresentam ligações materializadas ou não entre eles.

Na história das redes, Santos (1996, p. 210) aponta para três momentos na produção delas: período pré-mecânico, período mecânico e período de fase atual. No primeiro, “o engenho humano era limitado, às vezes subordinados, às contingências da natureza. (...), as redes se formavam com um largo componente de espontaneidade” e “o tempo era vivido como um tempo lento”. O segundo está associado à expansão do sistema capitalista; as redes ganharam mais importância. Entretanto, ainda existem fronteiras e barreiras. O terceiro, e último, na chamada pós-modernidade, está relacionado ao período técnico-científico-informacional; é quando se amplia o aumento do uso da ciência/tecnologia, informação/técnica e *internet* que vão diminuir o tempo e facilitar o acesso.

Para entender o processo de rede atual, como totalidade, é necessário fazer uma retrospectiva histórica da evolução dos lugares, tal como sua gênese, transformações e redefinições.

As redes são formadas por troços, instalados em diversos momentos, diferentemente datados, muitos dos quais já não estão presentes na configuração atual e cuja substituição no território também se deu em momentos diversos (SANTOS, 1996, p. 209).

Entretanto, apesar de fazer parte do cotidiano das pessoas, elas não são acessíveis a todos. Nas redes, segundo Santos (1996, p. 213), “o tempo rápido não cobre a totalidade do território nem abrange a sociedade inteira”, causando uma segregação socioespacial. Além disso, deve-se pensar a rede como uma forma heterogênea, com características variando de uma para outra, inclusive no espaço materializado.

Associado a isso está o processo de globalização¹⁴ (SANTOS, 1996), inclusive do espaço: “quando não é mais nítido o ponto de referência ou o momento preciso, os acontecimentos largam-se por distintos lugares e épocas” (IANNI, 1999, p. 101), principalmente, impulsionado pelo avanço da *internet* e materializado por uma sociedade global.

Assim, se desenvolve o novo e surpreendente processo de *desterritorialização*, uma característica essencial da sociedade global em formação. Formam-se estruturas de poder econômico, político, social e cultural internacionais, mundiais ou globais descentradas, sem qualquer localização nítida neste ou naquele lugar, região ou nação (IANNI, 1999, p. 95).

A rede urbana está inserida dentro de um conjunto de redes e representa uma síntese delas. Ela é uma rede de cidades conexas física e/ou virtualmente. Apresentam pontos de articulação entre si, tanto no trabalho, moradia, comércio e relações econômicas, quanto nas relações sociais, de informação, entre outras

¹⁴ O alerta de Bastos (2003, p. 265) é válido: não confundir a universalização com globalização. A primeira “diz respeito aos direitos do homem, às liberdades, à cultura, à democracia” e a segunda, “refere-se à tecnologia, ao mercado, ao turismo, à informação”. Para ela, cada vez mais se perde a universalização em favor da globalização, que parece ser irreversível. Bauman (2003, p. 53-54) fala em “estilo de vida dos globalizados”: uma elite global *extraterritorial*, seletiva e cosmopolita. Este estilo celebra a irrelevância do lugar e a possibilidade de independentemente de onde for o local, as pessoas estarão lá. Entretanto, esta é uma parcela pequena da população: 90% da riqueza mundial estão nas mãos de apenas 1% dos habitantes (BAUMAN, 2007, p. 12). A “abertura do mundo” que certamente não é para todos.

articulações. Para entender o processo de rede urbana atual, como totalidade, é necessário levar em conta os aspectos históricos da evolução das localidades, tal como sua gênese, transformações e redefinições.

É fundamental também entendê-lo não como processos diferentes ou como formas distintas, mas como um movimento único. Mesmo porque, com os avanços tecnológicos e das ciências, cada vez mais se vive num mundo com comunicação instantânea e rápidas mudanças econômicas e sociais. Esses avanços vão redefinindo as redes urbanas que se tornam “eficazes transmissores do processo de globalização” (SANTOS, 1996, p. 212) a que se assiste.

Os primeiros escritos sobre a rede urbana ocorreram com Walter Christaller, em 1933, por meio da Teoria dos Lugares Centrais. Segundo Fresca (2004), a proposta dele refere-se à análise de núcleos urbanos diversos, entendidos como localidades centrais que realizam funções centrais de distribuição de bens e serviços à população residente em sua região de influência¹⁵.

Atualmente, essa teoria perdeu parte de sua força explicativa, principalmente por não se aplicar a diversos espaços. Estudos quanto à rede urbana brasileira continuam sendo efetuados, como o caso do REGIC do IBGE (2007). Tais estudos abrangem sempre uma realidade muito complexa e dificilmente podem responder a todas as indagações e inquietações.

Para Corrêa (2000, p. 121), existe uma “diversidade dos conjuntos articulados de centros urbanos”. Sendo assim, para sua análise podem ser feitas diversas combinações de elementos, tais como: “gênese dos centros, o tamanho deles, a densidade que perfazem no espaço, as funções urbanas e as relações espaciais”. Devem ser considerados também elementos de natureza política, social e cultura.

Os estudos de rede urbana também devem ser relacionados com as transformações socioespaciais. Recentemente, as cidades, e, por conseguinte, a rede urbana, apresentam uma capacidade de refuncionalização (CORRÊA, 2000) e cada vez mais se destacam as diferenças de ofertas e bens de serviços e da hinterlândia das cidades, inclusive a influência da globalização.

¹⁵ Região de influência da cidade é a “área à qual ela presta serviços e distribui bens e da qual depende para o desenvolvimento de suas atividades econômicas. Como nem todas as cidades possuem os mesmos ramos de atividades e/ou distribuem os mesmos tipos de bens e serviços, elas atraem um número variável de consumidores” (IBGE, 2004, p. 183).

A globalização causa vigoroso impacto sobre as esferas econômica, social, política e cultural, mas também, e simultaneamente, sobre a organização espacial que tanto reflete como condiciona aquelas esferas. Em outras palavras, a globalização causa impacto, ainda que desigualmente, sobre as formas, funções e agentes sociais, alterando-os em maior ou menor grau e, no limite, substituindo-os totalmente (CORRÊA, 1999, p. 44).

Dentro do urbano e da sociedade que se constituiu, principalmente vinculada ao capitalismo e à urbanização, estão contidas as pequenas cidades. Certamente, há uma necessidade de contribuir para a conceituação acerca dessas localidades que, como ponto positivo, passou a estar presente nos trabalhos acadêmicos e nas preocupações e inquietações dos autores, mas, em contrapartida, como ponto negativo, essa conceituação é de difícil definição, devido, principalmente, a sua quantidade, diversidade e proximidade com o meio rural.

Não contemplar as pequenas cidades é esquecer uma parte da realidade urbana. Não se deixa apenas de estudar uma parte concreta da espacialidade brasileira, como também esta falta de estudo compromete uma compreensão mais ampla da rede urbana (...). Trata-se, então, de reconhecer a existência das cidades menores (ENDLICH, 2006, p. 31).

Deve-se considerar também que as pequenas cidades não estão isoladas, mas inseridas na rede urbana brasileira. Elas fazem parte da rede, estão articuladas e conectadas às dinâmicas urbanas, inclusive em esfera global, ainda que indiretamente, pois fazem parte do processo de consolidação do modo de produção capitalista e da globalização, sofrendo com as consequências desses processos ao longo da história. Assim, mesmo que grande parcela da população dessas pequenas cidades esteja fora dos interesses capitalistas e dos gestores públicos, as suas vidas estão condicionadas às decisões do capital.

Sinalizam-se duas principais opções metodológicas quanto à conceituação das pequenas cidades: o viés quantitativo e o qualitativo. O primeiro está associado, principalmente, ao patamar demográfico. Já o segundo parte de análises da posição da localidade na rede urbana, seus papéis, área de influência e formação socioespacial.

São alguns pesquisadores que já discorreram acerca da temática: Fresca (1990), Caniello (2003), Soares (2003), Bernadelli (2004), Gonçalves (2005), Endlich

(2006), Pereira (2007), Soriano (2007), Bacelar (2008), Melo (2008), entre outros. Melo (2008), por exemplo, apresentou, em suas revisões bibliográficas, seis trabalhos acerca das pequenas cidades antes de 1980¹⁶.

Ainda não há consenso quanto a um conceito adequado a respeito das pequenas cidades. Para Melo (2008), as dificuldades conceituais passam, por um lado, pela fragilidade teórica e metodológica da Geografia e, por outro lado, pela própria diversidade da realidade socioespacial brasileira. Assim, segundo a autora, existem quatro situações: a primeira se trata daquelas inseridas em áreas economicamente dinâmicas, como nas áreas de agricultura moderna, que conseguem atender às demandas básicas da sua população e as da produção agrícola; a segunda situação se refere às pequenas cidades que funcionam como reservatório de mão-de-obra e são marcadas por processos migratórios, sobretudo de pessoas em idade ativa, permanecendo os idosos, e as rendas delas são procedentes das transferências, sobretudo do Estado; a terceira diz respeito àquelas que se inserem em um contexto socioeconômico mais amplo, como as turísticas, industriais, com festividades religiosas, manifestações culturais e feiras; e por fim, existem as pequenas cidades localizadas nos entornos metropolitanos.

As pequenas cidades brasileiras, apesar da diversidade demográfica e regional, apresentam quase sempre a mesma problemática: “o esvaziamento populacional, problemas sociais, ambientais; as relações políticas público-administrativas e a estruturação social, econômica, política e cultural” (BACELAR, 2008, p. 25). Elas apresentam, em sua grande maioria, uma relação direta com o campo. Isso respaldado na urbanização brasileira, oriunda da quebra do modelo agrícola, predominante até então.

O Brasil passa 450 anos de sua história sendo um país rural e fundamentado economicamente na produção agrícola. Era um país em que as regiões promoviam suas economias de uma forma especialmente vinculada ao seu mercado e ao mercado externo, promovendo internamente um país com sérias dificuldades de integração (BACELAR, 2008, p. 63).

¹⁶ De acordo com o levantamento de Melo (2008, p. 437), Harris (1956), em uma “pesquisa de cunho antropológico realizada entre os anos 1950 e 1951, sobre a cidade de Rio das Contas (BA), denominada, no trabalho, Minas Velhas”. Naquele momento ela possuía cerca de 1.500 habitantes (aproximadamente 13 mil habitantes, em 2010, de acordo com IBGE). Ainda de acordo com Melo, “o autor concluiu que a pequena cidade baiana tinha características urbanas, tendo como referência a noção de cultura urbana”.

Sendo assim, com o processo de migração do campo para as áreas urbanas, alguns centros, municiados por equipamentos urbanos, funções urbanas, influência política, economia mais consolidada, entre outros elementos, passaram a receber intensos fluxos populacionais e se tornaram polarizadoras. Logo, os municípios com pequenas cidades, especialmente os não-metropolitanos, passaram a perder centralidade e população, gerando verdadeiros esvaziamentos demográficos no interior de diversos Estados, como, por exemplo, o Paraná, Minas Gerais e o Rio Grande do Sul.

A terminologia mais utilizada é “pequena cidade” e faz alusão tanto à questão populacional como à dinâmica dela na rede urbana regional e nacional. Já o termo “pequeno município” deve ser utilizado apenas quando se referir ao tamanho territorial e ao compará-lo a outro.

No Brasil, as pequenas cidades “fazem parte do urbano que se produz com as forças de dispersão” (ENDLICH, 2006, p. 84). Ou seja, ainda tendo como base a mesma autora, as forças de dispersão “decorrem dos interesses do capitalismo de (re)incorporação da área produtiva”, onde elas ganham novos elementos, conforme a ampliação dos avanços tecnológicos.

Inicialmente, as forças de dispersão no Brasil aconteceram com atividades primárias, gerando cidades no interior e rompendo com a ocupação até então quase que exclusiva do litoral. A difusão de processos de colonização considerados urbanos, ou seja, de incorporação de áreas tendo como base de apoio a criação de núcleos de cidades e uma distribuição menos seletiva do processo de urbanização, resultante, no âmbito do capitalismo, do desenvolvimento das mencionadas forças de dispersão (ENDLICH, 2006, p. 84).

Em todos os discursos sobre as pequenas cidades, o primeiro aspecto que chama a atenção é a questão quantitativa/populacional. Ou seja, depararam-se com as seguintes questões ao mencionar o recorte espacial: Quantos habitantes são necessários para que se considere a existência de uma pequena cidade? Qual a população mínima e máxima?

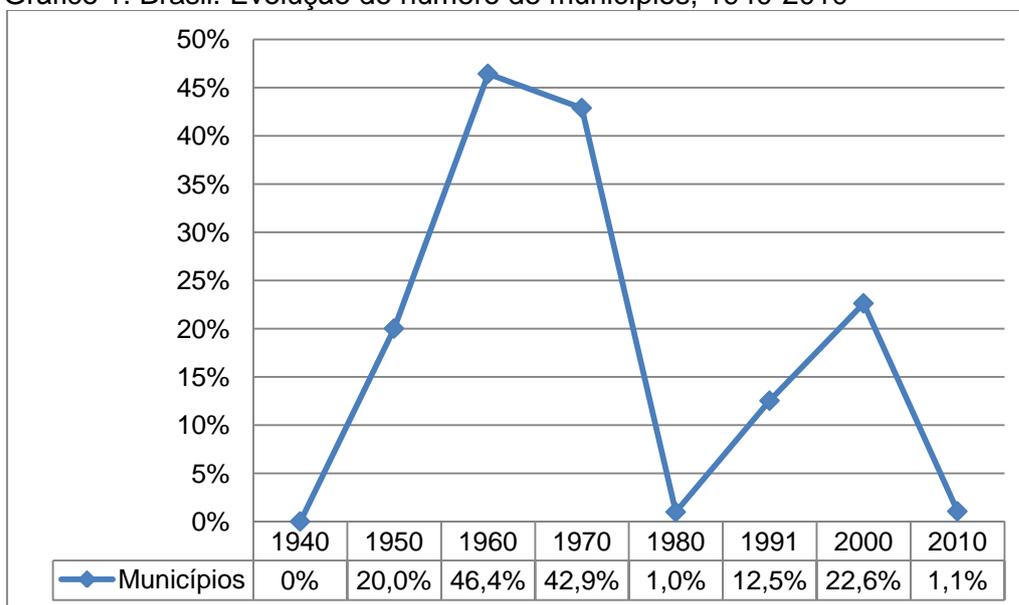
Os estudos acerca das pequenas cidades variam de um país para o outro. Um exemplo, segundo Endlich (2006), vem de Desmarais (1984), que reconhece uma pequena cidade como aquelas que possuem de 2.500 a 20.000 habitantes. O autor considera na sua abordagem um patamar demográfico mínimo devido ao que

ele determina ser necessário para a existência de uma cidade. Esta, por sinal, é uma intensa discussão que permeia os estudos urbanos há algum tempo, inserido, principalmente, no embate sobre o que é cidade¹⁷.

Certamente, não é apenas uma questão que tem variedade continental. Dentro de alguns países, como o Brasil, por exemplo, a conceituação e a classificação de pequenas cidades variam de um Estado para outro. Partindo disso, de acordo com Santos (1981), o melhor patamar máximo para pequena cidade é de 20 mil habitantes – inclusive utilizado pelas estatísticas internacionais para classificar esse tipo de cidade. Outros autores definem pequena cidade como aquelas que possuem até 50 mil habitantes, enquanto o IBGE (2000) considera até 100 mil habitantes.

Atualmente, o Brasil possui 5.565 municípios, valor 253% maior que em 1940, quando a quantidade era de 1.574. O Gráfico 1 apresenta a evolução do número de municípios brasileiros, entre 1940 e 2010, comparando um censo com o outro. O censo de 1940 foi considerado o “ano-base” e, portanto, recebeu o valor de 0%.

Gráfico 1. Brasil. Evolução do número de municípios, 1940-2010



Fonte: Censos do IBGE
Organização: Fernandes, P. H. C. – 2011

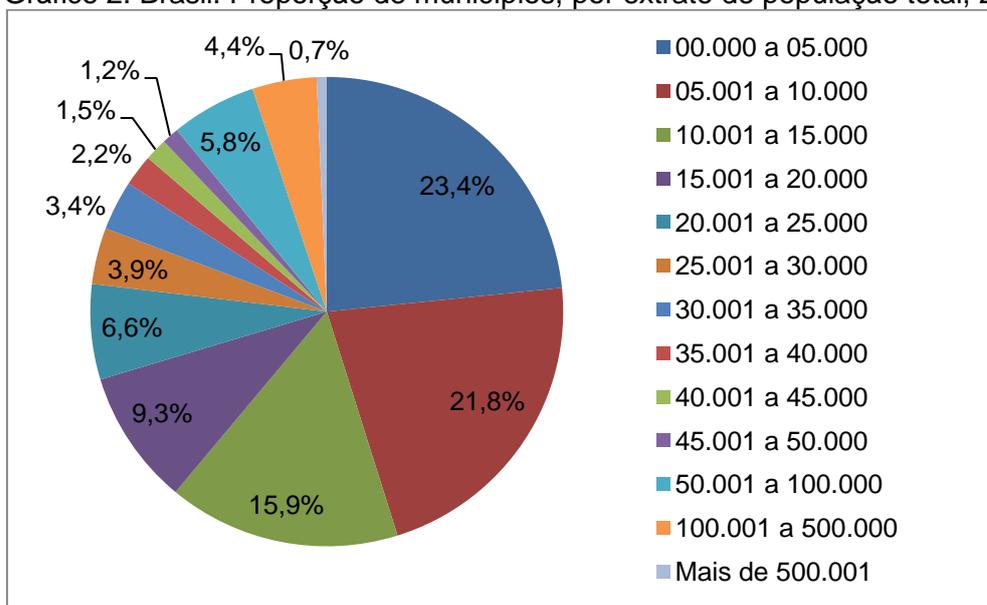
¹⁷ Em países como a Suíça, Grécia, Espanha – na Europa – e Senegal – na África – o patamar mínimo para se reconhecer uma cidade é população absoluta de dez mil habitantes. Na Áustria – na Europa – e na Índia – na Ásia – o patamar é de cinco mil. Na Venezuela – na América – o valor mínimo é de 2.500 habitantes. Em Portugal – na Europa – e Argentina – na América – o valor é de dois mil habitantes. O valor cai para mil habitantes para a Malásia – na Ásia – e na Escócia – na Europa. Por fim, na Dinamarca, aglomerações com 200 pessoas já são consideradas cidades (CLARK, 1991 *apud* GONÇALVES, 2005, p. 33).

Nitidamente, o período de 1950 a 1970, influenciado pelas políticas públicas, representou o apogeu no crescimento do número de municípios brasileiros. Já num período mais recente, de 1991 a 2000, o crescimento voltou a atingir um valor considerável: aumento de 22,6%.

Entretanto, com o último censo do IBGE, em 2010, percebe-se uma estagnação, principalmente devido à existência de leis mais severas para se “criar” um novo município. Logo, de 2000 até 2010 surgiram 58 novos municípios brasileiros. Destes, mais de três quartos são oriundos apenas dos Estados do Rio Grande do Sul (29 ou 50%) e do Mato Grosso (15 unidades ou 25,8%), sendo que 82,7% desses novos municípios possuem, no máximo, cinco mil habitantes.

Nesse sentido, a maioria dos municípios brasileiros são polarizados por uma pequena cidade. O Gráfico 2 apresenta a proporção de municípios brasileiros, por estrato de população total, em 2010.

Gráfico 2. Brasil. Proporção de municípios, por extrato de população total, 2010



Fonte: IBGE, 2010

Organização: Fernandes, P. H. C. – 2011

O primeiro destaque do gráfico é a considerável quantidade de municípios brasileiros com, no máximo, cinco mil habitantes: 23,4%. Estabelecendo o patamar de 20 mil habitantes totais, a quantidade de municípios chega a 77% e, utilizando como parâmetro o intervalo de zero a 100 mil habitantes totais, proposto pelo IBGE, a quantidade salta para quase 95% de municípios.

Contudo, a parcela de municípios brasileiros com no máximo 50 mil habitantes abriga 34% da população brasileira, ou seja, os dados são inversamente proporcionais, como mostra a Tabela 1. O que ocorre é que os agrupamentos humanos estão locados numa pequena quantidade de municípios, ou seja, quase 30% da população brasileira – mais de 55 milhões de pessoas – se amontoam¹⁸ em apenas 0,7% dos municípios.

Tabela 1. Brasil. Proporção de municípios e quantidade e proporção de população total, por extrato de população municipal, 2010

Classe de pop.	% de municípios	Pop. total	% pop. total
00.001 a 05.000	23,4%	4.374.345	2,3%
05.001 a 10.000	21,7%	8.541.935	4,5%
10.001 a 15.000	15,9%	10.750.654	5,6%
15.001 a 20.000	9,3%	8.993.313	4,7%
20.001 a 25.000	6,6%	8.162.635	4,3%
25.001 a 30.000	3,9%	5.845.001	3,1%
30.001 a 35.000	3,4%	6.110.913	3,2%
35.001 a 40.000	2,2%	4.526.091	2,4%
40.001 a 45.000	1,5%	3.634.903	1,9%
45.001 a 50.000	1,2%	3.065.128	1,6%
50.001 a 100.000	5,8%	22.314.204	11,7%
100.001 a 500.000	4,4%	48.565.171	25,4%
Mais de 500.001	0,7%	55.871.506	29,3%
TOTAL	100,0%	190.755.799	100,0%

Fonte: IBGE, 2010

Organização: Fernandes, P. H. C – 2011

Sendo assim, mais do que reconhecer que a maioria da população nacional reside numa cidade média ou metrópole, deve-se considerar a existência de uma parcela expressiva de 64.004.918 pessoas que residem em espaços quase sempre negligenciados pela maioria das políticas públicas.

Ao trabalhar com pequenas cidades, deve-se considerar a população total do município, ou seja, incluir a população rural? Pesquisas que tangenciam a Geografia

¹⁸ O termo utilizado vai ao encontro dos dados acerca da área em que esses grupos residem. De acordo com o IBGE (2010), os 38 municípios com mais de 500.001 habitantes representam menos de 1% da área brasileira. Se considerar o intervalo de 50.001 a mais de 500.001 habitantes (66,5% da população e 10,9% dos municípios), a área aumenta para pouco mais de 18%. As pequenas cidades, considerando o estrato de zero a 50 mil habitantes, são responsáveis por mais de 80% de área do território nacional, sendo que somente os municípios com menos de 20 mil habitantes representam mais de 60% do território.

Urbana não apresentam argumentos convincentes para responder a tal indagação com propriedade. O que se deve pensar é que as pequenas cidades têm papéis claros como localidades centrais, para os quais é fundamental considerar a população no entorno. Por isso, seus papéis estão profundamente relacionados à população que extrapola o pequeno núcleo.

Em resumo, o modo de vida urbano, apesar de ser incompleto e questionável, avança sobre o meio rural com os benefícios da energia elétrica, eletrodomésticos, telefone celular, *internet*, entre outros, sem esquecer-se de considerar que os bens de consumo e os serviços, inclusive os públicos, são adquiridos nos núcleos urbanos.

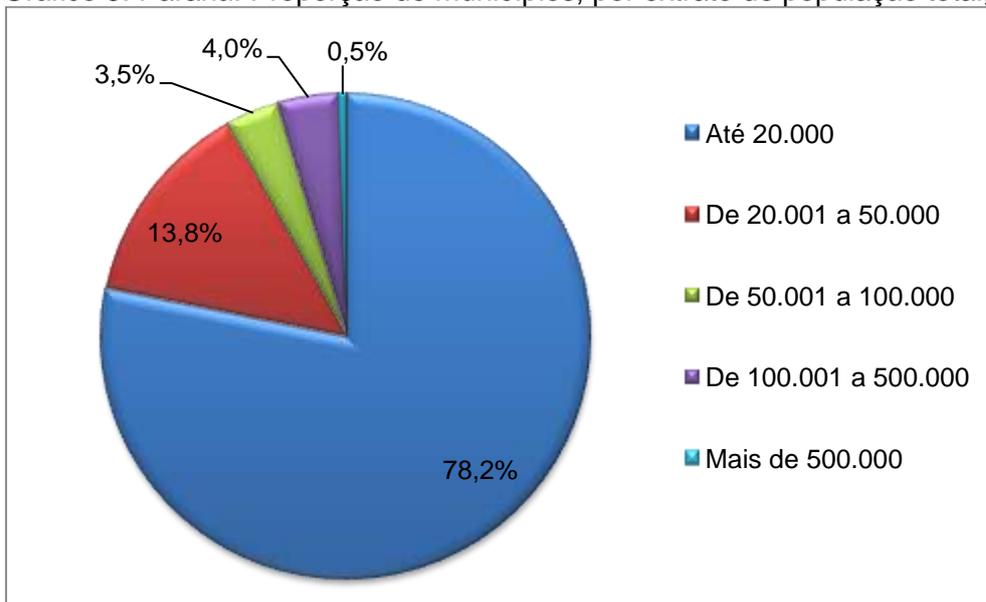
O Estado do Paraná não foge ao contexto nacional de crescimento significativo no número de municípios, sendo a maioria deles polarizados por pequenas cidades. Em 1950, o Estado possuía 80 municípios consolidados. Esse número dobrou em dez anos e triplicou em vinte anos, chegando a 290 municípios em 1980. Desde 2000, o Paraná possui 399 municípios (neste novo século, ainda não houve nenhum novo município emancipado no Estado).

Um dos motivos é a existência de leis mais rígidas, como, por exemplo, a Lei Complementar 56, de 18 de fevereiro de 1991, que dispõe acerca dos desmembramentos municipais no Paraná, entre eles, a existência de uma população mínima de cinco mil habitantes e um núcleo urbano com mais de 100 casas (PARANÁ, 1991).

O Gráfico 3 apresenta a proporção de municípios paranaenses, por estrato de população total, em 2010. A maioria deles, com 78,2% dos municípios do Estado do Paraná, têm, no máximo, 20 mil habitantes. Já considerando como parâmetro a marca de 50 mil habitantes, a quantidade de municípios chega a exatos 92%. Efetivamente, para o caso do Paraná, esses municípios compõem o universo de pequenas cidades.

A população paranaense aumentou quase 400% entre 1950 e 2010, chegando a 10.444.526 habitantes. Assim, o Gráfico 4 destaca a proporção de população paranaense, por estrato de população, em 2010.

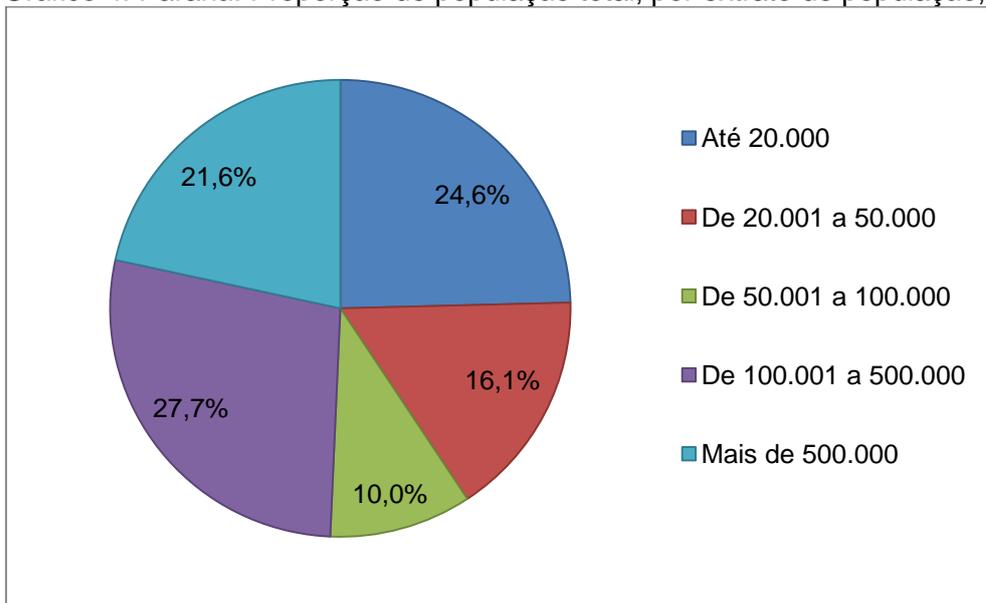
Gráfico 3. Paraná. Proporção de municípios, por extrato de população total, 2010



Fonte: IBGE, 2010

Organização: Fernandes, P. H. C. – 2011

Gráfico 4. Paraná. Proporção de população total, por extrato de população, 2010



Fonte: IBGE, 2010

Organização: Fernandes, P. H. C. – 2011

Os últimos dados divulgados pelo IBGE mostram que há uma verdadeira repartição da população, por estrato: três grupos de municípios aparecem com dados muito próximos: até 20 mil habitantes, de 100.001 a 500 mil e mais de 500 mil. Os municípios com menos de 50 mil habitantes abrigam 40,7% da população estadual – um valor considerável.

A questão do patamar demográfico, associado às pequenas cidades, não fica restrita aos assuntos acadêmicos e da sociedade. Alguns repasses de verba pública federal são definidos e encaminhados seguindo proporções relacionadas à quantidade de habitantes no município. O Fundo de Participação dos Municípios (FPM) é o melhor exemplo deles.

Segundo Mendes, Miranda e Cosio (2008, p. 30), o FPM é uma “transferência redistributiva, paga pela União a todos os municípios do País. (...) trata-se da segunda maior categoria de transferências”. Ela perde apenas para o repasse do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) dos Estados para os municípios.

O FPM, previsto no art. 159, I, *b* e *d*, da Constituição Federal, corresponde a 23,5% da arrecadação da União, dos impostos de renda (IR) e sobre os produtos industrializados (IPI). Esse montante é segmentado em três partes: 10% são entregues aos municípios que são capitais de Estados, 86,4% aos municípios não-capitais e 3,6% constituem uma reserva para suplementar a participação dos municípios mais populosos (MENDES; MIRANDA; COSIO, 2008, p. 30).

O que interessa aqui é o valor de 86,4% para os municípios não-capitais. Essa parcela é partilhada conforme o coeficiente de participação fixado a partir da quantidade de habitantes de cada município. O coeficiente das pequenas cidades brasileiras varia de 0,6 (município com até 10.188 habitantes) até 2,0 (município de 44.149 a 50.940 habitantes).

Esse coeficiente é inserido numa fórmula junto com outros elementos determinantes, como a participação do Estado no FPM-Interior e do somatório de todos os coeficientes dos municípios do mesmo Estado, o que se resultará no valor recebido por cada município. O FPM é muito questionado devido a sua metodologia. Alguns defendem um valor maior para pequenas cidades, enquanto outros preferem aumentar os coeficientes para os espaços mais populosos.

Independente da quantidade absoluta ou do patamar relativo, utilizar apenas os dados demográficos para definir se cidade, e sua classificação como pequena, média, ou qualquer outro enquadramento, tem sido consensualmente apresentado no meio acadêmico como insuficiente.

Aceitar um número mínimo, como o fizeram diversos países e também as Nações Unidas, para caracterizar diferentes tipos de cidades no mundo inteiro, é incorrer no perigo de uma generalização perigosa. O fenômeno urbano, abordado de um ponto de vista funcional, é antes um fenômeno qualitativo e apresenta certos aspectos morfológicos próprios a cada civilização (SANTOS, 1982, p. 70).

Santos alerta que o patamar demográfico não pode ser o elemento determinante na discussão sobre a temática. Um dos motivos que justifica essa preocupação é o fato de o Brasil apresentar grande disparidade regional tanto no tamanho como na ocupação e colonização, ou seja, uma cidade de 38 mil habitantes pode ser considerada de pequeno porte no interior do Rio Grande do Sul e São Paulo, e uma cidade de porte médio e com grande influência regional no interior do Amazonas ou Pará.

Logo, a quantidade e as discussões numéricas devem ser norteadoras, como um primeiro passo, mesmo que complexo e passível de grande discussão, para o debate e não como elemento definidor e exclusivo. Até porque, dentro dessa questão, não existe um consenso entre os pesquisadores acerca do total de população necessária para se enquadrar na categoria de pequena cidade.

Certamente, a utilização de um número não é suficiente para entender o universo das pequenas cidades brasileiras. Segundo Endlich (2006, p. 89), “a divisão do trabalho, a economia de mercado e a capacidade de consumo são indispensáveis nessa análise”. Por sinal, em sua tese de doutorado, a autora aborda os menores núcleos da rede urbana por meio de uma classificação baseada no alcance de seus papéis, também comparativa, no âmbito do conjunto urbano.

Essa forma de trabalhar esses espaços vem dos estudos de Santos (1979), em que o autor utiliza o termo “cidades locais” e propõe entendê-las dentro do contexto urbano, ou seja, com as cidades regionais e as metrópoles. Uma cidade local corresponde à “aglomeração capaz de responder às necessidades vitais mínimas, reais ou criadas de toda uma população, função esta que implica uma vida de relações” (SANTOS, 1979, p. 71).

Assim, a caracterização de uma cidade, inclusive como pequena, está associada à sua inserção numa dada área, região ou rede urbana. Isso porque elas se definem a partir das relações internas e em função das interações externas,

estabelecidas com outras cidades, o que vai definir sua posição no espaço regional ou na rede urbana (CORRÊA, 1994).

Para tal, utiliza-se, como melhor instrumento de análise, o Região de Influência das Cidades (REGIC) do IBGE. Ele trabalha basicamente com a hierarquia dos centros e a delimitação das áreas de influências das cidades, tanto no geral como em elementos específicos, como educação, saúde, lazer, entre outras possibilidades (IBGE, 2007, p. 8-9). A metodologia utilizada pelo IBGE para o estudo do REGIC privilegiou a função de gestão do território¹⁹ e as informações e registros administrativos, tanto de órgãos estatais quanto de empresas privadas.

Assim, foi possível avaliar níveis de centralidade administrativa, jurídica e econômica nas cidades. São alguns exemplos dos dados levantados: atividades de comércio e serviços, atividade financeira, ensino superior, serviços de saúde, *internet*, redes de televisão aberta e transporte aéreo. Posteriormente, foram investigadas ligações entre cidades – compreender a rede urbana – por meio de uma pesquisa direta, levantando informações sobre uma ampla gama de relacionamentos. Logo, como resultado, chegou-se a casos de atuação restrita ao próprio território, exercendo funções centrais apenas para a população local. Inversamente, há cidades cuja centralidade foi identificada a partir do efeito polarizador que exercem sobre outras (IBGE, 2007).

Partindo disso, as cidades foram divididas em cinco níveis, por sua vez, subdivididos em dois ou três subníveis: metrópoles, capital regional, centro sub-regional, centro de zona e centro local. O que interessa dentro da discussão das pequenas cidades são os dois últimos níveis.

O centro de zona é “o nível formado por 556 cidades de menor porte e com atuação restrita à sua área imediata; exercem funções de gestão elementares” (IBGE, 2007, p. 11). Ele é dividido em “centro de zona A” e “centro de zona B”. O primeiro diz respeito a 192 cidades, com medianas de 45 mil habitantes e 49 relacionamentos, sendo que apenas 16 delas não são classificadas como centros de gestão. A segunda corresponde a 364 cidades, com medianas de 23 mil habitantes

¹⁹ O centro de gestão do território, de acordo com Corrêa (1995, p. 83), é aquela cidade onde se localizam, de um lado, os diversos órgãos do Estado e, de outro, as sedes de empresas cujas decisões afetam direta ou indiretamente um dado espaço que passa a ficar sob o controle da cidade através das empresas nela sediadas.

e 16 relacionamentos. A maior parte, 235, não havia sido classificada como centro de gestão territorial, e outras 107 estavam no último nível daquela classificação.

Já o centro local “corresponde a 4.473 cidades cuja centralidade e atuação não extrapolam os limites do seu município, servindo apenas aos seus habitantes” (IBGE, 2007, p. 12). Elas têm população predominantemente inferior a dez mil habitantes. Aqueles habitantes com maior poder aquisitivo acabam consumindo produtos e serviços especializados em centros maiores, enquanto que os demais, com menor poder aquisitivo, consomem aqueles disponíveis na municipalidade, com raras exceções.

A Tabela 2 sintetiza a rede urbana paranaense em cada nível de hierarquização. No Paraná, todos os centros locais são reconhecidos por serem pequenas cidades, enquanto que os centros de zona dependem de análises detalhadas. O caso que mais chama a atenção no Estado é o do município de Ivaiporã, de 31,8 mil habitantes (IBGE, 2010). A sua pequena cidade é classificada pelo IBGE (2007) como um centro sub-regional B, assim como Cianorte, de 69,9 mil habitantes (IBGE, 2010), por polarizar uma grande região, composta por 15 cidades, no centro do Estado. Inclusive, Ivaiporã é muito menor que algumas cidades do nível de centro de zona, como Arapongas, de 104,1 mil habitantes (IBGE, 2010) e Telêmaco Borba, de 69,8 mil (IBGE, 2010).

Tabela 2. Paraná. Quantidade de cidades, por hierarquia, 2007

Hierarquia	Quantidade de cidades
Metrópole	1
Capital Regional A	0
Capital Regional B	3
Capital Regional C	1
Centro Sub-regional A	10
Centro Sub-regional B	4
Centro de Zona A	15
Centro de Zona B	23
Centro Local	342
Total	399

Fonte: IBGE, 2007

Organização: Fernandes, P. H. C. – 2011

Outra forma de compreender a rede urbana passa pela reflexão baseada na formação socioespacial, pensada por Milton Santos, como categoria de análise.

O estudo sobre as formações econômicas e sociais está na possibilidade que eles oferecem de permitir o conhecimento de uma sociedade na sua totalidade e nas suas funções, mas sempre um conhecimento específico, aprendido num dado momento de sua evolução (SANTOS, 1977, p. 84).

A totalidade vai se referir ao modo de produção e às particularidades de como ocorre a acumulação (diferenças das relações de trabalho, tipos de empresa, propriedades rurais, etc.), que irá compor uma formação socioespacial diferenciada. Assim,

Representa um esforço teórico visando explicar as especificidades com que um dado modo de produção concretamente se manifesta (...) um dado modo de produção concretiza-se em diversas formações econômico-social, suas variantes históricas e geográficas ou como variedades regionais (CORRÊA, 2000, p. 123).

Endlich (2006) utilizou essa metodologia em sua tese para estudar as pequenas cidades do Norte e Noroeste do Paraná. De acordo com a autora, nessas regiões, “a presença dessas pequenas cidades é explicada pelo processo de formação socioespacial da região, ocorrido no contexto da economia cafeeira” (ENDLICH, 2006, p. 23). Essa atividade impulsionou a vinda intensa de pequenos produtores e trabalhadores rurais para essas áreas.

Com o declínio da atividade agrícola, principal fonte de renda dos municípios e, por conseguinte, das cidades naquele momento, houve um declínio populacional no campo. Esse declínio “foi esvaziando, também, os numerosos e pequenos núcleos urbanos sob o aspecto funcional, promovendo uma outra mobilidade oriunda das pequenas cidades estagnadas em direção, sobretudo, aos centros maiores” (ENDLICH, 2006, p. 24),

Esses ciclos, marcados pelas migrações do homem do campo e das pequenas cidades, modificaram o espaço regional e a estrutura urbana dessas localidades. Muitas pessoas permaneceram na cidade, contudo com a necessidade de emprego, moradia, serviços em gerais, como educação, e saúde, entre outras necessidades. Todavia, grande parte das pequenas cidades apresenta graves problemas na oferta de serviços, como saúde, educação, segurança, infraestrutura urbana, entre outros serviços.

Melo (2008) também utilizou a formação socioespacial para estudar, em sua tese, as pequenas cidades da Microrregião de Catalão (GO). Segundo a autora, “o povoamento e a formação de núcleos urbanos no sudeste goiano seguiu, no transcorrer do século XIX, mais ou menos, o percurso do gado”. Assim, “foram, aos poucos, surgindo povoados pela extensa área. Alguns desses evoluíram para a condição de arraial, vila, distrito, cidade e município” (MELO, 2008, p. 57-58). Entretanto, as

Mudanças mais intensas, capazes de incitar o surgimento de novos povoados, municípios e cidades, bem como de promover a ampliação do papel econômico e da vida de relações das cidades, nessa área, só ocorreram nas primeiras décadas do século XX, vinculadas às mudanças na economia nacional e regional, sobretudo pela implantação da Estrada de Ferro de Goiás, que interligou o território goiano à região Sudeste do país (MELO, 2008, p. 68).

Assim como ocorreu no Paraná, com a modernização agrícola, incentivada pelas políticas do governo brasileiro, as dinâmicas econômicas dos municípios goianos sofreram transformações. Logo, as cidades passaram a buscar novos papéis e formas de sobreviver.

No caso de Goiás, a autora apresenta que a industrialização, a agroindústria e o turismo acabaram sendo formas de as pequenas cidades não perderem população e se manterem com certo grau de centralidade. Evidentemente, não foram suficientes, mas suavizaram o processo de perda. Entretanto, há casos de pequenas cidades que permanecem como “lugares nos tempos lentos” (MELO, 2008, p. 202), como Cumari, Davinópolis, Goiandira e Nova Aurora.

Vale destacar outros estudos acerca das pequenas cidades: Fresca (1990), em sua dissertação, estudou as cidades paulistas de Inúbia Paulista e Osvaldo Cruz, relacionado-as à dinâmica funcional da rede urbana do Oeste paulista. Os principais resultados dessa pesquisa, tomando como parâmetro as décadas de 1950 e 1980, apontam que há, cada vez mais, processos complexos, sendo econômicos e sociais, ocorrendo nas pequenas cidades. Tais processos, influenciados pela globalização e avanços dos meios técnicos, resultam em novas formas, funções, refuncionalização, etc.

A refuncionalização dos pequenos centros é uma maneira que os municípios encontraram para melhorar a condição local. Ela ocorre por meio de duas

possibilidades. A primeira diz respeito à perda, relativa ou absoluta, de centralidade, acompanhada em muitos casos pelo desenvolvimento de novas funções não-centrais e ligadas diretamente à produção no campo. A segunda diz respeito à transformação do pequeno núcleo a partir de novas atividades (CORRÊA, 1999).

Soares apresenta vasta contribuição associada à conceitualização das pequenas cidades, principalmente contextualizando-as na rede urbana do cerrado, no Sudeste goiano e no Triângulo mineiro/Alto Paranaíba e no Norte de Minas Gerais. A preocupação da autora em seus estudos é clara:

Que políticas públicas seriam destinadas a estas pequenas aglomerações urbanas que também apresentam problemas de degradação ambiental, favelamento, retenção especulativa dos terrenos e que somam 4.172 municípios brasileiros? Como os geógrafos, preocupados com a dinâmica das cidades vão refletir sobre o isolamento e a precariedade social das pequenas cidades? (SOARES, 2003, p. 83).

As indagações de Soares são pertinentes. Ela defende a necessidade de uma maior reflexão em entender as pequenas cidades na rede urbana. É necessário, também, pensar numa metodologia teórico-conceitual para esses estudos; afinal, nessas localidades existem muitos problemas, assim como os que ocorrem nas grandes cidades.

Nesse sentido, Gonçalves (2005), em sua dissertação *Cidades pequenas, grandes problemas*, apresentou os problemas de 21 pequenas cidades no Agreste potiguar. Em resumo, as mudanças que transformaram a estrutura produtiva do Rio Grande do Norte desencadearam uma grande crise na economia do Agreste do Estado. Isso, aliado à insuficiente atuação do poder público, contribuiu para o surgimento de vários problemas socioespaciais, dentre os quais se destacam: a fragilidade econômica, o desemprego generalizado, a falta de segurança e a ausência de infraestrutura urbana suficiente para atender à demanda social.

Oliveira (2006) fez um estudo sobre pequenas cidades na Região Amazônica brasileira. Ele definiu-os, entre outras considerações, pelas seguintes características: atividades econômicas quase nulas, com o predomínio de trabalho ligado aos serviços públicos; baixa articulação com as cidades do entorno; predominância de atividades caracterizadas como rurais; e, por fim, pouca capacidade de oferecimento de serviços, mesmo os básicos, ligados à saúde, à

educação e à segurança. Vale lembrar que essas características da região amazônica, apesar da possibilidade de existir em outras regiões, é uma característica própria daquela rede desarticulada.

Finalmente, Bacelar (2008, p. 26) propõe-se a estudar três municípios com menos de 10 mil habitantes, a saber, Estrela do Sul, Grupiara e Cascalho Rico, no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, levando em consideração “aspectos sociais internos (emprego, saúde, lazer, cultura), econômicos (geração de renda e questões demográficas), ambientais, tributários e de administração pública”. O principal argumento que justificou a escolha dele deve-se ao fato da longa história de administração pública nesses três municípios, principalmente o caso de Estrela do Sul, recorte principal da tese.

Contextualizando o exposto até o momento, tem-se, impulsionado pelo capitalismo, pela globalização e pela urbanização, uma ampliação efetiva da esfera urbana. Em vista disso, emerge a ausência de urbanidade e serviços básicos para o bem-estar social, entre eles o de segurança pública. Sendo assim, alguns valores se perdem, como o coletivo e o espaço público, e algumas tendências se ampliam, como o sentimento de insegurança e as dificuldades para uma sociabilidade positiva. Tais assuntos, problematizados nas pequenas cidades, são poucos abordados nos estudos geográficos. Essa é uma lacuna que se pretende avançar nesta parte.

1.2 Violência e sentimento de insegurança urbana

Essas perspectivas de análise pretendem apresentar uma dimensão do espaço concreto da cidade para a sua sociedade local, assim como ele condiciona as relações sociais e interfere nas ações cotidianas, por menores que sejam. Estabelecer esses parâmetros de análise não significa trabalhar necessariamente com elementos isolados e desconectados das análises econômicas, pelo contrário, significa pressupor as contradições por elas engendradas. São apenas dimensões diferentes do mesmo processo.

As reflexões teóricas levantadas, debatidas e construídas constituem uma interface da Geografia com a Sociologia, Filosofia e História, no que diz respeito ao

diálogo sobre a violência – por conseguinte, a violência urbana –, o sentimento de insegurança urbana, a sociabilidade e as relações interpessoais.

O espaço de análise do trabalho, já mencionado anteriormente, é o das pequenas cidades. Assim, apesar de as reflexões teóricas contemplarem o espaço oposto ao delas – as áreas metropolitanas –, pretende-se desvendar os vínculos existentes nesse urbano complexo e diferente, não apenas pelo patamar demográfico, mas pelas relações que tangenciam os seus moradores.

As indagações acerca da questão da violência e do sentimento de insegurança urbana vão além da realidade social materializada nos espaços metropolitanos. Considera-se o contexto social mais amplo, tomando este como uma questão social cada vez mais relevante no mundo contemporâneo neoliberal que ancora interesses individuais e imediatos de ganhar e lucrar, em detrimento dos interesses coletivos, no que permeia a construção de uma nova forma de sociabilidade. As pequenas cidades, assim como as demais, fazem parte dessa realidade e não podem ser olvidadas.

O aumento da violência e do sentimento de insegurança urbana é um fenômeno relativamente recente. A discussão tem como elemento principal o ser humano e, por isso, vem permeando uma grande corrente de pesquisadores que se propõem estudar a temática e entender o comportamento humano frente à realidade.

O esgarçamento do tecido social, a violência urbana, a fragmentação que atinge todas as formas de organização celular e a perda do ímpeto dos movimentos sociais, além dos novos desafios colocados pela teoria econômica neoliberal, que permanece centrada no indivíduo e no interesse, têm levado numerosos cientistas sociais a recuperar os termos do debate no início do século [XX] (ZALUAR, 1997, s. p.).

No Brasil, apesar do anseio nacional por segurança, a compreensão do fenômeno, em cada localidade, necessita, além do conhecimento teórico, de trabalhos empíricos para entender as mudanças que ocorrem em cada espaço. Todavia, o que certamente fica evidenciado, como totalidade, é que a violência parece não ser mais uma característica predominante apenas dos espaços metropolitanos. Essa discussão vem sendo feita por estudiosos no campo que se denomina “interiorização da violência”.

A violência é um campo amplamente abordado na sociedade, na política, na imprensa e nos meios acadêmicos²⁰. Na grande maioria dos trabalhos acerca da temática, independentemente da linha teórica do autor, os espaços contemplados pelos estudos são quase sempre os metropolitanos e/ou as cidades médias. Em resumo, fala-se, principalmente, de violência e insegurança nas metrópoles de São Paulo e do Rio de Janeiro. Entretanto, no final do século XX e início do século XXI, a violência aumentou quantitativamente, inclusive nos espaços não-metropolitanos, como as pequenas cidades e o campo.

Para entender o sentimento de insegurança urbana, deve-se partir das noções básicas acerca dos conceitos de violência e da violência urbana. Violência é um termo oriundo do latim *vis*, e significa “força”. No século XVIII, o sentido passou a ser o de “abuso de força”, enquanto passou a ser “força brutal para submeter alguém”, no século XX. Ou seja, houve uma ampliação no campo semântico (RIFIOTIS, 1999, p. 28; MAGALHÃES, 2009, p. 321-322).

Viana (2002, p. 7), de maneira bem simplificada, define violência como “uma relação social na qual um grupo ou indivíduo impõe algo a outro grupo ou indivíduo”. Deve considerar, também, a existência de diferenças substanciais nas representações sociais de violência, ou seja, como cada faixa etária e classes sociais vêem esses fenômenos.

Apesar das tentativas de definição, Rifiotis (1999, p. 28) classifica violência como “(...) uma palavra singular. Seu uso recorrente a tornou de tal modo familiar que parece desnecessário defini-la.” A sua utilização resulta de uma generalização de diversos fenômenos, sempre de modo negativo²¹. Partindo da premissa que engloba uma pluralidade de formas e significados, conforme o referido autor:

²⁰ Alguns dos grupos de estudos no Brasil: Rede Aberta de Investigação da Violência (RAIVA), Laboratório de Estudos da Violência (LEVIS) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Núcleo de Estudos da Violência (NEV) da Universidade de São Paulo (USP), Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (CRISP) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Grupo de Estudos e Análise dos Fenômenos Urbanos e da Violência do Departamento de Estatística, Matemática Aplicada e Computação da Unesp, *campus* de Rio Claro (SP).

²¹ Antagonicamente ao lado negativo da violência, existem estudos relacionados à positividade dela. A matriz básica são os trabalhos de Pierre Clastres que se refere à noção de “sociedades contra o Estado”, utilizada na análise da guerra nas sociedades indígenas. O Estado funciona como uma máquina de unificação, enquanto a violência e, em particular a guerra, atuaria no sentido inverso. A violência pode atuar como uma espécie de força dispersiva, voltada para a manutenção das diferenças, em contraponto à homogeneização que a centralidade dos poderes procura instaurar. Em termos de um possível modelo teórico, a violência poderia também ser pensada nos aspectos que fazem dela um elemento instaurador de identidades locais (étnicas, culturais, etc.) e da construção de subjetividades por meio dos processos de socialização (RIFIOTIS, 2006, p. 8-9).

Sua redução a uma forma singular e negativa pode ser entendida como expressão de uma percepção social marcada pela prevalência da atitude racional e pelo desprezo da dimensão não-racional do comportamento humano (RIFIOTIS, 1999, p. 28).

A questão da violência não é algo que ocorre apenas na sociedade atual. Segundo Teixeira e Porto (1998, p. 57), Michel Maffesoli, em 1978, tratava a violência como “herança comum a todo e qualquer conjunto civilizatório, estruturando constantemente a vida em sociedade”. Assim, no momento em que existe uma consolidação de um dinamismo social, haverá o conflito e o confronto, onde a luta, fundamento de toda relação social, se “manifesta em instabilidade, espontaneidade, multiplicidade, desacordos e recusas” (TEIXEIRA; PORTO, 1998, p. 58).

Nesse sentido, Moreira, Abreu e Oliveira (2006, p. 629) avaliam o fenômeno da violência como “inerente à condição humana”, tomando como base o discurso freudiano. Em outras palavras, a energia original que circula entre os sujeitos é a agressividade: Freud apresenta a sociabilidade como um movimento secundário em relação à agressividade e como uma forma de driblar a condição humana de desamparo.

Assim, a sociedade teria “domesticado progressivamente sua violência a partir da Idade Média ou do fim das conquistas coloniais, tornando-se uma civilização *contra-a-violência*” (CLASTRES, 1977 *apud* PEDRAZZINI, 2006, p. 20). Logo,

Os atos de barbárie cometidos desde então – guerras, (...), mortes passionais, violências domésticas, (...), pedofilia, terrorismos, penas de morte, máfias, tráfico, corrupções, segregações, explorações exclusões, sadismos – seriam resíduos de épocas remotas, condenados a desaparecer com o progresso moral da humanidade (PEDRAZZINI, 2006, p. 20).

O fato é que se deve reconhecer que “cinco séculos após o início da era de civilização, a violência segue intrinsecamente ligada a inúmeros atos humanos” (PEDRAZZINI, 2006, p. 20). Ela se converteu, assim, no ícone da modernidade em crise, sendo, de acordo com Rifiotis (1999, p. 28), “uma espécie de ‘parte maldita’, um ‘resquício’, um elo da corrente que nos prende no passado”. Ou, como classifica

Frankl (1978, p. 65 *apud* Moreira, Abreu e Oliveira, 2006, p. 630), “uma espécie de patrimônio hereditário de nossos antepassados subumanos”.

Entretanto, ela ganhou maior proporção, no mundo, a partir da consolidação do capitalismo, intensificando-se cada vez mais com o advento da globalização e com a busca desenfreada de prazer e poder. Logo, ela se tornou desterritorializada e onipresente, no sentido de não pertencer exclusivamente a um só espaço e não estar condicionada apenas a um grupo social. Da mesma maneira, “os habitantes urbanos não conseguem mais distinguir as violências que os assustam, tampouco identificar o ‘inimigo’ ou o ‘agressor’” (PEDRAZZINI, 2006, p. 100).

Souza (2008, p. 148) partilha da linha que o “sistema capitalista é, ele próprio, ‘criminógeno’”. Para ele, o modelo social de hoje é assim por despertar um irrefreável desejo de consumo, ao mesmo tempo em que propicia somente a poucos a chance de satisfazê-los; por colocar o “eu” muito acima do “nós” e do “ter” acima do “ser”; por privilegiar a propriedade em detrimento da vida; por engendrar uma “indústria cultural” que se alimenta da criminalidade violenta; e finalmente, por facilitar, por meio de desregulações, a lavagem de dinheiro, a corrupção e a injustiça social, o que permite aos abastados vários privilégios, como não ser presos ou julgados.

O que se percebe é uma alienação em relação ao fenômeno de violência na localidade. É uma abdicação de tentar agir contra o problema em prol da sociedade como uma totalidade. É se esquivar de fazer parte de uma sociedade injusta e que tem considerada parcela de culpa na ampliação dos casos de violência. Enfim, é esquecer e/ou fingir que existem pessoas menos favorecidas e pensar apenas na “tranquilidade” de suas vidas.

Além disso, para Silva (2004), os estudos sobre a violência precisam contornar dois erros corriqueiros entre os pesquisadores: a circularidade que envolve a confusão entre o objeto e o conceito, ou seja, a violência é, ao mesmo tempo, o tema ou a questão a ser entendida e o fundamento de análise, e o reducionismo (homogeneização da violência e do espaço).

Goes (1998; 2004; 2009) discute diversas ramificações relacionadas à violência, ao sentimento de insegurança urbana e à exclusão social, entre elas: as rebeliões nos presídios paulistas; a imagem da polícia, tal como ela influencia nas relações de cidadania e violência; a transição política no Brasil e seus

desdobramentos, principalmente acerca das instituições de controle social, particularmente das penitenciárias em São Paulo; a presença das penitenciárias em cidades médias e pequenas e suas consequências na localidade; e o papel desempenhado pela mídia perante estes assuntos.

A exclusão pode ser considerada um dos fatores geradores de violência. Esse conceito, de acordo com Zaluar (1997, s.d.), “vem, de fato, de toda uma tradição nos estudos de sistemas simbólicos que dominaram o pensamento social”. Segundo a autora, qualquer sistema classificatório ou qualquer comunidade²², como identidade que se diferencia da outra, cria a exclusão, como, por exemplo: grupos religiosos, raciais, familiares e de localidades.

A exclusão, que vem a ser, portanto, um traço constitutivo da classificação na qual se baseia o conceito estrutural de identidade social. (...) optar pela inclusão é optar por um patamar comum de identidade e pertencimento social sobrepujando as diferenças (ZALUAR, 1997, s. p.).

No Brasil, uma das mais claras situações de exclusão é a soma da discriminação racial com a social (econômica e de moradia), ou, em outras palavras, contra o pobre, principalmente o da periferia. “O que dizer então dos presos, que além de serem pobres, em sua imensa maioria, ainda cometem crime?” (GOES, 2004, p. 227). Quando se fala, então, na questão da violência tal exclusão é potencializada, ou, como define Goes (2004, p. 228), “um processo de auto-afirmação centrado na reprodução da exclusão”.

Certamente, ela não é somente isso. A exclusão se revela também quando “as pessoas são sistematicamente excluídas dos serviços, benesses e garantias

²² Comunidade é um daqueles conceitos que vale a pena abordar. É uma palavra daquelas que causa uma boa sensação, ou seja, o que quer que ela signifique, sempre parece ser bom “ter uma comunidade” e “estar em comunidade”. As primeiras definições, a partir de uma pré-concepção acrítica desse conceito, remetem justamente a esta ideia de uma “coisa boa”, de um paraíso ligado à inocência, de pertencimento a um grupo sem interesses individualistas. Seria como um lugar confortável ou como chamou Rosenberg, “círculo aconchegante”. O modo de viver em comunidade seguiria a ética, os compromissos em longo prazo, os direitos inalienáveis, o compartilhamento e o direito a segurança e proteção contra os erros que viessem a acontecer. Com a Revolução Industrial e na formação do Estado-nação emerge o processo de desconstrução da ideia de comunidade, principalmente quando se observa a ampliação da divisão da sociedade em classes econômicas e a disjuntiva entre liberdade e segurança (estar ou não em comunidade). Passou, então, o conceito para noção de “identidade”, mas sem uma visão de superioridade ou inferioridade e, sim, com a concepção de diversidade, responsabilidade e direitos. A implementação prática deste conceito na realidade ainda é a principal dificuldade. Hoje, os contemporâneos buscam um sentido de comunidade que se perdeu (BAUMAN, 2003, p 7-68).

oferecidos ou assegurados pelo Estado, pensados, em geral, como direitos de cidadania” (ZALUAR, 1997, s. p.). Zaluar, ainda, lembra que ela influencia não somente essa relação da sociedade com o Estado, mas também a relação entre a própria sociedade, por meio das relações interpessoais, inclusive, ressaltando, as participações no espaço público. Rodrigues (2002, p. 78) chama de “incapacidade das cidades [Estado] em atender os que nela vivem”, onde se deveria refletir como as pessoas agiriam e se comportariam se tivessem infraestrutura, equipamentos e meios de consumo coletivos adequados.

Para Bauman (2007, p. 75; 2009, p. 23-25), a exclusão, como consequência direta da decomposição do Estado social, ocorre como aparência de algo definitivo, uma via de mão única, transforma os excluídos em “classes perigosas”. Estas, não mais encaradas como passíveis de serem “reeducadas”, “reabilitadas” e “restituídas à sociedade”, mas como inaptas para serem “socialmente recicladas”. Logo, elas acabam sendo afastadas e direcionadas às margens para serem impedidos de criar problemas ao restante da sociedade.

Numa sociedade em que o diferente é rejeitado, culpabilizado pelos problemas sociais e identificados com certos lugares como cortiços e favelas, a representação do preso como desumano, perigoso e irrecuperável se radicaliza a partir dessa cobertura da mídia, como se o crime, e, portanto, o criminoso não fizesse, intrínseca e contraditoriamente, parte dessa sociedade (GOES, 2004, p. 235).

Essas pessoas são definidas absurdamente em um termo, criado nos Estados Unidos da América e difundido na Europa: *underclass*, ou subclasse. Ele significa estar fora do sistema de classes, excluído, “não servir para nada”. Em resumo, o termo reproduz o sentimento idealizador da burguesia de constituir um grupo de pessoas que deveria desaparecer de uma vez por todas para trazer melhorias à sociedade e à segurança dela (BAUMAN, 2009).

A violência urbana é todo o exposto anteriormente, tendo como lugar de ocorrência o espaço urbano. Ela é definida, também, como “derivada da organização do espaço urbano” (VIANA, 2002, p. 29), como a divisão social do trabalho, desigualdades sociais – emprego, moradia, transporte, educação, saúde, lazer, religião, conflitos sociais, ações do Estado, agentes valorizadores do solo urbano, estruturas físicas, entre outros fatores.

A violência urbana é, nos estudos de Silva (2004, p. 59), “uma forma de vida constituída pelo uso da força como princípio organizador das relações sociais”. Segundo o autor, ela não se refere a “comportamentos isolados, mas à sua articulação como uma ordem social”. Ou seja, as cidades brasileiras vivem “um processo de consolidação de uma ordem social cujo princípio de organização é o recurso universal à força” (SILVA, 2004, p. 62), ameaçando assim a segurança, em sua totalidade.

Por conseguinte, a Geografia, como as demais Ciências Humanas, deve participar ativamente desse debate, pois a violência urbana passou a ser um elemento principal e condicionante nas relações e no modo de vida da população, inclusive da população de pequenas cidades e do campo. Portanto, o desafio para as análises são a riqueza de ambiguidade da violência urbana perante a sociedade brasileira:

Expõe a vivência coletiva do caráter fragmentado da forma de vida urbana no Brasil de hoje e introduz a possibilidade de aprender um padrão de sociabilidade construído (pelos dominados) como violência urbana, a partir da incorporação crítica desta representação (SILVA, 2004, p. 59).

O sociólogo apresenta, ainda, uma perspectiva relevante ao descrever a violência urbana como algo “muito difundida e coletivamente aceita”, pois reflete a realidade perante o tratamento do assunto. Ou seja, ela é uma

Expressão muito difundida e coletivamente aceita pelas populações urbanas para descrever cognitivamente e organizar o sentido subjetivo das práticas que envolvem o que legalmente se define como crime comum violento e suas vítimas atuais ou potenciais (SILVA, 2004, p. 57).

O que ele quer ressaltar é que se chegou a um ponto que determinadas situações que ocorrem no dia a dia passaram a não comover, emocionar ou criar um sentimento de insatisfação. Ou seja, há uma banalização da violência urbana, principalmente com os casos de homicídios, furtos e roubos.

Esse fenômeno que o autor estuda alcançou um patamar de reprodução em pequenas cidades e até no campo. O fato é que a aceitação da existência da violência urbana na sociedade é percebida em todos os lugares, independentemente

se ela aumentou efetivamente, se a localidade é pequena, média ou grande, ou se está próxima às capitais ou distante dos principais centros urbanos.

Partindo disso, a sensação é que, cada vez mais, as pessoas estão intolerantes umas com as outras. A intransigência, que parece não ter fim, oriunda e justificada por qualquer motivo, compõe um conjunto totalitário inaceitável. Por isso, no que diz respeito ao âmbito das rotinas cotidianas, a violência urbana, atrelada a outros fatores, constrói “modelos de comportamento e experiências vividas não convencionais” (SILVA, 2004, p. 61), entre os quais se destacam o medo²³ e, por conseguinte, o sentimento de insegurança urbana.

Optou-se, neste trabalho, por avançar na discussão acerca do sentimento de insegurança urbana, principalmente para buscar respostas para os objetivos propostos na introdução. Esse sentimento generalizado está no centro dos debates da vida urbana, seja na mídia, nas escolas, nas universidades, seja no cotidiano das pessoas.

Bauman (2007, p. 65) alerta que, desde seu início, o Estado moderno foi confrontado com a tarefa de administrar o medo: “precisava tecer uma rede de proteção a partir do zero a fim de substituir a antiga, deixada de lado pela revolução moderna”. Assim o Estado não o fez. E pior, com a ampliação da modernidade, a proteção passou a se fragilizar ainda mais.

Para entender a insegurança urbana, deve-se ter como premissa que a “impressão de que a insegurança pública ‘piorou’ ou ‘melhorou’ é sempre decorrente de uma comparação no tempo” (SOUZA, 2008, p. 7) e que ela nasce de “um sentimento de impotência: de não estar mais no controle” (BAUMAN, 2007, p. 32).

O sentimento de insegurança urbana, então, basicamente ocorre quando um indivíduo ou um grupo de pessoas se sente inseguro em determinado espaço urbano ou em alguma localidade, por qualquer motivo que seja, real ou não. A noção de sentimento é abstrata, difícil de descrever com precisão, e varia no período, no

²³ Medo é um sentimento apreendido em perceber a existência de mecanismos de defesa recorrentes em casos de perigo (GAVIRIA M., 2008, p. 93). Para Bueno (1996, p. 423), é um receio de algo. Para Souza (2008, p. 40), ele parece estar enraizado inclusive na psicologia coletiva, provocando consequências comportamentais diversas, até mesmo psicopatológicas. De acordo com Chauí (2006, p. 87-88), nas “sociedades aristocráticas, fundamentalmente guerreiras, o medo sempre foi articulado à covardia diante dos perigos da guerra e contraposto à coragem como virtude própria dos guerreiros”. Com o advento da sociedade burguesa transforma os valores éticos e sociais, fazendo com que o medo se tornasse um sentimento comum a todos os homens. O medo da sociedade moderna não é o mesmo da medieval. Por fim, Pedrazzini (2006, p. 48) fala que, no futuro, haverá um provável “Ministério do Medo”.

tempo e na intensidade de pessoa para pessoa. Abrange influências internas (psicológicas) e externas (eventos no meio). Em resumo, em relação à insegurança, esta consiste na “idéia de que o perigo está em toda parte” (BAUMAN, 2009, p. 16). Nas palavras de Pedrazzini (2006, p. 99):

O problema não se restringe às grandes cidades (...) observamos o sentimento de insegurança invadir igualmente cidades médias e pequenas (...) que se encontram expostas à globalização desse sentimento urbano, hoje também perceptível em meio rural.

São ideias que corroboram a preocupação que permeia este trabalho. Segundo Souza (2008, p. 29), “a percepção pública da insegurança pode não evoluir, ao menos durante um tempo, de maneira totalmente proporcional e coerente com as taxas de crimes violentos”. O reflexo disso, ainda de acordo com o autor, é uma “guerra civil” de cidadão contra cidadão, em que se ampliam os obstáculos de enfrentamento dos fatores de injustiça social. Logo, “o sentimento de insegurança (...) acentua a distância com o outro, com o pobre, o ‘novo bárbaro’” (PEDRAZZINI, 2006, p. 100). Portanto, as divisões sociais se ampliam, assim como a fragmentação do tecido urbano e social.

De acordo com Teixeira e Porto (1998, p. 52), “a insegurança no mundo moderno está cada vez mais ligada à ascensão da violência, que, por sua vez, promove a base e o fortalecimento de um imaginário²⁴ do medo”. Tal imaginário, assim como o próprio sentimento de insegurança e a concretização de ambos no espaço geográfico, tem suas raízes fincadas paradoxalmente em duas situações:

Por um lado, numa crença infinita da razão, que pretende explicar o medo por meio do conhecimento científico e eliminar simultânea e gradativamente formas simbólicas de tratá-lo; por outro, num excessivo individualismo próprio do liberalismo moderno (*self-made man*), que vem promovendo, cada vez mais, o distanciamento entre os indivíduos (TEIXEIRA; PORTO, 1998, p. 53).

²⁴ O uso do termo “imaginário” caminha no sentido das discussões de Gilbert Durand (1989) e representa um conjunto de imagens e de relações de imagens que constituem o capital pensante do *homo sapiens* (TEIXEIRA; PORTO, 1998, p. 63), de Carrión Mena e Núñez-Vega (2006, p. 9), que discorrem sobre os planos distintos de aproximação presentes na totalidade das cidades, variando de localidades emblemáticas até espaços com menor grau de intensidade, e de Fonseca (2000, p. 34), que descreve como “o balizamento específico da ampla rede cultural/simbólica que toda coletividade produz e através do qual capta a si mesma, sua realidade, suas fronteiras e condicionantes (...) é também o motor das potências organizacionais e das competências funcionais da realidade”.

Nesse caso, seguindo os autores, o corpo responde a tal sentimento, ou seja, a pessoa sai do estado de tranquilidade, de calma, de sossego, analogicamente, do sonho, passando para um estado de inquietude e de pesadelo, entre outras formas de reação. Acaba por alterar rotina, mudar hábitos e fazer com que se ande sempre na defensiva.

Partindo disso, Souza (2008, p. 9) formou o conceito de fobópole, que corresponde ao “resultado da combinação de dois elementos de composição, derivados das palavras gregas *phóbos*, que significa ‘medo’, e *pólis*, que significa ‘cidade’”. Ou seja, fobópole é a “cidade do medo” ou “medo da cidade” ou ainda “uma cidade dominada pelo medo da criminalidade”. A palavra condensa na cidade:

O medo e a percepção do crescente risco, do ângulo da segurança pública, assumem uma posição cada vez mais proeminente nas conversas, nos noticiários da grande imprensa, etc., o que se relaciona, complexamente, com vários fenômenos de tipo defensivo, preventivo ou repressor, levados a efeito pelo Estado ou pela sociedade civil (...) e se faz presente, hoje, em qualquer cidade. [grifo do autor] (SOUZA, 2008, p. 9).

O grifo da citação é importante, pois, apesar de Souza discorrer constantemente sobre as metrópoles de São Paulo e, principalmente, do Rio de Janeiro, ele reconhece que o medo e a insegurança estão presentes em qualquer cidade. Todavia, há o alerta de considerar que a intensidade deles varia de localidade para localidade.

Souza (2008, p. 37) lembra que “a transformação de uma urbe em fobópole é um desafio civil – (socio)político, (socio)econômico e cultural –, não um desafio militar”. Portanto, para ele, é justamente em cidades social, política e espacialmente fragmentadas que o medo prospera, sendo elas as fobópoles por excelência.

Bauman (2007, p. 7-9) expõe tal sentimento a uma mudança em curso no mundo que acarreta grandes desafios para se estudar, como a passagem da fase “sólida” da modernidade para a “líquida”; a retração ou redução da segurança, endossada pelo Estado; o solapamento dos alicerces da solidariedade social; o colapso do pensamento, do planejamento e da ação em longo prazo e do enfraquecimento das estruturas sociais. A passagem da fase sólida para a fase líquida,

Ou seja, para uma condição em que as organizações sociais (estruturas que limitam as escolhas individuais, instituições que asseguram a repetição de rotina, padrões de comportamento aceitáveis) não podem mais manter sua forma por muito tempo (nem se espera que o façam), pois se decompõem e se dissolvem mais rápido que o tempo que leva para moldá-las, e uma vez reorganizadas, para que se estabeleçam (BAUMAN, 2007, p. 7).

Nessa passagem de fase, as mais prováveis e significativas tendências sociais, culturais e políticas são: segregação das novas elites; seu afastamento dos compromissos que tinham com o *populus* do local no passado; e o abismo entre os espaços onde vivem os separatistas – burguesia e classe média – e os que foram deixados para trás – classe menos favorecida. Há, então, na maioria dos casos, um abandono do “modelo de justiça social como horizonte” (BAUMAN, 2003, p. 69).

Na questão da administração do medo, enquanto o estado sólido tendia a substituir os vínculos naturais danificados por seus equivalentes artificiais na forma de associações, sindicatos e coletividades, unificados por interesses compartilhados, ele chega ao estado líquido, com a desintegração da solidariedade, com as proteções modernas, artificiais e tecnológicas, afrouxadas, desmontadas e removidas (BAUMAN, 2007).

Na questão econômica, de acordo com Bauman (2010), o que ocorre é a passagem da sociedade de produtores (sólida) para uma de consumidores – mercado do consumo (líquida). Ou seja, o capitalismo buscou em subvenções estatais para se criar uma cultura de consumismo.

As fontes de lucro do capitalismo se deslocaram ou foram deslocadas da exploração da mão de obra operária para a exploração dos consumidores. E também porque os pobres, despojados dos recursos necessários para responder às seduções dos mercados de consumo, precisam de dinheiro – não dos tipos de serviços oferecidos pelo Estado assistencial – para se tornarem úteis segundo a concepção capitalista de “utilidade” (BAUMAN, 2010, p. 32).

Logo, com o aumento do sentimento de insegurança, o Estado toma “medidas cada vez mais autoritárias, leis cada vez mais punitivas, legitimadas por demandas sociais de proteções reais” (TEIXEIRA; PORTO, 1998, p. 56), principalmente para proteger aquelas estratificações de maior poder aquisitivo que entram numa busca

incessante de segurança, enquanto para as classes mais baixas funcionam como um controle social.

Paradoxalmente, são justamente as classes de maior poder aquisitivo que têm condição de adquirir e financiar a “indústria de segurança”. Cria-se, assim, similar ao capital financeiro e simbólico, um chamado capital da segurança²⁵ –, instalando câmeras, cercas elétricas, alarmes e grades ou pagando segurança particular, segurança de rua (guardas com motocicletas), seguro privado, entre outros serviços. O que se percebe é que as classes menos favorecidas²⁶, à mercê da insuficiência da ação do Estado, ficam mais sujeitas à violência urbana e podem sentir com maior intensidade o sentimento de insegurança.

Cubas (2002) estudou a expansão das empresas de segurança privada. No Brasil, a atividade de segurança privada teve início com a primeira legislação sobre o assunto, a saber, o Decreto-Lei 1.034 de 1969, regulamentado pela Lei 7.102 de 1983. Da regulamentação até 2000, haviam sido publicados, “no Diário Oficial da União, 1.400 alvarás de funcionamento para empresas de segurança em todo o Brasil” (CUBAS, 2002, p. 74), sendo mais da metade deles somente nos últimos cinco anos.

Já Bauman (2009, p. 55) prefere chamar de “capital do medo”. Ele envolve desde equipamentos eletrônicos até carros blindados, roupas protegidas e aulas de artes marciais. O seu resultado é uma transformação em um lucro político e comercial que beneficia a poucos. Para ele, a explicação para isso é simples: quanto mais se afasta da vizinhança, mais confiança é depositada na vigilância do ambiente. Ou seja, cada vez mais as casas são construídas para proteger seus habitantes, como se estivessem numa fortaleza, num castelo, como um feudo próprio, a integrá-los com as comunidades às quais pertencem. Além das causas, há uma ampliação da “segurança pessoal”.

²⁵ Especula-se que o mercado mundial de defesa contra o terrorismo é avaliado em 100 bilhões de euros, cerca de 250 bilhões de reais, e o de segurança das redes de informação, em 50 bilhões de euros, 120 bilhões de reais (STROOBANTS, 2004 *apud* PEDRAZZINI, 2006, p. 114). No Brasil, em 2005, a indústria da segurança movimentou 12 bilhões de reais no ano (8% a mais que 2004), com quase duas mil empresas e 400 mil funcionários (RAMIRO, 2005).

²⁶ Chamadas também de classes populares, correspondem a um segmento populacional em função das condições concretas de vida, como: habitações precárias, ingressos monetários reduzidos (independentemente de ele provir de uma inserção no mercado de trabalho formal ou informal), difícil acesso aos direitos sociais como saúde, educação, aposentadoria e saneamento básico (DURHAM, 1986 *apud* BAZON, 2000, p. 42).

Violência e sentimento de insegurança urbana em pequenas cidades

Em relação a esse item, pode-se considerar que há maior avanço em estudos internacionais acerca da temática do que em nível nacional. Em Portugal, Leal (2010), procurou compreender o “sentimento de insegurança” na sociedade portuguesa, tomando como base uma área urbanizada (Linha de Sintra²⁷) e outra eminentemente rural (concelho de Mértola²⁸). Esta última, que pode ser associada a uma pequena cidade, apresentou como principais resultados: como todas as pessoas se conhecem, a insegurança está relacionada a qualquer indivíduo estranho à comunidade, pelo menos no primeiro momento, e às notícias divulgadas pela imprensa (mídia) acerca da violência. Para o autor, o nível de segurança na localidade já não é mais como fora outrora²⁹.

Segundo Clavell (2010), a insegurança cresce rapidamente no interior da Espanha. Em Masquefa, uma pequena cidade de quase oito mil habitantes, na província de Barcelona, os administradores públicos pediram autorização para instalar, em 2006, um sistema de câmeras que cobria mais de 200 mil metros quadrados e permitia o controle e identificação de todas as pessoas que moravam ou entravam/saíam dos espaços municipais.

A insegurança não é discutida apenas na Europa. Na América, tanto Latina como Anglo-Saxônica, a temática também está presente nos debates acadêmicos e da sociedade como um todo. Um exemplo da ampliação dos estudos foi a edição exclusiva da revista digital *Carajillo de la ciudad*, intitulada “O direito à segurança do cidadão, as políticas de segurança na sociedade urbana”.

Nela, o trabalho de Carrión Mena e Núñez-Vega (2006) propõe a dialogar sobre o fenômeno da insegurança urbana presente nos países do Equador,

²⁷ Linha de Sintra é uma das principais áreas residenciais da Grande Lisboa. Os concelhos de Amadora e de Sintra representavam, em 2001, quase 30% (538 mil habitantes) da população total da Grande Lisboa (quase 1,9 milhões). Enquanto a Grande Lisboa ganhou, no período de 1991 a 2001, 2,3% de população, só o concelho de Sintra ganhou 39,3%. Tal aumento tem relação direta com a linha ferroviária Sintra/Lisboa (mais detalhes ver www.cp.pt/cp) e o eixo rodoviário IC19. Assim, essa área se converteu em um dos mais importantes dormitórios da capital portuguesa (LEAL, 2010).

²⁸ Concelho de Mértola integra-se no distrito de Beja, na região do Baixo Alentejo, numa das áreas mais isoladas de Portugal. Nessa região existem as maiores taxas de êxodo rural e de declínio nos setores primário e secundário. Entre o período de 1991 e 2001, o declínio populacional chegou a 11%. O desemprego atinge 75% da população e o analfabetismo, 43% (1981). Em 1960, a região abrigava aproximadamente 27 mil moradores, contra os 9.800 de 2001 (LEAL, 2010, p. 406-409).

²⁹ Os resultados alcançados por Leal são referentes ao ano de 2001. Será que uma década após esses dados o sentimento de insegurança naquela localidade ganhou maior intensidade/importância? Como estaria o modo de vida dessas pessoas uma década depois do observado?

Colômbia, Uruguai e Chile, por meio da dialética do medo constituída entre o imaginário e a urbanização das cidades, inclusive as pequenas, indicados em dois pontos:

1. Las cifras del miedo, son aquellas percepciones, individuales o colectivas, producidas cuantitativamente sobre personas, lugares y/o fantasías urbanas con el objetivo de medir los índices de las violencias en la ciudad. 2. Urbanismo y miedo, perspectiva que hace referencia a las políticas de organización territorial que pretenden mitigar la inseguridad ciudadana mediante estrategias de gobierno de la estructura urbana (CARRIÓN MENA; NÚÑEZ-VEGA, 2006, p. 8).

Um dos principais resultados desses pesquisadores diz respeito à comparação entre aquelas pessoas que efetivamente foram vítimas em algum caso de violência e aquelas constituídas de um imaginário de insegurança, mesmo nunca tendo passado pela real situação. Em 2003, no Equador, 16,7% das pessoas entrevistadas alegaram serem vítimas reais, enquanto 71% delas afirmaram se sentirem inseguras na localidade – um valor quatro vezes maior.

Nos Estados Unidos, de acordo com o Portal *The Huffington post* (2009), a violência e a insegurança chegaram às pequenas cidades (*small towns*). Segundo o *Federal Bureau of Investigation* (FBI), no ano de 2008, nas cidades com mais de um milhão de habitantes, os homicídios caíram 4,3%. Já nas cidades com até dez mil habitantes, os homicídios subiram 5,5%, os estupros 1,4% e os roubos 3,9%.

No Brasil, as reformas urbanas³⁰ constantemente em pauta nas câmaras municipais, nas assembleias legislativas estaduais, na Câmara dos Deputados e até no Senado Federal fazem alusão à segurança pública. Seguramente, elas não podem ser esquecidas da agenda municipal, independente do patamar demográfico.

Um exemplo é o município de Candói, de 14 mil habitantes (IBGE, 2010), sendo 47% na área urbana, no interior do Estado do Paraná. Em 2011, 17 câmeras foram instaladas para monitorar as atividades da cidade, sendo que nove são robóticas giratórias e se movem automaticamente de acordo com o movimento (giro de 360°C). Tamanho investimento e tecnologia são justificados pelo poder público pela ausência efetiva de policiais e após a constatação, por meio de uma pesquisa

³⁰ Contextualizada como “a democratização do planejamento e da gestão das cidades” (SOUZA, 2008, p. 169).

realizada pela prefeitura em 2008, que 80% da população viviam inseguros ou com medo (CANDÓI, 2011).

O exagero em vigilância desenvolve na sociedade moderna um poder “panóptico”: “a crença (...) de que estão sendo sob observação contínua e de que nenhum afastamento da rotina, por minúsculo e trivial que seja, passará despercebido” (BAUMAN, 2003, p. 35). Qualquer erro pode ocasionar julgamentos e punições. Não se fala aqui em tamanho populacional de cidade, mas sim, de um contexto geral inerente a toda sociedade.

A questão da violência foi um dos principais problemas encontrados nas pequenas cidades do Agreste do Rio Grande do Norte.

Muitos ressaltaram que o antigo hábito de dormir com portas e/ou janelas abertas atualmente é uma temeridade, tendo em vista os últimos acontecimentos. O alvo principal dos assaltantes são as agências dos Correios (...). Esses acontecimentos têm comprometido a segurança em tais cidades. Diversos roubos, assaltos, assassinatos e seqüestros já podem ser encontrados nas cidades pequenas do Agreste Potiguar, com menor intervalo de frequência (GONÇALVES, 2005, p. 133-134).

Para o autor, tais acontecimentos vêm gerando certa insegurança nas cidades pesquisadas por ele. Ainda de acordo com suas conclusões, em parte devido aos eventos violentos, mas porque, “na maioria das cidades, as delegacias de polícia não possuem número suficiente de policiais que garantam a segurança da população” (GONÇALVES, 2005, p. 134).

O caso específico do sentimento de insegurança urbana nas pequenas cidades com unidades prisionais

Uma situação que chama atenção é o caso específico do sentimento de insegurança urbana em pequenas cidades que possuem unidades prisionais. Nesse caso, os trabalhos acadêmicos fazem referência especialmente às cidades do interior de São Paulo, uma vez que a tentativa por parte do Estado de desconcentrar os presídios trouxe para as áreas não-metropolitanas essas unidades prisionais e, com elas, um conjunto de implicações para a sociabilidade local.

Tal dinâmica tem provocado estudos, como o de Soriano (2007). Um dos objetivos de sua dissertação foi “medir a percepção da população com respeito à

criminalidade e ao medo na localidade, principalmente, a sua relação com as unidades prisionais” e um dos resultados foi que o medo é constante na pequena cidade de Itirapina (SP), de quase 15 mil habitantes (IBGE, 2010).

Os principais motivos alegados por Soriano (2007, p. 61), e por diversos outros autores, para o aumento do sentimento de insegurança urbana são “as consequências negativas que a construção de uma unidade prisional pode provocar nestas cidades”, como, por exemplo, a preocupação da população com possíveis rebeliões, com a vinda do crime organizado e de facções criminosas e com o não-aumento do contingente policial.

Entretanto, o assunto se torna complexo devido à existência de pontos positivos: algumas pessoas se sentem mais seguras com a instalação da unidade prisional, uma vez que sua presença pode significar um contingente maior de policiais e viaturas no município; o aumento do fluxo de pessoas que chegam para a visita dos detentos, deixando capital no comércio da cidade, principalmente alimentício e de hospedagem; há o desenvolvimento de uma infraestrutura básica e não oficial para atender a essa demanda populacional; e por fim, ampliam-se os recursos financeiros dos governos estaduais e/ou federais (SORIANO, 2007).

Os principais resultados de Soriano (2007, p. 117-119) são: 50% dos entrevistados consideram a pequena cidade de Itirapina “mediamente violenta”; pouco mais de 40% deles já sofreram com a violência, sendo 13% com roubo, 13%, também, com assaltos e 16% para a soma de outros crimes; as quatro primeiras causas na ordem de citação são: desemprego, drogas, presídios e familiares dos presos; e por fim, 72% dos entrevistados são contra o presídio na cidade. Além disso,

A presença do presídio provoca mudanças nas cidades. Próximo a ele instala-se uma população nova, a dos familiares dos detentos, que em sua maioria são oriundos de outras cidades e de outros estados. (...) um caso particular de migração, pois trata-se de uma população diferente (SORIANO, 2007, p. 65).

Esse contexto ocorre em diversas pequenas cidades do interior de São Paulo, principalmente na região Oeste. Na pequena cidade de Pacaembu, de 9.745 habitantes – 12.934 no município – (IBGE, 2010), as principais implicações com a instalação da penitenciária, que trouxe 1.289 presidiários, foram, de acordo com

Cescon e Baeninger (2010): o número de taxistas triplicou, assim como o de serviços informais de transporte; o hotel da cidade está lotado todo final de semana e diversos moradores oferecem serviço de pensão, com refeição; um dos dois supermercados abre aos sábados e domingos em horário extra; o aluguel na cidade aumentou e não se acham mais casas para alugar; e finalmente, o hospital municipal (Santa Casa de Pacaembu) está lotado, devido ao fato de sempre haver presidiários sendo atendidos – eles têm prioridade frente à sociedade municipal.

No Estado de São Paulo existiam, em 2011, 149 unidades prisionais, das quais 53 (35,5%) localizadas em 34 municípios com até 50 mil habitantes. Considerando apenas as penitenciárias, das 80 no Estado, 47 (58,7%) estão em 31 municípios com até 50 mil habitantes, sendo que a única penitenciária de segurança máxima existente está na pequena cidade de Presidente Bernardes (SÃO PAULO, 2011). Existem pequenas cidades que têm mais de uma penitenciária, como Tremembé, de 40.985 habitantes absolutos (IBGE, 2010), com quatro penitenciárias e Martinópolis, de 24.260 habitantes absolutos (IBGE, 2010), com três.

A população carcerária é contabilizada pelo IBGE como população do município. Assim, alguns casos são notórios: em Lavínia, 45% da população do município é carcerária; em Pracinha, 38,6%; em Álvaro de Carvalho, 30,4%; em Iaras, 27,8%; e por fim, em Marabá Paulista, 24,3% da população municipal é carcerária.

Entretanto, surpreendente mesmo é o caso de Balbinos que se destacou nacionalmente, em 2010, por ser o município brasileiro que teve a maior alta da população absoluta, entre os censos de 2000 e 2010, com 119,47% (IBGE, 2010) – em 2000, o município possuía 1.313 habitantes e no último censo, em 2010, ele apareceu com 3.932. Todavia, a explicação de tal crescimento demográfico vem da população carcerária, uma vez que houve a instalação de duas penitenciárias que, somadas, abrigam 2.700 presos (SÃO PAULO, 2011). Ou seja, 68,6% da população municipal vem dos presídios. Logo, desconsiderando a população carcerária, o município, na verdade, perdeu 6,2% em comparação com 2000: de 1.313 para 1.232 habitantes.

A situação de Balbinos, e de outros municípios, recebe o nome, segundo Cescon e Baeninger (2010, p. 9), de “inchaço artificial da população”. Isso, sem contar que grande parcela dos “presos são de regiões distantes, principalmente da

Grande São Paulo (...), o que obriga seus familiares a excursionarem pelo interior”. Ainda de acordo com as autoras, no município de Pacaembu, “a cidade chega a receber de 2 a mais de 4 ônibus de visitantes”.

As administrações públicas municipais se justificam pelo aumento populacional e, por conseguinte, pelo valor repassado do FPM, já destacado anteriormente. É uma reconfiguração e/ou uma forma de alguns municípios sobreviverem na rede urbana, uma vez que, com a queda populacional, há uma redução nesses repasses. Além disso, quase sempre, com a vinda da população carcerária, emergem e se desenvolvem novos serviços e bens de serviços.

Partindo do exposto, a Tabela 3 apresenta as penitenciárias, com sua população carcerária (em 2011), localizadas nos municípios paulistas com até 50 mil habitantes. Já a Tabela 4 destaca outras formas de unidades prisionais, também com sua população carcerária (em 2011), localizadas em municípios paulistas que possuem, no máximo, 50 mil habitantes. Assim, 35% da população carcerária do Estado de São Paulo, que era de 170.916, em dezembro de 2010, estava em penitenciárias localizadas em pequenas cidades (SÃO PAULO, 2011).

Entre os 34 municípios paulistas polarizados por pequenas cidades que possuem algum tipo de unidade prisional, 26 (76,5%) deles têm, no máximo, 25 mil habitantes. Se considerar como patamar máximo 15 mil habitantes, são 18 municípios (52,9%), sendo que quatro deles (11,8% do total) sequer têm cinco mil habitantes: Pracinha, Balbinos, Álvaro de Carvalho, e Marabá Paulista.

No Paraná, a construção de unidades penitenciárias em pequenas cidades é um processo que se iniciou recentemente. A interiorização do sistema carcerário será subsidiada pela União que liberou, ao governo paranaense, R\$ 131 milhões para construir, até 2014, novas unidades prisionais. A primeira delas, com capacidade para 720 presos em regime fechado, foi inaugurada no final do mês de março de 2012 no município de Cruzeiro do Oeste, de 20,4 mil habitantes (IBGE, 2010). Estima-se que, ao longo desse período, mais de oito mil presos, dos 16 mil locados nas superlotadas delegacias de Polícia Civil, sejam transferidos para novas penitenciárias. Além disso, vale destacar que no município, polarizado por uma pequena cidade, de Catanduvas, de 10,2 mil habitantes (IBGE, 2010), existe uma Penitenciária Federal de Segurança Máxima com 208 vagas, das quais 107 estão efetivamente ocupadas (PARANÁ/DEPEN, 2011).

Tabela 3. São Paulo. Municípios (até 50 mil habitantes). Unidade prisional: penitenciária – capacidade e população carcerária, 2011

Município	Pop. Total (2010)	Capacidade	Pop. Carcerária (2011)
Álvaro de Carvalho	4.650	792	1.414
Avanhandava	11.311	768	1.419
Balbinos	3.932	(1) 768 (2) 768	(1) 1.193 (2) 1.507
Casa Branca	28.312	852	1.650
Dracena	43.263	768	1.138
Flórida Paulista	12.849	768	1.302
Getulina	10.777	792	1.283
Guareí	14.568	(1) 768 (2) 768	(1) 1.429 (2) 1.394
Iaras	6.377	1.188	1.777
Iperó	28.301	1.218	1.710
Irapuru	7.787	768	1.288
Itaí	24.015	792	1.301
Itirapina	15.528	(1) 210 (2) 852	(1) 573 (2) 1.802
Junqueirópolis	18.726	792	1.311
Lavínia	8.782	(1) 768 (2) 768 (3) 768	(1) 1.276 (2) 1.336 (3) 1.340
Lucélia	19.885	792	1.325
Marabá Paulista	4.812	768	1.172
Martinópolis	24.260	(1) 792 (2) 1.173 (3) 1.176	(1) 1.289 (2) 1.560 (3) 1.459
Oswaldo Cruz	30.917	768	983
Pacaembu	12.934	792	1.289
Paraguaçu Paulista	42.281	768	1.135
Pirajuí	22.724	(1) 500 (2) 1.212	(1) 1.226 (2) 1.913
Potim	19.413	(1) 768 (2) 768	(1) 1.311 (2) 1.312
Pracinha	2.863	768	1.107
Presidente Venceslau	37.915	(1) 725 (2) 1.248	(1) 527 (2) 806
Reginópolis	7.325	(1) 768 (2) 768	(1) 955 (2) 912
Riolândia	10.574	792	1.341
Serra Azul	11.259	(1) 768 (2) 768	(1) 1.356 (2) 1.429
Tremembé	40.985	(1) 100 (2) 640 (3) 538 (4) 239	(1) 187 (2) 411 (3) 1.329 (4) 322
Tupi Paulista	14.262	768	1.127
Valparaíso	22.617	792	1.284
TOTAL	564.204	35.895	56.510

Fonte: São Paulo (2011) e IBGE (2010)
Organização: Fernandes, P. H. C. – 2011

Tabela 4. São Paulo. Municípios (até 50 mil habitantes). Unidade prisional: centro de detenção provisória – capacidade e população carcerária, 2011

Município	Pop. Total (2010)	Unidade Prisional	Capacidade	Pop. Carcerária (2011)
Caiuá	5.039	Centro de Detenção Provisória	768	943
Serra Azul	11.259	Centro de Detenção Provisória	768	1.290
Mongaguá	46.310	Centro de Progressão Penitenciária	960	1.403
Pacaembu	12.934	Centro de Progressão Penitenciária	672	1.056
Tremembé	40.985	Centro de Progressão Penitenciária	1.060	1.672
Valparaíso	22.617	Centro de Progressão Penitenciária	672	901
Presidente Bernardes	13.544	Segurança Máxima	160	47
TOTAL	152.688		5.060	7.312

Fonte: São Paulo (2011) e IBGE (2010)
Organização: Fernandes, P. H. C. – 2011

1.3 A segurança pública

A segurança pública se converteu, em termos mundiais, em um dos principais temas da agenda pública e social, independente da condição econômica do país. As políticas e formas de conduzi-lo esse setor acarretam diretamente a própria violência e o sentimento de insegurança urbana que, neste sentido, contextualiza-se e associa-se ao sentimento de impunidade.

Na França, por exemplo, o tema de segurança pública vem alcançando as *petites villes*, que correspondem às pequenas cidades brasileiras. Já no Brasil, a temática está direcionada quase que exclusivamente às metrópoles e/ou cidades médias. A associação do tema com as pequenas cidades é irrisória, principalmente nas propostas políticas. Ou seja, praticamente não se tem planejado e constituída uma política de segurança pública naqueles municípios polarizados por cidades pequenas.

A Constituição da República Federativa do Brasil, no Título V (Da defesa do Estado e das Instituições Democráticas), Capítulo III, trata exclusivamente acerca da

Segurança Pública: de acordo com o Art. 144, a “segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio” (BRASIL, 1998, p. 79). Portanto, ela corresponde à segurança do público, da coletividade³¹ e dos cidadãos, em espaços públicos, como as ruas, praças e estabelecimentos públicos.

Idealmente, a segurança pública é um conjunto de ações, medidas e intervenções, em diferentes domínios (...) e escalas (da microlocal às supralocais), que deve ir construindo as condições para uma segurança maior e para a redução dos riscos. E isso sem que seja necessário sacrificar a liberdade, a autonomia (SOUZA, 2008, p. 150).

Assim, para o autor a segurança se tornou um “paradigma do governo”. Isso porque, nos moldes do sistema capitalista, a segurança pública vem sendo proposta como um controle social, em que se criminalizam determinados grupos da sociedade, considerados perigosos pelas classes dominantes, justificados pelo medo do crime e da desordem.

Certamente, a segurança é um serviço necessário para o bem-estar social. Todavia, não se pode ter segurança em troca da liberdade³², como ocorreu no processo civilizatório da humanidade e intensificou-se com o neoliberalismo. “Para a maior parte das pessoas, a liberdade de escolha continuará sendo um espectro impalpável, a menos que (..) mitigado por uma política de seguro lançada em nome da comunidade” (BAUMAN, 2007, p. 71).

No moderno Estado-Nação, o processo histórico monopoliza a violência física no âmbito do poder central. É o momento de consolidação da burguesia e da estratificação das classes sociais na Europa ocidental, já morando nos aglomerados urbanos. Então, cria-se um campo vasto e aberto para a propagação dos aparatos policiais, até porque já existiam furtos e roubos pelas ruas das cidades.

³¹ Um bem se torna coletivo quando o Estado assume a responsabilidade pela sua provisão, e a população, principalmente a elite, se dispõe a pagar uma taxa para que o serviço seja oferecido de forma coletivizada, e não mais individualizada. A noção de bem coletivo pressupõe o acesso a bens e serviços a todos os membros da coletividade (SWAAN, 1992 *apud* SAPORI, 2007, p. 18).

³² A liberdade “conquistada” é aqui entendida como a capacidade de fazer as coisas da maneira que se quer, sem que ninguém interfira ou obrigue a fazer (BAUMAN, 2003).

As polícias municipais até então existentes nas diversas sociedades européias vão sendo paulatinamente reguladas e limitadas em suas atribuições ou mesmo incorporadas pelas polícias nacionais. As polícias militares são, desse ponto de vista, a expressão institucional mais visível do Estado-nação (SAPORI, 2007, p. 31).

As polícias militares européias, ao longo do século XIX, serviram para reprimir as “classes perigosas” e as manifestações populares e sociais que tinham caráter de contestação social e política, constituindo-se, portanto, uma verdadeira dominação de classe, pelo aparato da segurança pública. Assim, naquele momento houve uma consolidação das organizações policiais nas sociedades ocidentais, em paralelo aos sistemas prisionais e judiciais.

Hoje, de acordo com Saporì (2007), existem dois subsistemas de polícias: a monista, que ocorre quando há apenas uma única organização policial de abrangência nacional e subordinada à autoridade central, como na Noruega, Japão e Israel; e a pluralista, que ocorre quando existem dois ou mais subsistemas de policiais, como na Austrália (sete polícias limitadas às unidades federativas e uma federal), na Alemanha (polícias regionais e três nacionais), na Inglaterra (40 polícias provincianas e a Polícia Metropolitana de Londres), nos Estados Unidos (entre 17 e 25 mil polícias na sociedade), entre outros países (SAPORI, 2007).

O Brasil também apresenta um subsistema pluralista. A Constituição Federal de 1988 regulamentou os órgãos responsáveis pela segurança pública: i) polícia federal; ii) polícia rodoviária federal (competência dela: Decreto nº 1.655 de 3/10/1995); iii) polícia ferroviária federal; iv) polícias civis; e, v) polícias militares e corpos de bombeiros militares (BRASIL, 1998).

A polícia federal destina-se a apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas; prevenir ou reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho; exercer as funções de polícia marítima, aérea e de fronteira e exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União. A polícia rodoviária federal destina-se ao patrulhamento ostensivo das rodovias federais, enquanto à polícia ferroviária federal cabe o patrulhamento das ferrovias federais (BRASIL, 1998).

As polícias civis, ressalvada a competência da União, são responsáveis pelas funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto militares. Já

as polícias militares têm, como principal função, a preservação da ordem pública, cabendo, aos corpos de bombeiros, a execução de atividades de defesa civil. Tanto as polícias civis e militares quanto os corpos de bombeiros subordinam-se aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios³³ (BRASIL, 1998).

O sistema judicial brasileiro é composto, além das polícias, pelo Ministério Público (MP), pela Defensoria Pública e pelo Judiciário. O MP é uma organização de níveis estadual e federal vinculado institucionalmente com o Executivo (mas não faz parte dele, pois tem autonomia financeira e administrativa) e tem como missão representar o Estado nas ações penais. A Defensoria Pública tem como objetivo representar os interesses do acusado que não tem condição econômica de conseguir um defensor particular. Por fim, o Judiciário, representado pelos juízes e desembargadores, zela pelo cumprimento dos rituais legais do processo criminal. (SAPORI, 2007). A Figura 1 apresenta o resumo dos procedimentos da Justiça brasileira.

Esses procedimentos se iniciam com o registro do suposto fato criminoso pela autoridade policial que, por sua vez, busca indícios e evidências da materialidade e autoria do caso. A investigação resulta em um inquérito policial. Ele é encaminhado ao MP que vai avaliar se há fundamento. Havendo a materialidade do crime, os promotores formalizam a denúncia do suposto autor, que passa, então, a ser reconhecido como réu.

Após essa fase de reconhecimento e o acatamento da denúncia pelo juiz, inicia-se o fluxo processual: *instrução criminal*. O Judiciário passa a ter papel fundamental e as ações ocorrem em um mesmo espaço físico, o fórum. Nesse espaço, o MP e a Defensoria Pública atuam com considerações escritas e verbais nos processos que estão sendo julgados. O julgamento, que raramente envolve júri no Brasil, é encerrado quando há uma sentença. Após isso, o Executivo, por meio das organizações prisionais, atua no encarceramento.

Os procedimentos anteriores são os que ocorrem na maioria dos casos. Entretanto, dependendo do crime, há procedimentos distintos, como no caso dos

³³ Nos municípios, ainda podem existir as guardas municipais, destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações (BRASIL, 1998).

crimes dolosos contra a vida – o homicídio³⁴, por exemplo –, que exigem a participação do júri popular.

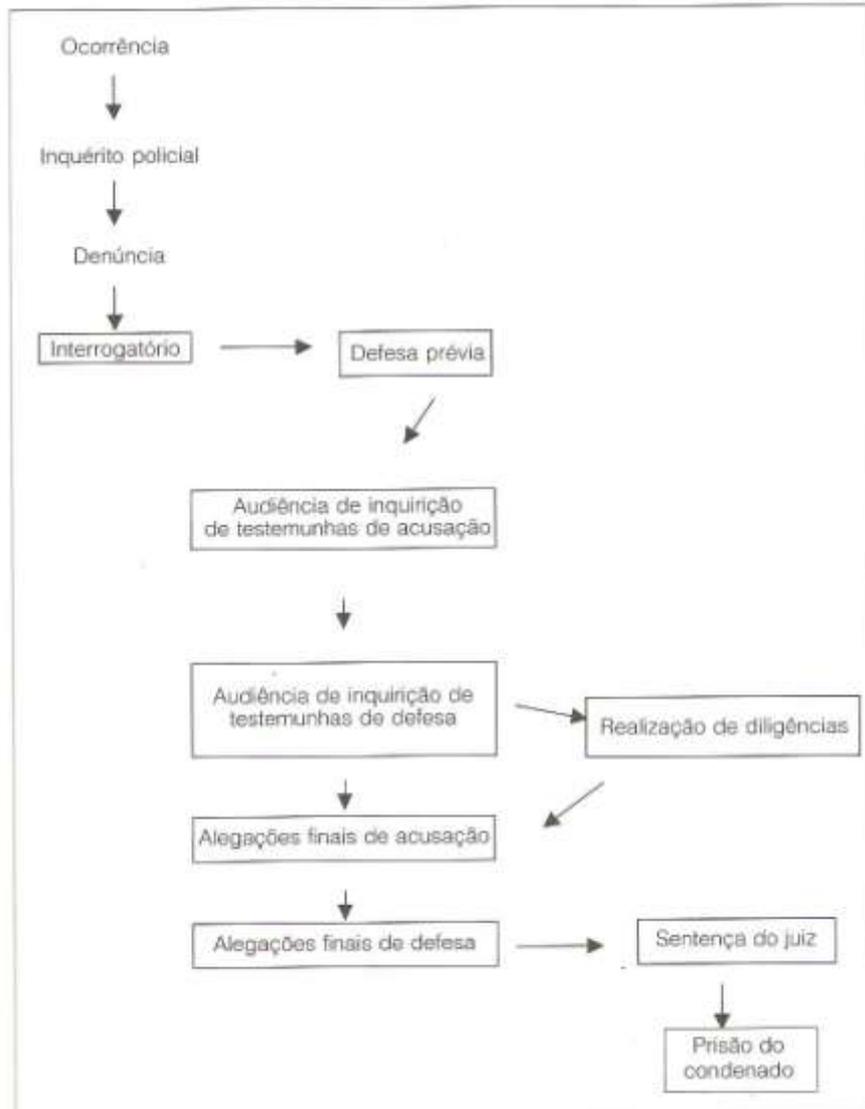


Figura 1. Brasil. Procedimentos da Justiça nacional
Fonte: Sapori (2007, p. 55)

Existem, ainda, situações em que não há o inquérito policial. De acordo com a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, as infrações penais leve cujas penas não ultrapassem dois anos, passam por um ritual processual chamado *sumaríssimo*. Os casos, então, são revolidos, por meio do Juizado Especial Criminal (antigo Juizado

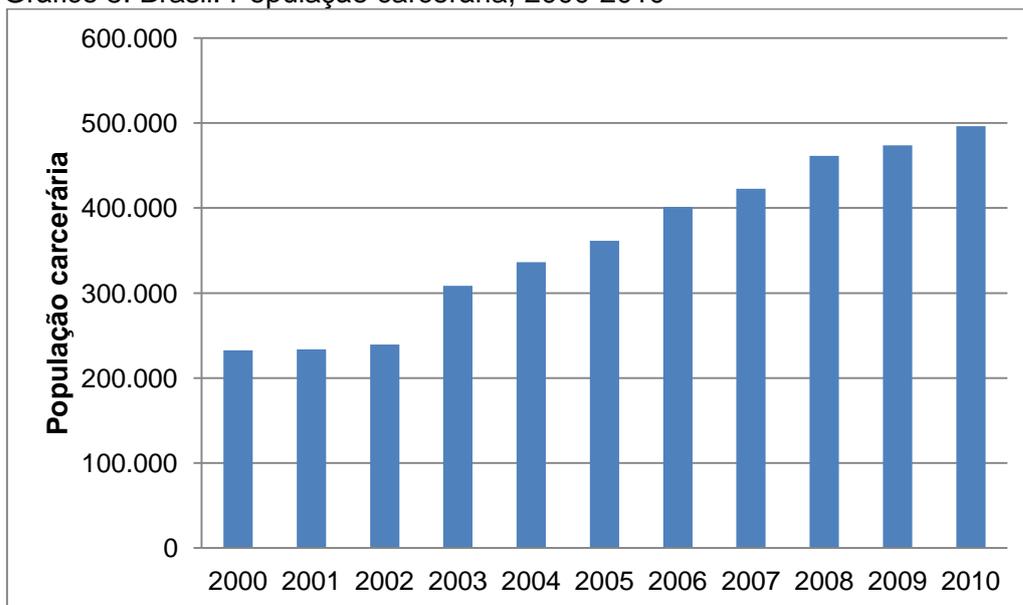
³⁴ O homicídio doloso é, de acordo com o Artigo 18, da Lei nº 7.209, de 11 de julho de 1984, alterando dispositivos do Código Penal (Decreto Lei- nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940), quando a pessoa age com intenção ou assumindo-a de matar outra pessoa. Ele corresponde ao maior grau de crime da esfera brasileira, ocorrendo, apenas, de pessoa física para pessoa física, ou seja, entre seres humanos (BRASIL, 1984).

de Pequenas Causas), em audiências em que a defesa e acusação se manifestam oralmente e o juiz define rapidamente a sentença (BRASIL, 1995; SAPORI, 2007).

Entretanto, o sistema judicial brasileiro é deficitário em infraestrutura e profissionais da área, associando-se, assim, a duas situações principais: a) dificuldade do sistema de agir, com investigação e julgamento com coerência e honestidade na elucidação dos crimes, em que a esmagadora maioria dos casos são encerrados sem solução³⁵; b) o alto índice de privilégios a determinados grupos sociais, que escapam de punições por influência direta dos detentores do poder.

No Brasil, os dados nacionais e estaduais acerca da população carcerária e da capacidade do sistema estão detalhados no *site* do Ministério da Justiça. O Gráfico 5 apresenta a população carcerária brasileira, tanto a que se encontra no sistema prisional quanto na polícia, de 2000 a 2010.

Gráfico 5. Brasil. População carcerária, 2000-2010



Fonte: Brasil (2011a)
Organização: Fernandes, P. H. C. – 2011

Em 2000, a população carcerária era de aproximadamente 233 mil pessoas. Em dez anos, esse valor chegou a quase meio milhão de pessoas, ou seja, durante o período, o crescimento da população carcerária brasileira foi de 113,2%, enquanto a população nacional cresceu na ordem de 12,3%.

³⁵ No Brasil, em 2011, apenas 8% dos crimes foram elucidados (WAISELFISZ, 2011).

Entretanto, existem grandes diferenças entre as populações carcerárias de cada Unidade da Federação. Assim, para efeito de comparação, a Tabela 5 apresenta o *ranking* das unidades da Federação com maior número de encarcerados, por grupo de 100 mil habitantes, em dezembro de 2010.

Tabela 5. Unidades da Federação. População carcerária, por 100.000 habitantes, 2010

Pos.	Unid. Federação	Índice	Pos.	Unidade Federação	Índice
01	Acre	544,76	14	Minas Gerais	231,08
02	Rondônia	493,77	15	Paraíba	213,58
03	Mato Grosso do Sul	461,72	16	Goiás	199,80
04	São Paulo	413,00	17	Rio Grande do Norte	195,15
05	Roraima	402,14	18	Ceará	177,84
06	Mato Grosso	381,28	19	Sergipe	170,18
07	Distrito Federal	344,32	20	Tocantins	166,79
08	Paraná	336,55	21	Amazonas	160,14
09	Espírito Santo	309,79	22	Rio de Janeiro	159,36
10	Amapá	290,77	23	Pará	130,26
11	Rio Grande do Sul	287,54	24	Bahia	120,48
12	Pernambuco	271,56	25	Alagoas	98,03
----	BRASIL	259,17	26	Maranhão	86,65
13	Santa Catarina	237,65	27	Piauí	86,29

Fonte: Brasil (2011a)

Organização: Fernandes, P. H. C. – 2011

A média brasileira é de 259,17 presos por grupo de 100 mil habitantes. Entre as unidades, quinze Estados apresentam dados melhores que os de âmbito nacional, sendo que o Piauí e o Maranhão possuem valor três vezes menor, e onze Estados, mais o Distrito Federal, apresentam dados piores que o da Federação, com o Acre possuindo o dobro do valor nacional e seis vezes o valor do Piauí.

No Estado do Paraná, a população carcerária pode ser alocada em dois estabelecimentos denominados, pelo Ministério da Justiça, de “na polícia”, como as delegacias, ou “no sistema prisional”, como as penitenciárias. Sendo assim, a Tabela 6 apresenta a distribuição da população e da capacidade carcerária do Estado do Paraná, por estabelecimento penal, entre dezembro de 2005 e 2010.

Tabela 6. Paraná. População e capacidade carcerária, por estabelecimento penal, 2005-2010

Est. penal	Situação	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Na polícia	População	7.898	8.718	8.135	13.258	15.274	16.205
	Capacidade	2.163	3.163 ¹	7.996	7.946	7.946	6.087
No sistema prisional	População	10.817	18.157	20.717	23.195	22.166	19.760
	Capacidade	7.385	8.426	11.675	14.783	14.687	14.449
Total	População	18.715	26.875	28.852	36.453	37.440	35.965
	Capacidade	9.548	11.589	19.671	22.729	22.633	20.536

Nota: ¹ o dado corresponde ao mês de junho devido ao de dezembro não ter sido divulgado

Fonte: Brasil (2011a) e Paraná/DEPEN (2011)

Organização: Fernandes, P. H. C. – 2011

A população carcerária do Estado saiu de quase 19 mil, em 2005, para cerca de 36 mil em 2010, ou seja, crescimento de 92% em cinco anos. Entretanto, no mesmo período, a capacidade carcerária do Paraná esteve sempre muito abaixo da população, justificando, portanto, as frequentes lotações das delegacias e penitenciárias estaduais. Em 2000, o *déficit* era de pouco mais de nove mil vagas. Já em 2010, esse valor de chegou a quase 15,5 mil vagas, crescimento de 70%.

A partir do momento em que a pessoa é recolhida para um desses estabelecimentos prisionais, o modo de vida dela, de seus amigos e familiares muda. Por isso, para Goes (2004, p. 220), “as relações entre o interior e o exterior das muralhas das penitenciárias têm merecido atenção específica”.

Isso se justifica por diversos motivos, dentre os quais se destacam dois: i) a inconstante relação (ora “boa” – melhora do comércio e sistema de serviços –, ora “ruim” – insegurança urbana, ambas destacadas anteriormente) entre os moradores da cidade e os “estranhos” que vêm de fora, como parentes e amigos dos presidiários; ii) o modo de vida dentro das penitenciárias, associado à repressão, violência, rebelião, venda e consumo de drogas, etc..

Sendo assim, Goes (2009, p. 21) se propôs estudar a reação da população prisioneira ao controle das instituições e, “em especial, as rebeliões carcerárias que representam os momentos mais agudos desta reação”. Em *A recusa das grades*, livro baseado em sua dissertação de 1991, a autora transita no contexto nacional do projeto geral de implantação de um controle social e disciplinar que compatibiliza o

comportamento das pessoas de acordo com os interesses do capitalismo internacional para entender a complexidade das relações³⁶ da população carcerária.

Esse esforço de disciplinarização social se desenvolve no Brasil notadamente a partir do século XIX, quando a nascente sociedade do trabalho começa a sentir a influência do pensamento panóptico que, a partir das prisões, inspirou a construção de manicômios e hospitais, escolas e fábricas (GOES, 2009, p. 21).

Como se observa, as políticas públicas, entre outros fatores, acabam por influenciar diretamente no contexto exposto por Goes. Ou seja, no Brasil, a segurança pública sempre se deparou com um “peso histórico autoritário sobre as instituições estatais encarregadas de realizar o controle social” (NEME, 2005, p. 129), ou, em outras palavras da mesma autora, assim como a vida republicana brasileira não significou a vigência de uma ordem social democrática estável, as questões relativas ao controle social também não foram tratadas democraticamente.

A relativa demora em se pensar a segurança pública no Brasil reflete na situação das políticas relacionadas ao tema, nos dias atuais. Até a última década do século XX, elas eram incipientes. Apenas no final daquela década que surgiram as primeiras iniciativas de mudanças mais amplas, entre as quais se destacaram: a criação da Secretaria Nacional de Segurança Pública e da Secretaria Especial dos Direitos Humanos; o lançamento do Programa Nacional de Direitos Humanos (1996) e do Plano Nacional de Segurança Pública (2001); e por fim, o estabelecimento do Sistema Único de Segurança Pública (NEME, 2005).

Essas políticas significaram uma nova abordagem da questão da segurança, uma vez que pela primeira vez o governo federal assumiu a elaboração de um plano nacional de segurança pública, tentando articular estados e municípios com objetivo de tratar com seriedade dos problemas de insegurança (NEME, 2005, p. 130).

De fato, elas trouxeram avanços, comparando com a situação que existia, mas, para os dias atuais, elas foram pequenas. Ora, as políticas de segurança se limitam a intervencionismo governamental voltado apenas para o momento e

³⁶ As relações da população carcerária envolvem, além dos próprios prisioneiros, “funcionários penitenciários, diretores dos presídios, autoridades da Secretaria da Justiça, policiais militares, autoridades da Secretaria de Segurança e do próprio governador” (GOES, 2009, p. 23). Sem esquecer-se da imprensa e da sociedade civil.

soluções paliativas que visam mais a dar respostas à imprensa e à opinião pública, principalmente quando ocorre algum evento de grande comoção nacional, do que resolver os problemas. Essas soluções são esporádicas, espaçadas e desconectadas do contexto real e, portanto, praticamente sem efeitos concretos e resultados satisfatórios.

Além do mais, vive-se uma fase de grande defasagem na estrutura física, nos serviços públicos que deveriam garantir a segurança e na estrutura imaterial, com profissionais despreparados para atender a população, como é abordado na parte seguinte do trabalho. Logo, além de melhorar as estruturas físicas e os serviços, deve-se direcionar as políticas de segurança a uma ação policial sem brutalidade, tratamento diferenciado – juízo de valor – e coerção/repressão. Isso porque, para Saporì (2007), as políticas públicas utilizadas são, em grande maioria, repressivas, já que sua principal característica é a utilização da punição como instrumento.

Um exemplo de uma política pública repressiva é a “tolerância zero”³⁷, originária de Nova Iorque, nos Estados Unidos, e adotada por diversos governos federais, estaduais, provinciais e até municipais, por todo o mundo. Para Pedrazzini (2006, p. 89), nessa política “não se combate tanto o crime, mas sim a pobreza, como meio social e cultura popular, e o bairro dito ‘marginal’, considerando como o meio ‘natural’ para sua propagação”. Já para Saporì (2007, p. 77), ela é “incapaz de responder às desordens suscitadas pela desregulamentação da economia e pela pauperização relativa e absoluta de amplos segmentos do proletariado urbano”.

Um exemplo brasileiro vem do Estado de São Paulo. Segundo Goes (2004, p. 221), o governo de Franco Montoro (1983-1987) procurou criar a Política de Humanização dos Presídios³⁸ durante o contexto de transição da “repressão para a democracia”³⁹. Entretanto, para a autora, as propostas dessa política indicam que

³⁷ Tolerância zero foi implantada por Rudolph Giuliani, prefeito de Nova Iorque, em meados da década de 1990, que consistia em uma política de redução da criminalidade a qualquer custo e atitude. Sua “eficiência” numérica – redução de 50% da violência entre 1994-1998 – mascarou a discriminação racial e social. Essa política é, na realidade, uma caça aos pobres e um processo de opressão aos marginalizados (HAGAN, 1996; WACQUANT, 2001 *apud* SAPORÌ, 2007, p. 76-77).

³⁸ Goes (2009, p. 36-47) apresenta os principais pontos de discussão dessa política.

³⁹ Segundo Goes (2009, p. 31), “no Brasil difundiu-se a idéia de que os últimos anos do Regime Militar, iniciado em 1964, se caracterizaram como uma ‘transição democrática’”. No entanto, ela é “reveladora da estratégia de lideranças políticas de segmentos das elites de encobrir os embates que vinham caracterizando a cena política brasileira”. Entre eles, as greves ocorridas na Grande São Paulo (região do ABCD), os movimentos de bairro, a mobilização pela anistia dos presos políticos, entre outros exemplos.

“nunca se chegou a questionar as funções de violência e punição, próprias do sistema penitenciário”.

Esse método, antagônico à justiça e à segurança pública do próprio governo paulista foi, de acordo com Goes (2009, p. 35), um dos fatores responsáveis pela limitação e pela vulnerabilidade das medidas propostas por essa política. Logo, com a proximidade das eleições, as políticas mais duras, denominadas de “pacote de segurança” – lançado por Orestes Quércia, vice-governador de Montoro –, ganharam força dentro do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). A eleição de Quércia (1983-1986) foi uma vitória para os setores mais reacionários e um início de consequências negativas aos que viviam nas prisões, sendo que as respostas a elas vieram por meio das rebeliões (GOES, 2009).

Assim, a “recusa das grades” (GOES, 2009, p. 87) é uma forma coletiva (totalidade ou grupos) de protestar contra as péssimas condições de vida nos presídios e as punições sem julgamento e legislação pertinente. Ou seja, grande parte das rebeliões ocorrem nessa perspectiva.

Uma política pública que interferiu diretamente no sentimento de insegurança urbana em pequenas cidades foi a desconcentração carcerária do Estado de São Paulo, já abordada anteriormente. De acordo com Goes e Makino (2002), essa política estadual começou em 1997 com Mário Covas (1995-2001⁴⁰). Naquele ano, houve uma “inusitada construção simultânea de 21 novas penitenciárias, a maioria das quais situadas no interior do Estado” (GOES; MAKINO, 2002, p. 165; GOES, 2004, p. 223), sendo 13 (62%) no Oeste paulista. Havia uma alta aceitação municipal, até mesmo com disputas políticas quanto ao direito a ter uma penitenciária em seu município.

As pequenas e médias cidades do interior paulista têm vivenciado cotidianamente o fechamento de empresas, que não sobrevivem à crise. É neste contexto que as 18 mil vagas de trabalho estimadas para as novas unidades prisionais, a partir de investimentos de R\$ 230 milhões, ganham dimensão específica (GOES; MAKINO, 2002, p. 167).

⁴⁰ Mário Covas não cumpriu o segundo mandato até o fim devido ao seu falecimento, em 2001; Geraldo Alckmin, vice-governador, assumiu o cargo até 2002, quando, já como candidato, foi eleito pela primeira vez Governador do Estado de São Paulo.

Em 2011, o então governador de São Paulo, Geraldo Alckimin (2001-2006), anunciou a retomada da construção de 46 presídios no interior do Estado, em nove municípios, dos quais oito são polarizados por pequenas cidades. Entre esses municípios, destaque para o de Taiuva (5.447 habitantes), que é polarizado por uma pequena cidade de quase cinco mil habitantes (GODOY, 2011, p. C1).

Certamente, não são as construções de penitenciárias que vão solucionar os problemas de segurança no Brasil, pois elas constituem “um esforço da sociedade de isolar por completo parte de si mesma” (GOES, 2004, p. 236). No máximo, elas irão desafogar o sistema penitenciário que está agonizando. No Estado de São Paulo, em 2010, existia uma população carcerária de 170.916 mil, para uma capacidade de 98.995 vagas, ou seja, apenas 57,9% do necessário e um déficit de quase 72 mil vagas (BRASIL, 2011a).

Outra política pública que rapidamente se difundiu pelo país, inclusive em pequenas cidades, é o toque de recolher ou toque de proteger. Ele consiste, basicamente, na proibição de determinados grupos ou faixas etárias de frequentar vias públicas, logradouros e estabelecimentos públicos em determinadas horas. O município de Fernandópolis, de 61 mil habitantes (IBGE, 2010), no Noroeste paulista, foi o pioneiro, em 2005, no Brasil. Em 2009, quatro anos depois, 21 cidades, em oito Estados diferentes (Bahia, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Paraná, São Paulo e Santa Catarina), já tinham decretado o toque de recolher (BAPTISTA; BÄCHTOLD, 2009).

Em 2009, duas pequenas cidades paulistas aderiram ao “toque de recolher”: Ilha Solteira, município de 25 mil habitantes (IBGE, 2010), e Itapura, município de quatro mil habitantes (IBGE, 2010). Em ambas, menores de 13 anos, desacompanhados, “só poderão ficar nas ruas até 20h30m. Os que têm até 15 anos têm permissão para permanecer até 22h. Adolescentes entre 16 e 18 podem ficar até 23h” (PORTAL O GLOBO, 2009).

Outros municípios polarizados por pequenas cidades adotaram situações próximas: Assunção, de três mil habitantes (IBGE, 2010), Livramento, de sete mil habitantes (IBGE, 2010), e Taperoá, de 15 mil habitantes (IBGE, 2010), no Cariri Ocidental paraibano; Jateí, de quatro mil habitantes (IBGE, 2010), Vicentina, de seis mil habitantes (IBGE, 2010), e Fátima do Sul, de 19 mil habitantes (IBGE, 2010), no Sudoeste do Mato Grosso do Sul; Antônio Cardoso, de 11 mil habitantes (IBGE,

2010) e Ipecaetá, de 15 mil habitantes (IBGE, 2010), no Centro-Norte baiano; e Mozarlândia, no Noroeste goiano, de 13 mil habitantes (IBGE, 2010).

No Estado do Paraná, Cambará, de 23 mil habitantes (IBGE, 2010), no Norte pioneiro, foi a primeira a adotar medida relacionada a restrições (PORTAL GAZETA DO POVO, 2009). Em março de 2011, foi sancionada a Lei 2.236/2011, que criou o Toque de Proteger em Matelândia, município de 16 mil habitantes (IBGE, 2010), no Oeste paranaense: ela prevê o toque de recolher aos menores de 16 anos após as 22 horas (MATELÂNDIA, 2011).

Entretanto, um grande impasse permeia o assunto. O MP e os Tribunais Regionais de Justiça entraram com pedidos para cancelar tais diretrizes em muitas cidades, com a justificativa de que a lei viola o direito à liberdade dos jovens e fere o princípio da divisão dos poderes, pois é municipal e confere poderes às polícias, que são órgãos estaduais, como ocorreu, em 2011, no município de Massaranduba⁴¹, Norte catarinense, de quase 15 mil habitantes (IBGE, 2010).

Partindo do exposto, as políticas de segurança não serão favoráveis à população caso se mantenha seguindo apenas o caminho da repressão, da violência e das edificações. Elas devem reconhecer as ações preventivas como forma alternativa de resultado (SAPORI, 2007). No Brasil, a segurança passa pela classe dominante e pelos detentores do poder político. Essa classe quase sempre exige e aprova leis mais duras e com maior repressão contra os “bandidos”, além de criar estereótipos dos criminosos e considerá-los irrecuperáveis para o convívio social.

Dois aspectos são salientados: a *morte como exemplo* e a *morte como solução mais eficiente*. Em ambos os casos, está presente a concepção que permeia uma especial relação da polícia com o bandido: a concepção de *limpeza*. Trata-se de *limpar a sociedade*, expurgando-a de seus maus elementos, quando vistos como *irrecuperáveis* (BENEVIDES, 1983, p. 51).

O combate à violência não pode ser por mais violência. As atitudes descritas anteriormente devem ser repudiadas severamente por todos, principalmente pela

⁴¹ O Tribunal de Justiça de Santa Catarina chegou a suspender a lei municipal que instituiu o toque de recolher a adolescentes. Essa lei autorizava o Conselho Tutelar e as polícias Militar e Civil a recolher menores de 16 anos que estivessem nas ruas, sem os pais ou responsáveis, depois das 22h, e menores de 13 anos, após as 20h30. Segundo o vereador Sílvio Mainka, "no passado, os filhos tinham mais obediência e respeito aos pais. Essa lei não é para prender ninguém, mas serve principalmente às famílias mais desestruturadas, dá um amparo aos pais" (FREITAS, 2011).

sociedade civil, que deve exigir ações mais preventivas, desde a infância, e sociais, com políticas favoráveis às classes menos favorecidas, não por serem mais perigosas, mas por constituírem a maioria da população brasileira.

A busca pela ordem não pode ser justificada a qualquer custo, muito menos nas dicotomias abordadas por Benevides (1983, p. 83): “culpado/inocente, irrecuperável/recuperável, perverso/’boa gente’, como também na própria noção de ‘justiça’”. Em outras palavras, com formas de punição física, a saber, tortura e maus-tratos, como forma de “pagar pelo que fez” e “aprender o que é bom”. Assim, trata-se de um castigo em que, para a autora, o policial deixa de ser um funcionário, um burocrata eficiente, um “homem da ordem”, para transformar-se num justiceiro.

Logo, como forma de repudiar e muitas vezes de segurança, as pessoas passam, nesse momento de incerteza, a “negar a violência”. Essa negação, segundo Gaviria M. (2008, p. 78), é a “forma de manifestar uma relação de alteridade com o fenômeno”. Em certas localidades, como as pequenas cidades, as pessoas agem como se nada estivesse acontecendo, negando, efetivamente, que o espaço é violento e/ou inseguro e/ou “fingindo que não vê”.

Assim, atrelado a todo esse processo, ocorre à chamada “lei do silêncio”, com certeza, uma das mais perversas consequências nas relações sociais. Entre outros fatores, ela é produzida pelo medo e pela desconfiança e cria na pessoa a sensação de que, dependendo do que ela disser a determinadas pessoas, algo ruim pode acontecer a si ou a sua família.

Todavia, o fato é que não ocorre apenas quando as pessoas se fecham para o que vem de fora, mas também gera uma incomunicabilidade entre pessoas, inclusive da própria esfera de convivência. Portanto, passam a viver suas vidas normais, entretanto, impedidas de se apropriarem do espaço coletivamente ou se sentirem pertencentes concretamente a eles (SILVA, 2004). Quando não, apesar de sofrerem algum ato violento ou ameaça, se curvam ao medo e passam a conviver com aquilo sem qualquer denúncia ou atitude.

Sendo assim, parte-se para a próxima seção, considerando que a insegurança deve ser entendida associada, como um processo de mútuas implicações com a sociabilidade. Ou seja, enquanto a insegurança, em uma de suas consequências, ocorre da ausência de laços sociais, a dissolução de uma sociabilidade positiva, entre seus fatores influenciadores, é resultado do medo

oriundo da violência e insegurança. Nesse sentido, pretende-se avançar e investigar a “nova” forma de sociabilidade que, longe de representar algo simples de ser entendido, emerge e se consolida cada vez mais no urbano brasileiro, independentemente do patamar demográfico.

1.4 A vida social e a sociabilidade

A cidade depende das “relações diretas entre as pessoas e os grupos que compõem a sociedade (...) num meio termo (...) entre aquilo que se chama de ordem próxima (...) e a ordem distante” (LEFEBVRE, 2001, p. 52). A primeira diz respeito às relações entre indivíduos e grupos e a segunda, às relações regidas por instituições, dentre as quais o Estado.

O que Lefebvre transmite é que a produção efetiva da cidade é muito mais do que uma produção de objetos, mas uma produção e reprodução de seres humanos por seres humanos, em que “viver numa cidade significa viver junto” (BAUMAN, 2009, p. 74). Para isso, são necessárias as relações sociais, aqui defendidas pela sociabilidade.

A sociabilidade em definição mais simples pode ser entendida como uma “tendência para a vida em sociedade; modo de quem vive em sociedade” (BUENO, 1996, p. 612). A precisão conceitual do termo, segundo Turra Neto (2008), foi de Simmel (1983), partindo da noção de sociabilidade como uma forma espontânea de interação.

A base da interação social são certos impulsos e propósitos, ou seja, a interação dá-se a partir de certos conteúdos e está orientada por objetivos. Essa interação é definida como sociação: uma forma bastante variada pela qual os indivíduos se agrupam para satisfazer seus interesses. Ela é base das sociedades humanas, pois faz com que as pessoas vivam, umas com as outras, em sociedade, em relações de co-dependência (TURRA NETO, 2008, p. 397).

Na busca pelo alcance da sociabilidade, a grande motivação é o simples fato de estar em relação com alguém, em que sua plena realização depende das pessoas envolvidas e do investimento delas nela. A visão abstrata do conceito pressupõe que a relação entre as pessoas ocorra sem que haja hierarquia, ou em outras palavras, que as pessoas sejam tratadas com princípio de igualdade.

Pelas determinações de Karl Marx, a sociabilidade é entendida como um “conjunto de relações que os indivíduos mantêm entre si, dentro do qual, vivem e produzem sua existência, os determina essencialmente” (ALVES, 2002, p. 309-310). Já para Lugan (1997), é a capacidade de atores sociais se comunicarem e interagirem com outros atores, sendo um processo necessário para dar a cada um deles o reconhecimento social de uma dada comunidade. Ou seja, é por meio dos conjuntos de relações que os indivíduos concretamente existirão.

A sociedade não é constituída de indivíduos, mas exprime a soma dos nexos, das relações nas quais estes indivíduos existem uns para os outros. Como alguém dizia: do ponto de vista da sociedade, não existem nem escravos nem *citizens*, são todos homens. Muito ao contrário, fora da sociedade é que eles não o são. Escravo e citizen são determinações sociais, nexos dos homens A e B. O homem não é enquanto tal escravo. Ele é escravo na e pela sociedade (MARX, s. d., p. 205 *apud* ALVES, 2002, p. 310).

Segundo Frankl (1992, p. 77-78 *apud* MOREIRA; ABREU; OLIVEIRA, 2006, p. 629), ser humano “significa dirigir-se para além de si mesmo, para algo diferente de si mesmo, para alguma coisa ou alguém”. O ser humano é, em sua essência concreta, um realizador de relações sociais, em que a sociabilidade é um anseio humano para encontrar um sentido de existência. Ainda segundo ele, o sentido da vida não se encontra dentro dos limites biológicos e psíquicos, mas sim, quando é capaz de transcender a si mesmo e direcionar-se à sua exterioridade:

O outro não é objeto de um eu para uma finalidade pulsional, pois assim as relações entre os seres humanos seriam reduzidas a uma reificação da existência de outrem por uma postura hedonista e egoísta (...). Para a teoria frankliana, as relações são expressão de um encontro existencial de um eu e um tu, na qual se inscreve o reconhecimento da singularidade de outrem (MOREIRA; ABREU; OLIVEIRA, 2006, p. 629).

Partindo disso, é evidente que a sociabilidade se torna peça fundamental para a existência do homem e da sociedade. Ela deve ser fomentada nas relações e não composta por indivíduos existindo isoladamente. Ora, não se deve esquecer o espaço concreto, ou seja, Marx lembra que as relações dos homens com o mundo fazem parte da sociabilidade, pela qual “podem os indivíduos se relacionar com a

mundaneidade e, na produção, transformá-la em elementos úteis à sua vida” (ALVES, 2002).

Atualmente, o espaço urbano é o principal local das relações sociais. A consolidação desse espaço, em substituição ao rural, ocorreu de maneira rápida, em curto período de tempo. Segundo Endlich (2006, p. 161), “a acelerada transitoriedade faz com que a condição de vida produzida no âmbito capitalista seja profundamente alterada no curso de uma geração”. Segundo a mesma autora, “não há um modelo completo de reprodução da vida e de valores que prossiga entre gerações⁴² subseqüentes”.

Neste neomundo que é extremamente veloz (...), tudo está em circulação, o que possibilita a transmigração de idéias, valores, hábitos do passado para o presente ou de um lugar a outro (...). Uma realidade local, pertencente à determinada cidade, por exemplo, tem ressonâncias globais, o que transforma as fronteiras geográficas, regionais, em dimensões planetárias (FONSECA, 2000, p. 31).

O que se torna cada vez mais inevitável é um espaço sitiado da influência global sobre ele. Assim, nessa perspectiva, as leituras da cidade e da condição humana, de acordo com Fonseca (2000, p. 31), se “encontram extremamente envolvidas na trama da realidade societal planetária”. Relacionado ao avanço do urbano e do sistema capitalista, surgem os ícones dessa mudança:

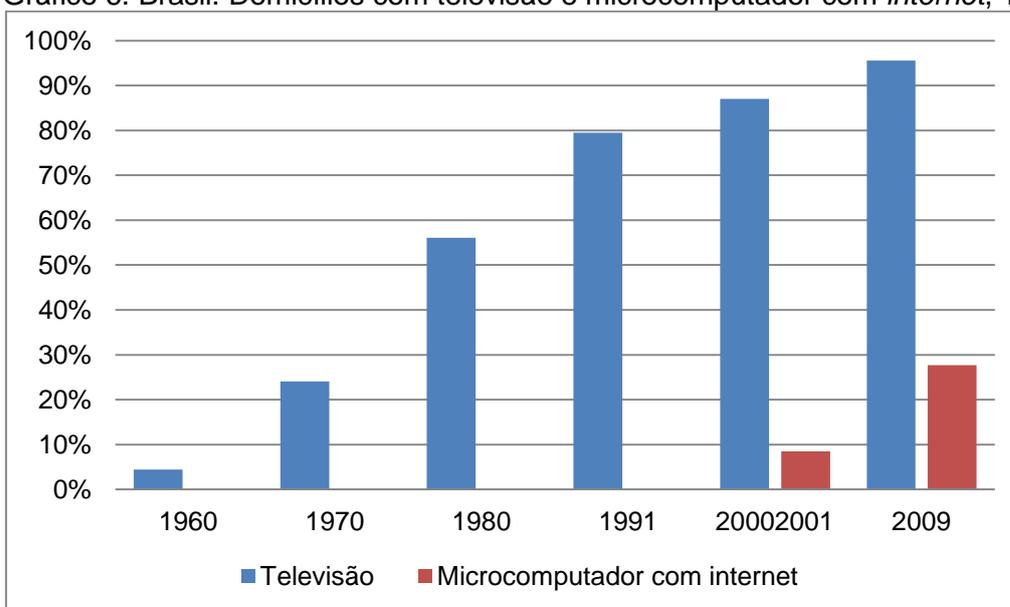
Especialmente a televisão, mas também os telefones e, mais recentemente, os computadores, enfim equipamentos que teoricamente ampliariam as relações humanas, mas que efetivamente provocaram o isolamento, afetando a eferescência que existia nas cidades como pontos de encontros (ENDLICH, 2006, p. 155).

Para D’Incao (1994, p. 102), “a televisão tem tido também um papel fundamental na diferenciação da sociabilidade”, pois ela não só ocupa as pessoas dentro de casa, empobrecendo a vida na cidade, principalmente à noite, como também as priva de reuniões, visitas domésticas e diversões. Dentro da própria

⁴² Seguindo essa linha de raciocínio, Bauman (2010, p. 62-64) alerta para “a incompreensão recíproca entre gerações” após as rápidas transformações da era moderna. Os mais velhos temem que a nova geração estrague a “acolhedora, familiar e decorosa normalidade que eles (...) construíram com esforço”. Já os mais jovens “sentem um forte impulso de endireitar o que os antigos estragaram e desequilibraram”. Ambos não estão satisfeitos com os rumos do mundo, acusando uns aos outros cotidianamente.

residência ela fragmenta as famílias, reduzem o diálogo e o contato entre os pares, produzindo o “monólogo”. O Gráfico 6 apresenta a porcentagem de domicílios brasileiros com televisores e microcomputadores com acesso à *internet*, de 1960 a 2009.

Gráfico 6. Brasil. Domicílios com televisão e microcomputador com *internet*, 1960-2009



Fonte: Censos Demográficos do IBGE e PNAD/IBGE, 2009

Organização: Fernandes, P. H. C. – 2011

A evolução da televisão foi rápida em cinquenta anos. Em 1960, menos de dez anos após o lançamento do produto no Brasil, apenas 4,4% dos domicílios possuíam televisão, todas em preto e branco. Em 1970, a presença dela saltou para mais de 24% dos domicílios e chegou a mais da metade deles, em 1980, inclusive com unidade em cores. Em 2009, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do IBGE, apontou que quase 96% dos 58,5 mil domicílios brasileiros tinham televisão, sendo a quase totalidade dos aparelhos – 99,6% – em cores.

A presença de microcomputadores com *internet* começou a ser levantada, pelo IBGE, em 2001. Naquele momento, apenas 8,5% dos domicílios possuíam o eletroeletrônico com acesso à rede mundial de comunicação, enquanto oito anos depois, a quantidade passou dos 27%. Na parte seguinte do trabalho, o assunto volta em formato de mídia, grande influenciadora do mundo moderno, associada à sua influência na insegurança urbana.

Além disso, a consolidação dos espaços urbanos nas relações sociais não acontece de maneira igualitária para todos:

A produção, a socialização, o consumo e as práticas culturais incidem sobre usos diferenciais do espaço e espelham os ritmos desiguais que caracterizam não só as relações entre classes, mas a dinâmica das gerações e dos grupos de idades, as relações entre gênero, os ciclos de vida no trabalho e no lazer (SPOSITO, 1994, p. 161).

Assim, as diferentes formas de ver e viver o espaço urbano e o conjunto de relações diversificadas ocorrem das mais diferentes maneiras no que diz respeito à apropriação do tecido urbano e dos conflitos que nele existem. Determinados grupos, que se identificam entre si, acabam por ter maior intensidade de sociabilidade entre eles. Eles buscam, quase sempre, o uso de espaços determinados para se reunir e manter os laços, como o RAP (*Rhythm and Poetry*), produto de uma sociabilidade juvenil e estudado por Sposito (1994).

No mais, no geral, os encontros ou os laços sociais parecem ocorrer por aquilo que o outro pode oferecer em termos de satisfação e interesses e não como deveria ser: em totalidade existencial, no sentido de serem seres humanos socializantes. Assim, para Moreira, Abreu e Oliveira (2006, p. 630), “a constituição do vínculo social entre os sujeitos estaria fundada numa orientação narcísica e hedonista”. Talvez esta seja uma das raízes da violência.

Para Bauman (2003, p. 33), as pessoas vivem uma rotina ostentada pela artificialidade, sustentada pela coação nua e sem sentido de termos como dignidade, mérito ou honra. Parece, então, que há uma privatização das relações sociais. Segundo Silva (2004, p. 54), as estruturações das rotinas cotidianas são “práticas como uma das expressões atuais do desenvolvimento histórico do individualismo, ou seja, uma de suas formas cristalizadas”. De acordo com Leal (2010, p. 402);

No meio urbano profuso de anonimato, os laços primários e tradicionais que sustentavam a coesão entre indivíduos dão lugar a indiferença e a uma espécie de solidariedade distante. O cotidiano dos indivíduos é denominado pela superficialidade relacional.

Nas ações das pessoas individualistas irão predominar negociações de interesse próprio, enfraquecendo, assim, “as negociações de interesse coletivo” (GOMES; SILVA JUNIOR, 2007, p. 58), como uma visão crítica acerca dos acontecimentos políticos, interesse em melhoria do espaço público, indiferença com aumento do desemprego, pobreza e questões sociais, etc.

O individualismo que os autores mencionam é o que Zaluar (1997, s. p.) descreve como “individualismo negativo”, no qual os indivíduos ficam ilhados no esgarçamento do tecido social, sem o ideário e os valores partilhados socialmente. Ainda de acordo com a autora, esse individualismo, por meio do narcisismo, busca uma independência individual absoluta, mas acaba por encontrar um vazio.

Quanto a isso, Souza (2008, p. 45) utiliza outro termo: autonomia, entendida em sua dupla face: autonomia individual e autonomia coletiva. A individual corresponde à possibilidade material e institucional efetiva e à capacidade psicológica de definir propósitos para sua vida e lutar de modo lúdico e coerente, em igualdade com os demais membros da sociedade. A autonomia coletiva se traduz, material e inconstitucionalmente, pela existência de instituições sociais que garantam igualdade efetiva de oportunidades para regulação da vida coletiva.

Dentro dessa discussão, Moreira, Abreu e Oliveira (2006, p. 634), alertam para a reciprocidade do sentido de se viver em comunidade e, ao mesmo tempo, manter a sua individualidade, pois ambos necessitam um do outro para adquirir uma significação que os caracterize: “a comunidade precisa do indivíduo para se construir como comunidade, enquanto o ser em sua individualidade necessita da comunidade para se reconhecer como um ser específico”. O ser, reconhecendo-se único, vai encontrar o sentido de sua existência em relação ao grupo, ao coletivo.

Desse modo, a sociedade individualizada negativamente acaba por decompor os laços públicos e o aniquilamento da política, ou seja, “o mercado capitalista, ao transformar vínculos humanos e pessoas em mercadorias, tem promovido o esfacelamento da solidariedade humana e das habilidades de sociabilidade” (GOMES; SILVA JUNIOR, 2007, p. 57).

Para Bauman (2010, p. 33), na fase líquida da modernidade, o indivíduo é apontado “como o único administrador da política da vida”, e a cultura é feita na medida da liberdade de escolha individual. Em resumo, é centralizada na sedução do consumidor, individual, e incentiva, cada vez mais, um consumo acelerado e com rápida dissipação, ou seja, descartável, para haver uma renovação e, por conseguinte, um novo consumo.

Sem dúvida, a rapidez das mudanças na organização familiar, nas relações sexuais, nos valores que faziam do trabalho a referência mais importante para amplas camadas da população, agora substituídos pelos valores associados ao consumo, especialmente o consumo de “estilo” mais caro e menos familiar, provocou o que se poderia chamar de anomia social difusa (ZALUAR, 1997, s. p.).

Partindo do exposto, as pessoas passam a buscar espaços homogêneos, como os condomínios fechados, que se difundiram pelo Brasil. Os muros, as cercas e a distinção entre ricos e pobres, como ocorre quando os funcionários, como jardineiros, secretárias do lar, motoristas, etc., passam por revistas, entram apenas por determinada portaria e sofrem atos de preconceito e humilhação, são elementos que compõem esses espaços contextualizados pela insegurança e medo.

Para Souza (2008, p. 69), a proliferação desses condomínios fechados, como parte da “fragmentação do tecido sociopolítico-espacial é a intensificação da auto-segregação”. Já para Bauman (2009, p. 43), eles ocorrem devido a uma mixofobia, ou seja, o medo de misturar-se. Eles podem até vender a ideia de se viver em comunidade, todavia, é uma falsa alusão ao sentido pleno do conceito.

A auto-segregação é uma solução escapista. Representa uma fuga e não um enfrentamento, muito menos um enfrentamento construtivo. Como tal, não passa de uma pseudo-solução. Se, de uma parte, os “condomínios exclusivos” prometem solucionar os problemas de segurança de indivíduos e famílias de classe média ou da elite, de outra parte deixam intactas as causas da violência e da insegurança que os nutrem. Pior: no longo prazo, colaboram para deteriorar a qualidade de vida, a civilidade e as condições de exercício da própria cidadania na cidade (SOUZA, 2008, p. 73).

Para Bauman (2009, p. 27), muitas pessoas acabam por não se identificarem mais com a cidade, com os problemas e os negócios vinculados a ela. Ou seja, perdem o interesse em compartilhar o urbano. Em seus “mundos particulares” e “seguros”, elas querem ser deixadas “em paz, livres para se dedicar completamente aos próprios entretenimentos e para garantir os serviços indispensáveis (...) às necessidades e confortos de sua vida”. Entretanto,

Os moradores descobrem, decepcionados, que, quanto mais seguros se sentem dentro dos muros, tanto menos familiar e mais ameaçadora parece a selva lá fora, e mais e mais coragem se faz necessária para aventurar-se além dos guardas armados e além do alcance da rede eletrônica de segurança (BAUMAN, 2003, p. 106).

De acordo com Bauman (2009, p. 46), “quanto mais tempo se permanece num ambiente uniforme [companhia de iguais] (...), mais é provável que se ‘desaprenda’ a arte de negociar significados e um *modus convivendi*”. Para ele, a companhia de outros iguais permite uma socialização superficial e o crescente desaparecimento do diálogo com “o outro”, principalmente “o diferente”, aumentando a reação mixofóbica.

Esse fenômeno também ocorre em cidades pequenas. D’Incao (1994, p. 98) apresenta dois exemplos paulistas: Presidente Venceslau (37.915 habitantes, segundo IBGE, 2010), nas barrancas do rio Paraná, já tem bairros, tipo condomínios fechados, segregados do resto da cidade, e Pedrinhas Paulista (2.932 habitantes, de acordo com o IBGE, 2010), onde uma comunidade rural possui um prédio de apartamentos de muitos andares e com piscinas para os moradores.

Morando em bairros segregados, a criança, o jovem e o adulto também, evidentemente, passam a se relacionar somente com pessoas da mesma classe social, cada vez mais com seus pares, não porque saíam à rua, mas porque freqüentam as mesmas escolas e locais de classe (D’INCAO, 1994, p. 98).

Logo, não há qualidade na sociabilidade. Por mais que se possa ser sociável, as relações não ocorrem em plenitude. O contato é apenas com pessoas da mesma classe social. Não há espaço⁴³ para o diferente, para o outro, principalmente aquele divergente da pessoa. Em suma, potencializa a segregação e a aceitação do diferente, e esfarela a sociabilidade. Bauman (2009, p. 20), seguindo essa linha, fala em uma substituição dos “laços naturais (...) por outros laços, artificiais, que assumiam a forma de associações, sindicatos e coletivos *part-time*”.

O mundo capitalista globalizado inseriu as cidades, por menores que sejam, numa dinâmica de alta velocidade, representada pelo andar apressado, cujos olhares evasivos já não se cruzam e o tempo para uma conversa rápida é suprido pela velocidade das ações diárias. Para Gomes e Silva Junior (2007), atualmente, os sujeitos estão tão ávidos por relacionar-se, vivendo num momento paradoxal em que se quer estreitar os laços e, ao mesmo tempo, mantê-los frouxos.

⁴³ Espaço também materializado. De acordo com D’Incao (1994, p. 99), há nas cidades pequenas um crescente repúdio à escola pública, e, por consequência, o aparecimento e a disseminação de escolinhas especializadas, principalmente, com educação integral. Isso é um sintoma da vontade da alta classe conviver entre pares de classe.

Tal situação chega a um ponto que faz com que o desconhecido seja temido. De acordo com Gaviria M. (2008, p. 96), isso ocorre “pela impossibilidade com que as pessoas se deparam de exercer um controle sobre ele, a vulnerabilidade ao outro”. Em resumo, há uma verdadeira ruptura social, negando-lhe a fala, inclusive as comunicações mais efêmeras do dia a dia, como pedir informação na rua, perguntar como está sendo o dia, entre outros exemplos. Isso esvazia o sentimento coletivo e amplia os sentimentos de medo, suspeita e ódio.

Por isso, o mundo virtual se expande, principalmente com as redes sociais, como o *Orkut* e o *Facebook*, ou os microblogs, como o *Twitter*. Entretanto, ao mesmo tempo em que é positivo ampliar esses laços com tantas pessoas, a maioria os mantém extremamente superficiais e distantes. O que se questiona é o exagero dos relacionamentos virtuais em detrimento dos relacionamentos pessoais, em que, certamente, se torna mais fácil usar uma tecla *delete* para excluir “um amigo” do que dialogar em interações mais profundas para resolver mal-entendidos.

Assim, para Bauman, esse processo está acarretando um desaparecimento dos valores intrínsecos dos outros seres humanos singulares, e, assim também, da preocupação com eles, por si mesmos. “A solidariedade humana é a primeira baixa causada pelo triunfo do mercado consumidor” (BAUMAN, 2004, p. 96) e o que se amplia é a relação da competição e não mais da cooperação.

Nas pequenas cidades, a sociabilidade tem uma característica peculiar. Segundo Caniello (2003, p. 33), ela é “largamente condicionada pela pessoalização”, ou seja, a proximidade entre as pessoas produz o que o autor chama de “visibilidade inevitável”. As pessoas, em sua grande maioria, se conhecem e se reconhecem pelo que o autor chama de “marcas”, que pode ser exemplificado com: o cargo que exerce, o sobrenome da família ou por alguma ação realizada.

Uma das principais características desse contexto é “a dificuldade em veicular demandas conflitivas, o que marca fortemente a cena social por relações de solidariedade e reciprocidade ‘obrigatórias’” (CANIELLO, 2003, p. 33). No caso da pequena cidade de São João Nepomuceno, de 23,8 mil habitantes (25 mil de população absoluta), segundo o IBGE (2010), na Zona da Mata mineira, campo de estudo de Caniello (2003), a rivalidade é exercida em dois momentos: no carnaval e nas eleições, ambos no sentido de competição.

As proporções de tais competições são imensas, pois mobilizam praticamente toda a cidade. No caso do carnaval, é uma história de disputa que começou em 1913. No ano seguinte, primeiro carnaval realizado com dois clubes, as críticas e os enfoques eram dirigidos diretamente ao clube oponente, gerando réplicas e tréplicas. Em 1915, a rivalidade chegou a um patamar tão perigoso que o delegado de polícia proibiu ofensas a qualquer um dos clubes e determinou itinerários diferentes nas ruas da cidade.

A partir de 1934, fundaram-se novas agremiações, mas a situação de embate continuou. As pessoas passaram a ser reconhecidas pelos grupos carnavalescos que apoiavam ou frequentavam. Já na década de 1970, os clubes perderam terrenos e começaram a ser fundadas as escolas de samba, chegando, na década seguinte, aos desfiles delas.

Caniello (2003) analisa o carnaval atual na cidade com grande semelhança com os antigos “festejos de momo”. Em primeiro lugar, a festa incorpora praticamente toda a população da cidade, inclusive os que vêm passar as férias. Além disso, a existência de duas agremiações polariza “faccionalmente⁴⁴” a população.

O que mais evidencia o vigor da rivalidade é o fato de toda essa preparação ser envolta no mais estrito segredo: tudo é preparado com grande discrição e o que mais se teme é o “furo” — a descoberta, por parte dos rivais, dos modelos das fantasias da escola a serem usados no grande evento (CANIELLO, 2003, p. 39).

A situação do carnaval em São João Nepomuceno é a mesma da política local: são dois grupos políticos que disputam o poder e a máquina pública em eleições marcadas por violências, orais e físicas. Segundo Caniello (2003, p. 42), o ápice ocorreu em 1926 por “uma polêmica banal, a troca do nome da praça principal”, quando a transformaram em um campo de batalha, com quatro mortes.

Atualmente, a política local continua sendo um momento conturbado na cidade. Entretanto, apesar de se preservar a estrutura definidora da rivalidade,

⁴⁴ “É um tipo de sistematização de padrões de conduta no âmbito da organização social operado mediante a rivalidade entre grupos com identidades próprias definidos diádica e opostamente no interior da totalidade social englobadora e ‘unionista’ da pequena cidade. A rivalidade assim produzida informa uma ‘reciprocidade hostil’ que permite a veiculação ritual e coletiva do conflito, circunscrevendo-o a arenas metafóricas como a do carnaval. Contudo, um elemento básico do faccionalismo é o seu caráter predominantemente político, pois normalmente ele é uma estrutura codificada por oposições entre grupos organizados que disputam o poder” (CANIELLO, 2003, p. 39).

exacerbando seu caráter ritual, “o indivíduo é libertado da classificação totalizadora proveniente do pertencimento à facção” (CANIELLO, 2003, p. 49).

Lugan (1997) também aborda a sociabilidade nas pequenas cidades: quando a atenção de todos está constantemente fixada no que todos fazem, o menor desvio é visto e, portanto, pode ser reprimido⁴⁵. Antes da Revolução Industrial, havia um predomínio das relações primárias entre as pessoas. Depois, com a industrialização e a urbanização, houve uma mudança para as relações secundárias ou das relações informais e afetivas para as formais e técnicas.

Sendo assim, ele indaga-se se as culturas regionais podem constituir variáveis capazes de modificar, de uma ou outra forma, a capacidade de sociabilidade própria das pequenas cidades. Lugan alerta que é necessário se precaver contra as ideias simples sobre o assunto, pois existem pequenas cidades, privilegiadas pela existência de lugares para comunicação oral, como as praças públicas e as ruas, onde as relações primárias são predominantes. Ao contrário, há lugares em que os habitantes vivem onde as ocasiões de contato são de fato reduzidas. Os exemplos mostram que as pequenas cidades localizadas numa mesma região podem manifestar atitudes coletivas (público) diferentes no que diz respeito à abertura e hospitalidade (acolhimento).

Na medida em que as pequenas cidades estão abertas a uma sociedade cujo sistema econômico é responsável pela divisão do trabalho, “as tensões entre as categorias sociais que são observadas na escala global, não podem deixar de ser encontradas na escala das pequenas comunidades urbanas” (LUGAN, 1997, p. 403). Assim, as relações secundárias passam a predominar em alguns casos, mesmo as tensões sociais, como as citadas por Caniello, parecendo ser mais atenuadas por certos fatores, como as relações de convivência e os contatos entre grupos sociais, facilitados pelo tamanho das cidades.

A sociabilidade nas pequenas cidades do mundo contemporâneo parece passar por uma transformação significativa. Os contatos primários com afetividade e intensidade se limitam entre os grupos e/ou parentes e amigos mais próximos e cada vez mais, com relações conturbadas. Já as relações secundárias, efêmeras, técnicas e frias passam a ser utilizadas cotidianamente pelos moradores, como é apresentado na dimensão local, na última parte dessa dissertação.

⁴⁵ Lorsque l'attention de tous peut constamment fixer ce que chacun fait, le moindre écart est perçu et peut être ainsi réprimé (LUGAN, 1997, p. 405).

Partindo do exposto, Silva (2004, p. 55-56) propõe, a fim de compreender efetivamente as transformações sociológicas atuais, estudos a partir do conceito de “sociabilidade violenta”. Ela consiste na intenção de captar a natureza e o sentido da radical transformação de qualidade das relações sociais a partir das práticas de criminosos comuns. Para o autor, a construção simbólica dessa sociabilidade é determinante na construção do sentido e da orientação das ações pessoais.

Há muito tempo que assaltos, roubos, seqüestros, linchamentos, etc., vêm aceleradamente deixando de ser percebidos como desviantes e ocasionais por agentes, vítimas e observadores – sem que, por isso, se possa afirmar que se trata tão somente de um processo de incorporação destas relações sociais à ordem institucional-legal, aos costumes dominantes ou às rotinas vividas como não problemáticas. Ao contrário, há fortes indícios que os padrões convencionais de sociabilidade (...) perdem validade e são substituídos segundo disposições subjetivas e coerções reciprocamente articulados (SILVA, 2004, p. 61).

Desse modo, percebe-se uma ampliação do uso da força nos princípios básicos das relações sociais. Logo, “na medida em que o princípio que estrutura as relações sociais é a força, não há espaço para a distinção entre as esferas políticas, da economia e da moral” (SILVA, 2004, p. 74).

Certamente, há um ciclo vicioso “maior”, que engloba outros “menores”, sem saber onde é o começo, o meio e o fim. Ele está associado à violência, à escassez de contato humano, ao sentimento de insegurança urbana, ao individualismo, à insegurança pessoal, à ausência do Estado, à mídia, às políticas repressivas, aos medos, entre outras ramificações, o que acaba por remodelar o contemporâneo modo de vida urbano.

Bauman (2003) sugere um engajamento de todos na busca pelo retorno do sentido de comunidade, sucumbido na pós-Revolução Industrial e desmoronado com o advento do capitalismo. “O poder moderno dizia respeito antes e acima de tudo à capacidade de gerenciar pessoas, (...) e obter obediência” (BAUMAN, 2003, p. 41). Para ele, o modelo capitalista substituiu a tradição fundada na comunidade por uma rotina artificial, chamada de comunidade de solitários.

Cabe ao Estado criar novas intervenções e políticas públicas e sociais, principalmente associadas ao espaço público, ficando a cargo da sociedade romper com tendências criadas para reverter o quadro que se vive no mundo

contemporâneo. Essas ações devem combinar o nacional com as peculiaridades do local para que alcancem os resultados desejados. Portanto, parte-se para última seção defendendo o espaço público como possibilidade para a realização concreta da sociabilidade e, por conseguinte, da diminuição da insegurança urbana.

1.5 A realização da sociabilidade por meio dos espaços públicos

“Não se pode pensar em compartilhar uma experiência sem partilhar um espaço” (BAUMAN, 2009, p. 51). O vínculo que se estabelece, então, parte da diminuição e/ou desvalorização dos espaços públicos que impactam diretamente nas relações de sociabilidade e/ou criam novas formas dela e no aumento do sentimento de insegurança, uma vez que os laços afetivos diminuem. Logo, os debates tratados caminham no sentido de defender os espaços públicos como o ideal na realização concreta da sociabilidade.

No Brasil, as discussões acerca do espaço público são polissêmicas e com várias abordagens. Há linhas que consideram a esfera pública e a vida pública como espaços públicos. Outras linhas preferem abordá-lo, principalmente, como um espaço concreto realizador de relações.

O termo “público”, segundo Bueno (1996, p. 538), numa definição simples e objetiva, é “relativo ou pertencente a um povo ou ao povo; que serve para uso de todos; comum; relativo ao governo de um país”. Em suma, quando se fala em algo público, se relaciona imediatamente a alguma coisa pertencente a todos ou relacionada aos governos, seja na escala federal, estadual ou local. Portanto, estão automaticamente inseridas nele as questões relacionadas ao poder público.

Segundo Loboda (2008, p. 70), estão incorporados, na reflexão acerca do espaço público, diversos temas, como: “cidadania, democracia, identidade, cotidiano, espaço vivido, memória, cultura, segregação, exclusão, fragmentação, dentre outros”. Entretanto, ainda de acordo com o mesmo autor, o principal caminho a seguir é entendê-lo “enquanto locais de interação socioespacial, ou seja, condições básicas para a cidadania e a democracia do/no espaço urbano, enfim, para qualquer projeto de humanização da cidade”. Já Sobarzo Miño (2004, p. 143), acredita que na “apropriação dos espaços públicos, por meio do uso, para a realização da vida das pessoas no seu cotidiano”.

As primeiras cidades “tinham como marca a imponência dos locais de encontro, como foi o caso da ágora grega, como símbolo do poder, ou o local de tomadas de decisões públicas como o fórum romano” (LOBODA, 2008, p. 72). O autor destaca ainda que no mundo grego “uma vida vivenciada na privacidade, ou seja, sem a participação na esfera pública, significava a privação das faculdades humanas mais valiosas” (DUPAS, 2003 *apud* LOBODA, 2008, p. 72).

A partir daquele momento, principalmente com o Império Romano, as reflexões sobre o “público” passam a ocorrer principalmente na distinção dele com o “privado”. Todavia, somente no século XIX, com o pensamento neoliberal, que as bases de diferenciação e separação de ambos foram consolidadas: tudo que for “do âmbito do Estado” é de regulação pública e aquilo que for de “âmbito do mercado”, fica submetido ao privado/particular (SAPORI, 2007).

Neste século XXI, essas bases parecem estar sucumbindo. Cada vez mais “pede-se aos homens que busquem soluções privadas para problemas de origem social” (BAUMAN, 2010, p. 50) e para o público. Apesar da noção da diferença de público *versus* privado permanecer, o Estado se utiliza, cada vez mais, de recursos públicos para financiar e salvar o privado, como, por exemplo, injeções financeiras em bancos e financiadoras, e o privado, pelo poder econômico que tem, passa a “ditar as regras” das ações e políticas do público.

Quanto ao conceito de espaço, este tem especial relevância para a Geografia; contudo, outros campos científicos possuem o seu olhar e abordagem acerca da conceituação. Esse polissêmico conceito é visto, por Gonçalves (2005, p. 58), como uma “construção social mutável e heterogênea”. O viés abordado acerca do espaço nesta dissertação baseia-se em:

Um conjunto indissociável de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro, a vida que os preenche e os anima, ou seja, a sociedade em movimento (SANTOS, 1988, p. 26).

Santos deixa claro a importância e o peso dado à sociedade e aos objetos sociais na mobilidade do espaço. Logo, não se deve pensar no espaço apenas como algo físico, concreto e estável, mas sim em movimento, sofrendo mudanças e influências diretas dos vários atores sociais, com destaque para a sociedade, o Estado e o capital.

O espaço é, então, “condição, meio e produto da reprodução da sociedade” (SANTOS, 1988, p. 26), no qual, segundo Gonçalves (2005, p. 58), “materializam-se as contradições sociais emergentes na sociedade, que se expressam na paisagem”. Tais contradições são perceptíveis tanto no nível intra-urbano como no regional.

Assim, o espaço público é compreendido, na visão de Souza (2008, p. 79), em dois sentidos, articulados, um na face imaterial e outro na face material: primeiro, enquanto esfera pública, isto é, a área de atuação e a existência de condições que propiciam a interação de indivíduos que expressam seus ideais, articulam suas demandas, negociam os seus conflitos e vêm e são vistos; e, segundo, enquanto espaço concreto, o qual permite o sentido primeiro.

É nos espaços públicos que a vida urbana e tudo aquilo que a distingue das outras formas de convivência humana atingem sua mais complexa expressão, com alegrias, dores, esperanças e pressentimentos que lhe são característicos. (...). Os locais públicos são os pontos cruciais nos quais o futuro da vida urbana é decidido (BAUMAN, 2009, p. 70).

Bauman (2009, p. 88) lembra que a vida urbana é formada pelo acúmulo de “minúsculas interações cotidianas com o motorista do ônibus, os outros passageiros, o jornaleiro, o garçom do café; das poucas palavras, dos cumprimentos, dos pequenos gestos que aplainam as arestas ásperas”. Esse espírito deveria prevalecer na cidade e, como a compaixão e os cuidados com o outro, ser um determinante fator de resgate das qualidades inerentes à sociedade humana.

Certamente, os espaços públicos não são únicos, nem exclusivos para que as relações e os laços se consolidem, mas são, efetivamente, aqueles que, na teoria, abarcam toda a população – são acessíveis a todos –, sem distinção, discriminação ou preconceito. Por isso, o interesse em abordá-lo. Ele, como espaço do encontro, é o *locus* de realização completa do ser humano, numa herança dos antigos gregos.

Entretanto, neste século XXI, com a maior difusão do fenômeno da globalização e do sistema capitalista, os espaços públicos, tão presentes em séculos passados – principalmente em pequenas cidades –, acabam por entrar em declínio, tornando-se espaços em inércia abandonados pela sociedade, esquecidos pelo poder público, pejorativamente rotulados pela imprensa, e áreas somente para circulação, quando necessário. Em Nova Tebas, no interior do Paraná, por exemplo, não há sequer uma praça pública, como é apresentado na última parte.

Sposito (1994) afirma que, em 1991, 50% dos crimes cometidos na cidade de São Paulo foram em logradouros públicos, onde também são deixados os corpos. Somados à espetacularização da mídia acerca dessa realidade, esses espaços acabam por ser temidos pela sociedade que, assim, passam a evitá-los. E pior: abrem mão da vida pública.

Por isso, com o declínio dos espaços e da esfera pública, Sennet (1998) anunciou o declínio, também, do homem público. Ou seja, não apenas do espaço não mais frequentado, mas também das pessoas que abrem mão, cada vez mais, da esfera pública e das discussões acerca do público. Assim, o espaço público “permanece enquanto uma idéia paradigmática para pensar a democracia e a possibilidade de um espaço para o exercício do diálogo da vida comum, um espaço compartilhado” (LOBODA, 2008, p. 78).

D’Incao (1994) dialoga sobre o modo de ser e de viver a sociabilidade urbana, associando, principalmente, com o espaço público. Para ela, há uma recusa da rua, rotulada como perigosa, ocorrendo uma falência da cidade como local de interação. A rua

Perde, no seu cotidiano, seu status de espetáculo e de representação social como que ela experimentou durante o século XIX e no começo do século XX no Brasil. O local de espetáculo e de representação parece hoje ter-se transferido para os *shoppings centers* e barzinhos da moda, situados em determinados locais da cidade, para onde se vai, preferivelmente de carro e não por ônibus ou a pé (D’INCAO, 1994, p. 96).

O olhar da autora para a rua como algo incorporado ao quintal e a casa é interessante, principalmente por fazer parte – ou tê-lo feito em determinado período – do contexto da maioria das cidades brasileiras. O brincar e o passear na rua e, por conseguinte, a convivência com diferentes classes sociais, permitiam maior socialização e aceitação, sem distinção, do outro.

Por isso, emergem cada vez mais os *shopping centers* em detrimento da rua, da praça e dos parques. Eles, por sinal, são tratados como espaços públicos, mas, na verdade, são o que Sobarzo Miño (2004, p. 27) denomina de “espaços semipúblicos ou pseudopúblicos”, porque são controlados e vigiados e limitam a entrada de pessoas, ou seja, há uma negação do ser público, de entrada livre e gratuita.

Hoje, a rua é excluída da vida das pessoas, acaba servindo apenas como local de passagem, particularmente de carros e motos. Ela é associada à pobreza, à sujeira, à violência, às coisas de esfera ruim, ao exterior, ao mundo individual, etc. Para D’Incao (1994, p. 97), a “exclusão da rua como local de interação social provoca distância de percepção entre si dos diferentes grupos ou classes sociais, ocasionando, entre outras coisas, o pânico, advindo em grande parte da ignorância”.

O automóvel, nas relações sociais, é, de acordo com D’Incao (1994, p. 102), uma espécie de “armadura que protege seu usuário contra as pessoas estranhas; ele contribuiu para que o vejam menos como uma pessoa e mais como proprietário de um carro, bom ou ruim”. Em pequenas cidades tal situação é potencializada.

Além disso, de acordo com Clavell (2010, s. p.), há um processo, cada vez mais recorrente, que se chama “privatización del espacio público”. Esse processo está incluso em num contexto maior chamado de “mercantilização da cidade”. Ambos estão diretamente relacionado à segurança pública nos espaços urbanos e na insegurança que permeia o modo de vida atual.

Essa dinâmica de consumo do espaço – simplesmente consumido e produtivamente consumido – determina que a produção, comercialização e consumo do espaço urbano se convertem em aspectos fundamentais da própria reprodução e acumulação do capital. A cidade vendida aos pedaços (...) torna-se parte integrante da reprodução capitalista (...) passa a ser um produto consumido, comprado e vendido, assumindo uma função fundamental na circulação e acumulação de capital. (SOBARZO MIÑO, 2004, p. 110).

Chauí (2006, p. 9) vai além: “os códigos da vida pública passam a ser determinados e definidos pelos códigos da vida privada, abolindo-se a diferença entre espaço público e espaço privado”. Isso ocorre diariamente por meio do apelo à intimidade das pessoas em todos os segmentos da mídia, em que a personalidade e a vida privada das pessoas funcionam como suporte e garantia da ordem pública.

Com o espaço público ocorre mais ou menos o seguinte: inicialmente, ele é abandonado pelo poder público; em seguida, começam a surgir atitudes incivilizadas (pichação, consumo e tráfico de drogas, roubos e outros pequenos delitos). Logo, a população negligencia o cuidado com o espaço. O Estado, em contrapartida, passa a intervir de maneira repreensiva com os novos frequentadores, mas sem assumir o cuidado efetivo do local, que acaba por se deteriorar. A repreensão ocorre de

maneira errada e se entra num ciclo. Por fim, para resolver o problema, o Estado privatiza o espaço para uma empresa interessada, principalmente no enobrecimento do espaço, criando, portanto, uma segregação urbanística.

Os espaços públicos tendem à privatização para atender às exigências de segurança e com consentimento (...) de habitantes (...). A privatização do espaço *público* equivale a sua destruição. (...) destruição do espaço público, apoiada amplamente pelos poderes... públicos! (PEDRAZZINI, 2006, p. 118).

Assim, o espaço público é tratado como perigoso e nocivo às pessoas e, portanto, devem ser demolidos e/ou privatizados. Tal atitude acaba por eliminar o caráter público – a publicidade – do espaço urbano e, também, da opinião pública, favorecendo, assim, a domesticação dos seres humanos.

Ora, o contexto exposto ocorre em diversas praças, parques, terminais urbanos, passarelas, etc., de praticamente todas as cidades brasileiras. Os exemplos se multiplicam em *blogs* na *internet*. Apesar de essa questão aparentemente estar associada às grandes cidades, ela ocorre no urbano como um todo, inclusive nas cidades pequenas.

Um exemplo ocorreu em 2010, quando o Instituto Chico Mendes (ICMBio), que é uma autarquia vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, com a responsabilidade de administrar os parques nacionais, fomentar pesquisa e proteger a biodiversidade (ICMBio, 2010), lançou uma portaria para privatizar alguns parques em pequenas cidades do Nordeste, como: Parque Nacional de Sete Cidades, em Piracuruca (PI) – 27 mil habitantes (IBGE, 2010) – e o Parque Nacional de Ubajara, em Ubajara, 29 mil habitantes (IBGE, 2010), no Ceará (PORTAL TV CIDADE VERDE, 2010).

Outra situação recorrente no urbano acontece quando o Estado usa dos artifícios criados pela arquitetura para modificar os espaços públicos, como bancos com formato cilíndrico, sistema de irrigação e separação, para apenas uma pessoa sentar e, principalmente, ninguém deitar, ou com pinos pontiagudos, na qual apenas quem paga pode utilizá-lo. Isso, quando não ocorre à retirada dos bancos. Não são apenas os bancos públicos, mas também a retirada das marquises das edificações públicas ou a implantação de grades ou sistemas de irrigação.

Efetivamente, o esvaziamento do espaço público foi ampliado pelo processo de globalização e pelo capitalismo. A decisão do poder público em se ausentar da manutenção (limpeza e cuidados) e gerenciamento (segurança e atrações) desses espaços contribuiu diretamente para o enfraquecimento deles. Outros motivos que contribuem para essa dinâmica: ampliação dos meios de comunicação (telefone, televisão e *internet*), a individualização do ser humano, o estereótipo de o público ser ruim e a difamação deles pela mídia.

No caso das pequenas cidades, os espaços públicos se converteram em locais de embates entre rivais políticos, grupos que comandam tráfico de drogas, diferenciação de classe social ou conflito entre diferentes grupos de jovens e idosos, entre outros grupos. Hoje, dificilmente esses espaços conseguem reunir pessoas de diferentes “tribos” sem que ocorram momentos de violência. Haja vista os resultados das festas que ocorrem nos espaços públicos das pequenas cidades, como aniversário da cidade, rodeio, shows públicos, etc., que acabam em brigas, esfaqueamentos, tiroteios e até homicídios.

Assim, de acordo com Bauman (2009, p. 64), o *stadtluft* (o ar da cidade) que era considerado *frei machen* (libertador) é eliminado e exorcizado no mundo contemporâneo. Por isso, Souza (2008, p. 85) chama o espaço público de “anêmico”. Ele se refere a uma fraqueza aferida por critérios sociopolíticos, que têm a premissa de compreender a situação atual dos espaços públicos como uma “patologia” em contraposição a um estado ideal “harmônico e saudável”.

Logo, é necessário desenvolver instrumentos teóricos para entender o antagonismo violento que desconhece as regras de sociabilidade, de tolerância e respeito para com o outro e de visão do modo de vida da sociedade como coletiva e não meramente como seres humanos isolados e dispersos no espaço geográfico.

Quanto maior a conscientização e a aceitação da heterogeneidade da população e de existência de um pluralismo na sociedade e da autonomia coletiva – e também a individual – maior será “o ‘grau de consistência’ da esfera pública, e, por consequência, maior o ‘grau de vitalidade e densidade’ dos espaços públicos enquanto tal (SOUZA, 2008).

O interesse por uma cidade mais segura, na opinião de Pedrazzini (2006), passa pela transformação da segurança do espaço, a começar – contrariando os interesses do sistema – pelo que se chama de “espaços públicos”. Por mais que o

Estado seja o grande modelador e regulador do espaço, não pode ser o único na luta pela justiça no País.

De fato, é indispensável uma nova modelagem nos laços pessoais. Ou seja, restabelecer as redes positivas de solidariedade, de reciprocidades e de sociabilidade, perdidas ou enfraquecidas com o passar das gerações, para poder não apenas diminuir a violência e o sentimento de que se vive num mundo inseguro, mas, também, garantir a emancipação humana, em contrapartida da alienação, e evitar ampliação da fragmentação social, escancarada na sociedade pós-industrial.

A sociedade não pode ficar fora desse processo. A luta começa pelo direito à voz, à opinião, à participação efetiva e concreta nas decisões sobre o espaço urbano e sobre as políticas públicas. A opinião pública, como verdadeiro discurso de oposição ao sistema perverso, é importante e não pode ser manipulada. Caso se perca “o caráter coletivo das queixas”, pode-se esperar “o desaparecimento dos grupos de referências” (BAUMAN, 2003, p. 79).

A cultura da janela aberta – e o contato pessoal com a vizinhança – que foi substituída pela cultura das janelas fechadas e com grades, e, atualmente, caminha para a cultura da janela fechada, com grades e vigiada com equipamentos eletrônicos, deve retornar, além da utilização dos espaços públicos e da consciência crítica acerca do “ser público”.

Na segunda parte, o trabalho contempla como a problematização verificada em âmbito geral se encontra na região escolhida como recorte territorial para a pesquisa. Esta é a segunda dimensão espacial envolvida no trabalho e de onde vem a principal motivação para o estudo do tema.

Parte II – Tendências recentes de aumento da violência e do sentimento de insegurança em pequenas cidades: o Norte do Paraná

*Outra vez te revejo,
Cidade da minha infância pavorosamente perdida...
Cidade triste e alegre, outra vez sonho aqui...*
Álvaro de Campos

A insegurança urbana, contextualizada numa visão mais geral, tem encontrado terra fértil para se disseminar na sociedade contemporânea, inclusive a brasileira. Apesar de os medos estarem presentes em todos os lugares e condicionar a vida das pessoas – analogamente ao fenômeno de globalização –, eles assumem características diferentes em determinados espaços e distintas pessoas e situações. Nesse sentido, esta segunda parte focaliza uma dimensão regional, com algumas características próprias.

Inicia-se, então, relatando a discussão entre duas pessoas, no dia 7 de abril de 2002, que terminou com uma morte, em Jardim Alegre, município de 12.324 habitantes (IBGE, 2010), a 390 quilômetros de Curitiba. Ou contando do sequestro, seguido da tentativa de estupro, de uma garota de apenas quatro anos de idade, que brincava em frente a sua residência, às três horas da tarde, em Munhoz de Melo, de apenas 3.672 habitantes (IBGE 2010), a 435 quilômetros de Curitiba, em 10 de março de 2004. Ou, ainda, remetendo a um período recente, aos furtos ocorridos em 16 de julho de 2011, no município de Marilândia do Sul, de 8.863 habitantes (IBGE, 2010), a 340 quilômetros de Curitiba.

Esses são alguns exemplos de situações violentas encontradas em meios de comunicação e ocorridas em municípios polarizados por pequenas cidades pertencentes à Mesorregião Norte Central paranaense, como é abordado mais adiante. Contudo, quem nunca se deparou com a concepção de que a cidade pequena é um local tranquilo e seguro para se viver? A associação entre pequena cidade e tranquilidade se propagou no senso comum.

Logo, os casos citados anteriormente podem ser olhados com estranheza, mas de maneira nenhuma como anomalias ou fatos isolados e desconectados do contexto da vida urbana atual. Portanto, é necessário relativizar a imagem difundida no senso comum da pequena cidade como um lugar exclusivamente tranquilo e seguro de se morar.

Apesar da difusão e interiorização da violência e da insegurança urbana em pequenas cidades, outras situações recorrentes sempre estiveram associadas a elas, como as perseguições políticas, o coronelismo e/ou as lutas por terra/solo urbano, entre outros fatores. Entretanto, mais recentemente, somam-se a esses citados anteriormente, a propagação dos roubos, dos furtos e dos homicídios.

Além disso, devido ao alto grau de pessoalização, é comum nas pequenas cidades, ainda que não exclusivamente nelas, a ausência de denúncias de ocorrências, como violência doméstica, estupros, etc., especialmente em ambientes familiares. Geralmente, isso ocorre, principalmente, devido tanto à ausência de equipamentos e serviços que garantam a proteção da vítima quanto ao julgamento praticado pela sociedade local.

Esta segunda parte da dissertação se desenvolve, especialmente, tomando como referência a Mesorregião Norte Central paranaense. Contudo, para entender as características e a realidade dessa região, é preciso inseri-la em uma abordagem multiescalar. Por isso, é inevitável não deixar de remeter alguns pontos a situações em outra escala, como a de âmbito nacional. Logo, em alguns momentos são inferidos dados que retratam o Brasil e o Paraná como um todo, com o objetivo de contextualizar, posteriormente, a realidade regional.

Apesar de ser contemplada apenas nesta segunda parte, foi a partir da realidade regional que a pesquisa foi construída, constituindo-se, portanto, na principal motivação do trabalho. A região Norte do Estado do Paraná se constituiu a partir da ampliação da agricultura cafeeira, que atraiu a vinda de paulistas e mineiros, além de imigrantes italianos durante as primeiras décadas do século XX. Principalmente pautada em pequenas propriedades colonizadas por companhias privadas, os imigrantes que chegavam à região encontravam um solo rico e facilidades na aquisição de terras. Esse breve contexto exposto representou o grande impulso de consolidação de grande parte dos municípios dessa região do Paraná, que ganhou muita população.

Entretanto, quando um leque de fatores erradicou, praticamente, toda a atividade cafeeira no Norte do Paraná, ocorreu uma série de transformações na região, inclusive um intenso declínio demográfico, especialmente da população rural, o qual, por sua vez, trouxe muitas transformações para o município, principalmente para sua sede (cidade).

Essas transformações não foram apenas no espaço físico do município. Principalmente em pequenas cidades, “a maior parte da sociedade local apenas está no espaço, mas pouco interfere sobre os processos que definem sua reprodução contínua. (...) deliberada em grande parte por relações econômicas” (ENDLICH, 2006, p. 428). Essa conclusão da autora representa a realidade das pequenas cidades do Paraná, inclusive as pesquisadas neste trabalho.

As transformações, oriundas de mudanças no ciclo econômico que ocorrem por interesse do sistema em que se vive e, por consequência, de poucos, em vez do coletivo, não apenas geraram um legado de história e acontecimentos na paisagem, mas também, e principalmente, interferiram na condição de vida humana. Ou seja, mais do que contribuir para o aumento da divisão internacional do trabalho, elas intervieram nas relações sociais que cada vez mais diminuem e se distanciam da emancipação humana.

Essas relações passam, assim, a ocorrer nas áreas urbanas, de maneira mais complexa, mais intensa e cada vez mais efêmera. Os espaços de vida agora sinalizam efetivamente para uma não-participação direta da sociedade, mesmo tendo o poder do voto, de questionar e reclamar. Isso porque, no sistema vigente, o controle dos espaços e territórios parte das relações econômicas de interesses convergentes. Portanto, com o declínio demográfico, os municípios perderam, também, centralidades, ou seja, serviços e bens de serviços.

A estruturação desta parte consiste em três seções que têm como principal objetivo evidenciar que aquilo que se mostrou como tendência geral na primeira parte também ocorre na região e relativizar a imagem da pequena cidade como um local exclusivamente seguro e tranquilo de se morar. Os subitens somados apresentam hipóteses e consistem de situações que influenciam diretamente o sentimento de insegurança urbana nessas localidades.

A primeira seção aborda o aumento quantitativo da violência nas pequenas cidades e o direcionamento da mídia regional acerca desse tema. Nesse caso, é fundamental inserir dados nacionais antes de proceder à análise regional.

A utilização da abordagem quantitativa, além de ajudar a nortear a análise em seu ponto de partida, permite inferir a existência de ocorrências que constituem a violência em pequenas cidades. Já a utilização do olhar da mídia, principalmente os relatos da imprensa acerca da violência em pequenas cidades, permite conhecer

casos que na maioria das vezes não são divulgados pelos dados oficiais. Contudo, antes de apresentar os resultados quanto à mídia, foi necessário contextualizá-la com a insegurança urbana.

Na segunda seção, é destacada a ausência dos equipamentos e serviços de segurança pública na Mesorregião Norte Central paranaense. Essa ausência está associada diretamente ao aumento da violência e representa uma das hipóteses explicativas para o aumento do sentimento de insegurança urbana. Além disso, procura-se complementar os pontos anteriores quanto ao objetivo de relativizar a imagem das pequenas cidades como tranquilas e seguras. Essa parte permite abrir o debate que é detalhadamente destacado na última parte da dissertação, quando é apresentado o caso das pequenas cidades de Florestópolis e Nova Tebas, no Norte do Estado do Paraná.

2.1 O aumento quantitativo da violência em pequenas cidades

Na última década, tem-se observado o aumento da violência em pequenas cidades. Diversos crimes e ocorrências se tornam cada vez mais frequentes em municípios demograficamente pequenos. Tais fatos vêm se constituindo um problema de natureza social para a esfera municipal.

Vale destacar que a finalidade de enfatizar esse tema não objetiva instaurar um alarmismo acerca do fenômeno, nem contribuir para a espetacularização proposta pela mídia sobre o assunto⁴⁶. Assim, embora o trabalho tenha utilizado as notícias veiculadas pela mídia, procurou-se manter independência na interpretação dos fatos.

Considerações sobre as fontes

Para tratar do aumento da violência é necessário contar com dados. As estatísticas são relevantes nos estudos de violência. Pedrazzini (2006, p. 81) reconhece sua importância, mas alerta: “as estatísticas devem ser consideradas apenas como indicadores de tendências a serem comprovados”. É fundamental

⁴⁶ Para responder às inquietações relacionadas à questão da violência, deve-se, além de utilizar os dados, identificar os habitantes dos territórios violentos capazes de relatar os fatos reais ou fabricados. Isso porque eles estão, indiretamente, associados aos dados estatísticos, fazendo parte do contexto.

avaliar as fontes existentes, o que contemplam e o que deixam de tratar. Em resumo, o que os dados disponíveis mostram sobre a violência, como a criminalidade e homicídios, devem passar por uma análise empírica para total compreensão.

No Brasil, de acordo com Soriano (2007, p. 26), as “estatísticas oficiais são de responsabilidade de órgãos e secretarias como: Delegacias de Polícia, Secretaria de Segurança Pública”. Porém, ainda de acordo com ele, o Brasil apresenta dificuldades na disponibilidade dos dados que deveriam ser acessíveis a toda população. O que ocorre, na verdade, é uma publicação de parcela dos dados.

O Estado do Paraná, infelizmente, está muito defasado nesse sentido, diferente do Estado de São Paulo, por exemplo, que dispõe de um amplo sistema de informação digital intitulado Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE/SP). Nesse portal, existem todos os dados de segurança, de ocorrências policiais, de modalidades de ocorrências, inclusive nas pequenas cidades paulistas.

No Paraná, os dados da Secretária de Segurança Pública, quando existentes, são agrupados por regiões e não são disponibilizadas consultas por municípios. Assim, é praticamente impossível obter os dados oficiais das pequenas cidades paranaenses. Existem duas regionais (Cascavel e Guarapuava) de Polícia Militar que disponibilizam diariamente, em seus *sites*, os boletins de ocorrência do dia. Contudo, apesar da boa metodologia, as informações começaram a ser divulgadas apenas recentemente.

Tendo em vista justamente essa dificuldade quanto à ausência de dados oficiais, optou-se, nesta pesquisa, em realizar levantamentos baseados no que a mídia tem retratado como forma de apreender, se não a totalidade, ao menos as tendências que se esboçam. É preciso ressaltar, novamente, que muitas pessoas não denunciam ou fazem boletim de ocorrência. Sendo assim, em pequenas cidades, existem muitas subnotificações, que correspondem a “inação consciente de comunicação de crime” (NASCIMENTO, 2011, s. p.).

Na literatura acerca da temática, a subnotificação ocorre concretamente, principalmente, por dois motivos interligados e correlacionados: primeiro, devido à falta de credibilidade nas instituições policiais e, segundo, à ausência de respostas eficientes (preventivas e corretivas) das mesmas forças (NASCIMENTO, 2011).

Por isso, cabem as ressalvas quanto aos dados. As estatísticas são importantes para compreender a realidade social concreta, mas é fundamental avaliar seus limites, já que dificilmente respondem sozinhas a todas as indagações. Representam uma referência. Segundo Carrión Mena e Núñez-Vega (2006), a estatística pode ser simultaneamente uma estratégia de dominação e uma tática de defesa. Isso porque o saber completo dela possibilita observar diversas relações e articulações sociais. Assim, os autores alertam que para se fazer uma análise confiável dos dados estatísticos, recomenda-se cruzá-los com as condições em que foram produzidos, usados e difundidos.

Em suma, deve-se tomar cuidado, pois, no caso das estatísticas de violência, ao mesmo tempo em que apresentam uma carga teórica e ideológica definida, as fontes de informação são, quase sempre, de instituições encarregadas da administração da segurança, como as fontes policiais.

Foram utilizadas algumas informações disponíveis na *internet*, usando como referência a Polícia Militar do Paraná. Apenas duas⁴⁷ das 21 regionais de polícia possuem *sites* próprios com atualizações diárias: a regional de Cascavel e a de Guarapuava. Na primeira, há a divulgação das ocorrências geradas na última semana, enquanto a segunda apresenta os boletins desde o dia primeiro de abril de 2011. Outras duas regionais divulgam algumas informações no *site* da Polícia Militar estadual: a de Jacarezinho e a de Pato Branco.

O aumento quantitativo da violência

Waiselfisz (2010), em o *Mapa da violência 2010: anatomia dos homicídios no Brasil*, utiliza os dados de homicídios em todos os municípios brasileiros e apresenta, como principal conclusão, a interiorização da violência no País, independentemente se a localidade é pequena, média ou grande, ou se está próxima às capitais ou distantes dos principais centros urbanos.

Isso mostra que não é a questão demográfica que define se a cidade é segura ou não para se viver. A qualidade de vida e o sentimento de segurança se compõem por diversos fatores, como a qualidade dos serviços e equipamentos públicos de educação, saúde, segurança, tratamento de água/esgoto e iluminação,

⁴⁷ Ver: 16º Batalhão de Polícia Militar de Guarapuava: <<http://www.16bpm.com.br/site/>> e 6º Batalhão de Polícia Militar de Cascavel:< <http://www.pmcascavel.com.br/>>.

da administração pública transparente e participativa, além de relações positivas de sociabilidade entre moradores. A Tabela 7 apresenta a taxa média de homicídio (em 100 mil) na população urbana de cidades brasileiras entre 2003 e 2007.

Tabela 7. Brasil. Cidades com maiores taxas de homicídios, 2003-2007

Pos	Cidades	Pop. Urbana em 2010 (% da pop. urbana)	Taxa de Homicídio (em 100 mil)
01	Juruena (MT)	6.801 (60,3%)	139,0
02	Nova Tebas (PR)	2.891 (39,1%)	132,0
03	Tailândia (PA)	58.715 (74,0%)	128,4
04	Guaíra (PR)	28.176 (91,2%)	106,6
05	Coronel Sapucaia (MS)	10.208 (72,5%)	103,6
06	Viana (ES)	59.640 (91,7%)	99,0
07	Tunas do Paraná (PR)	2.790 (44,6%)	99,0
08	Maceió (AL)	931.984 (99,9%)	97,4
09	Arapiraca (AL)	181.562 (84,8%)	96,7
10	Linhares (ES)	121.503 (86,0%)	96,3
11	Serra (ES)	406.517 (99,3%)	95,5
12	Foz do Iguaçu (PR)	253.950 (99,2%)	92,2
13	Nova Ubiratã (MT)	5.935 (64,2%)	91,7
14	Marabá (PA)	186.122 (79,7%)	90,4
15	Itaguaí (RJ)	104.292 (95,5%)	88,9
16	Limoeiro (PE)	44.691 (80,4%)	88,6
17	Simões Filho (BA)	105.808 (89,7%)	88,1
18	Macaé (RJ)	202.873 (98,1%)	87,9
19	Recife (PE)	1.536.934 (100%)	87,5
20	Itapissuma (PE)	18.401 (77,6%)	87,4
21	Rio Formoso (PE)	13.368 (60,4%)	86,9
22	Armação dos Búzios (RJ)	27.538 (100%)	86,3
23	Cabo de Santo Agostinho (PE)	167.830 (90,7%)	86,3
24	Colniza (MT)	15.011 (56,9%)	86,0
25	Rio das Ostras (RJ)	99.999 (94,6%)	84,8
26	Itabuna (BA)	199.668 (97,5%)	84,3
27	Escada (PE)	53.985 (85,0%)	83,6
28	Tucuruí (PA)	92.433 (95,2%)	81,4
29	Peixoto de Azevedo (MT)	19.799 (64,4%)	79,6
30	Cariacica (ES)	337.822(96,8%)	78,0

Fonte: Waiselfisz (2010, p. 31) e IBGE (2010)
Organização: Fernandes, P. H. C. – 2011

Os dados dessa tabela corroboram a preocupação deste trabalho de mostrar o aumento da violência e do sentimento de insegurança nas pequenas cidades, pois, dentre as localidades apresentadas, 12 (40%) são de pequenas cidades (considerando a população urbana de até 50 mil habitantes). É possível perceber a presença de localidades paranaenses e do recorte territorial da pesquisa entre as primeiras dessa lista. Das pequenas, nove (75% ou 30% do total) têm menos de 25 mil habitantes e quatro (ou 13% do total) apresentam, no máximo, dez mil habitantes urbanos.

O município de Juruena, no Norte do Estado do Mato Grosso, de 6,8 mil habitantes na área urbana (11,2 mil no município), segundo o IBGE (2010), é a cidade com maior taxa de homicídios do Brasil, com 139 em cinco anos, ou seja, foram 46 homicídios no período ou praticamente nove por ano.

O segundo colocado é o município de Nova Tebas (estudo de caso deste trabalho), no Norte Central paranaense, de apenas 2,8 mil habitantes na cidade (7,3 mil no município, segundo o IBGE, 2010), com 132 de taxa. Nele foram 17 homicídios no período. Por fim, em Coronel Sapucaia, de 10.208 habitantes urbanos (IBGE, 2010), no Mato Grosso do Sul, foram 69 homicídios em cinco anos, ou quase 14 por ano. Os três municípios polarizados por pequenas cidades estão à frente de Maceió, capital do Estado de Alagoas, e Recife, capital de Pernambuco.

Já entre as 500 cidades brasileiras com maiores taxas de homicídios, 328 (65,6%) possuem, no máximo, 50 mil habitantes de população urbana e podem ser consideradas pequenas cidades. Entre elas existem distinção na faixa populacional. Assim, a Tabela 8 destaca a quantidade de pequenas cidades, por extrato de população urbana, que aparecem entre as 500 com maiores taxas de homicídios, em 100 mil habitantes, no período de 2003 a 2007.

Tabela 8. Brasil. Quantidade de pequenas cidades, por extrato de população urbana, entre as 500 com maiores taxas de homicídios (em 100 mil), entre 2003-2007

Extrato populacional (Considera-se apenas a população urbana)	Quantidade	%
0 a 10.000 habitantes	110	33,5
10.001 a 25.000 habitantes	147	44,8
25.001 a 50.000 habitantes	71	21,7
TOTAL	328	100,0

Fonte: Waiselfisz (2010, p. 31-36)
Organização: Fernandes, P. H. C. – 2011

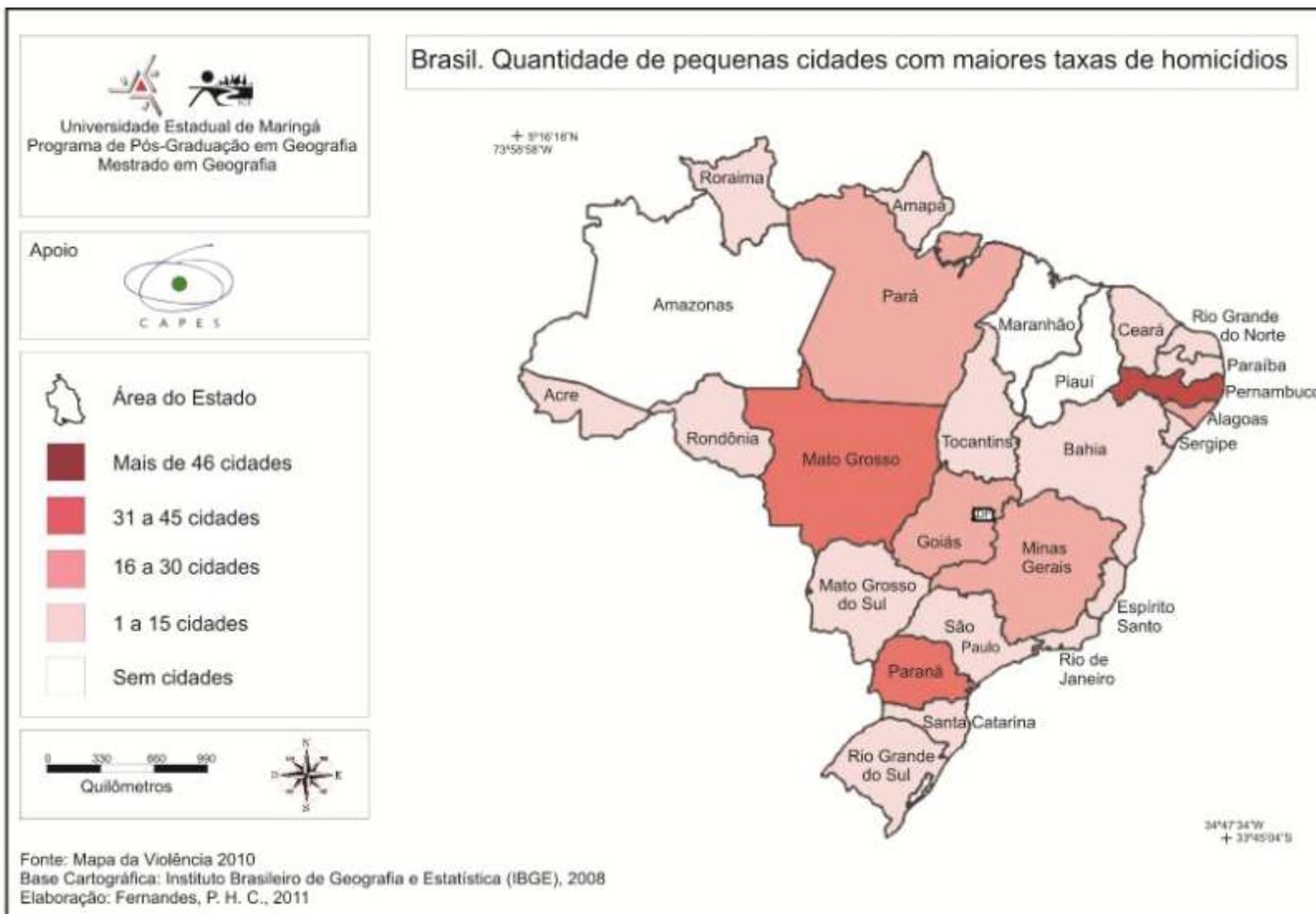
Entre os extratos, 110 cidades possuem até dez mil habitantes (22% do total). Delas, 43 possuem menos de cinco mil habitantes urbanos, sendo Santo Antônio do Leste, no Mato Grosso, a menor, com apenas 2.119 habitantes urbanos (IBGE, 2010), e quatro homicídios entre 2003 e 2007 (31ª com maior taxa do Brasil).

Já se forem consideradas como parâmetro cidades com no máximo 25 mil habitantes, a quantidade chega a 257 (78,3% das pequenas cidades e 51,4% do total), sendo que a maioria está no extrato de 10.001 a 25 mil habitantes: 147 (44,8% das pequenas cidades e 29,4% do total). O Mapa 2 espacializa a distribuição das 328 pequenas cidades com altas taxas de homicídios, por faixas de quantidade, nos Estados da Federação.

As pequenas cidades com maiores taxas de homicídios estão distribuídas por 23 Estados (88,5%) e presentes em todas as cinco regiões brasileiras. Os únicos Estados que não possuem pequenas cidades entre as 500 com maiores taxas de homicídios são o Amazonas, o Maranhão e o Piauí. Exclui-se do levantamento o Distrito Federal, uma vez que os dados são agrupados no único município existente, Brasília.

O Estado de Pernambuco tem 47 pequenas cidades (14,3%), seguido do Paraná com 45 (13,7%), de Mato Grosso com 42 (12,8%) e de Alagoas com 30 (9,1%). Juntos, eles atingem 50% do total. Proporcionalmente, seis Estados têm mais de 20% de suas pequenas cidades (considerando aquelas com população urbana inferior a 50 mil) entre as 500 cidades brasileiras com maiores taxas: Amapá (35,7%), Mato Grosso (31,6%), Alagoas (30,9%), Pernambuco (29%), Roraima (28,6%) e Rondônia (23,4%). O Estado do Paraná tem 12,1% de suas pequenas cidades entre as 500 cidades com maiores taxas.

Um levantamento dos boletins de ocorrências existentes na *internet* pode demonstrar que ocorrem eventos violentos em pequenas cidades da mesma natureza que os encontrados nas médias e grandes. Ou seja, existem furtos, roubos, estupros, porte ilegal de arma, contrabando, porte de droga, violência doméstica, violência contra criança, exploração sexual, homicídios e tentativas e/ou fugas de delegacias, entre outras modalidades de crimes. Sendo assim, a Tabela 9 apresenta alguns exemplos de ocorrências registradas em pequenas cidades paranaenses.



Mapa 2. Brasil. Proporção de pequenas cidades, por Estado, no *ranking* de cidades com maiores taxas de homicídios, 2003-2007
Fonte: Waiselfisz (2010) – Elaboração: Fernandes, P. H. C. – 2011

Tabela 9. Paraná. Data, pequena cidade, população total e urbana e ocorrência policial

Data	Pequena cidade	Total/Urbana (2010)	Ocorrência policial
25/05/2010	Santo Antônio da Platina	42.707 – 36.994	Apreensão de arma de fogo e munição
02/06/2010	Cambará	23.886 – 22.365	Mobilização de 50 polícias na cidade para cumprir mandados de prisão
30/08/2010	Honório Serpa	5.955 – 1.988	Dois PMs foram assassinados enquanto atendiam uma ocorrência
27/01/2011	Guapirama	3.891 – 2.900	Roubo a idoso
30/01/2011	Carlópolis	13.706 – 9.353	Roubo de motocicleta
01/02/2011	Ribeirão Pinhal	13.524 – 11.078	Apreensão de arma de fogo
01/02/2011	Joaquim Távora	10.736 – 8.220	Roubo no distrito
01/04/2011	Pinhão	30.208 – 15.317	Apreensão de arma de fogo
02/04/2011	Goioxim	7.503 – 1.756	Preso com mandado de prisão
02/04/2011	Foz do Jordão	5.420 – 3.927	Violência doméstica
05/04/2011	Turvo	13.811 – 5.048	Furto
06/04/2011	Candói	14.983 – 7.026	Furto de veículo
10/04/2011	Cantagalo	12.952 – 8.509	PM levou uma pedrada na cabeça
10/04/2011	Cantagalo	12.952 – 8.509	Roubo a lotérica
18/04/2011	Manoel Ribas	13.169 – 6.805	Fuga de presos da delegacia
25/04/2011	Candói	14.983 – 7.026	Furto
16/05/2011	Santa Maria do Oeste	11.500 – 3.211	Estupro
22/05/2011	Manoel Ribas	13.169 – 6.805	Furto
11/06/2011	Cantagalo	12.952 – 8.509	Fuga de dez presos da delegacia
14/06/2011	Nova Tebas	7.398 – 2.891	Troca de tiros entre PM e foragido de delegacia – óbito do foragido
14/06/2011	Virmond	3.950 – 1.880	Mandado de prisão
23/06/2011	Laranjeiras do Sul	30.777 – 25.031	Roubo
01/07/2011	Candói	14.983 – 7.026	Ameaças de agressão à esposa
05/07/2011	Nova Tebas	7.398 – 2.891	Veículo com documento falso
07/07/2011	Manoel Ribas	13.169 – 6.805	Furto de veículo
12/07/2011	Palmital	14865 – 7.399	Lesão corporal

Fonte: IBGE (2010) e Polícia Militar do Paraná (2011)

Organização: Fernandes, P. H. C. – 2011

As informações apresentadas na tabela são oficiais. Entre os municípios levantados, destacam-se dois que possuem menos de cinco mil habitantes de população total: Guapirama e Virmond. Se considerar apenas a população urbana, têm-se, além dos dois citados anteriormente, mais cinco que possuem menos de cinco mil habitantes urbanos: Honório Serpa, Goioxim, Foz do Jordão, Santa Maria do Oeste e Nova Tebas, sendo Goioxim, com 1.756 habitantes urbanos, o menor entre eles.

Entre as ocorrências policiais, destacam-se o homicídio de dois policiais militares que foram atender a uma solicitação de ajuda em Honório Serpa, município

de 5.955 habitantes, sendo quase dois mil na área urbana; a pedrada que outro policial militar levou enquanto também atendia a uma ocorrência na área urbana de Cantagalo, município de quase 13 mil habitantes; a mobilização de 50 policiais militares e civis, de diferentes municípios, para cumprir mandados de prisão na cidade de Cambará; o roubo a um idoso, em Guapirama; a violência doméstica em Foz do Jordão; o roubo a lotérica em Cantagalo; a fuga de presos na Delegacia de Polícia Civil de Manoel Ribas; e por fim, um estupro na pequena cidade de Santa Maria do Oeste.

A mídia e o sentimento de insegurança

Com o avanço do sistema capitalista, surgiram ícones e indicadores do modernismo, como a televisão, em um primeiro momento, e a *internet*, mais recentemente. Para Curbet (2010), a televisão, após a segunda metade do Século XX, se consolidou como uma instituição central da modernidade.

Logo, nessa modernidade, além do aumento da violência, há uma influência da mídia, principalmente a televisão, no sentimento de insegurança urbana. Isso porque ela não tem fronteiras e não pede passagem para entrar, haja vista que está presente em 96% dos domicílios brasileiros. Segundo Rifiotis (1999, p. 30), ela é “amplamente reconhecida como um elemento estratégico na produção simbólica das violências” e “tornou-se o veículo natural para a divulgação cotidiana de noticiários de violência e criminalidade” (BENEVIDES, 1983, p. 21).

Transforma-se, em pouco tempo, em sentimentos cada vez menos difusos de insegurança e medo. Trata-se da síndrome causada pela divulgação maciça, em todos os meios de comunicação, do que se convencionou chamar de “onda da violência” (BENEVIDES, 1983, p. 19).

Em países como o Brasil, a mídia tem um grande papel de influenciadora no modo de vida da população, devido aos principais meios de comunicação serem administrados por tradicionais famílias que representam a grande elite econômica, como políticos influentes regionalmente e/ou nacionalmente. Logo, esse extrato defende, primeiramente, o interesse do capital e não o do social.

Em maio de 2011, o Ministério das Comunicações divulgou o cadastro dos proprietários de rádios e televisões no Brasil. Segundo ele, existiam 291 emissoras de televisão, 3.205 de rádios e 6.186 retransmissoras comerciais no Brasil, sendo que o número de políticos, considerando apenas os deputados e/ou senadores⁴⁸, que são sócios ou diretores das emissoras chega a 56; já considerando os prefeitos e vereadores, o número passa dos 200 (PORTAL FOLHA, 2011).

No Estado do Paraná, pelo menos 15% das rádios registradas no Ministério das Comunicações estão nas mãos de políticos. O levantamento feito pelo *Portal Gazeta do Povo* revelou que, pelo menos 54 emissoras de rádio das 355 com registro no governo federal, pertencem a políticos ou familiares. Foram identificados ex-governadores, conselheiros do Tribunal de Contas do Estado, secretários de estado, deputados federais e estaduais, prefeitos, ex-prefeitos e vereadores. Pela legislação, um político pode ser sócio de apenas uma rádio ou televisão, mas sem exercer cargo de diretor. Apesar da proibição, a falta de fiscalização acaba por transformar o veículo de comunicação numa potencial máquina de fazer votos (KOLBACH, 2011).

Esses grupos regionais donos de grandes corporações, localizados nas capitais e nas maiores cidades do interior dos Estados, acabam por direcionar a sua programação para assuntos de interesse desses espaços ou de nível global. Assim, praticamente obrigam a população das pequenas cidades a consumirem as notícias de espaços fora da realidade em que vivem, até mesmo a própria violência urbana. Portanto, esses moradores, além dos medos específicos da localidade, se tornam susceptíveis a conviver com os medos de outros espaços.

Além disso, cada vez mais, os programas culturais são trocados pelos de entretenimento, que, na atualidade, vêm sendo apresentados com os programas de humor, de intimidade – diversos casos da vida das pessoas – e de violência. Os programas culturais, quando existem, passam em horários pouco acessíveis. De acordo com Chauí (2006, p. 21), a cultura, vista “pelo prisma da criação e expressão das obras de pensamento e das obras de arte”, possui três traços principais que a tornam distante do entretenimento.

⁴⁸ Ver lista completa dos sócios e diretores por entidades:
http://media.folha.uol.com.br/poder/2011/05/28/relacao_de_socios_diretores_entidades.pdf.

Em primeiro lugar, é trabalho, ou seja, movimento de criação do sentido (...). Em segundo lugar, é a ação para dar a pensar, dar a ver, dar a refletir, a imaginar e a sentir o que se esconde sob as experiências vividas ou cotidianas (...). Em terceiro, em uma sociedade de classes, de exploração, dominação e exclusão social, a cultura é um direito do cidadão, direito de acesso aos bens e obras culturais, direito de fazer cultura e de participar das decisões sobre a política cultural [grifo do autor] (CHAUI, 2006, p. 21).

Sem desmerecer as demais, a terceira é a que mais interessa aqui. A pouca ou ausente difusão de programação de boa qualidade cultural no Brasil tem a ver com a estratificação social brasileira e capitalista como um todo. O grifo acima *participar das decisões sobre a política cultural* (e pode-se inserir a econômica) é justamente o que a classe dominante não quer que a população em geral faça.

Tudo na mídia é transformado em entretenimento, como as tragédias e genocídios. Logo, a burguesia, dita “cultura”, prefere uma classe operária “inculta”, para ser controlada até na hora do “descanso”. Assim, a mídia constrói um mercado favorável, principalmente voltada ao consumo e à reprodução dos seus interesses. E o que é pior: mascara a realidade com o discurso de que todos têm, justamente por meio dela, o acesso à cultura.

Infelizmente, grande parte da mídia se posiciona ao lado do poder: i) econômico, formando, cada vez mais, por meio de fusões ou aquisições, grandes corporações que monopolizam a informação e o entretenimento, além de lutarem a qualquer custo pelo máximo de audiência e pela ampliação do padrão consumista; e ii) político, pois, como uma mão de duas vias, se juntam aos políticos para ampliar seus resultados e beneficiar a ambos (CURBET, 2010, s. p.).

Os meios de comunicação, no mundo contemporâneo, passam a atuar no que Paul Virilio (1993 *apud* CHAUI, 2006, p. 32) chama de acronia e atopia: i) Atopia ou ausência de uma referência espacial. Os aparelhos de rádio, televisão e a *internet* tornam-se um único espaço real, apagando as diferenças do espaço percebido (longe, perto, grande, pequeno). Assim, as distâncias são ignoradas e aquilo que ocorre no Japão, na China ou em Florestópolis aparece igualmente próximo e igualmente distante; ii) acronia ou ausência de uma referência temporal. Os acontecimentos são narrados como se não tivessem consequências passadas nem efeitos no futuro, ou seja, são pontos presenciais, momentâneos e sem conexão com o tempo. Duram o tempo em que forem transmitidos.

Ambos estão diretamente associados com o sentimento de insegurança. Com relação ao primeiro, um evento que ocorre em São Paulo (SP) é sentido – e temido – em Nova Tebas (PR). Já com relação ao segundo, os diversos casos divulgados, alguns que duram dias, outros, apenas um minuto, são tratados como isolados do contexto atual e chegam às cidades pequenas como um bombardeio ameaçador, embora os eventos já ocorram há muito tempo.

Por isso, deve-se tomar muito cuidado com a ênfase e a seleção das notícias nos principais jornais brasileiros. Nesse sentido, Carrión Mena e Núñez-Vega (2006) alertam para o tratamento que a televisão dá para as informações sobre violência, uma vez que ela processa e divulga de acordo com a sua ótica de espetacularização e construção da realidade, segundo seus interesses.

Pelo todo contexto exposto, Chauí (2006) fala em “simulacro” na mídia. Simulacro é oriundo da palavra latina *simulacrum*, que vem de *similis*, que significa “semelhante”. De *similis* vem a palavra *simul*, que significa “fazer junto”, e o verbo *simulare*, que é algo próximo a fingir, simular. Portanto, *simulacrum*, pode significar uma representação ou uma cópia exata, como um fingimento. *Simulacrum* é o simulacro. Logo, o simulacro é a imagem de uma imagem percebida, ou seja, passa da percepção da imagem de uma coisa à sua representação e reprodução em outra imagem. Os simulacros podem ser simulados, como podem ser uma simulação do fenômeno, tentando explicá-lo.

A amplificação e a retroalimentação da insegurança rendem à mídia boas manchetes, vende jornais e revistas, amplia a audiência e gera ótimos negócios (SOUZA, 2008). Ligada a isso, está a segurança pública como fator mais lembrado nas enquetes sobre as preocupações dos brasileiros.

Em 2010, na última eleição no Brasil, a mídia fez levantamento sobre as preocupações e desafios dos eleitos para os próximos anos. A segurança pública foi o elemento mais citado nas reportagens e entrevistas. Segundo o *Jornal Gazeta do Povo*, a segurança nacional está “estilhaçada, pois o Brasil é um dos países campeões do *ranking* de homicídios” (OLINDA, 2010, p. 13). O jornal ainda abordou que 45,8% dos paranaenses elegeram a segurança pública como principal desafio.

No âmbito acadêmico já existem estudos que fazem a correlação entre a influência da mídia e o sentimento de insegurança. Por exemplo, existem dois trabalhos que abordam como os programas relacionados à violência influenciam no

modo de vida dos receptores: Alex Niche Teixeira, em sua dissertação, em 2002: *A espetacularização do crime violento pela televisão: o caso do programa Linha Direta*, e Benjamin André Honorat, em sua tese, em 2005: *A mídia e o sentimento de insegurança: estudo de recepção sobre o programa Barra Pesada*.

Em resumo, têm-se pelo menos duas situações sobre a influência da mídia: a primeira, quando os casos divulgados pela imprensa encontram um solo já fértil no imaginário das pessoas moradoras de pequenas cidades violentas: nesse caso, a cidade já apresenta um aumento efetivo dos casos de violência; já a segunda situação está relacionada ao fato de a percepção social da violência ser maior que a realidade, ou seja, quando os registros e/ou os casos são pequenos e efêmeros; nesse caso, a mídia influencia diretamente na questão do medo.

O olhar da mídia regional para a violência em pequenas cidades

Partindo do *déficit* de informações oficiais do Estado do Paraná acerca de eventos violentos em pequenas cidades e da influência que a mídia desempenha, utilizou-se como fonte, para fazer o levantamento de notícias vinculadas à temática, o jornal *O Diário do Norte do Paraná*. O principal objetivo dessa metodologia é encontrar informações e eventos que, na maioria das vezes, não são contemplados nos dados oficiais.

O jornal *O Diário do Norte do Paraná* foi fundado em 29 de junho de 1974, em Maringá, Norte paranaense, onde se mantém como sede até hoje. Ele é filiado à Associação Nacional de Jornais (ANJ), *Word Association of Newspapers* (WAN), Associação dos Diários do Interior do Brasil (ADI), Associação dos Diários do Interior do Paraná (ADI-PR) e ao Instituto Verificador de Circulação (IVC).

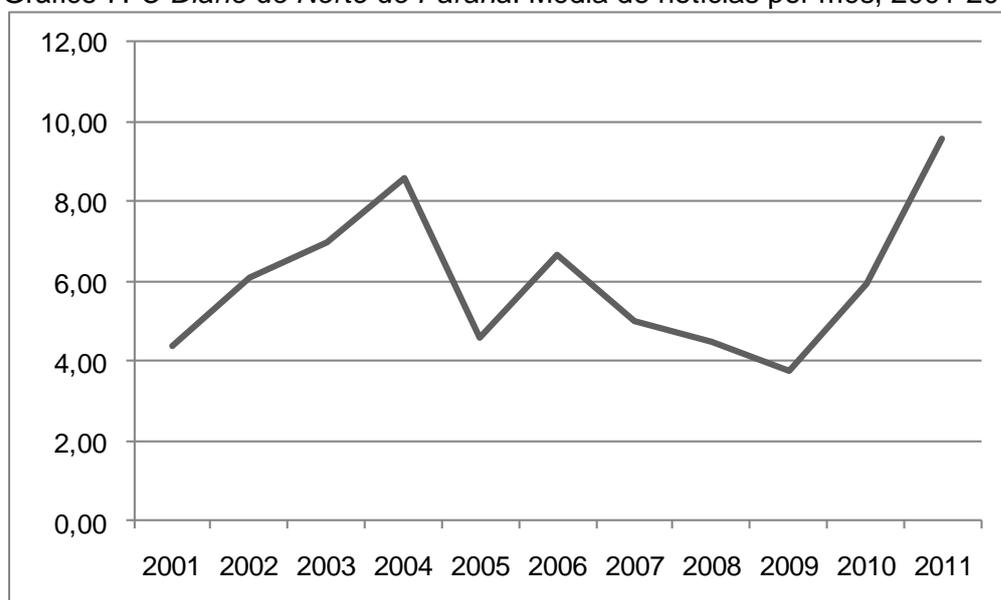
Atualmente, ele é o jornal de maior influência na região de Maringá, circulando em mais de 60 municípios. No começo de 2011, o jornal se expandiu para Londrina e região, mas apenas em formato *online*. Contudo, isso não faz dele um jornal efetivamente de notícias com a mesma amplitude regional de sua circulação. Diariamente, o enfoque é praticamente voltado aos acontecimentos de Maringá, Sarandi, Marialva e Paiçandu. Apenas eventos que ganham maiores proporções que são destacados. Além disso, devido à influência dos grandes meios de comunicação, foram encontradas notícias irrelevantes recorrentes do interior de São

Paulo, enquanto aquilo que ocorre dentro da própria região de cobertura do jornal é negligenciado, ou não recebe o devido tratamento. Em 2009, eram diariamente distribuídos 15.070 jornais, chegando a pouco mais de 18 mil aos domingos.

Nesse jornal foram levantadas notícias relacionadas à insegurança urbana, à violência e a questões sociais nas pequenas cidades. Foram desconsideradas as informações recorrentes às pequenas cidades de Marialva, Mandaguaçu e Paiçandu, devido à grande proximidade com Maringá, e Tamarana, pela proximidade com Londrina. No caso de Paiçandu e Marialva, são divulgadas notícias de violência e insegurança praticamente todos os dias pelo referido jornal.

O levantamento teve como recorte temporal o período de primeiro de agosto de 2001 a primeiro de agosto de 2011, totalizando uma série histórica de 10 anos ou 120 meses. Foram encontradas 714 notícias vinculadas à temática, as quais ocorreram em 119 municípios paranaenses. O expressivo número pode até parecer surpreendente, mas deve ser considerado pequeno ao avaliar que muitos acontecimentos não são divulgados ou noticiados. O Gráfico 7 apresenta a média de notícias encontradas sobre a temática entre 2001 e 2011.

Gráfico 7. O *Diário do Norte do Paraná*. Média de notícias por mês, 2001-2011



Fonte: Trabalho empírico
Organização: Fernandes, P. H. C. – 2011

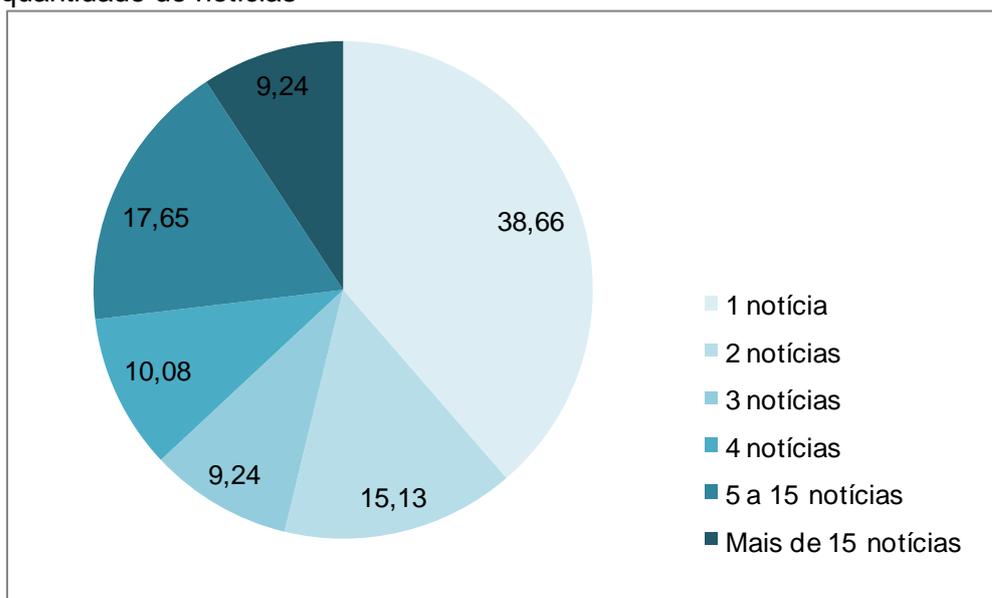
A opção por apresentar o gráfico no formato das médias justifica-se pela intenção de mostrar com clareza os momentos em que houve os maiores picos de notícias acerca da violência e da insegurança em pequenas cidades. Em síntese, os

anos se mantiveram próximos à média de quase seis notícias por mês. Vale destacar que para 2001 foram considerados cinco meses (agosto-dezembro) e para 2011, sete (janeiro-julho).

Destacam-se dois momentos em que o jornal passou a divulgar mais notícias sobre o tema. O primeiro momento, de 2001 a 2004, justifica-se pela existência de um caderno que trazia notícias de cidades da região. Sendo assim, houve um olhar maior sobre os acontecimentos, por menor que poderiam parecer. Logo, o ano de 2004 foi o maior em quantidades, com 103 reportagens. Contudo, com a extinção do caderno, a média de notícias passou a cair, chegando, em 2009, ao pior patamar, com 3,75 notícias por mês.

No segundo momento, já recentemente, o jornal adotou um espaço de uma página para as notícias da região. A quantidade de notícias encontradas nos últimos dois anos mostra que aumentou os eventos violentos em pequenas cidades e/ou o jornal voltou a dar destaque a situações que ocorrem em pequenas cidades. O ápice na média foi no ano de 2011: 67 notícias em sete meses, gerando uma média de quase dez notícias por mês. O Gráfico 8 apresenta a proporção, em porcentagem, dos 119 municípios paranaenses polarizados por pequenas cidades, que foram destacados em alguma reportagem, por quantidade de notícias.

Gráfico 8. O *Diário do Norte do Paraná*. Proporção de municípios paranaenses, por quantidade de notícias



Fonte: Trabalho empírico
Organização: Fernandes, P. H. C. – 2011

A grande maioria, com quase 40% dos municípios, teve apenas uma notícia divulgada no período do levantamento. Os dois maiores extratos correspondem a quase 27% das cidades, sendo que quase 18% delas tiveram entre cinco e 15 notícias, e pouco mais de 9% foram destaque em mais de 15 reportagens. Esse universo representa as pequenas cidades mais próximas de Maringá, sede do jornal.

Partindo disso, a Tabela 10 destaca justamente as pequenas cidades que apresentaram mais de um ponto percentual de notícias (no mínimo seis menções), no período de 2001 a 2011. Elas representam um extrato de 23 municípios (19,3%).

Tabela 10. O *Diário do Norte do Paraná*. Proporção de notícias, por município, 2001-2011

Município	População urbana (2010)	%
Mandaguari	30.934	11,69
Nova Esperança	24.323	6,88
Astorga	22.559	6,74
Colorado	21.005	5,36
Santa Fé	9.232	4,68
Floresta	5.470	4,40
Jandaia do Sul	18.331	3,71
Paranacity	9.469	3,44
Iguaraçu	3.559	3,03
Presidente Castelo Branco	4.197	2,34
Munhoz de Melo	2.974	2,20
Nossa Senhora das Graças	3.182	2,06
Engenheiro Beltrão	12.278	1,93
Ivaiporã	27.438	1,51
Ângulo	2.253	1,38
Ivatuba	2.294	1,38
Barbosa Ferraz	9.581	1,10
Doutor Camargo	5.109	1,10
Floraí	4.472	1,10
Itambé	5.674	1,10
Lobato	4.105	1,10
São João do Ivaí	8.874	1,10
São Jorge do Ivaí	4.781	1,10

Fonte: IBGE (2010) e trabalho empírico
Organização: Fernandes, P. H. C. – 2011

O principal destaque é o município de Mandaguari com quase 11,7% das notícias (85 reportagens ou notas), quase o dobro de Nova Esperança (50) e Astorga (49), que aparecem em segundo e terceiro lugares, respectivamente. Quanto à população urbana, destaca-se Ângulo, com 2.253 habitantes urbanos

(IBGE, 2010), e dez notícias (1,38%). Os nove primeiros municípios da tabela são responsáveis por pouco mais de 50% do total de notícias. A Tabela 11 apresenta a proporção de notícias por teor de acontecimento.

Tabela 11. *O Diário do Norte do Paraná*. Proporção de notícias, por teor de acontecimento

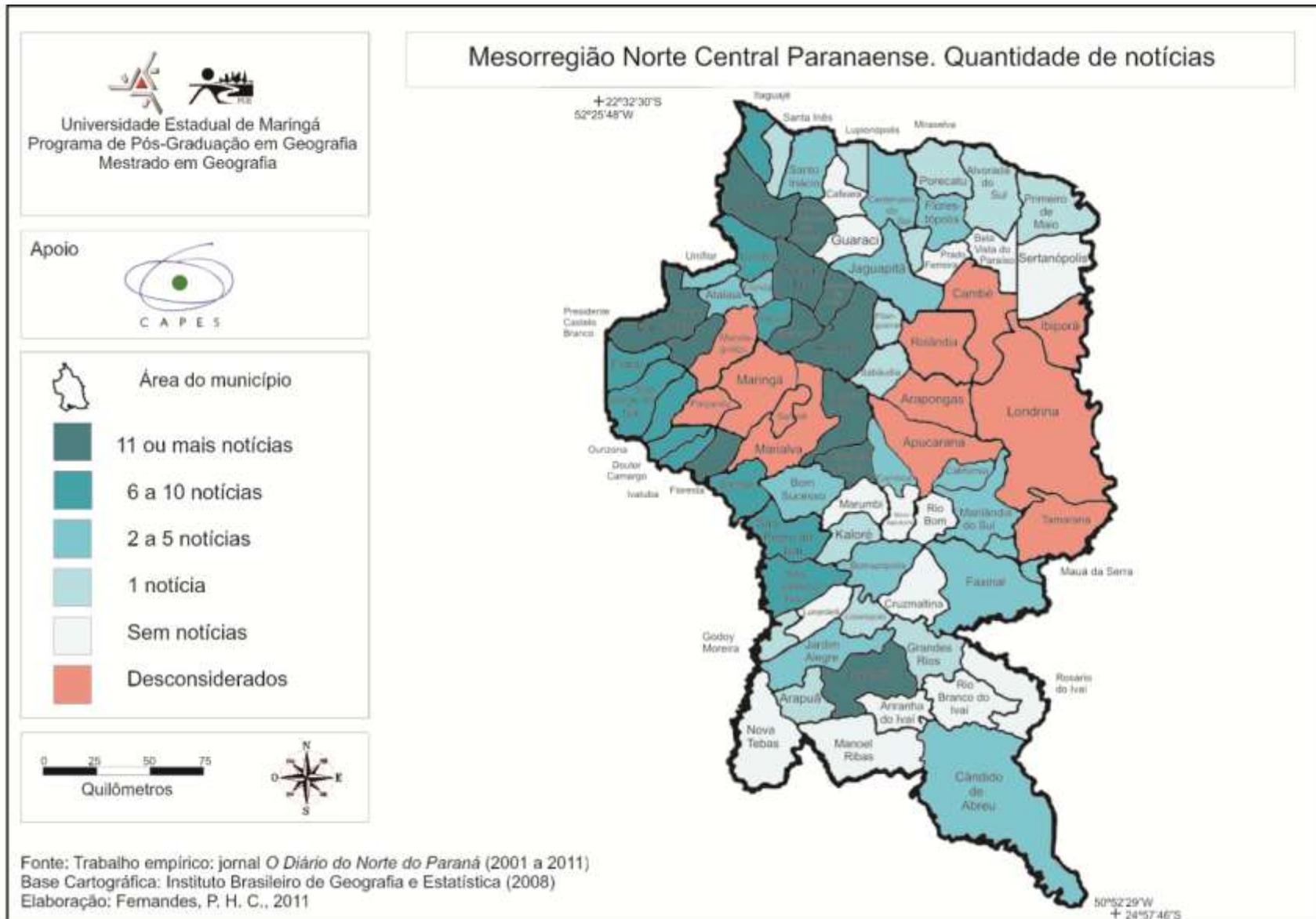
Teor do acontecimento	%
Roubos e furtos ou tentativa deles	20,17
Homicídios ou tentativa deles	13,87
Indivíduos, duplas e/ou quadrilhas presas	8,54
Roubos e furtos (ou tentativas) de bancos, lotéricas e caixas eletrônicos	7,00
Assalto a ônibus (ou tentativa)	5,74
Brigas em família e violência contra mulheres	5,04
Outras	4,20
População pedindo mais segurança e/ou ausência de efetivo e infraestrutura de segurança	3,78
Fuga (ou tentativa) da delegacia e/ou rebeliões e resgate de presos	3,64
Brigas que resultam em mortes	3,50
Tráfico e consumo de drogas e apreensão de contrabandos	3,08
Brigas, espancamentos e pedradas que não resultam em mortes	2,94
Delegados, policiais, investigadores, etc., envolvidos em corrupção, abuso de poder, homicídios, etc.	2,52
Estupro (ou tentativa)	2,39
Estelionato (ou tentativa)	2,39
Exploração sexual e pedofilia	2,24
Latrocínio	2,10
Violência contra a família: invasão de residência, reféns, assaltos, etc.	1,68
Ossadas e cadáveres encontrados	1,26
Prefeitos afastados por corrupção ou improbidade administrativa	1,26
Sequestro	1,26
Pedofilia	0,70
Políticos ou servidores públicos afastados por corrupção	0,70

Fonte: Trabalho empírico

Organização: Fernandes, P. H. C. – 2011

Como a tabela mostra, aquelas situações que cotidianamente são vinculadas de forma mais clara às áreas metropolitanas, também ocorrem em municípios demograficamente pequenos e não-metropolitanos. A maioria desses eventos, com 34%, estão relacionados aos furtos, roubos e homicídios (ou tentativa deles). Destacam-se, ainda, assaltos e roubos a bancos e similares, com 7%.

Entre o universo de 714 notícias encontradas, 546 delas (76,5%) estavam associadas a um município da Mesorregião Norte Central paranaense. Partindo disso, o Mapa 3 apresenta a quantidade de notícias, por extratos, encontradas nas cidades da mesorregião.



Mapa 3. Mesorregião Norte Central paranaense. Proporção de notícias nos municípios, por extratos de notícias
Fonte: Trabalho empírico/jornal *O Diário do Norte do Paraná* – Elaboração: Fernandes, P. H. C. – 2011

Entre as 79 cidades da região, 12 são desconsideradas para este levantamento, devido ao tamanho demográfico e/ou à influência direta da área metropolitana de Londrina e de Maringá, e outras 15, ou 22,4%, não foram citadas ao longo dos dez anos de reportagens levantadas. Assim, chega-se ao universo de 54 pequenas cidades, na qual 13 delas apresentaram apenas uma notícia divulgada, 16 tiveram de duas a cinco reportagens e 12 cidades foram citadas em mais de 11 notícias pelo jornal.

2.2 As perspectivas explicativas e a ausência de equipamentos e serviços públicos de segurança

Como é possível perceber nas partes anteriores do trabalho, há uma interiorização da violência e um aumento efetivo de casos em cidades pequenas. Os autores que trabalham com a temática da violência e insegurança urbana frequentemente relacionam os fatos com a sociabilidade, como já demonstrado na primeira parte. Entretanto, outros elementos explicativos podem ser assinalados. Não se pretende, neste trabalho, realizar uma explicação exaustiva, mas assinalar alguns pontos que vão se mostrando claramente vinculados à problematização levantada, como é o caso da ausência ou insuficiência de equipamentos e serviços relacionados à segurança nas áreas não metropolitanas, que se enfatiza a seguir.

Os fatos e suas possíveis interpretações

Parte-se para as perspectivas de estudo acerca dos elementos que influenciam o aumento do sentimento de insegurança urbana nas pequenas cidades, entre eles os que assinalam a ausência de equipamentos e serviços públicos. Em outras palavras, como já explicado anteriormente, o declínio demográfico ocorrido na região não resultou apenas na saída da população, mas também dos serviços e bens de serviços.

Evidentemente, essa não é a única hipótese que pode explicar o aumento do sentimento de insegurança urbana em pequenas cidades. Assim como vem sendo abordado desde o início do trabalho, existem diversas outras que podem justificá-lo, como as condicionantes atribuídas a escalas mais amplas como a global e a

nacional, bem como outras associadas às especificidades do local, relativas à sua história e cultura.

Uma das possíveis explicações para o aumento da violência e do sentimento de insegurança nas pequenas cidades está relacionada diretamente à propagação e aumento do tráfico e consumo de bebidas alcoólicas e drogas, principalmente dos jovens dessas localidades. Seguramente, isso preocupa não só as comunidades dessas pequenas cidades, como também a sociedade mundial, até mesmo quanto ao seu futuro, visto que cada vez mais cedo os jovens têm contato com esses produtos, como se constatou nos trabalhos empíricos e é apontado na última parte deste trabalho.

O que certamente vale destacar no que diz respeito ao consumo de drogas é “reduzir os problemas e dilemas dos processos sociais complexos que articulam o local, o nacional e o global à fragmentação do social (...) é também deixar de lado outras cadeias de efeitos igualmente importantes” (ZALUAR, 1997, s. p.). Ou seja, conforme Souza (2008, p.126):

É evidente que o tráfico de drogas e outras atividades ilegais permanecem sendo uma fonte de geração de dinheiro importante em meio às ruínas do capitalismo periférico pós-fordista com seus trabalhadores pobres (hiper)precarizados.

Outra hipótese que chama a atenção é a influência dos espaços metropolitanos nos não-metropolitanos. As metrópoles atuais passam a se especializar em centros de gestão do território, mas permanecem sendo os centros de decisões, inclusive sobre espaço rural. Acredita-se que essa influencia esteja associada ao aumento do consumo e tráfico de drogas e, principalmente, à presença da chamada grande mídia nessas regiões. Em suma, é a difusão do modo de vida metropolitano, dos costumes e do consumo global não disponível a todos.

É justamente nesse contexto exposto, somado evidentemente à mídia, sediada nessas localidades, que a metrópole passa a exercer influência nos demais espaços, inclusive aqueles que possam parecer isolados ou deslocados do interesse dos grandes mercados mundiais. Assim, o aumento da insegurança urbana em pequenas cidades pode estar associado à dimensão, à atração, à centralização que as metrópoles desempenham na rede.

A partir do momento em que já havia se consolidado nas metrópoles, ela se difundiu para as cidades médias e, posteriormente, para as pequenas cidades. Parece, então, que a insegurança encontrou essas outras faces espaciais do urbano brasileiro vulnerável e anêmico quanto à atenção e serviços do Estado, o que representou uma relativa facilidade para se difundir na sociedade, independente do tamanho e riqueza da cidade.

E é justamente no ponto da ausência dos serviços e dos equipamentos que se avança quanto à intenção de relativizar a imagem da pequena cidade de um local tranquilo e possibilitar compreender o aumento da insegurança e das transformações nos laços de sociabilidade que se torna cada vez mais perceptível nestes espaços.

Tal como a abdicação de se planejar o espaço urbano dessas localidades, com a justificativa de que “não precisa de planejamento urbano em cidade pequena”, ocorre, de acordo com Ribeiro (1996, p. 10), uma “tendência ao afastamento da responsabilidade do Estado na superação das carências urbanas”.

A ausência do Estado é, sem dúvida, um grande impulsor da insegurança urbana. Não apenas no sentido de regulamentação ou fiscalização, mas no sentido de dar suporte à vida urbana: saúde, educação, saneamento, emprego, transporte, lazer, entre outros elementos. Com a ruptura sugerida por Bauman (2007) entre o poder e as políticas, os órgãos do Estado abandonaram ou transferiram para a iniciativa privada um volume crescente de funções antes desempenhadas por ele.

Logo, apesar de ser inferida outras vezes no trabalho, é necessário, neste momento, falar diretamente sobre a urbanidade. De acordo com Ribeiro (1996, p. 80-81), ela é entendida como “o amadurecimento das relações políticas e sócio-culturais no urbano”, gerando uma qualidade de vida nele, tanto nas condições materiais como nas sociais. Assim, antagonicamente, apesar de se viver num país “urbano”, oriundo do rápido processo da urbanização brasileira, a partir da década de 1950, há uma carência de urbanidade, ou, em muitos casos, uma ausência completa dela.

A ausência da urbanidade influencia diretamente o modo de vida e as relações sociais dentro de todo o espaço urbano, independentemente do tamanho populacional da cidade. Assim, o combate a ela vem por meio das intervenções

públicas em ações que visem possibilitar o alcance da urbanidade, de maneira coletiva.

Neste quadro, e tendo em vista o déficit de urbanidade que marca as relações sociais na cena urbana do país, necessitariam ser criteriosamente reconhecidos e estimulados aqueles processos de organização coletiva que contribuam para a concepção de um novo ideário para a vida coletiva e para o compartilhamento da materialidade historicamente construída (RIBEIRO, 1996, p. 86).

Em resumo, o que se propõe para ajudar na resolução dos problemas urbanos brasileiros é que as ações da esfera pública devam, indispensavelmente, ser acompanhadas e, diretamente, ter o envolvimento da sociedade civil. A lógica disso está na revalorização do poder público, perdida ao longo dos anos, e na contenção da deterioração das relações sociais.

Nas pequenas cidades, com precária urbanidade, aqueles que possuem alto poder aquisitivo passam a procurar os serviços nas cidades polarizadoras da região. Os com baixo poder aquisitivo se tornam refém das condições de urbanidade da localidade. Obviamente, isso não significa que quanto maior a cidade, em número de habitantes, maior será seu grau de urbanidade, mas certamente ela contará com uma quantidade e qualidade maior de oferta de serviços.

A ausência do Estado em políticas públicas – e não em repressão – possibilita um sentimento de impunidade, constantemente presente na sociedade brasileira, e, por conseguinte, na insegurança urbana. Assim, diminuir a violência urbana no Brasil envolve “reorganização das agências de ordem estatal, suas relações com a sociedade civil e a formulação de políticas democráticas de segurança pública” (SILVA, 2004, p. 65).

Esse autor considera que, nas últimas décadas, o Brasil vem enfrentando uma crise de legitimidade que expõe intensamente a fraqueza estrutural do Estado nacional. Além disso, atualmente, está-se saindo da considerada versão cabocla dos “trinta anos gloriosos”, “capaz de reproduzir nossa secular desigualdade social e, ao mesmo tempo, favorecer a inclusão social e modernizar a configuração do Estado, absorvendo e pacificando os conflitos” (SILVA, 2004, p. 66).

Assim, os equipamentos urbanos que existem não atendem a todo o contingente populacional quanto às necessidades pessoais, como saúde e educação, e em relação à na segurança pública. Logo, o conjunto de relações entre

o Estado e a sociedade e entre a sociedade e a própria sociedade apresentam um resultado do Brasil contemporâneo:

De um lado, como variável independente, uma profunda crise de autoridade que gera impunidade e corrupção e torna ineficaz o funcionamento das agências estatais, inclusive e especialmente as relacionadas ao controle social e à administração da justiça; de outro, a variável dependente a ser explicada: o crescimento do crime violento organizado nos espaços em que a atividade regulatória e as políticas substantivas do Estado não conseguem preencher (SILVA, 2004, p. 70-71).

No mesmo sentido da lacuna deixada pelo Estado, para Teixeira e Porto (1998, p. 53), a “falta de equipamentos de esporte e lazer, na maior parte das cidades e dos bairros”, faz com que crianças e adolescentes fiquem à mercê da violência e se tornem alvos do aumento dessa mesma violência, do sentimento de insegurança e do consumo de produtos ilícitos.

Nessa perspectiva, destaca-se um ponto crucial da dissertação: a ausência de equipamentos ou a ineficiência deles em cidades pequenas é responsável, em parte, pelo aumento da quantidade de eventos violentos e do sentimento de insegurança.

Em boa parte das pequenas cidades, falta uma porção de elementos cruciais para se viver: educação pública com boa qualidade, atendimento de saúde rápido e eficiente, áreas de lazer, saneamento básico, infraestrutura viária, habitação, emprego, coleta de lixo, reciclagem de lixo, iluminação pública, incentivo à cultura e ao esporte, ensino superior, transporte público, entre outros elementos, além daqueles relacionados diretamente à questão da segurança pública e expostos, na sequência de forma detalhada: força policial militar e civil, bombeiros e serviços de socorro.

Geralmente, ocorre que a pequena cidade acaba por se dedicar exclusivamente a um desses elementos citados. Ou seja, ela tem uma ótima educação, mas não trata seu esgoto nem recicla o seu lixo, ou ela apresenta um sistema de saúde eficiente, entretanto as ruas são todas sem asfalto, com uma péssima iluminação pública. Logo, mascara-se a realidade apresentando os resultados positivos em determinada ação, quando, na verdade, o contexto urbano de vida é fragmentado e não alcança os patamares mínimos de eficiência para se ter qualidade de vida.

Nessa dimensão regional e tangenciando os objetivos propostos pelo tema, cabe abordar alguns elementos relacionados apenas à segurança pública, uma vez que seria inviável abordar diretamente todos os problemas existentes nas pequenas cidades da região. Esses elementos são apresentados especificamente na dimensão local, na última parte da dissertação, quando são abordados os resultados empíricos para os casos de Florestópolis e Nova Tebas, no Norte paranaense.

Polícia Militar

Inicia-se apresentando a Polícia Militar no Paraná (PMPR). Ela foi fundada em 1854, como uma unidade de caçadores, denominada de Companhia de Força Policial. Em 1874 passou a ser chamada de Corpo Policial de Província do Paraná. No ano de 1917, se tornou Força Militar do Estado do Paraná e, após alguns ajustes de nomenclatura, obteve, em 1946, a denominação atual (POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ, 2011).

No Paraná, o Comando Regional de Polícia Militar (CRPM) é responsável, basicamente, por gerenciar e comandar o Batalhão de Polícia Militar (BPM) e a Companhia Independente de Polícia Militar (CIPM), além de outras fragmentações. Em todo o Estado são seis CRPM que gerenciam 21 BPM e oito CIPM.

Em janeiro de 2011, o Coronel Marcos Teodoro Scheremeta afirmou, durante entrevista ao programa *Paraná TV*, da Rede Paranaense de Comunicação (RPC), que o efetivo militar no Paraná era de quase 18 mil, incluindo os três mil bombeiros. Entretanto, esse valor é acima dos 16.700 policiais, divulgado oficialmente três meses depois em jornais estaduais.

Em meados de 2010, foi aprovado, na Assembleia Legislativa do Paraná, o Projeto de Lei nº 314/2010, que fixou o efetivo da polícia em 26.747 militares estaduais, um aumento de 50% no efetivo existente. Contudo, parece que o efetivo está diminuindo: de acordo com o jornal *O Diário do Norte do Paraná*, em 2000, havia 18.410 policiais militares, 1.710 a mais que a quantidade divulgada em 2011.

Assim, considerando a população estadual de 10.444.526 habitantes e os 15 mil militares (retiram-se os bombeiros), tem-se um coeficiente de aproximadamente um policial para cada 696 habitantes. Esse número representa quase um terço dos 250 habitantes por policial, proposto pela ONU.

Além disso, um município de 6.960 habitantes que deveria ter dez policiais militares aparece, muitas vezes, com um quinto ou um décimo deste valor. Existem diversos municípios brasileiros que têm de um a três policiais, inclusive os dois estudados e abordados na última parte desta dissertação. Infelizmente, o efetivo por município não é disponibilizado pelo Estado do Paraná, muito menos pela Polícia Militar.

Em fevereiro de 2011, o jornal *O Diário do Norte do Paraná* divulgou alguns números acerca do efetivo policial em municípios pertencentes à Região Metropolitana de Maringá. Além da sede, Maringá, outros 24 municípios faziam parte, naquele momento, da região. Não foram informados os efetivos de Maringá, Paíçandu, Iguaraçu, São Jorge do Ivaí e Jandaia do Sul.

Partindo disso, a Tabela 12 apresenta a relação “policial/habitante” nos municípios pertencentes à Mesorregião Norte Central paranaense com efetivo policial divulgado na imprensa ou encontrado no trabalho empírico, em 2011. Nela ainda é apresentada a população total do município, em 2010, e o efetivo policial, em 2011.

Entre os municípios divulgados, três têm apenas dois policiais militares (Ângulo, Itambé e Lobato), oito têm três policiais (Atalaia, Bom Sucesso, Cambira, Floresta, Flórida, Ivatuba, Munhoz de Melo e Ourizona), quatro municípios têm quatro policiais (Doutor Camargo, Florestópolis, Nova Tebas e Presidente Castelo Branco) e cinco têm oito ou mais policiais militares.

Considerando a relação policial por habitante, constata-se que sete municípios (35%) possuem um militar para mais de dois mil habitantes; outros 12 municípios (60%) têm um policial para a faixa de 1.000 a 2.000 habitantes; e finalmente, apenas um município (5%) possui um policial militar para grupo inferior a mil habitantes.

Em Itambé, município de quase seis mil habitantes, há um policial militar para cada quase três mil habitantes. Nesse caso, o contingente militar deveria ser de pelo menos 24 policiais. A “melhor” situação é a de Flórida, que possui um policial para cada 847 habitantes. Mesmo assim, o município deveria ter, pelo menos, dez policiais, valor 233% maior do que o efetivo atual.

Além do exposto, deve-se considerar, na análise da tabela, que os dados divulgados são relativos ao contingente absolutos. Contudo, existe a questão das

escalas, ou seja, alguns desses municípios são atendidos apenas por um policial militar por turno, como acontece em pelo menos 11 deles (55%), além de Florestópolis, como foi constatado no trabalho empírico.

Tabela 12. Mesorregião Norte Central paranaense. Efetivo policial, por municípios divulgados, 2011

Município	População total (2010)	Efetivo policial (2011)	Policial/Habitante
Itambé	5.979	2	2.990
Florestópolis	11.222	4	2.805
Cambira	7.236	3	2.412
Lobato	4.401	2	2.200
Mandaguaçu	19.781	9	2.197
Bom Sucesso	6.561	3	2.187
Santa Fé	10.432	8	2.053
Marialva	31.959	16	1.997
Floresta	5.931	3	1.977
Mandaguari	32.658	17	1.921
Nova Tebas	7.398	4	1.849
Doutor Camargo	5.828	4	1.457
Ângulo	2.859	2	1.430
Atalaia	3.913	3	1.304
Munhoz de Melo	3.672	3	1.224
Presidente Castelo Branco	4.784	4	1.196
Ourizona	3.380	3	1.126
Astorga	24.968	12	1.040
Ivatuba	3.010	3	1.003
Flórida	2.543	3	847

Fonte: Diário do Norte do Paraná (2011), IBGE (2010) e Trabalho empírico
Organização: Fernandes, P. H. C. – 2011

O que ocorre é a insuficiência de profissionais associada à má distribuição espacial por parte dos gerenciadores públicos. Alguns municípios, polarizados por grandes cidades, recebem quase todo o efetivo policial (e ainda assim apresentam *déficit* de contingente), enquanto a maioria dos municípios, polarizados por pequenas cidades, ficam com poucos profissionais ou com apenas um profissional. Evidentemente, a distribuição não é realizada apenas pelo viés demográfico. Contribui, também, a presença dos meios de comunicação nesses maiores centros, que acabam por divulgar, evidenciar e cobrar as autoridades quando ocorrem acontecimentos violentos, partindo, portanto, também para uma questão política.

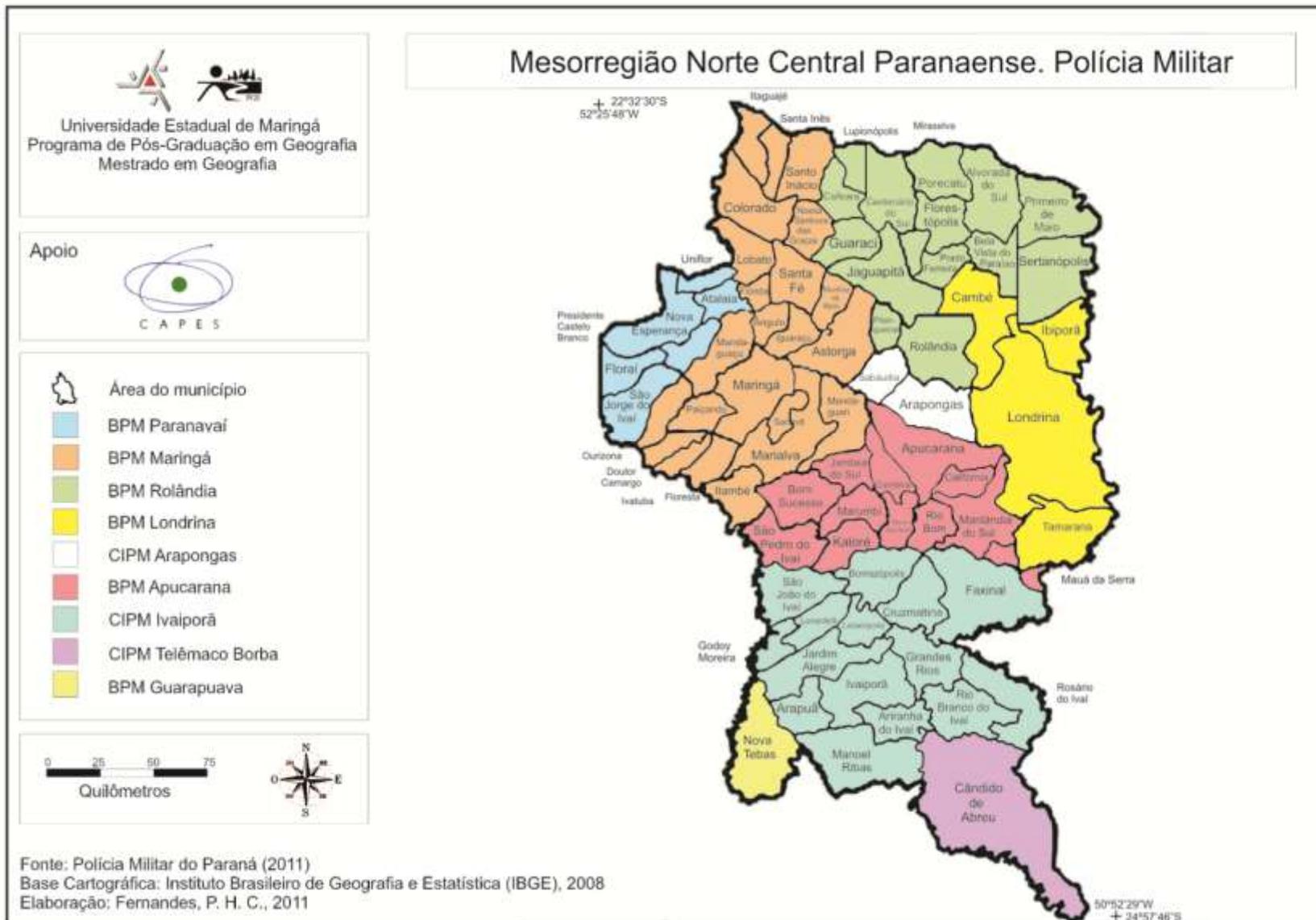
O Mapa 4 apresenta a área de abrangência dos BPM e CIPM na Mesorregião Norte Central paranaense. Essa região abriga seis batalhões (28,5% do Estado) e três companhias independentes (37,5%). O que chama a atenção no mapa é a subordinação dos destacamentos de Nova Tebas e Cândido de Abreu.

A primeira é subordinada ao Batalhão da Polícia Militar de Guarapuava, a 135 quilômetros de distância, ao invés de receber auxílio do Batalhão de Campo Mourão, que não aparece no mapa, mas está a menos de 75 quilômetros de distância, ou da Companhia Independente de Ivaiporã, a 83 quilômetros. Já o município de Cândido de Abreu depende da Companhia Independente de Polícia Militar de Telêmaco Borba, a 135 quilômetros de distância, enquanto ela poderia ser auxiliada pela Companhia de Ivaiporã, a 90 quilômetros de distância.

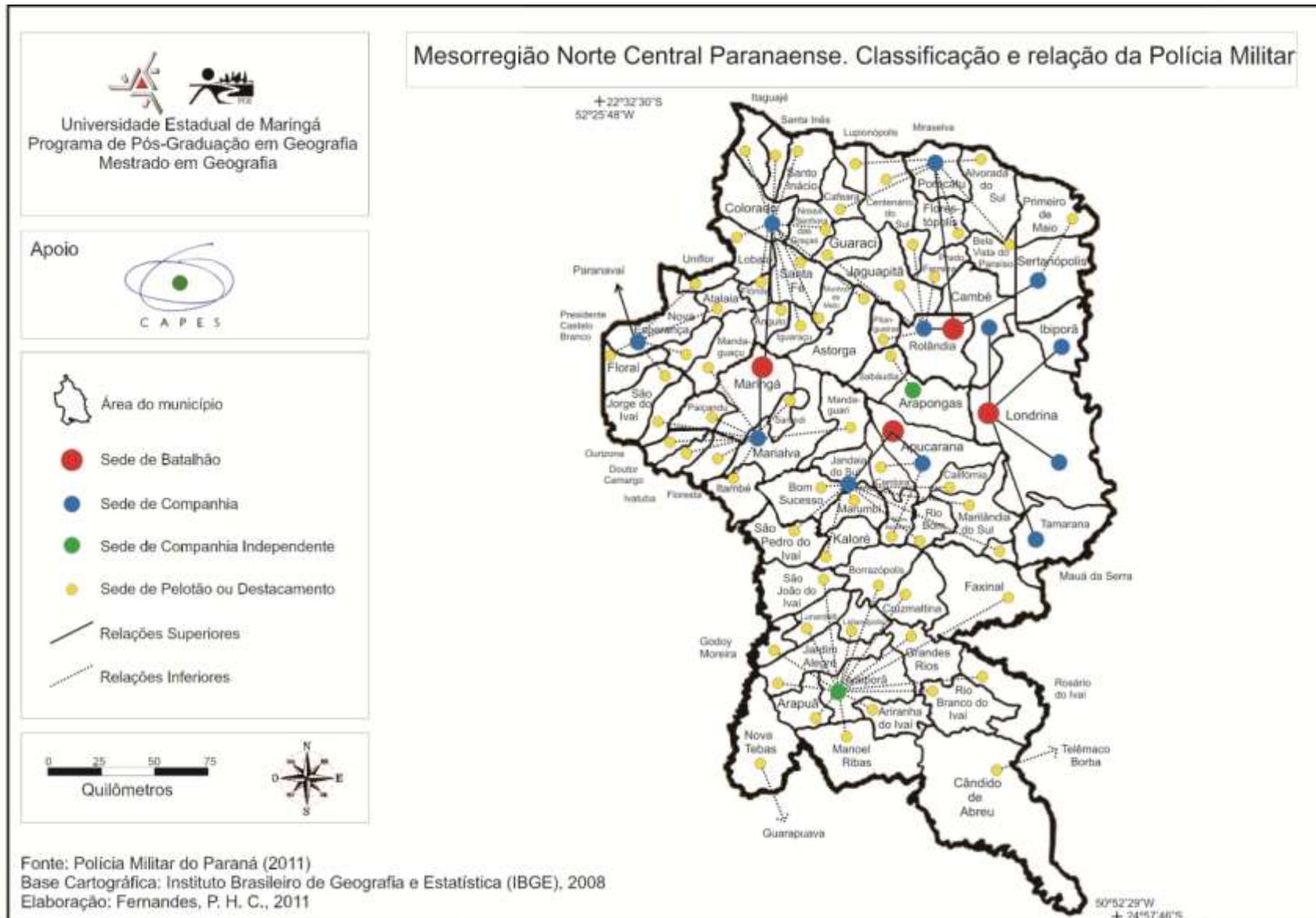
Além disso, numa associação entre a área de abrangência do batalhão e/ou da companhia independente e o efetivo policial e a infraestrutura, têm-se, com exceção da Companhia Independente de Arapongas que cuida apenas de dois municípios separados por 20 quilômetros, uma situação em que a área é extensa para pouco efetivo e a infraestrutura é precária e ineficiente para a demanda.

Em complemento ao mapa anterior apresenta-se o Mapa 5, que destaca as unidades de Polícia Militar e as relações entre elas. Essas unidades são divididas, basicamente, em sede de Batalhão, sede de Companhia ou Companhia Independente e sede de Pelotão ou Destacamento de Polícia Militar. As relações superiores, em linha tracejada, ocorrem entre as sedes dos batalhões e a das companhias. Já as relações inferiores ocorrem entre as sedes das companhias e dos pelotões ou destacamentos, ou entre as sedes das companhias independentes e dos pelotões ou dos destacamentos. Na maioria das pequenas cidades, existem os Destacamentos de Polícia Militar.

O 4.º Batalhão de Polícia Militar de Maringá é responsável por um conjunto de 23 municípios, gerenciados por duas companhias, além da Companhia Metropolitana: a 1.ª Companhia de Marialva, responsável por dez municípios e a 2.ª Companhia de Colorado, responsável por 12 municípios. O município de Astorga está mais próximo a Marialva (60 quilômetros), mesmo assim depende de regulamentações de Colorado, a 75 quilômetros de distância. Já a distância entre as cidades de Itaguajé, Santa Inês e Santo Inácio de Maringá, sede do Batalhão, é de mais de 130 quilômetros.



Mapa 4. Mesorregião Norte Central paranaense. Polícia Militar
Fonte: Polícia Militar do Paraná (2011) – Elaboração: Fernandes, P. H. C. – 2011



Mapa 5. Mesorregião Norte Central paranaense. Classificação e relação da Polícia Militar
Fonte: Polícia Militar do Paraná (2011) – Elaboração: Fernandes, P. H. C. – 2011

Diferentemente, o 5.º Batalhão de Polícia Militar de Londrina gerencia uma área mais próxima, que corresponde à 1.ª Companhia de Londrina, à 2.ª Companhia de Tamarana e à 3.ª Companhia de Cambé e Ibiporã. O 15.º Batalhão de Polícia Militar de Rolândia é responsável por uma grande área no Norte da mesorregião e fragmenta-se em 1.ª Companhia de Rolândia, 2.ª Companhia de Porecatu e 3.ª Companhia de Sertanópolis. Nesse caso, mais uma vez algumas divisões são confusas, como, por exemplo, Bela Vista do Paraíso estar mais próxima a Sertanópolis (22 quilômetros), mas fazer parte da Companhia de Porecatu (44 quilômetros). Assim como Guaraci, localizada a aproximadamente 40 quilômetros de Colorado, precisa depender de reforço de Rolândia, localizada a quase 60 quilômetros de distância.

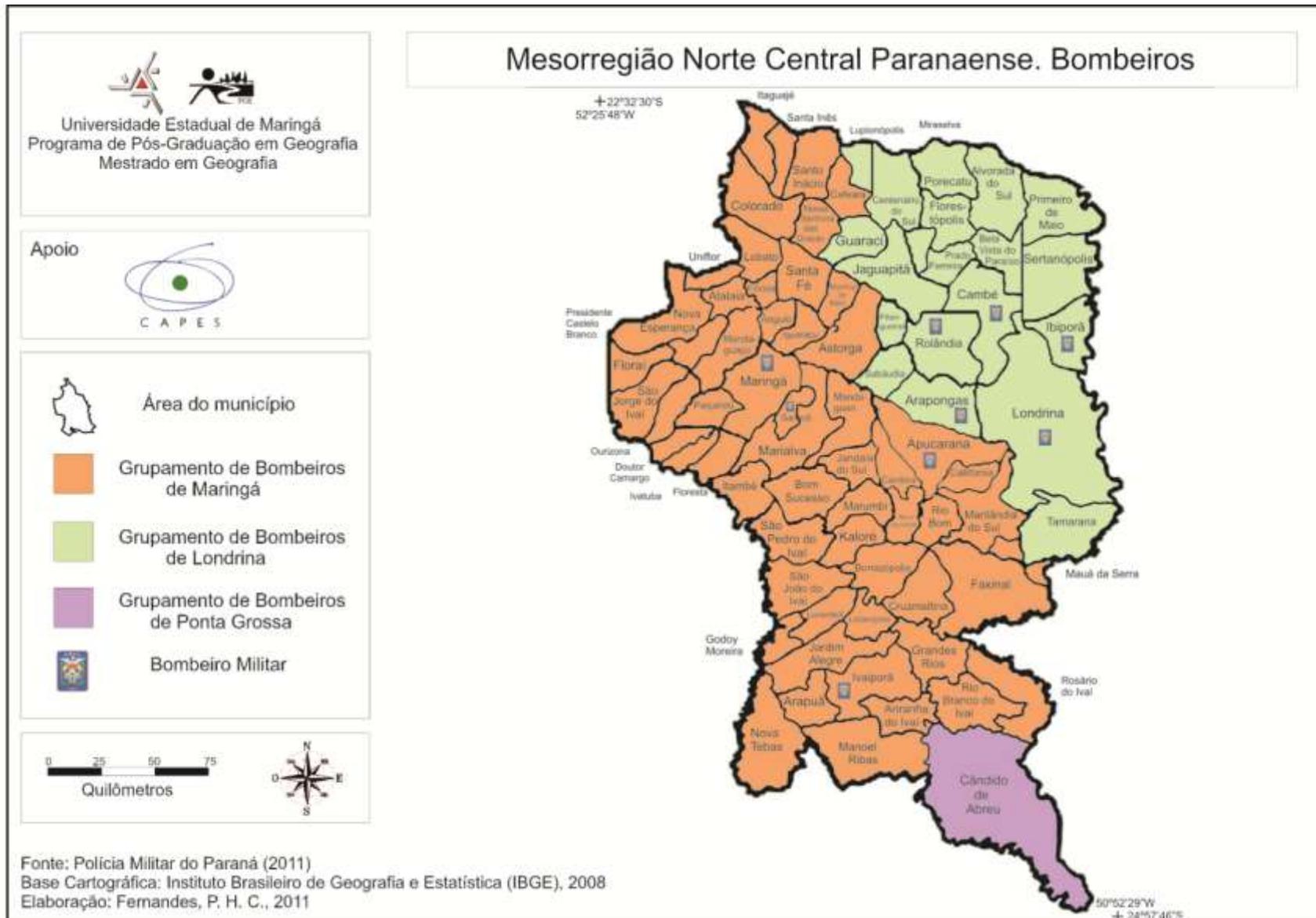
A mesma situação confusa ocorre no 10.º Batalhão de Polícia Militar de Apucarana: os municípios de Mauá da Serra, Califórnia, Marilândia do Sul e Rio Brom devem recorrer à 2.ª Companhia de Jandaia do Sul em vez da 1.ª Companhia de Apucarana, mais próxima e com melhor estrutura.

Entretanto, a situação que mais chama a atenção é a da porção Sul da mesorregião que corresponde à área de atuação da 6.ª Companhia Independente de Polícia Militar de Ivaiporã. Ela sozinha é responsável pela área de 15 municípios o que, certamente, consiste em uma situação complexa frente à realidade dessas localidades.

Bombeiros

Além do policial militar, fazem parte da PMPR o Comando do Corpo de Bombeiros (CCB), dividido em Grupamentos de Bombeiros (GB), Subgrupamento de Bombeiros Independente (SGBI), Sistema Integrado de Atendimento ao Trauma em Emergência (SIATE) e as unidades especializadas, como: Batalhão de Polícia Rodoviária, Batalhão de Polícia Ambiental, Batalhão de Patrulha Escolar, Batalhão de Operações Especiais (BOPE) e Grupamento Aéreo (GRAER). Essas forças especiais também não estão presentes nas pequenas cidades.

O Mapa 6 destaca a área de atuação dos Grupamentos de Bombeiros pertencentes à Mesorregião Norte Central paranaense.



Mapa 6. Mesorregião Norte Central paranaense. Bombeiros
 Fonte: Polícia Militar do Paraná (2011) – Elaboração: Fernandes, P. H. C. – 2011

No caso dos bombeiros, a área de abrangência das regionais são maiores que as dos policiais militares como um todo, uma vez que o efetivo é menor e existem poucos quartéis de bombeiros.

O Corpo de Bombeiros no Paraná iniciou-se em 1882 como uma sociedade de bombeiros voluntários em Curitiba. Ela se chamava Sociedade Teuto-brasileira de Bombeiros Voluntários e visava satisfazer a necessidade de contemplar a comunidade com um serviço contra incêndios. Em 1912, o Congresso Legislativo do Paraná criou, pela Lei n.º 1.133, de 23 de março de 1912, o Corpo de Bombeiros da Capital (POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ, 2011).

Em 1936, ele passou à administração do município. Em 1938, retornou à administração do Estado. Assim, foi reincorporado à Polícia Militar com a denominação de Companhia de Bombeiros, mas com autonomia administrativa para aplicação dos meios que lhe fossem atribuídos no orçamento do Estado. Por fim, em 1953, os Bombeiros passaram a denominar-se Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Paraná. Hoje, o efetivo é de cerca de três mil bombeiros e são aproximadamente 800 viaturas. Existiam, em 2010, nove municípios com bombeiros militares e outros 73 com bombeiros comunitários.

O 5.º Grupamento de Bombeiros de Maringá é responsável por uma área composta por 144 municípios e uma população de mais de dois milhões de pessoas. Esse grupo tem um efetivo de 431 bombeiros, ou seja, um coeficiente de 4.556 habitantes para cada bombeiro, bem menor que o valor de mil habitantes por bombeiro, recomendado pela ONU. Existem, ainda, as subunidades operacionais que abrangem uma área menor, a saber, as unidades de Maringá, Sarandi, Apucarana, Ivaiporã, Campo Mourão, Paranavaí, Umuarama e Cianorte.

Entretanto, entre elas existem uma grande diferença no efetivo. O quartel de bombeiros de Maringá atende 23 municípios com 213 profissionais (49,4%). Os demais 218 bombeiros são divididos entre outros sete quartéis, responsáveis por 121 municípios. As três piores situações são: i) o Quartel de Campo Mourão atende 22 municípios com 31 bombeiros (um para 10.045 habitantes); ii) o Quartel de Paranavaí, responsável por 32 municípios, atua com efetivo de apenas 39 bombeiros, ou seja, um para cada 7.450 habitantes; e iii) o Quartel de Ivaiporã, com 14 municípios atendidos, possui apenas 19 profissionais, ou um bombeiro para cada 7.366 habitantes.

Segundo Melo C. (2008, p. A4), “bombeiros [GB Maringá] não chegariam a tempo em 19 cidades da região”. Ou seja, em mais de 70% dos municípios. O tempo de resposta corresponde à duração entre a chamada ao serviço e o atendimento no local. O valor recomendado internacionalmente é de oito minutos. Assim, “somente Maringá, Sarandi e outros seis municípios da região metropolitana que contam com brigadas de bombeiros comunitários estariam, a princípio, cobertos” (MELO C., 2008, p. A4). Os demais ficariam dependendo das ações dos próprios moradores.

A questão não é restrita ao Paraná. No Brasil, apenas 11,4% dos municípios possuía, em 2008, um quartel ou brigada do Corpo de Bombeiros, contra os 11,7% dos municípios paranaenses que têm a cobertura militar do Corpo de Bombeiros.

Uma solução seria a brigada comunitária. Entretanto, sua implantação esbarra na questão demográfica, uma vez que são necessários pelo menos 15 mil moradores para ser autorizada a instalação no município (MELO C., 2008). Apesar disso, existe a possibilidade de municípios vizinhos somarem as populações, estabelecerem consórcios e apresentarem um projeto para a Defesa Civil⁴⁹. O posto de bombeiro comunitário conta com no mínimo dez bombeiros, e a instalação física e os fornecimentos dos veículos ficam por conta do governo estadual, numa parceria entre prefeitura e Estado.

Outra solução caminha para a criação do corpo de bombeiros voluntários, como ocorre em Santa Catarina, Minas Gerais e no Rio Grande do Sul. Trata-se de uma ONG com personalidade jurídica que trabalha de forma autônoma. Na Argentina, são 680 quartéis de bombeiros voluntários, com 87% dos municípios atendidos. O mesmo contexto ocorre em países como Paraguai, Chile, Alemanha, Japão e Equador. Na América do Sul, apenas Brasil e Uruguai seguem o modelo militar e não o voluntário (MELO C., 2008).

A Tabela 13 apresenta os municípios que demoram, em média, mais de 20 minutos para serem atendidos, ou receberem auxílio, do Corpo de Bombeiros de Maringá. Foram desconsiderados os municípios de Colorado, Astorga e Mandaguari, que possuem corpo de bombeiros comunitários. O que chama atenção nessa tabela é que em três municípios o tempo de espera é próximo ou superior a 60 minutos, e outros seis têm que aguardar 30 minutos ou mais.

⁴⁹ Para obter mais informações acerca da temática consultar o site da Coordenadoria de Defesa Civil do Estado do Paraná que está disponível em: <http://www.defesacivil.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=24>.

Tabela 13. Corpo de Bombeiros de Maringá. Municípios com tempo de atendimento superior a 20 minutos, distância de Maringá e população total

Município	Pop. total (2010)	Distância (Maringá)	Tempo
Santa Inês	1.818	104 km	69 min.
Santo Inácio	5.269	98 km	65 min.
Cafeara	2.695	89 km	59 min.
Nossa Senhora das Graças	3.836	70 km	47 min.
Lobato	4.401	55 km	37 min.
Santa Fé	10.432	54 km	36 min.
São Jorge do Ivaí	5.517	47 km	31 min.
Floraí	5.050	50 km	30 min.
Ivatuba	3.010	45 km	30 min.
Munhoz de Melo	3.672	43 km	29 min.
Doutor Camargo	5.828	41 km	27 min.
Atalaia	3.913	39 km	26 min.
Iguaraçu	3.982	34 km	23 min.
Ourizona	3.380	34 km	23 min.
Presidente Castelo Branco	4.784	34 km	23 min.
Ângulo	2.859	31 km	21 min.
Itambé	5.979	32 km	21 min.

Fonte: IBGE (2010) e Melo C. (2008)
Organização: Fernandes, P. H. C. – 2011

Siate e acesso rodoviário

O Siate é um importante mecanismo de socorro à população. Entretanto, ele está disponível apenas em cidades médias ou grandes. Assim, as pequenas cidades, além de não terem tratamentos hospitalares adequados – encaminham os pacientes quase sempre para os hospitais regionais maiores –, são reféns também do serviço de atendimento, ou melhor, da ausência dele.

No Paraná, o Siate começou em Curitiba, por meio de um convênio entre a Secretaria de Segurança Pública do Paraná, o Instituto de Saúde do Estado do Paraná (ISEP) e a Prefeitura de Curitiba. Ele foi o primeiro implantado no Brasil e serviu de referência para os demais. O Siate utiliza a estrutura de operação do Corpo de Bombeiros no que diz respeito à comunicação, como rádios, telefone (193) e fax. A partir de 1995, ele passou a ser interiorizado para as maiores cidades do Estado.

Atualmente, ele está presente em 25 municípios paranaenses. Entre eles, o menor demograficamente é Irati, com 56.207 habitantes absolutos (44.932

habitantes na área urbana), de acordo com IBGE (2010). O Mapa 7 apresenta as localidades da Mesorregião Norte Central paranaense com a presença do Siate. Em apenas cinco (6,3%) das 79 cidades existe esse atendimento.

As rodovias brasileiras foram incentivadas e privilegiadas, após o governo de Juscelino Kubitschek, em detrimento da ferrovia, convertendo-se, no mundo contemporâneo, no principal espaço de locomoção e transporte de pessoas e de boa parte das cargas. A determinação do traçado rodoviário se tornou um campo político de interesses durante meados da década de 1940 até hoje. Isso porque a instalação dessas rodovias representou, em muitos casos, a consolidação e impulsão econômica de diversos municípios, principalmente com pequenas cidades. Aquelas que não têm o traçado da rodovia próximo a elas ficam isoladas, como é o caso de Nova Tebas, que é abordado na próxima parte.

As estradas estão vinculadas diretamente ao processo de ocupação e povoamento do território. No Paraná, o contexto não é diferente. As principais rodovias do Estado eram caminhos indígenas e coloniais e representam as grandes frentes de colonização do Estado. Em muitos casos, os traçados das estradas de rodagem seguiam paralelamente ao traçado da linha férrea, já consolidado no Brasil desde o período colonial.

As estradas de rodagem, ligando as zonas mais povoadas e as zonas produtoras às estradas ferroviárias, passavam por Guarapuava, Palmeira, Lapa, Bocaiúva do Sul, Jacarezinho, Colônia Mineira e Vila do Piraí. Estrada da Graciosa – PR-410, ou Caminho da Graciosa é um dos cinco caminhos coloniais, em território paranaense que atravessa a barreira natural da Serra do Mar, integrando o litoral e o Planalto Curitibano. As primeiras notícias deste caminho datam de 1721 (PARANÁ/DER, 2011).

No Norte do Estado, a situação era a mesma, entretanto, as relações sociais e econômicas da região eram diretamente associadas ao Estado de São Paulo. Na década de 1920, o processo de construção de estradas era bastante precário: manual, feita com pá, picareta, broca e marrão. A única máquina disponível era o rolo compressor a vapor. O transporte do material escavado era feito em galeota, tracionada por muares (PARANÁ/DER, 2011).

A partir de 1960, a malha rodoviária estadual ganhou grande incentivo e se multiplicou por todo o Paraná. Naquele ano, a rede de conservação de estrada contava com oito mil quilômetros, sendo 181 revestidos em asfalto, 24 com paralelepípedos, 619 com macadame, 1.970 com saibro e 3.516 quilômetros em leito natural (sem asfalto); as redes municipais atingiam 39 mil quilômetros. Importantes vias de circulação e escoamento de produção (quase sempre ligando o interior ao litoral – Porto de Paranaguá) foram construídas nos últimos 50 anos.

Em 1994, a malha já possuía uma extensão de 261,3 mil quilômetros, dois quais, 243,6 mil quilômetros (93,2%) se referiam às rodovias municipais, 12,4 mil quilômetros às rodovias estaduais (4,7%) e 3,3 mil quilômetros às federais (1,3%). Em 2010, a malha rodoviária do Estado do Paraná contava com um total de 15.818,18 quilômetros de rodovias, sendo 2.310,37 quilômetros (14,6%) não pavimentados e 13.507,81 quilômetros (85,4%) de rodovias pavimentadas (PARANÁ/DER, 2011). A rede rodoviária do Paraná é estruturada em três níveis distintos, a saber, federal, estadual e municipal.

O interesse em abordar a rodovia não foge do contexto da urbanização, muito menos da segurança pública, ao contrário, é fundamental para a compreensão da problemática levantada na escala da rede urbana. Se as pequenas cidades não possuem serviços ou equipamentos adequados de segurança, saúde e educação, entre outros, dependem das estradas para levarem seus moradores para cidades vizinhas, onde podem ser atendidos (ainda que precariamente) em um hospital ou estudar em alguma escola ou universidade.

As estradas também podem ser associadas à segurança pública. Ora, as pequenas cidades que não possuem assistência pública eficiente de segurança, como viaturas, maior efetivo de policiais e serviços de segurança, ficam à mercê da “espera por socorro”, quando algum evento violento ocorre. Esse socorro pode ser proveniente de cidades maiores ou da soma dos efetivos presentes em pequenas cidades vizinhas. Ele vem por meio das rodovias que, em estado precário, delongam o serviço, que já é insuficiente. A mesma situação ocorre com os bombeiros. Em diversos casos, quando o caminhão chega ao local do incêndio, é tarde demais, pois tudo já está totalmente queimado.

Outra situação muito comum é que as estradas paranaenses se converteram em rotas de tráfico e produtos contrabandeados, principalmente oriundos do

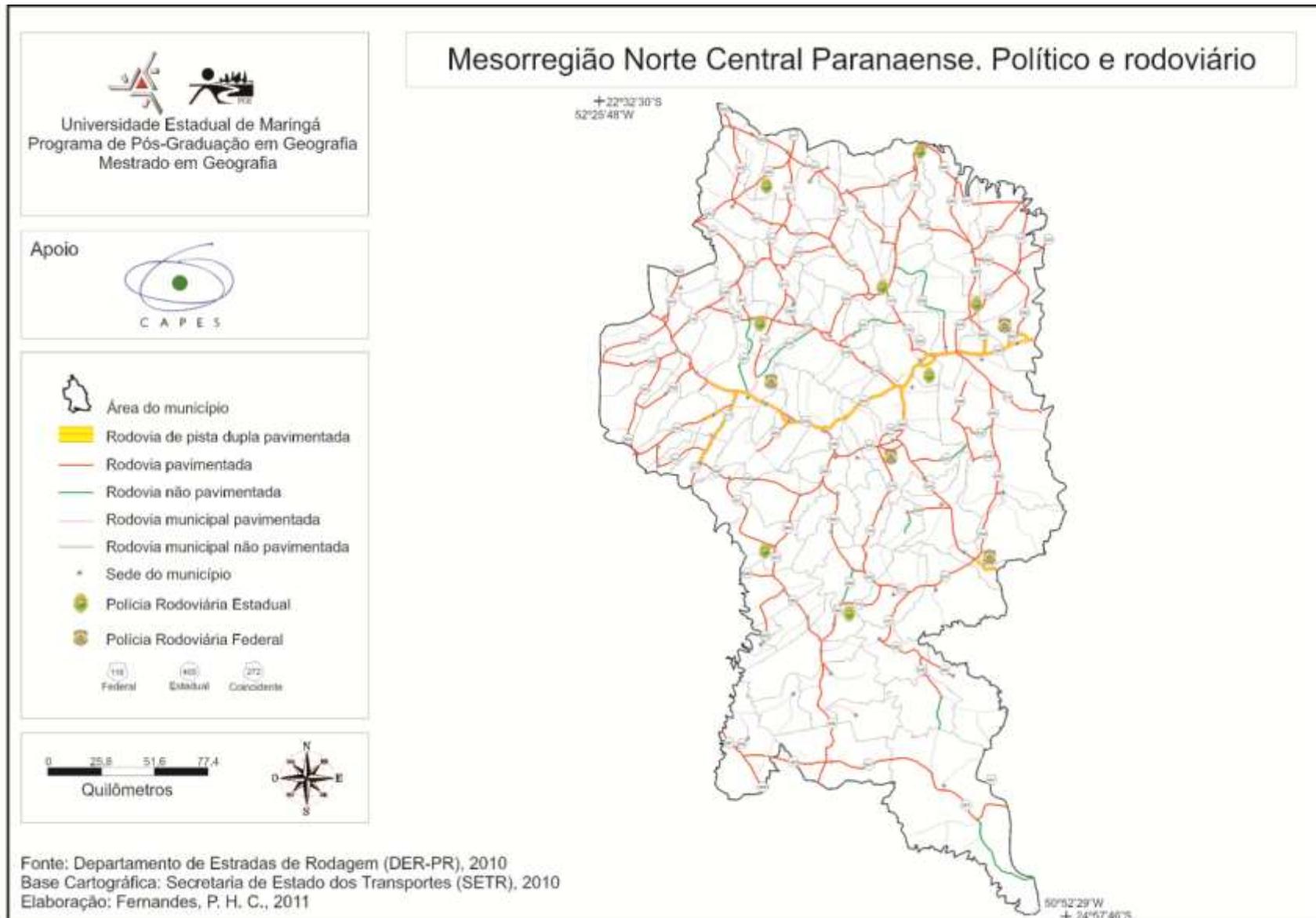
Paraguai, em espaços favoráveis para assaltos, sobretudo a ônibus de turistas (quadrilhas especializadas com fardas e munição restrita aos militares simulam uma *blitz* no meio da estrada para parar os veículos) e rotas de fuga para quadrilhas ou assaltantes que roubam estabelecimentos comerciais e/ou, principalmente, bancos e caixas eletrônicos em cidades pequenas que possuem apenas uma ou duas entradas/saídas.

Toda a situação exposta ocorre em virtude da ausência de fiscalização, justificável devido ao baixo efetivo e à ausência de equipamentos que possibilitem que ela seja feita de maneira eficiente. Evidentemente, deve-se lembrar, ainda, a corrupção policial que, muitas vezes, é conivente com irregularidades.

Partindo disso, o Mapa 8 destaca a malha rodoviária da Mesorregião Norte Central paranaense e a presença das bases ou postos de Polícia Rodoviária Estadual do Paraná (PREPR) e da Polícia Rodoviária Federal (PRF).

As bases da Polícia Rodoviária Federal são locadas apenas em rodovias federais, as denominadas BRs. Já a Polícia Rodoviária Estadual é responsável pelo patrulhamento das rodovias estaduais, chamadas, no Estado do Paraná, de PRs. Existem, ainda, as rodovias chamadas de “coincidentes”, ou seja, elas levam identificação estadual (uma ou várias, dependendo do trecho) e federal, ao mesmo tempo.

A região que apresenta maior problema de isolamento quanto ao atendimento da polícia rodoviária é a de Ivaiporã. Os municípios de Manoel Ribas, Ariranha do Ivaí, Rio Branco do Ivaí, Nova Tebas e Cândido de Abreu acabam por ficar a mais de 50 quilômetros da base mais próxima de polícia rodoviária, mesmo considerando o posto da Polícia Rodoviária Estadual de Pitanga (50 quilômetros de Nova Tebas), que não aparece no mapa por estar em outra região. A mesma situação, mas em menor intensidade, ocorre para os municípios de Doutor Camargo, Ourizona, São Jorge do Ivaí e Ivatuba, que estão a cerca de 40 quilômetros do posto da polícia rodoviária mais próxima, o de Cianorte.



Mapa 8. Mesorregião Norte Central paranaense. Político e rodoviário
Fonte: Paraná/DER (2011) – Elaboração: Fernandes, P. H. C. – 2011

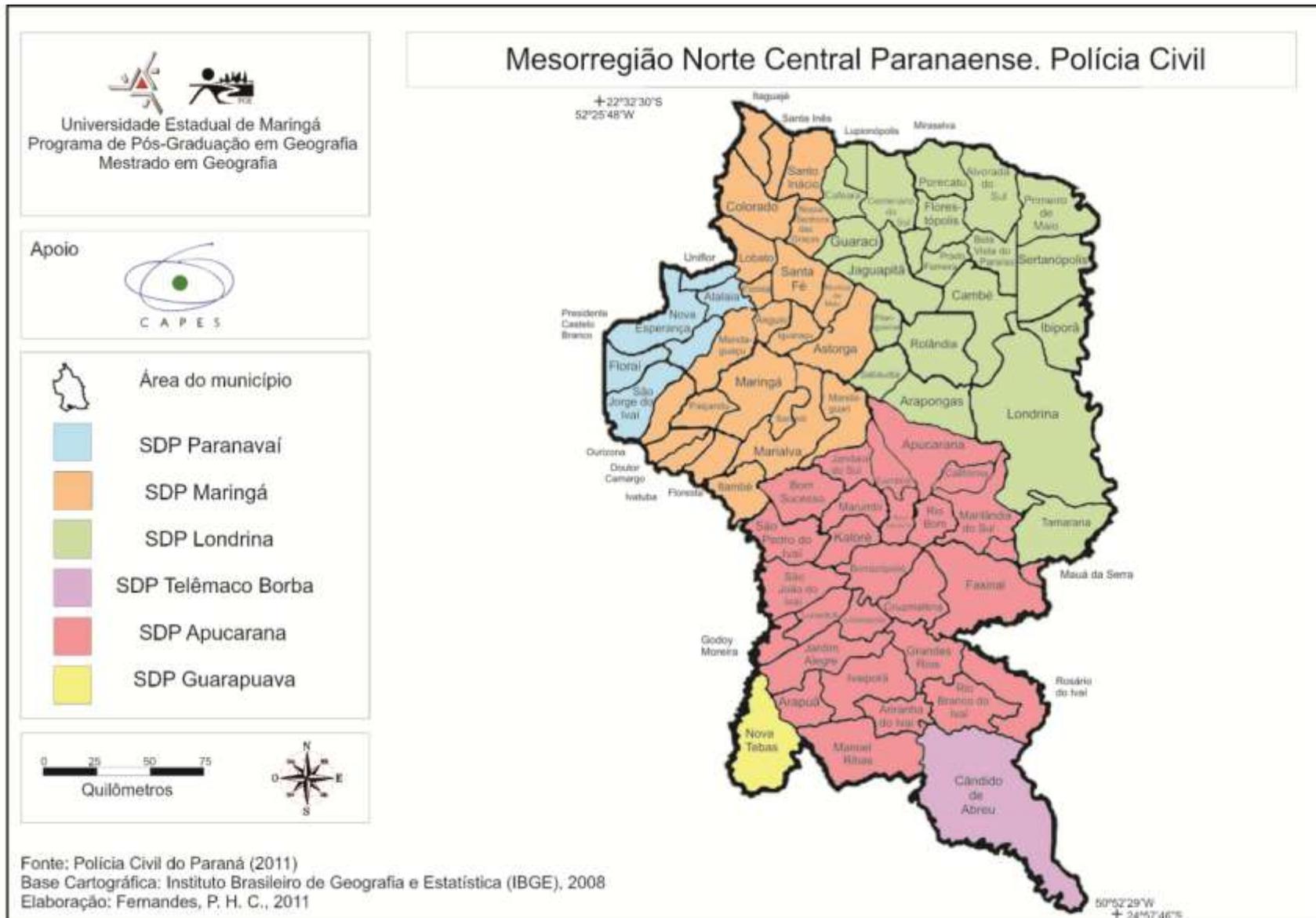
Polícia Civil

A Polícia Civil é outro importante órgão de proteção à população, pois é quem investiga os eventos violentos. No Paraná, é a que apresenta a situação mais caótica. A Emenda Constitucional n.º 03, de 1971, organizou diretrizes acerca da Polícia Civil, principalmente quanto às carreiras funcionais e ao Conselho da Polícia Civil. Já a Lei Complementar n.º 14, de 1982 – conhecida como Segundo Estatuto da Polícia Civil –, alterou a denominação do órgão para Departamento da Polícia Civil, tendo o cargo de Delegado de Polícia, como um dos mais elevados (POLÍCIA CIVIL DO PARANÁ, 2011).

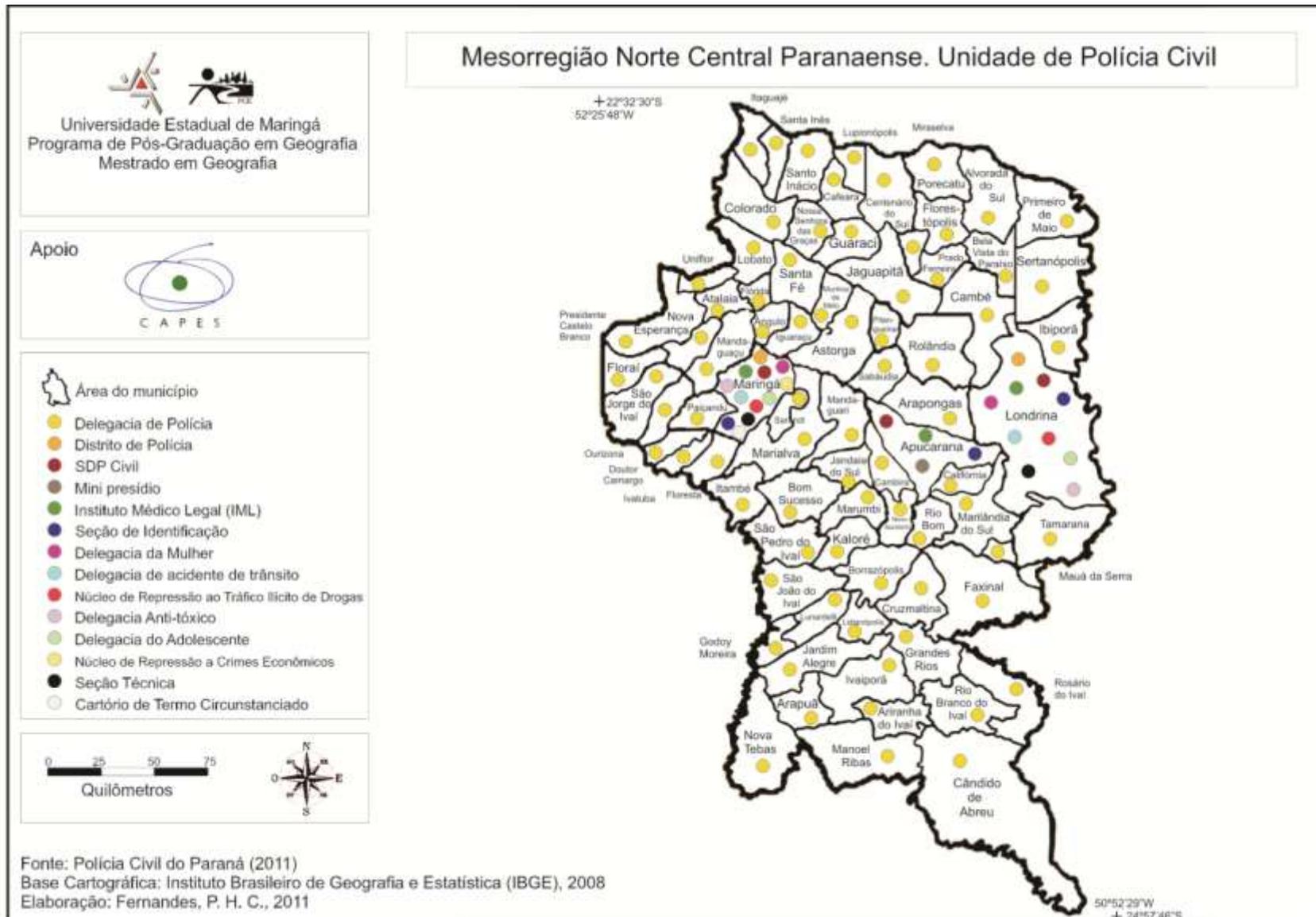
No Paraná, a Polícia Civil é dividida regionalmente em: Divisão Policial da Capital, pertencente apenas ao município de Curitiba; a Divisão Metropolitana, correspondente à Região Metropolitana de Curitiba – com exceção de Curitiba –; e as 20 Subdivisões Policiais (SDP), com sede nas maiores cidades do interior. O Mapa 9 destaca, utilizando o recorte da Mesorregião Norte Central paranaense, a área de abrangência de algumas subdivisões.

A divisão proposta pela Polícia Civil não se distingue em praticamente nada da utilizada pela Polícia Militar. A 9.ª SDP de Maringá, a 10.ª SDP de Londrina e a 17.ª SDP de Apucarana são as que concentram maior parte dos municípios e correspondem exatamente aos municípios expostos no mapa, ou seja, diferentemente da regionalização da militar, que extrapola a fronteira da mesorregião. Mais uma vez Nova Tebas e Cândido de Abreu dependem de localidades mais distantes do que das mais próximas.

O Departamento de Polícia Civil apresenta diversos tipos de “unidades”. O Mapa 10 apresenta a espacialização das principais delas nos municípios da Mesorregião Norte Central paranaense. Ele mostra a real situação das pequenas cidades paranaenses no que diz respeito aos serviços da Polícia Civil. Entre os 79 municípios da região, 76 (96,2%) possuem apenas a “Delegacia de Polícia”; os outros três municípios (3,8%) possuem diferentes unidades de polícia civil.



Mapa 9. Mesorregião Norte Central paranaense. Polícia Civil
Fonte: Polícia Civil do Paraná (2011) – Elaboração: Fernandes, P. H. C. – 2011



Mapa 10. Mesorregião Norte Central paranaense. Unidade de Polícia Civil
Fonte: Polícia Civil do Paraná (2011) – Elaboração: Fernandes, P. H. C. – 2011

A Delegacia da Mulher, por exemplo, só existe em Londrina e Maringá. Assim, as moradoras de cidades pequenas encontram muitas dificuldades quando são vítimas de ocorrências relacionadas à violência doméstica, como foi relatado durante os trabalhos de campo. Ainda que policiais militares e representantes da Polícia Civil nos municípios possam colaborar com a situação, não é a mesma coisa que se espera de uma delegacia própria para esse tipo de ação violenta. Um exemplo hipotético: uma mulher agredida em Grandes Rios, apesar da assistência da polícia local, teria que se locomover 125 quilômetros até Londrina ou Maringá se precisasse de maiores auxílios.

A mesma situação é encontrada nas demais unidades. O caso do Instituto Médico Legal (IML) é notório, uma vez que se faz presente apenas em Maringá, Londrina e Apucarana. Outros dois núcleos merecem atenção: o de Repressão a Crimes Econômicos e o de Repressão ao Tráfico Ilícito de Drogas. Ambos deveriam estar presentes em todos os municípios, uma vez que tanto o crime contra o sistema econômico público como o consumo e o tráfico de drogas não estão restritos apenas às grandes cidades.

Volta-se, então, a atenção para as 70 cidades que possuem apenas a delegacia de polícia. O que existe na verdade não é a presença do policial civil no município, mas sim, a estrutura física da delegacia de polícia, o que é bem diferente. De acordo com o Sindicato das Classes Policiais Cíveis do Estado do Paraná (SINCLAPOL, 2011), “270 municípios paranaenses não têm um delegado de polícia”. Considerando o universo de 399 municípios, tem-se um coeficiente de 67,7% de municípios sem delegado.

Esse dado alarmante é potencializado ao comparar a realidade do Estado com outras unidades da Federação. Em 2010, eram 361 profissionais, uma média de 0,9 delegados por município. Assim, o Paraná tinha a quinta pior relação de “delegados/município” do Brasil, atrás apenas do Rio Grande do Sul, de Goiás, do Piauí e do Rio Grande do Norte. Apenas para comparação, o Estado do Rio de Janeiro tem 5,7 delegados por município, São Paulo possui 5,1, o Acre disponibiliza 3,0 e a Bahia aparece com 2,2 delegados para cada município (SINCLAPOL, 2011).

Esse contexto das pequenas cidades paranaense se repete no restante do Brasil. Em 30 de janeiro e seis de fevereiro de 2011, o programa *Fantástico*, da Rede Globo de Televisão, apresentou a situação das delegacias no Brasil. A

reportagem percorreu os Estados de São Paulo, Maranhão, Goiás, Tocantins e Pará. Os resultados apontaram, principalmente, para falta de estrutura, tratamento desumano aos presos e flagrantes de descaso. Em Tocantins, 84 cidades (60,4%) não têm um delegado fixo e no município de Xambotá, de 11.484 habitantes (IBGE, 2010), o distrito policial estava sendo cuidado por um detento. No município de São Geraldo do Araguaia, de 25.587 habitantes (IBGE, 2010), no Estado do Pará, não havia policiais no atendimento e nove pessoas aguardavam alguém para conversar. Em Miranda do Norte, de 24.427 habitantes (IBGE, 2010), no Maranhão, a delegacia estava abandonada: sujeira, um monitor de computador, ausência de policial civil e 27 presos no local sem cadeados nas celas (PORTAL FANTÁSTICO, 2011a).

Sendo assim, os delegados de algumas comarcas acabam por responder por diversos municípios, situação encontrada na região dos municípios selecionados para o trabalho empírico. No Rio Grande do Norte, por exemplo, o delegado de Nova Cruz (35.490 habitantes, segundo IBGE, 2010) responde por 22 municípios e população de 260 mil habitantes (PORTAL FANTASTICO, 2011b). Por isso, a Polícia Militar, quando detém um indivíduo cometendo alguma infração, tem de levá-lo até o delegado de polícia que responde pelo município, deixando a cidade à mercê de outras situações que eventualmente podem ocorrer.

Até o exposto, as classes menos favorecidas das pequenas cidades têm de conviver com: atendimento insuficiente de saúde, educação, assistência social e atividades lúdicas; escassez nas vagas de emprego e possibilidades de geração de renda; infraestrutura municipal precária, sem asfalto e saneamento; aumento na violência urbana; insuficiência da Polícia Militar no município e estrutura física estagnada; ausência da Polícia Civil, do socorro de emergência, do Corpo de Bombeiros ou de unidades especializadas de Polícia Civil; e, finalmente, rodovias estaduais precárias.

As políticas de segurança pública

No Brasil, cotidianamente, os políticos e administradores do espaço urbano tomam decisões e criam políticas, inclusive relacionadas à segurança pública, de maneira imediatista, ou seja, associando-as quase sempre ao curto prazo. De

acordo com Bauman (2007), essas políticas deveriam ser voltadas à coletividade e à comunidade, de forma habitual, o que muitas vezes não ocorre.

Segundo Sobarzo Miño (2004, p. 57), “a idéia do poder municipal como zelador dos interesses coletivos deve ser assumida como um ideal não cumprido ou, pelo menos, não cumprido totalmente”. Em geral, as ações utilizadas pelo poder municipal mostram uma mistura de interesses públicos e privados – que pode ir dos interesses próprios do prefeito até os interesses de grupos locais dominantes.

Assim, as ações municipais ficam limitadas ao interesse apenas dos detentores do poder, como: obras e interesses privados em detrimento dos interesses público, abandono das áreas de lazer, (re)urbanização de áreas verdes apenas para interesse do capital, comercialização dos lotes urbanos e valorização de áreas quase sempre de propriedade de determinados grupos, espaços privados constituídos com verbas públicas, infraestrutura adequada apenas em bairros da burguesia, entre outras ações comuns em cidades brasileiras, inclusive as pequenas.

Entre as ações do poder público municipal, destacam-se aquelas associadas à segurança pública. Nas pequenas cidades, elas são negligenciadas pela maioria dos prefeitos. Essa ausência de políticas públicas de segurança favorece a disseminação da violência e do sentimento de insegurança. Por isso, os dados a seguir demonstram como a segurança pública é tratada em pequenas cidades.

Dos 71 municípios (89,9% do total), polarizados por pequenas cidades, da Mesorregião Norte Central paranaense, 40 (56,3%) não utilizaram nenhum recurso com segurança pública, entre 2002 e 2009. As duas pequenas cidades de Florestópolis e Nova Tebas, que são trabalhadas na última parte deste trabalho, apresentam diversos eventos de violência, principalmente altas taxas de homicídios, fazem parte desse contexto de ausência de incentivo a políticas públicas de segurança.

Outros municípios, que aparecem com as maiores taxas de homicídios, também não apresentaram gastos no período, como: Grandes Rios (4.^a), Rosário do Ivaí (6.^a), São João do Ivaí (11.^a), Lupionópolis (14.^a), Sertanópolis (15.^a) e Cândido de Abreu (16.^a). A Tabela 14 lista os dez municípios, cujas sedes são de pequenas cidades, que utilizaram mais recursos, em reais, para a segurança pública municipal, entre 2002 e 2009. Nela se observa, também, a população total de cada município.

Tabela 14. Mesorregião Norte Central paranaense. Municípios, com pequenas cidades, que mais utilizam recursos com segurança pública municipal, em reais, entre 2002-2009

Pos.	Município	Pop. Total (2010)	Gasto (R\$), 2002-2009
01	Astorga	24.704	1.117.295,30
02	Nova Esperança	26.613	898.198,89
03	Ivaiporã	31.812	897.874,71
04	Jandaia do Sul	20.283	546.689,22
05	Marialva	31.972	487.266,59
06	Bela Vista do Paraíso	15.080	408.906,61
07	Santa Inês	1.818	356.566,23
08	Mandaguari	32.669	284.459,23
09	Faxinal	16.317	229.507,10
10	Tamarana	12.232	133.440,77

Fonte: Ipardes (2010) e IBGE (2010).

Organização: Fernandes, P. H. C. – 2011

A duas pequenas cidades de Tamarana e Marialva fazem parte das Regiões Metropolitanas de Londrina e Maringá, respectivamente, e sofrem influência direta delas, justificando o repasse dos recursos. As demais pequenas cidades da tabela têm uma área de polarização que extrapola a sua área municipal, inclusive Astorga e Ivaiporã, que são sedes de microrregiões, menos Santa Inês. O caso que mais chama atenção é o de Astorga, uma vez que é a única pequena cidade da região que repassou mais de um milhão de reais para a segurança pública municipal.

A Tabela 15, por sua vez, engloba todos os municípios da região e apresenta os quinze que utilizaram maior valor, em reais, de recursos para segurança pública municipal, por habitante, entre 2002 e 2009. Nela, apresentam-se, também, os dados de população total (2010) e de gastos (2002-2007).

Seguramente, o que mais chama atenção é o gasto de Santa Inês. O município utilizou pouco mais de 196 reais, por habitante, com segurança pública municipal, um valor três vezes maior que de Maringá e quase seis vezes o de Londrina. A explicação desse montante depende, evidentemente, de análises empíricas, entretanto, o município apresenta indicadores preocupantes, segundo o Ipardes (2010). Entre os que menos gastaram, chama a atenção o município de Lobato, de 4.392 habitantes (IBGE, 2010), que declarou um gasto de R\$ 16,75, entre 2002 e 2007, ou R\$ 2,09, por ano; de Sabáudia, com R\$ 552,69 (R\$ 69,09, por ano); de Ângulo, com R\$ 594,60 (R\$ 74,33, por ano); e, finalmente, de Califórnia, com R\$ 1.921,24 (R\$ 240,16, por ano).

Tabela 15. Mesorregião Norte Central paranaense. Municípios que mais utilizaram recursos com segurança pública municipal, em reais, por habitante, entre 2002-2009

Pos.	Município	Pop. Total (2010)	Gasto (R\$) 2002-2009	Gasto (R\$)/ Habitante
01	Santa Inês	1.818	356.566,23	196,13
02	Maringá	357.117	21.790.490,33	61,02
03	Astorga	24.704	1.117.295,30	45,23
04	Prado Ferreira	3.434	125.548,44	36,56
05	Arapongas	104.161	3.686.453,42	35,39
06	Nova Esperança	26.613	898.198,89	33,75
07	Londrina	506.645	16.825.437,10	33,21
08	Lidianópolis	3.972	121.217,99	30,52
09	Ivaiporã	31.812	897.874,71	28,22
10	Bela Vista do Paraíso	15.080	408.906,61	27,12
11	Jandaia do Sul	20.283	546.689,22	26,95
12	Rolândia	57.870	1.292.050,99	22,33
13	Novo Itacolomi	2.827	58.075,23	20,54
14	Cruzmaltina	3.162	50.012,65	15,82
15	Marialva	31.972	487.266,59	15,24

Fonte: Ipardes (2010) e IBGE (2010).

Organização: Fernandes, P. H. C. – 2011

Em contrapartida, a ausência de um olhar efetivo das administrações municipais das pequenas cidades para as políticas de segurança pública, com algumas exceções, evidentemente, aparece nos dados acerca da violência, fazendo com que essas localidades não estejam desconectadas da insegurança urbana.

Nesta parte, procurou-se mostrar como a tendência de aumento da violência e da insegurança urbana aparece no Paraná e, em especial, na região Norte do Estado. A temática da violência e da insegurança é extremamente complexa de forma geral. Está vinculada com questões econômicas e suas implicações sociais, especialmente na sociabilidade gerada nos mais diferentes espaços. A dimensão contemplada nesta segunda parte – a regional – contempla uma área em que muitos municípios passaram por esvaziamento demográfico. Tal processo foi acompanhado de esvaziamento de serviços e equipamentos públicos de forma geral, inclusive os relacionados à segurança pública, como foi ressaltado nos últimos itens. Portanto, esse parece ser um forte elemento a ser considerado para compreender a temática problematizada pelo trabalho.

Parte III – Violência, insegurança e sociabilidade em duas pequenas cidades paranaenses: Florestópolis e Nova Tebas

*Eu queria conhecer-vos em vossas casas,
observar-vos em vossa vida cotidiana,
debater convosco vossas condições de vida
e vossos tormentos*
Friedrich Engels

A produção teórica sobre os espaços das pequenas cidades é incipiente, especialmente acerca da temática da violência e da insegurança urbana. Apesar disso, a literatura sobre o urbano é perfeitamente aplicável a essas localidades, devido a elas estarem conectadas ao mundo globalizado e capitalista que insere e molda os espaços no modo de vida do consumo e do individualismo. O que há de peculiar nas áreas não-metropolitanas é a ausência ou insuficiência dos serviços e equipamentos públicos, como já demonstrado.

Especificamente, com os dados apresentados na parte anterior, procurou-se relativizar a imagem da pequena cidade como um espaço tranquilo e seguro para se viver e onde as pessoas conseguem manter relações sociais primárias, baseadas em vínculos afetivos e com completos e permanentes laços de sociabilidade. Embora isso possa ser assinalado como um valor dessas localidades, observam-se, transformações intensas. O desenvolvimento da segunda parte contemplou o viés regional. Isso porque, tomando as análises nessa perspectiva, é possível encontrar características e pontos semelhantes, sem desconsiderar que existem peculiaridades, ou seja, localidades com características próprias.

Portanto, esta última parte do trabalho se desenvolve pela abordagem local, procurando aproximar o foco e apresentando justamente características e especificidades de duas pequenas cidades, especialmente associadas à condição de vida, à ausência dos serviços e equipamentos públicos e do poder público. Em resumo, ela propõe verificar como é o cotidiano dessas localidades e possíveis explicações para as situações encontradas.

O trabalho empírico foi realizado nas pequenas cidades de Florestópolis e Nova Tebas, no interior do Estado do Paraná, cuja escolha está explicada detalhadamente no apêndice metodológico. É certo, contudo, que foram selecionadas por apresentarem dados preocupantes em relação à violência. Embora

essas duas pequenas cidades exemplifiquem melhor essa tendência devido aos dados, elas indicam fatos que têm acontecido com maior ou menor grau na maioria das localidades.

Os resultados demonstraram que, apesar do contexto de globalização – e de fato elas vivenciam esse processo –, cada localidade apresenta características próprias que vão além da estrutura física, do processo de ocupação e de consolidação do município. Há características humanas e culturais diferentes, ou seja, o modo como se vive, como se vê a vida e se encara a realidade e o que se espera do futuro.

Partindo disso, o principal objetivo desta parte vai além de apresentar resultados considerados “previsíveis⁵⁰”. Espera-se avançar como um trabalho associado a uma Ciência que é social, principalmente utilizando como fonte de compreensão da realidade e do cotidiano em cada município a manifestação das pessoas que compõem a sociedade local dessas pequenas cidades.

A sistematização desta parte foi desenvolvida em duas seções. A primeira apresenta a breve história de consolidação dos municípios e a descrição da localização deles. Ela é indispensável para entender o contexto atual das pequenas cidades. Já a segunda seção caminha no sentido de apresentar a situação atual das duas pequenas cidades, por meio da percepção dos moradores, com relatos e entrevistas, e das análises do trabalho empírico, com figuras, gráficos e tabelas.

3.1 Florestópolis e Nova Tebas: aspectos socioespaciais

A história da formação territorial e econômica do Paraná “se deu por um processo inicialmente muito lento e bastante descontínuo” (PADIS, 1981, p. 15), entretanto, ela ganhou “dinâmica com a ocupação efetiva da região Norte do Estado” (ENDLICH, 1998, p. 29). Em resumo, houve diferentes momentos econômicos que marcaram as ocupações das regiões paranaenses.

As primeiras cidades a serem fundadas no Paraná foram Paranaguá (em 1648, no litoral) e Curitiba (1693, no Primeiro Planalto paranaense). A primeira foi

⁵⁰ A utilização do termo “previsível” faz alusão a todo o levantamento de dados secundários que fundamentaram a escolha das duas pequenas cidades paranaenses. No caso de Florestópolis e Nova Tebas os dados foram alarmantes. Eles são preocupantes em diversos setores, como a saúde, a educação e o emprego/renda, além dos altos índices de criminalidade. Assim, como um norteador, tinha-se ciência da possível realidade social que se encontraria no trabalho de campo.

impulsionada pela descoberta de ouro na região litorânea, marcando, assim, o início da “ocupação⁵¹” no Estado. Já a segunda cidade consolidou-se pela mineração e pela fixação “ligada à atividade pecuária” (PADIS, 1981).

Num segundo momento, entre os séculos XVIII e XIX, o tropeirismo e a formação de caminhos/rotas marcaram a consolidação da maioria dos municípios dos campos paranaenses, numa região que hoje vai de Jaguariaíva e Ponta Grossa até Guarapuava e Palmas (PADIS, 1981; ENDLICH, 2006). Os caminhos que levavam o gado do Rio Grande do Sul a São Paulo foram responsáveis pela fundação de pontos de pouso e comércio, separados por uma distância de aproximadamente um dia de viagem do tropeiro. Logo, em 1780, enquanto 57,1% das pessoas moravam no planalto, 42,9% estavam no litoral. Um século depois, o planalto já abrigava 86,6% da população (PADIS, 1981).

Já nas regiões Norte e Oeste do Paraná, a agricultura foi o principal motivador econômico nas consolidações dos municípios. No Norte, os primeiros relatos vinculados à presença do café são oriundos de 1860, por meio das grandes fazendas que constituíram a primeira frente pioneira oriunda, especialmente, de São Paulo (SWAIN, s.d.). Segundo Endlich (1998, p. 32), “neste primeiro⁵² momento, a ocupação ocorreu sem planejamento, de forma intensa e desordenada”.

Entretanto, a partir de 1920, as autoridades estaduais que queriam regulamentar a venda das terras devolutas, incentivaram e permitiram concessões às empresas colonizadoras privadas capitalistas que começaram a atuar na região⁵³. A partir do início da década de 1940⁵⁴, além da atuação das empresas colonizadoras, houve a atuação de “empreendimentos estatais inspirados nas estratégias das referidas empresas” (ENDLICH, 1998, p. 32).

Partindo do contexto exposto acerca do Norte paranaense, houve a consolidação dos municípios de Florestópolis e Nova Tebas, sendo que o primeiro

⁵¹ Essa “ocupação” está relacionada efetivamente com o interesse e a presença portuguesa na região litorânea e na região de Curitiba, contudo deve-se considerar que antes desse momento existiam povoados espanhóis e jesuíticos no Paraná que foram destruídos ao decorrer do século XVII (DELGADO, 2007).

⁵² Primeiro momento se estende de 1860 a 1925 no Norte Velho ou Norte Pioneiro (ENDLICH, 1998, p. 32). Ele abrange uma área desde a divisa Nordeste do Paraná com São Paulo até Cornélio Procópio (CARDOSO; WESTPHALEN, 1986).

⁵³ Essa forma de ocupação, num segundo momento, entre 1920 e 1950, tem como resultado o Norte Novo (ENDLICH, 1998, p. 32) ou Mesorregião Norte Central paranaense (IBGE, 2008). Ele corresponde à área que vai de Cornélio Procópio até o rio Ivaí (CARDOSO; WESTPHALEN, 1986).

⁵⁴ É considerada a mais recente ocupação do Norte do Paraná, entre 1940 e 1960 (ENDLICH, 1998, p. 32). Corresponde a Mesorregião do Noroeste paranaense (IBGE, 2008), na área entre os rios Ivaí e o rio Piquiri (CARDOSO; WESTPHALEN, 1986).

foi impulsionado diretamente pela cafeicultura e o segundo pelo cultivo do algodoeiro. Entretanto, deve-se considerar que ambos se consolidaram em contextos econômicos diferentes: enquanto a região de Florestópolis se formou entre 1940 e 1960, a de Nova Tebas ocorreu mais recentemente, pós-1970.

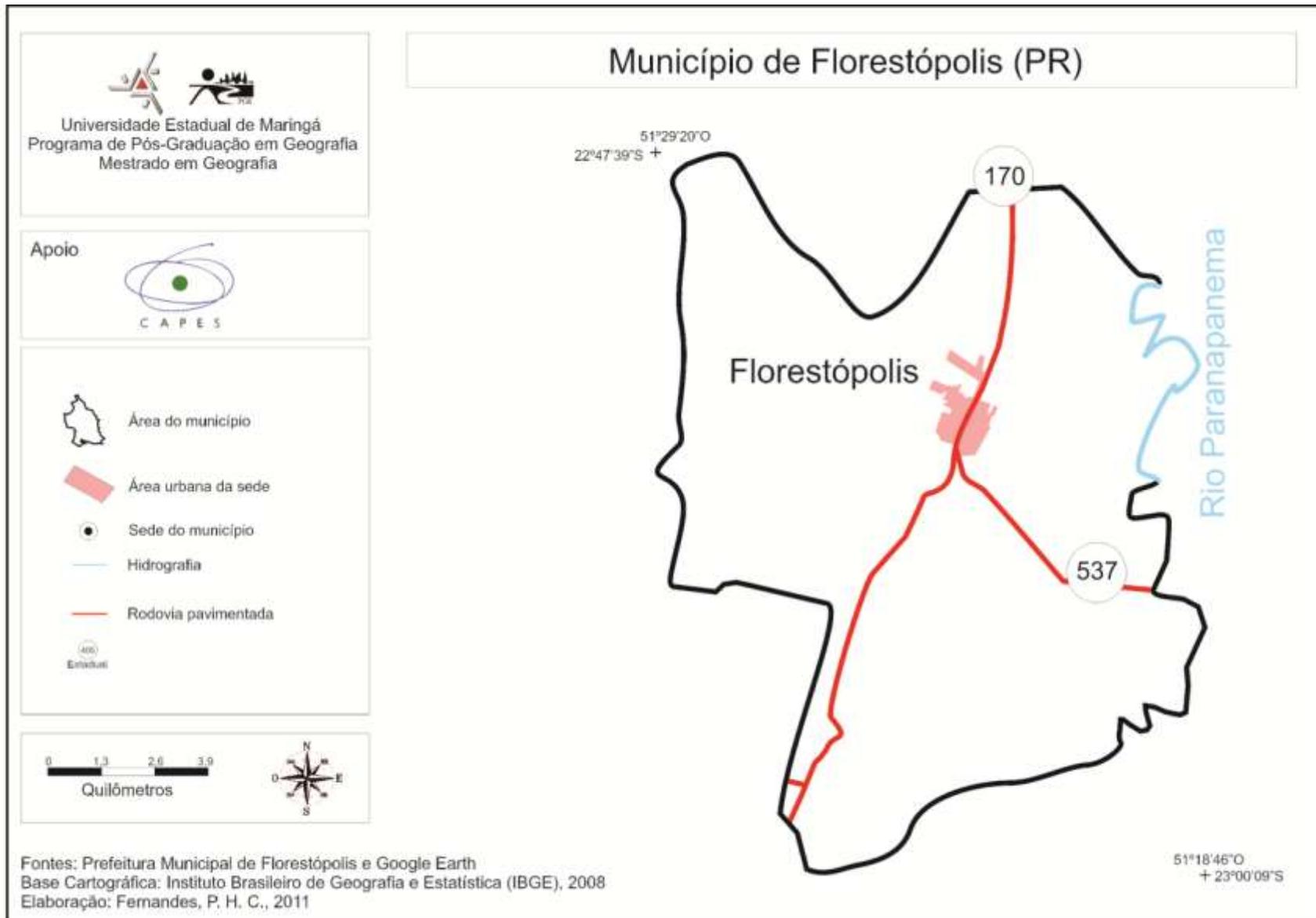
A história do município de Florestópolis está associada diretamente à de Sertanópolis e, principalmente, à de Porecatu, tendo a este pertencido como distrito até sua consolidação em 1951. Inicialmente, em 1923, algumas famílias paulistas e mineiras foram para a região onde hoje é o município de Sertanópolis para trabalhar com lavouras de café. Contudo, apenas em 1934 houve a emancipação política de Sertanópolis, com uma área que corresponde, atualmente, a 21 municípios.

Em 1940, as penetrações no interior do extenso município de Sertanópolis multiplicaram-se, com derrubada de matas, formação de lavouras e instalação de diversos povoados, entre eles o povoado de Brasília (atual cidade de Porecatu) e o patrimônio de São João (atual cidade de Florestópolis). Logo, se desencadeou uma série de emancipações, como as de Porecatu, Ibiporã, Jaguapitã, Bela Vista do Paraíso e Jataizinho, em 1947, e a de Primeiro de Maio, em 1951.

O proprietário do patrimônio São João dividiu-o em lotes rurais e urbanos para vendê-los a migrantes. A sua intenção era justamente formar uma nova cidade. Assim, em 1950, ele foi elevado à condição de distrito de Porecatu, já com o nome de Florestópolis. Devido ao jogo político que permeava o Paraná no início da década de 1950, o distrito encontrou facilidades e emancipou-se um ano depois, em 14 de novembro de 1951. Por meio da Lei Estadual 790/51, ele foi elevado à condição de município, desmembrando-se de Porecatu e mantendo o mesmo nome, que tem como significado “cidade da floresta”.

No final da década de consolidação municipal, estimava-se que a população absoluta era de mais de 20 mil habitantes numa área de 490 km². Contudo, no início da década de 1960, houve os desmembramentos dos distritos de Miraselva e Prado Ferreira⁵⁵, para a formação do município de Miraselva. Com essa fragmentação, Florestópolis perdeu 49,7% do seu território e cerca de 10 mil habitantes. Sendo assim, naquele momento, o município atingiu a composição territorial que possui até hoje, com área de 246,3 km² e nenhum distrito e/ou patrimônio em sua área rural, como é apresentado no Mapa 11.

⁵⁵ Apenas em 1995, Prado Ferreira conseguiu sua emancipação política, ficando com 63% da área municipal de Miraselva que, com apenas 90,2 km², se converteu num dos menores do Estado.

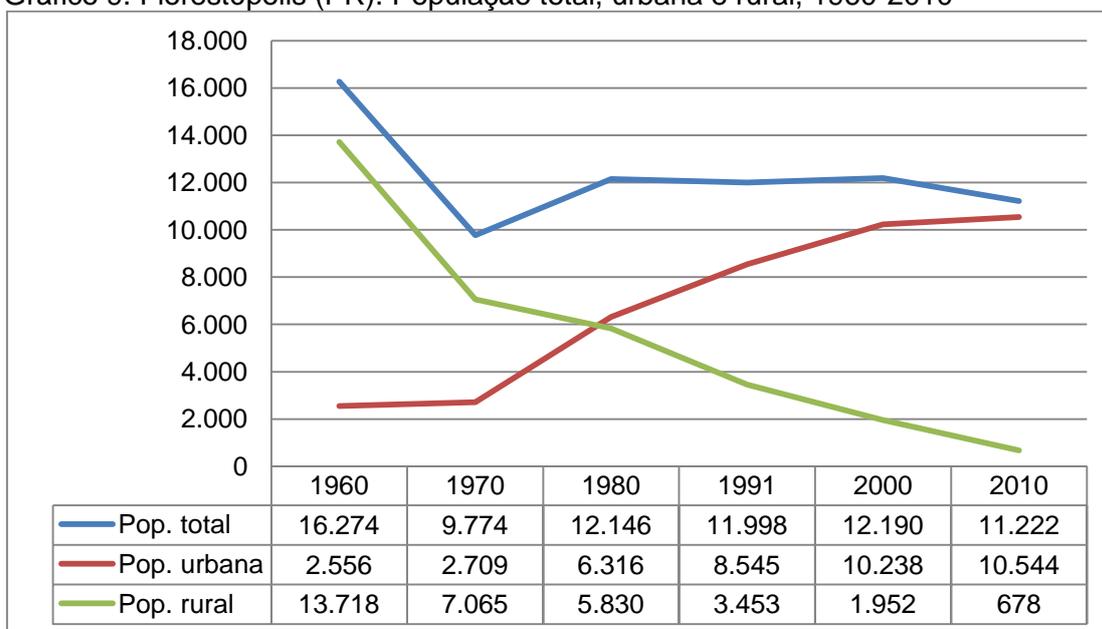


Mapa 11. Florestópolis (PR). Município

Fonte: Prefeitura Municipal de Florestópolis – Elaboração: Fernandes, P. H. C. – 2011

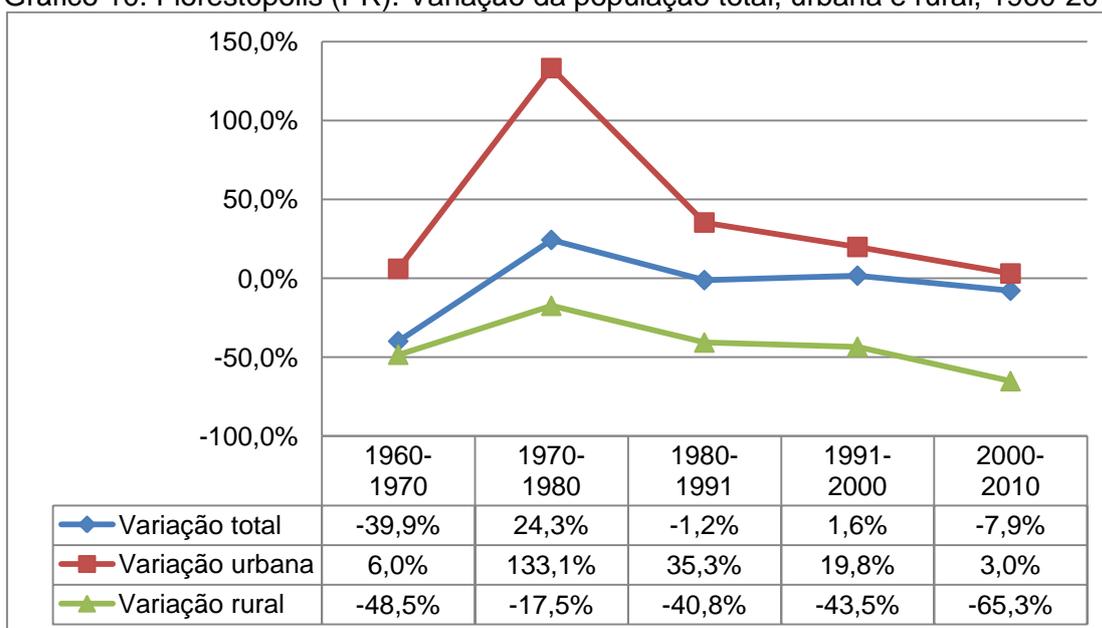
O Gráfico 9 apresenta os dados de população total, urbana e rural, de 1960 a 2010, em Florestópolis (PR). Já o Gráfico 10 mostra a variação, em cada setor, no mesmo período, tomando 1960 como “ano-base” (valor: 0%), e comparados os dados de um ano com os do anterior.

Gráfico 9. Florestópolis (PR). População total, urbana e rural, 1960-2010



Fonte: Censos demográficos do IBGE
Organização: Fernandes, P. H. C. – 2011

Gráfico 10. Florestópolis (PR). Variação da população total, urbana e rural, 1960-2010



Fonte: Censos demográficos do IBGE
Organização: Fernandes, P. H. C. – 2011

Desde a emancipação municipal ocorreram, alternadamente, ciclos de crescimento e de declínio populacional. Eles são reflexos dos momentos econômicos vivenciados pelo município. Ora, em municípios polarizados por pequenas cidades, momentos econômicos, como crises, transformações políticas ou por favorecimento do mercado, por menores que possam parecer, apresentam significativas implicações na realidade econômica e social das localidades.

Nos primeiros dados, em 1960, o município ainda colhia os frutos do auge da economia cafeeira na região Norte do Paraná. A população absoluta passava dos 16 mil habitantes, dos quais 84,3% residiam na área rural. O complexo cafeeiro, composto, basicamente, por escolas, igrejas, comércios e residências, abrigava os trabalhadores nas propriedades rurais.

A queda populacional de 40%, durante a década de 1960, é explicada pelo desmembramento dos distritos de Miraselva e Prado Ferreira. Na realidade, naquele período, descontando a população de ambos, conclui-se que o território original do município de Florestópolis passou, na verdade, a ter um ganho de cerca de três mil habitantes, como consequências positivas da plantação do café, assim como os ganhos apresentados pelo censo de 1980.

O café entrou em declínio no Paraná no final da década de 1970. Contudo, a oscilação populacional não foi expressiva devido à rápida substituição do café pela cana-de-açúcar. Tal transformação, predominante no município, absorveu parcela da mão de obra liberada do campo. Então, a mudança passou a ser nos dados de população urbana e rural.

Em 2010, 94% da população municipal residia na área urbana. A população rural teve uma queda total de 95%, saindo de 13,7 mil para menos de 700 habitantes. Com a quebra da produção em 1975, o êxodo rural tomou grandes proporções. Nesse período, o crescimento da população urbana ficou em 133%. A partir desse alto índice, as variações foram menores nos períodos seguintes, chegando apenas a 3% de 2000 a 2010. Em contrapartida, a população rural teve queda nos índices em todos os períodos, chegando a mais de 65% no período de 2000 a 2010. Seguindo a perda demográfica, somada à ampliação da área de cana, os prognósticos são de que, em 2020, a população rural em Florestópolis será na ordem das dezenas. A Figura 2 apresenta a imagem aérea da sede urbana do município e a Figura 3 mostra uma visão geral da cidade.



Figura 2. Florestópolis (PR), imagem de satélite
Fonte: Google Earth



Figura 3. Florestópolis (PR), Avenida 14 de Novembro, centro
Fonte: Fernandes, P. H. C. – 2011

Já Nova Tebas apresenta uma história bem mais recente, ao menos como município formal, mas marcada por conflitos de terra e, por conseguinte, políticos, que refletem na realidade contemporânea local. Efetivamente, o município só apareceu nos mapas paranaenses após 1997. Entretanto, já na década de 1930 se formaram as primeiras propriedades rurais em um povoado chamado de Três Barras. Posteriormente, já em 1957, o povoado foi elevado à condição de distrito de

Pitanga, com o nome de Bela Vista, onde foram comercializados os primeiros lotes urbanos.

Em 1962, um proprietário de terras, de origem grega, comercializou cerca de 20 lotes urbanos na localidade onde hoje é a sede urbana do município. Ele chamou aquela região de povoado Nova Tebas, fazendo uma alusão a Tebas, antiga cidade-estado grega, de onde era sua família. No ano seguinte, começaram a circular anúncios no Norte do Paraná referentes à comercialização de terras em Nova Tebas. Existiam escritórios em Apucarana e Ivaiporã. A Figura 4 apresenta um anúncio de 1963.



Figura 4. Anúncio da “cidade” de Nova Tebas (PR) em 1963
Fonte: Arquivo pessoal de Donato Esser

O que chama atenção é a forma ufanista utilizada no discurso, como “região mais rica do Brasil”. Na descrição, a “cidade” tinha “cartório, arborização, farmácia, dentista, médico, lojas, bares, armazéns, campo de aviação, serraria e linha de ônibus ligando-a Ivaiporã”.

Em 1978, um grupo político e religioso da região colheu cerca de cinco mil assinaturas requerendo a instalação do município. Todavia, os políticos de Pitanga, que não queriam perder mais área territorial, rejeitaram tal situação. Eles conseguiram adiar até 1986, quando houve um plebiscito pela aprovação municipal. A grande maioria da população residia na sede do distrito de Bela Vista, mas participou, também, do referendo a população do povoado de Nova Tebas e do

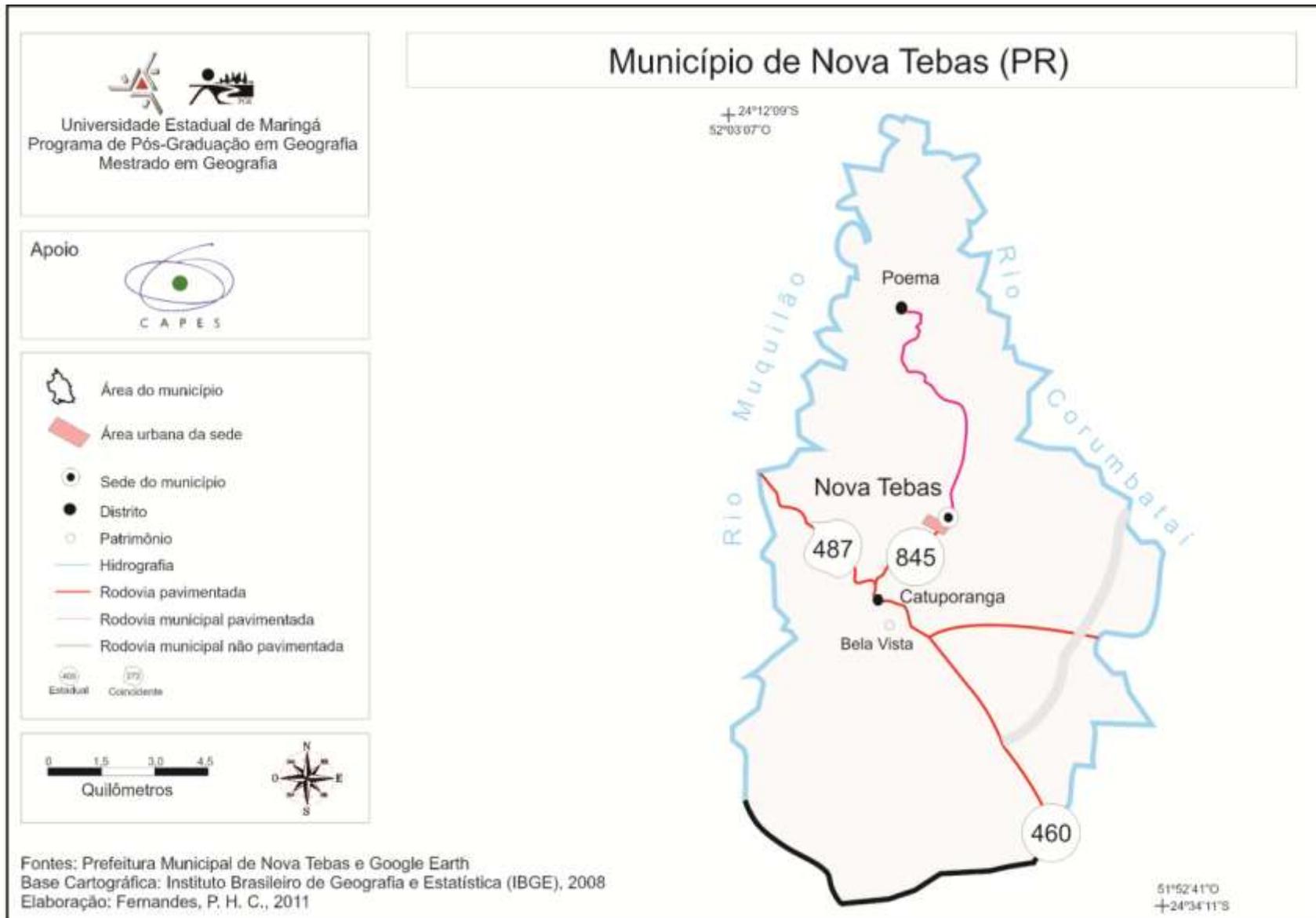
distrito do Poema, que, naquela época, levava o nome de Alvorada. Assim, o distrito conseguiu sua emancipação política do município de Pitanga, por meio da Lei Estadual 8.524, de 8 dezembro de 1987.

Nesse processo de consolidação, com um jogo político de alguns moradores de Nova Tebas, foi feita, sem ninguém perceber, uma alteração na toponímia distrital, na mesma lei de desmembramento, em 1987, mudando o nome e a sede administrativa do distrito de Bela Vista para Nova Tebas. Logo, os moradores do distrito de Bela Vista sentiram-se prejudicados, pois ele era o distrito administrativo e deveria ser a sede do novo município, que acabou sendo o antigo povoado de Nova Tebas, distante, aproximadamente, dez quilômetros do Bela Vista. Em resumo, o município passou a ter dois distritos: Nova Tebas (a sede) e o Poema.

No caso, o Bela Vista sequer recebeu denominação com a lei do desmembramento. Os moradores da região tentaram uma investida em alterar a situação ou elevar o povoado, novamente, à condição de distrito e, posteriormente, à de município, contudo, foi em vão. O reflexo dessa situação é observado hoje na realidade atual do povoado, como é apresentado mais adiante. O município de Nova Tebas não deu origem a novos desmembramentos, pelo contrário, no final da década de 1990, foi incorporado a ele o distrito do Catuporanga (antigo patrimônio de Souzanópolis), distante cerca de oito quilômetros da sede.

O Mapa 12 apresenta a composição atual do território do município de Nova Tebas, que conta com uma área de 545 km² e três distritos: Nova Tebas (sede), Catuporanga e o Poema, distante 15 quilômetros de Nova Tebas. Além deles, existem alguns pequeníssimos patrimônios. Hoje são três rodovias que cruzam o município, sendo que duas sequer passam pela sede: a BR-487, vindo de Noroeste e passando por Catuporanga, e a PR-460, sentido Pitanga.

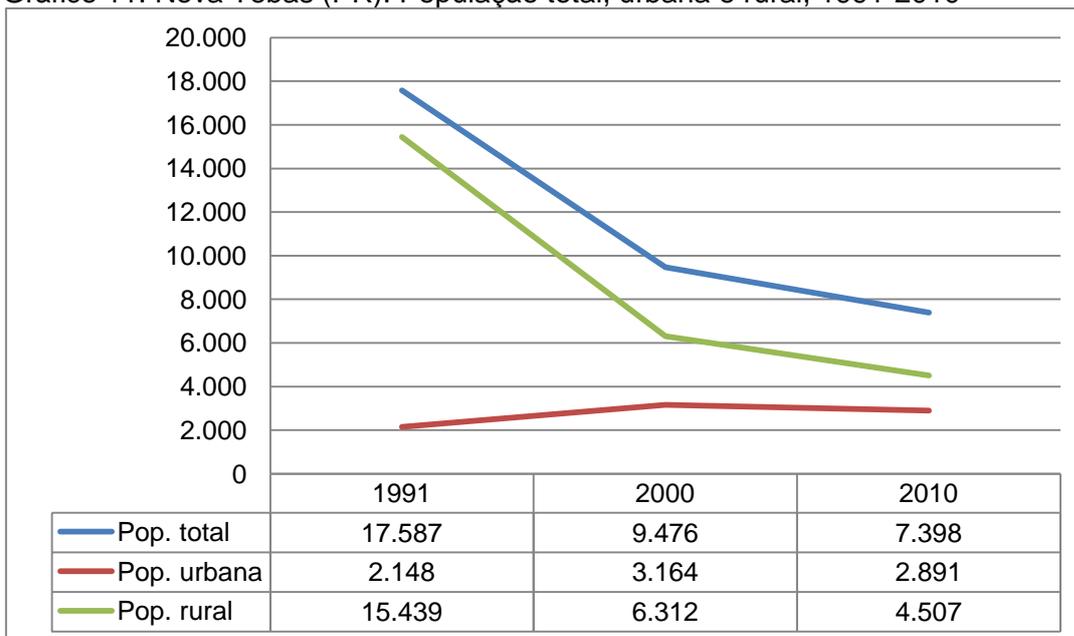
Acredita-se que o município (ou a área em que ele está hoje) chegou a ter 30 mil habitantes em 1975, auge do cultivo algodoeiro. Contudo, a partir de 1980, com o declínio do algodão, começou, também, o demográfico. Na consolidação municipal, no final da década, a população oficial era de 25 mil habitantes, segundo os jornais antigos de Pitanga. Todavia, a empolgação da emancipação não evitou o que os moradores denominaram de “a saída de um mar de gente”: só ao longo da década de 1990 a perda foi de quase dez mil habitantes.



Mapa 12. Nova Tebas (PR). Município
Fonte: Prefeitura Municipal de Nova Tebas – Elaboração: Fernandes, P. H. C. – 2011

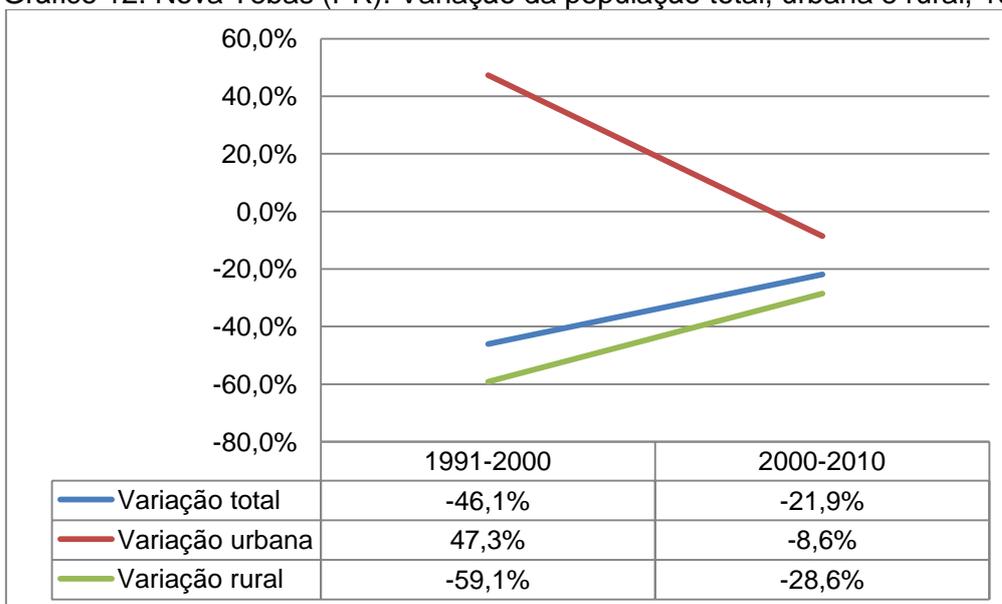
Em Nova Tebas, a situação populacional é um pouco diferente da de Florestópolis. O Gráfico 11 apresenta os dados de população total, urbana e rural, de 1991 a 2010. Já o Gráfico 12 mostra a variação, em cada setor, no mesmo período, tomando 1991 como “ano-base” (valor: 0%) e comparados os dados de um ano com os do anterior.

Gráfico 11. Nova Tebas (PR). População total, urbana e rural, 1991-2010



Fonte: Censos demográficos do IBGE
Organização: Fernandes, P. H. C. – 2011

Gráfico 12. Nova Tebas (PR). Variação da população total, urbana e rural, 1991-2010



Fonte: Censos demográficos do IBGE
Organização: Fernandes, P. H. C. – 2011

A população de Nova Tebas vem diminuindo a cada censo divulgado. Após a emancipação municipal, os dados refletiam o contexto exposto de declínio da cultura algodoeira. A queda absoluta, entre 1991 e 2000, foi de quase 50% da população, o que corresponde a menos de um terço do que se estima que havia no auge do referido cultivo na região. A queda de 2000 a 2010 foi menor, com aproximadamente 22%, ficando restrita à população rural.

Assim, percebe-se que as pessoas não deixaram a área rural de Nova Tebas e foram para a área urbana; pelo contrário, saíram do município. A queda na população rural foi de 60% em dez anos (1991-2000). A população urbana, no primeiro momento, absorveu parcela oriunda do campo: aumento de 47%, entre 1991 e 2000. Contudo, no período seguinte, a sua queda chegou a quase 10%.

As imagens de satélite a seguir mostram as áreas urbanizadas do município de Nova Tebas: a Figura 5 apresenta a sede do município, que tem uma morfologia em formato de retângulo; a Figura 6 mostra a sede do distrito do Catuporanga, dividida pela rodovia; e, finalmente, a Figura 7 apresenta a pequena sede urbana do distrito do Poema.



Figura 5. Nova Tebas (PR): imagem de satélite da sede do município
Fonte: Google Earth

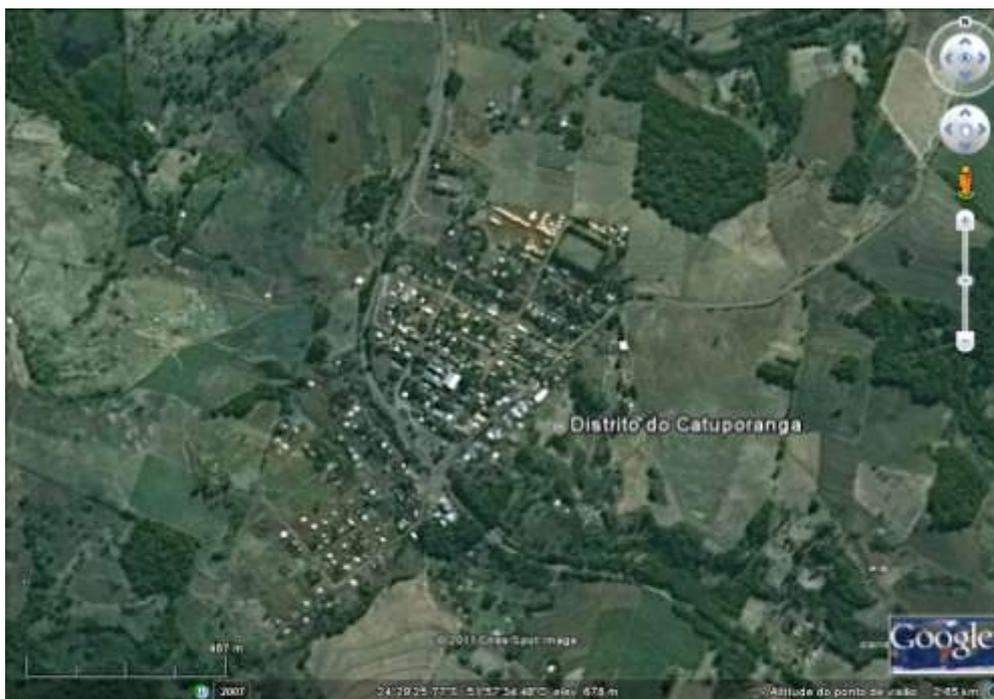


Figura 6. Nova Tebas (PR): Distrito do Cataporanga, imagem de satélite
Fonte: Google Earth

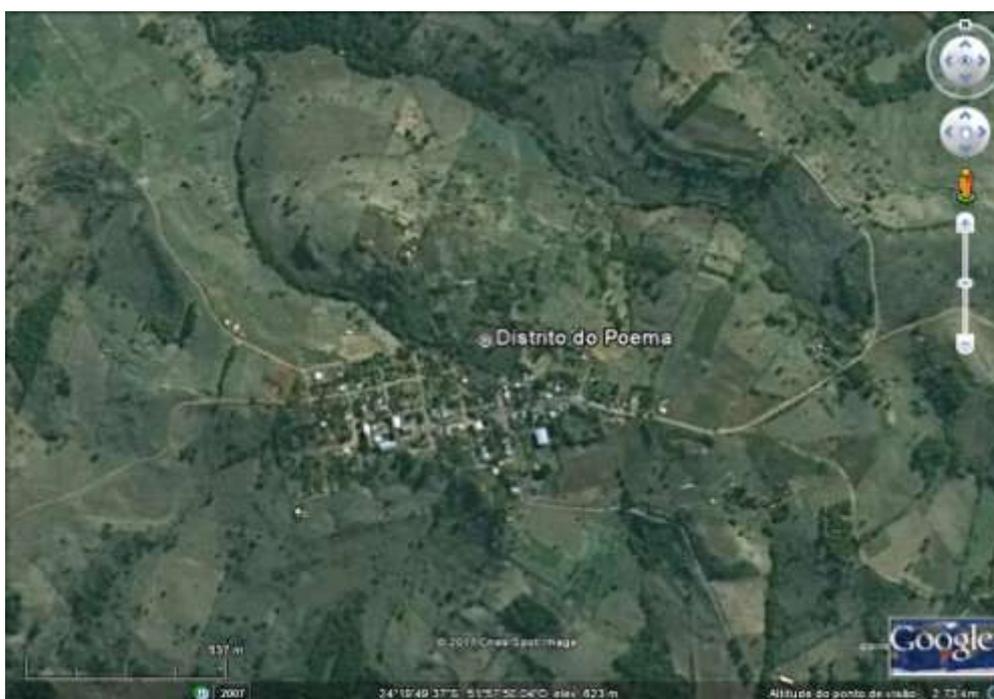


Figura 7. Nova Tebas (PR): Distrito do Poema, imagem de satélite
Fonte: Google Earth

A Figura 8 mostra uma vista parcial da cidade de Nova Tebas. No caso dessa cidade, os demais distritos não podem ser desconsiderados, apesar da dimensão das sedes, pois são pequenos núcleos significativos para a população rural que

permanece no território municipal. A distribuição da população é demonstrada na Tabela 16.



Figura 8. Nova Tebas (PR). Vista parcial da cidade
 Fonte: Fernandes, P. H. C. – 2011

Tabela 16. Nova Tebas (PR). Distribuição da população, por distrito, 2010

Localidade	Pop. total	Pop. urbana	Pop. rural
Distrito de Nova Tebas	3.381 (45,7%)	1.737 (51,3%)	1.644 (48,7%)
Distrito do Catuporanga	2.686 (36,3%)	877 (32,7%)	1.809 (67,3%)
Distrito do Poema	1.331 (18,0%)	277 (20,8%)	1.054 (79,2%)
Município de Nova Tebas	7.398 (100%)	2.891 (39,1%)	4.507 (60,9%)

Fonte: IBGE (2010)
 Organização: Fernandes, P. H. C. – 2011

O distrito sede é que possui maior parcela da população total do município, com pouco mais de 45%. Além disso, ele é o único que apresenta população urbana superior à população rural. O distrito do Catuporanga é pouco menor que a sede, mas apresenta uma dinâmica maior, principalmente por ser cortado por uma rodovia federal. Contudo, enquanto sua população urbana é pouco mais da metade da urbana da sede, a sua população rural é superior a ela. Finalmente, o distrito do Poema segue em constante declínio demográfico: hoje ele corresponde a apenas 18% da população total do município.

3.2 Da “cidade silêncio” à “cidade isolada”: as percepções e os resultados empíricos

As reflexões geradas a partir do trabalho de campo expressam-se, em síntese, nas denominações atribuídas às cidades, conforme o título desta seção. O primeiro termo, “cidade silêncio”, foi cunhado com respeito a Florestópolis, onde os maiores empecilhos do trabalho empírico foram relacionados ao medo do morador da cidade em falar acerca da problemática; ao silêncio dos políticos – que em sua maioria evitaram contato com o pesquisador –; e às intimidações realizadas, possivelmente pelas mesmas pessoas que praticam as ações violentas na cidade.

Já o termo “cidade isolada” está associado diretamente ao isolamento do núcleo urbano de Nova Tebas. A dificuldade de se chegar a ele e ao distrito do Poema reflete, parcialmente, no intra-urbano e nas relações entre as pessoas, principalmente dos diferentes setores urbanos e com aqueles que vêm de fora. Vale ratificar que esse isolamento está relacionado à localização e é relativo, pois é possível afirmar que o município não deixa de estar vinculado à economia global, à *internet*, enfim, aos indicativos que remetem ao fenômeno da globalização.

Após a realização dos procedimentos metodológicos que culminaram na escolha das duas pequenas cidades, optou-se por iniciar os trabalhos primeiramente em Nova Tebas. Isso porque, dentro do contexto norteador representado pelos dados secundários, ela apresentava, aparentemente, os problemas mais graves, sendo, inclusive, o segundo município com maior taxa de homicídios no Brasil.

O isolamento geográfico do núcleo urbano de Nova Tebas não é justificável apenas pela movimentação do relevo. Existe uma dificuldade em ir até a cidade, uma vez que o transporte rodoviário é parcialmente realizado por uma única empresa: Expresso Nordeste. Ela tem como principal ponto de embarque/desembarque um bar no distrito de Catuporanga, como mostra a Figura 9, localizado às margens da BR-487, a quase dez quilômetros da sede do município.

Assim, a ida ao distrito sede quase sempre depende da utilização de dois ônibus, com horários que não facilitam o acesso. Por isso, muitas pessoas vão do distrito do Catuporanga até Nova Tebas caminhando pela BR-485 e pela PR-845 ou por estradas rurais do município. O mesmo ocorre do trajeto entre o distrito sede e o do Poema. A Figura 10 apresenta o trevo de acesso entre as rodovias citadas.



Figura 9. Nova Tebas (PR). Ponto do Expresso Nordeste, no distrito do Catuporanga
Fonte: Fernandes, P. H. C. – 2011



Figura 10. Nova Tebas (PR). Trevo entre a BR-485 e a PR-845
Fonte: Fernandes, P. H. C. – 2011

Partindo disso, a Tabela 17 sistematiza as linhas, os horários, os dias da semana e os valores do transporte rodoviário, tomando como ponto final o município de Nova Tebas. Inicialmente, independentemente do ponto de partida, as pessoas devem ir a Campo Mourão, Pitanga ou Guarapuava.

Tabela 17. Nova Tebas (PR). Trechos, períodos, horários e valores do transporte rodoviário da Expresso Nordeste

LINHA PITANGA – ALVORADA (POEMA)			
<i>Trecho</i>	<i>Periodicidade</i>	<i>Horários</i>	<i>Valor</i>
Pitanga – Nova Tebas	Segunda a sexta	12h30min	R\$ 9,89
	Sábado	15h20min	R\$ 9,89
LINHA GUARAPUAVA – CAMPO MOURÃO			
<i>Trecho</i>	<i>Periodicidade</i>	<i>Horários</i>	<i>Valor</i>
Campo Mourão – Catuporanga	Diariamente	7h00min 14h30min 19h00min	R\$ 15,07
Guarapuava – Catuporanga	Diariamente	7h00min 16h30min	R\$ 23,56
Pitanga – Catuporanga	Diariamente	8h50min 12h30min ¹ 15h20min ² 15h50min 17h55min	R\$ 7,65
LINHA CATUPORANGA – ALVORADA (POEMA)			
<i>Trecho</i>	<i>Periodicidade</i>	<i>Horários</i>	<i>Valor</i>
Catuporanga – Nova Tebas	Segunda a sexta	13h30min	R\$ 2,24
		15h20min	R\$ 2,24
16h45min		R\$ 1,95	
	Sábado	16h10min	R\$ 4,97
		16h45min	R\$ 1,95

Nota: ¹ menos aos domingos e ² somente aos sábados

Fonte: Expresso Nordeste (2011)

Organização: Fernandes, P. H. C. – 2011

A única possibilidade de ir a Nova Tebas sem utilizar mais de um ônibus é saindo de Pitanga. Além disso, ele é disponibilizado em apenas um horário, de segunda a sábado. As demais possibilidades existentes passam pela utilização de dois serviços: um trecho até o distrito do Catuporanga e outro, desse distrito, até a sede do município. Esse trecho é executado apenas em três horários, de segunda a sexta-feira, e dois horários aos sábados.

Certamente, o acesso não é um fator positivo do município de Nova Tebas, tanto na ida à cidade como na circulação entre seus distritos. Ora, os serviços de transporte aos domingos são inexistentes. Essa situação é enfrentada diariamente pelos moradores dos distritos que, como se constatou, passam a reproduzir a situação, distanciando-se uns dos outros. Em resumo, as pessoas dos distritos do Catuporanga pouco têm contato com as do distrito sede e/ou do distrito do Poema e vice-versa.

Outra situação que reflete o isolamento do núcleo urbano de Nova Tebas é a existência de apenas uma entrada/saída pavimentada, pela PR-845, como mostra a Figura 11. Nessa figura destacam-se, além do próprio isolamento da rodovia, a composição de faixas simples e a ausência de acostamento. Finalmente, quanto ao isolamento, tem-se uma situação confusa com relação à transmissão da telefonia móvel: há três sinais de área diferentes no território município, ou seja, PR-42 (oficial), PR-43 e PR-44.

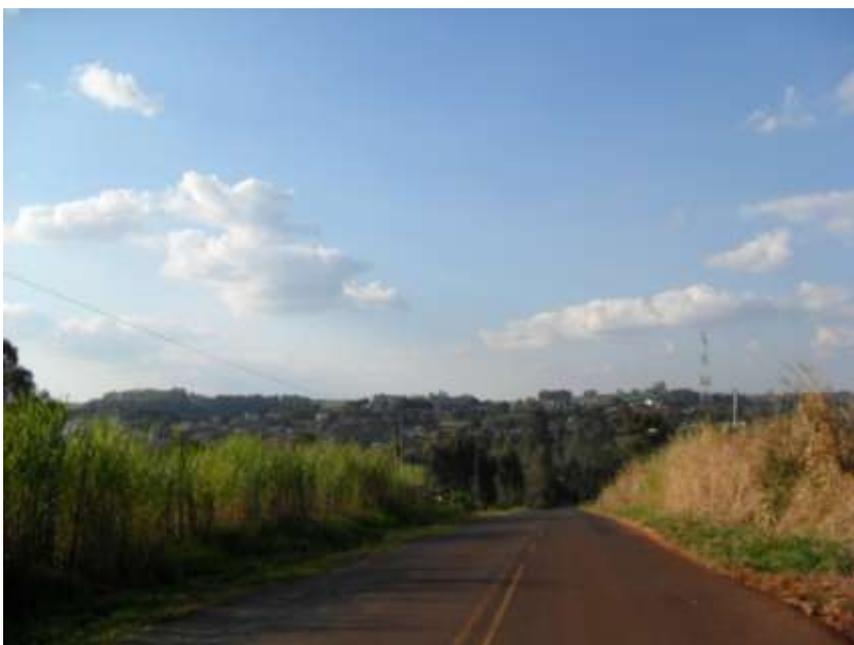


Figura 11. Nova Tebas (PR). Única entrada/saída da cidade, pela PR-845
Fonte: Fernandes, P. H. C. – 2011

A chegada a Nova Tebas, no meio da tarde de sábado, revelou uma cidade praticamente vazia, sossegada e silenciosa, como se o tempo passasse em câmera lenta. Essa primeira impressão é diretamente influenciada pelo isolamento da cidade, uma vez que o barulho e o movimento da rodovia estão distantes.

Evidentemente, há uma sensação de que não se tem para onde correr em caso de algum eventual problema. Já a chegada da noite revela uma cidade muito escura, devido à péssima iluminação pública, além de barulhenta, principalmente nos finais de semana, quando há maior movimentação de pessoas nas ruas e nos bares. Por exemplo, durante a noite de sábado para domingo em que se realizou o trabalho empírico, pelo menos quatro bombas de fabricação caseira estouraram na principal avenida da cidade e discussões foram ouvidas em bares próximos ao hotel,

fatos que, segundo alguns moradores, podem ser considerados “normais” na madrugada local dos finais de semana.

A realização do trabalho empírico em Nova Tebas e nos distritos ocorreu sem dificuldades, exceto pelo desinteresse de alguns moradores, principalmente do Poema, que se recusaram a participar das entrevistas. Houve contribuição do poder público local com dados, informações, mapas e entrevistas.

A cidade de Florestópolis não enfrenta problema quanto ao isolamento, pois é cortada por uma rodovia muito movimentada que liga a cidade de Londrina a Porecatu, sede de microrregião, e ao interior do Estado de São Paulo. Entretanto, como ocorre em muitas outras pequenas cidades, ela também está vulnerável às quadrilhas especializadas que facilmente fecham as entradas/saídas das cidades, para praticarem roubos a agências bancárias e/ou lotéricas. A Figura 12 apresenta a principal entrada/saída da área urbana, entre as três existentes.



Figura 12. Florestópolis (PR). Entrada da cidade e trevo da PR-170 e PR-537
Fonte: Fernandes, P. H. C. – 2011

Quanto ao assunto, vale recordar que 7% das notícias encontradas e abordadas na parte anterior, no período de 2001 a 2011, mencionavam roubos, furtos, explosões ou arrombamentos em agências bancárias ou lotéricas de cidades pequenas, como Itaguajé, Itambé, Alto Paraná, Nossa Senhora das Graças, Ourizona, Santo Inácio, etc. Em Ortigueira, município de 23,3 mil habitantes, sendo 9,5 mil na área urbana (IBGE, 2010), no dia 11 de agosto de 2007, uma quadrilha

fechou o acesso à cidade e roubou três agências bancárias. Já em Atalaia, município de 3,9 mil habitantes (IBGE, 2010), sendo 85% na área urbana, uma mesma agência foi assaltada duas vezes em cinco meses: 18 de março de 2006 e 9 de agosto de 2006. A notícia mais recente, dentro do período selecionado para o levantamento, foi a tentativa de explosão a um caixa eletrônico em São Jorge do Ivaí, município de 5,5 mil habitantes (IBGE, 2010).

O acesso à cidade, utilizando o transporte rodoviário, ocorre por meio de duas empresas: Viação Ouro Branco e Princesa do Norte. A Figura 13 apresenta o terminal rodoviário de Florestópolis e a Tabela 18 demonstra as linhas, os horários, os dias da semana e os valores do transporte rodoviário. A Viação Ouro Branco faz a ligação de Florestópolis, por meio da linha Londrina – Itaguajé, com outras cidades da região, como Porecatu, Prado Ferreira, Miraselva, Jaguapitã, Centenário do Sul, Cafeara e Londrina. Em qualquer um dos pontos de parada, é possível comprar passagem para Florestópolis. Já a Princesa do Norte inseriu a cidade na linha interestadual Maringá (PR) a Marília (SP), ligando-a ao interior de São Paulo.



Figura 13. Florestópolis (PR). Terminal rodoviário
Fonte: Fernandes, P. H. C. – 2011

Tabela 18. Florestópolis (PR). Trechos, períodos, horários e valores dos transportes rodoviários

VIAÇÃO OURO BRANCO			
Linha Londrina – Itaguajé			
<i>Trecho</i>	<i>Periodicidade</i>	<i>Horários</i>	<i>Valor</i>
Londrina – Florestópolis	Diariamente	6h00min 9h00min 14h00min 16h50min ¹ 18h30min	R\$ 18,63
Porecatu – Florestópolis	Diariamente	00h20min ¹ 05h30min ¹ 07h45min 11h40min 15h55min 20h25min	R\$2,59 R\$3,16
VIAÇÃO PRINCESA DO NORTE			
Linha Maringá – Marília			
<i>Trecho</i>	<i>Periodicidade</i>	<i>Horários</i>	<i>Valor</i>
Maringá – Florestópolis	Diariamente	8h00min 15h00min	R\$ 16,00
Marília – Florestópolis	Diariamente	6h15min 13h40min	R\$ 35,06

Nota: ¹: menos aos domingos

Fonte: Viação Ouro Branco (2011) e Viação Princesa do Norte (2011)

Organização: Fernandes, P. H. C. – 2011

O núcleo urbano de Florestópolis é muito movimentado, principalmente nos períodos em que não há o corte da safra da cana-de-açúcar, como no período em que foi realizado o trabalho de campo. Assim, os moradores, em sua maioria cortadores de cana-de-açúcar, devido à falta de trabalho, já que ele é sazonal, ficam em suas casas, nas ruas e nas praças. Por isso, a cidade, durante o dia, se mostra extremamente barulhenta.

Antagonicamente a Nova Tebas, durante a noite o barulho cessa. A ausência de espaços lúdicos e de consumo faz com que poucas pessoas caminhem pelas ruas, que acabam por se tornarem desertas e escuras, já que a iluminação pública, quando existente, é péssima. Então, o movimento torna-se exclusivo das margens do trecho urbano da rodovia PR-170.

Diferentemente de Nova Tebas, o trabalho de campo em Florestópolis foi complicado, principalmente por dois motivos: primeiro, porque não houve apoio do

poder público local e sequer interesse do prefeito municipal, de seus assessores e da maioria dos vereadores em estabelecer contato com o pesquisador, excetuando-se alguns responsáveis por secretarias e um vereador; e, segundo, porque, em pelo menos dois bairros diferentes, houve ameaças, xingamentos e tentativas de intimidação enquanto se conversava e se aplicavam questionários aos moradores.

Na primeira situação, um grupo de adolescentes de no máximo 15 anos de idade proferiram palavrões e ofensas enquanto se caminhava por uma rua do bairro. Entre um termo e outro, eram utilizadas expressões do tipo “saí daqui”, “vai embora”, “você não é daqui” e “vagabundo”. No outro momento, enquanto se conversava com uma senhora, um rapaz de no máximo 20 anos se aproximou com o intuito de saber o teor do questionário; mesmo depois de tê-lo informado do que tratava o trabalho e de que não possuía vínculos políticos, ele sugeriu que o pesquisador saísse ou pedisse “permissão” ao “responsável pelo bairro” para continuar.

Em ambos os bairros que apresentaram empecilhos são cobrados “pedágios” após as 19 horas para entrar, segundo alguns moradores. O valor de tal “liberação” varia de acordo com o segmento de cada pessoa. Segundo um comerciante que vai a um desses bairros diariamente, é cobrado dele o valor de um real por dia para poder entrar no bairro e efetuar seu trabalho.

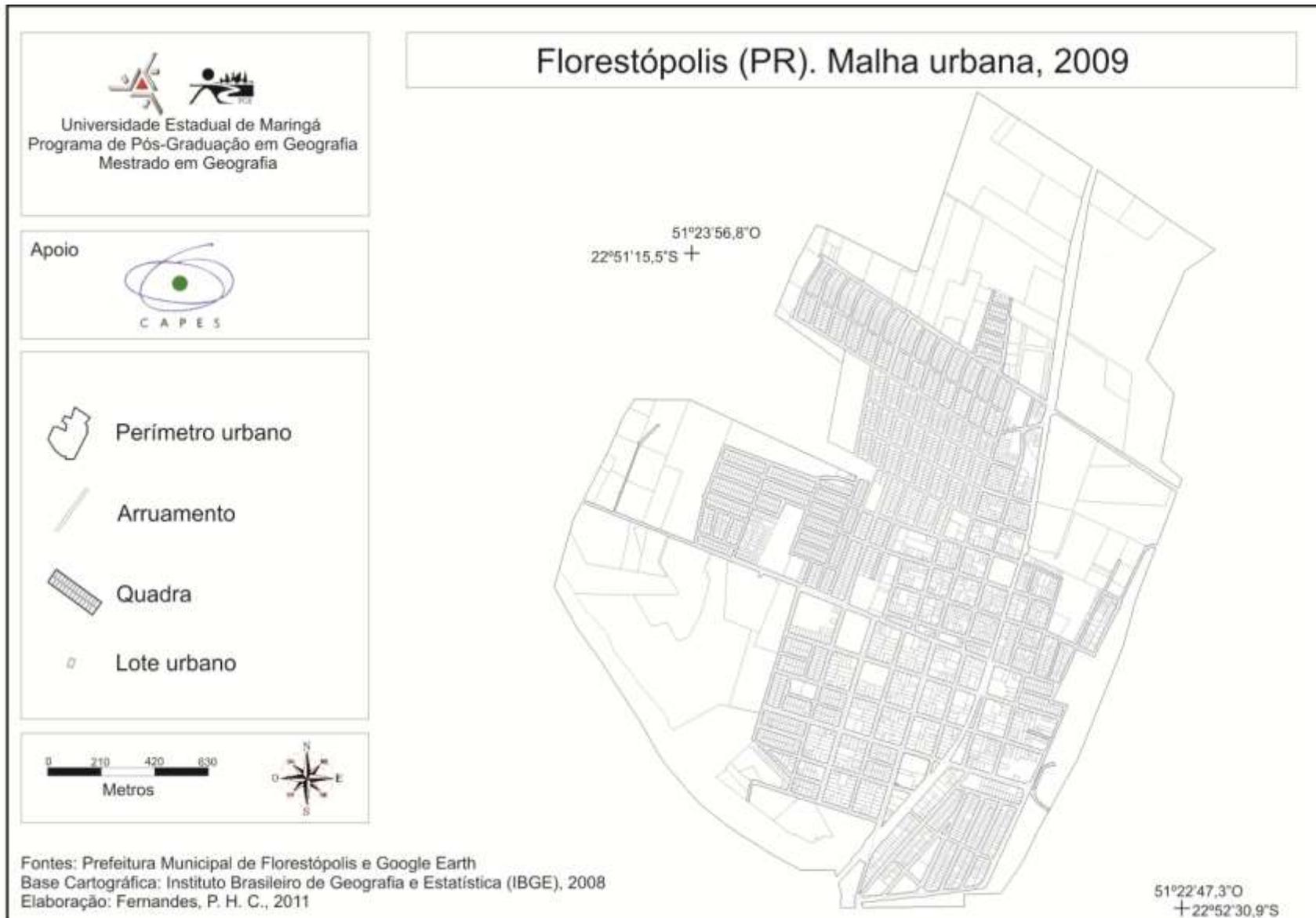
A Tabela 19 apresenta o relatório de serviços em Florestópolis e Nova Tebas. Nela consta uma breve descrição da situação de variados serviços que se julgam indispensáveis para o bem-estar social. O detalhamento de alguns desses itens é apresentado ao longo desta parte do trabalho. Muitos deles, utilizados diariamente, acabam nem sendo percebidos em cidades maiores. Contudo, em cidades pequenas, em que a oferta é escassa, a ausência ou presença de um deles não só faz diferença como também é notada pela população.

Em seguida, são apresentados os sítios urbanos das duas pequenas cidades do trabalho. O Mapa 13 apresenta a única área urbana do município de Florestópolis. Já os Mapas 14, 15 e 16 mostram os espaços urbanos do município de Nova Tebas. O primeiro diz respeito à sede do município (Nova Tebas); o segundo, à parte urbana do distrito do Catuporanga; e o terceiro, à do Poema.

Tabela 19. Florestópolis e Nova Tebas (PR). Relação de Serviços, 2011

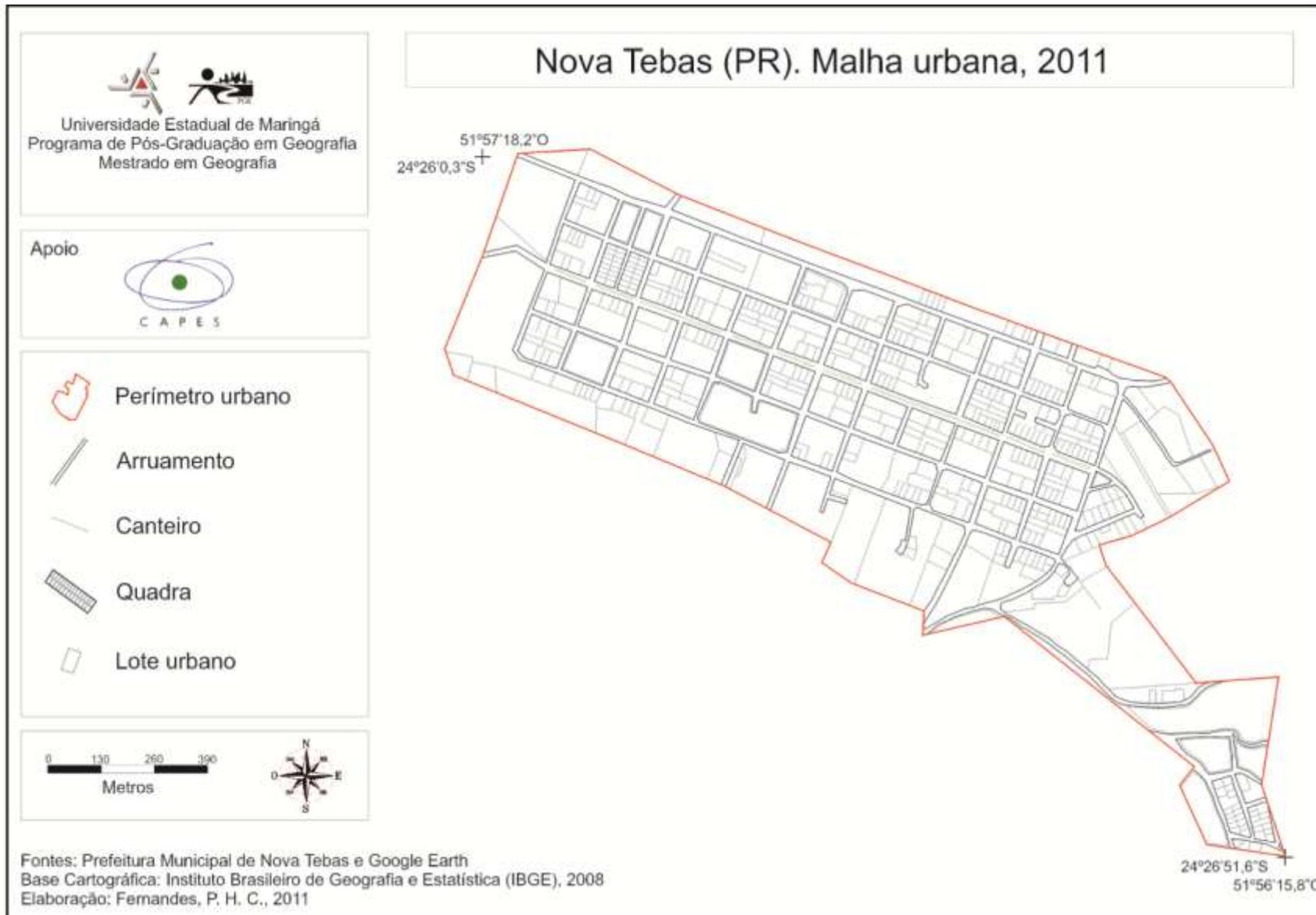
Serviços	Florestópolis	Nova Tebas
Bancos Lotéricas	Banco do Brasil, Itaú e lotérica	Banco do Brasil, Bradesco e lotérica
Biblioteca pública	Biblioteca comunitária	Biblioteca comunitária
Bombeiro	Não existe. Depende de Rolândia	Não existe. Depende de Campo Mourão
Cemitério	Cemitério municipal praticamente lotado	Cinco unidades. No da sede não há mais espaço
Centros de recreação	Ginásio de esporte Estádio municipal	Ginásio de esporte
Correios	Sim	Sim
Delegacia Polícia Militar e Civil	Delegacia fechada Destacamento de PM	Delegacia interditada Destacamento de PM
Distribuição de água	Sanepar – todo o município	Sanepar – todo o município
Escola	Três estaduais Quatro municipais	Quatro estaduais Sete municipais
Hospital	Sim. Em situação precária	Sim. Em situação razoável
Iluminação pública	Copel. Há pouca iluminação pública	Copel. Há pouca iluminação pública
Cartórios e serviços estaduais ou federais	Cartório	Cartório
Ruas asfaltadas	90% da cidade	Apenas uma avenida e 10% com cascalho
Saneamento básico/esgoto	Não	Não
Transportes públicos	Não. Apenas o escolar e o de saúde	Não. Apenas o escolar e o de saúde
Rodoviária	Sim	Não. Apenas um ponto na rodovia/Catuporanga
Unidade Básica de Saúde (USB)	Quadro unidades	Duas: uma em cada distrito
Serviços funerários	Dois serviços privados	Dois serviços privados
Comunicação (rádio, TV, internet e celular)	Rádio comunitária Antenas de celular	Rádio comunitária Antenas de celular
IML	Não, depende de Londrina.	Não, depende de Guarapuava
Fórum	Não, depende de Porecatu	Não, depende de Manoel Ribas

Fonte: Trabalho empírico – 2011
Organização: Fernandes, P. H. C. – 2011

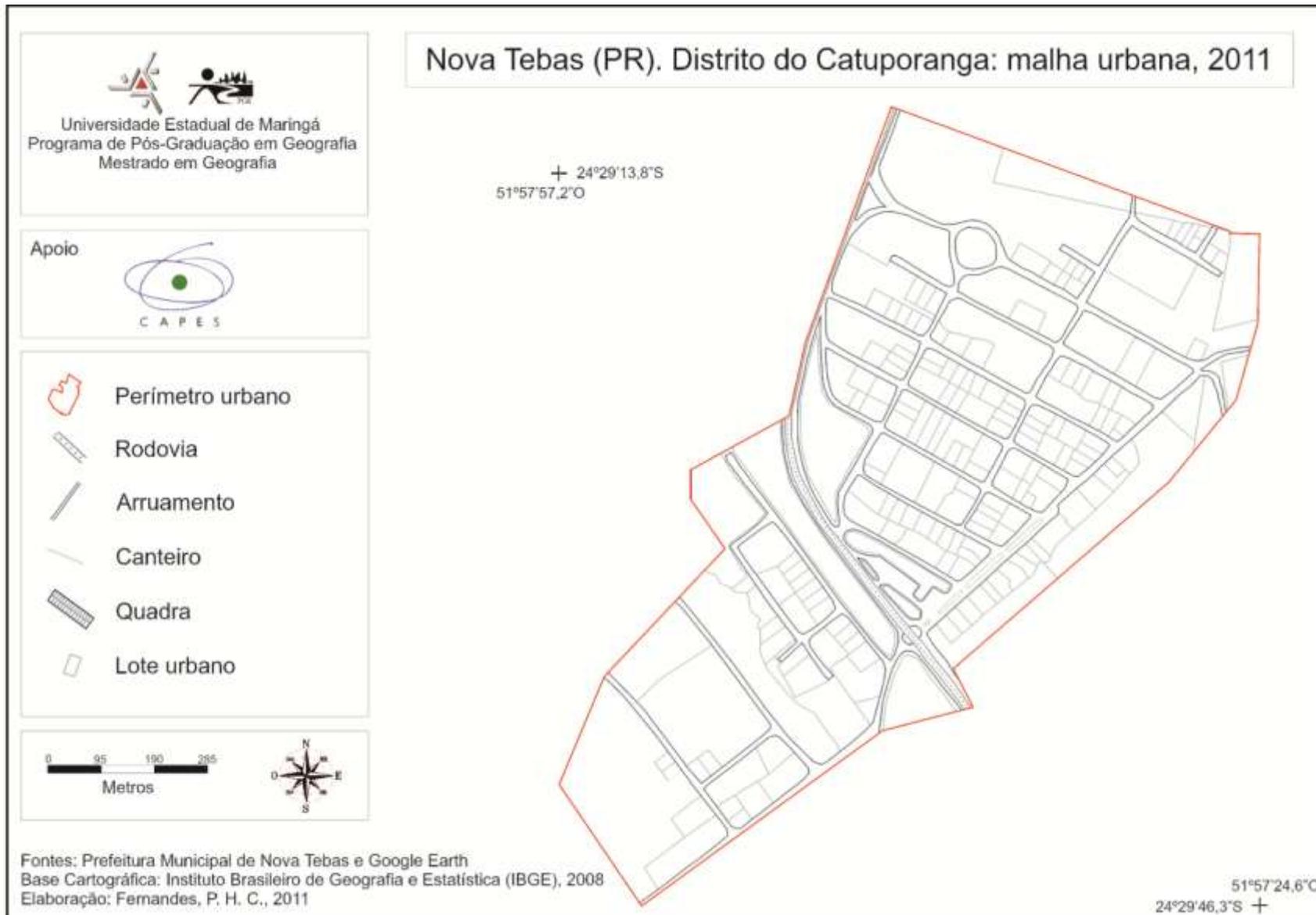


Mapa 13. Florestópolis (PR). Malha urbana, 2009

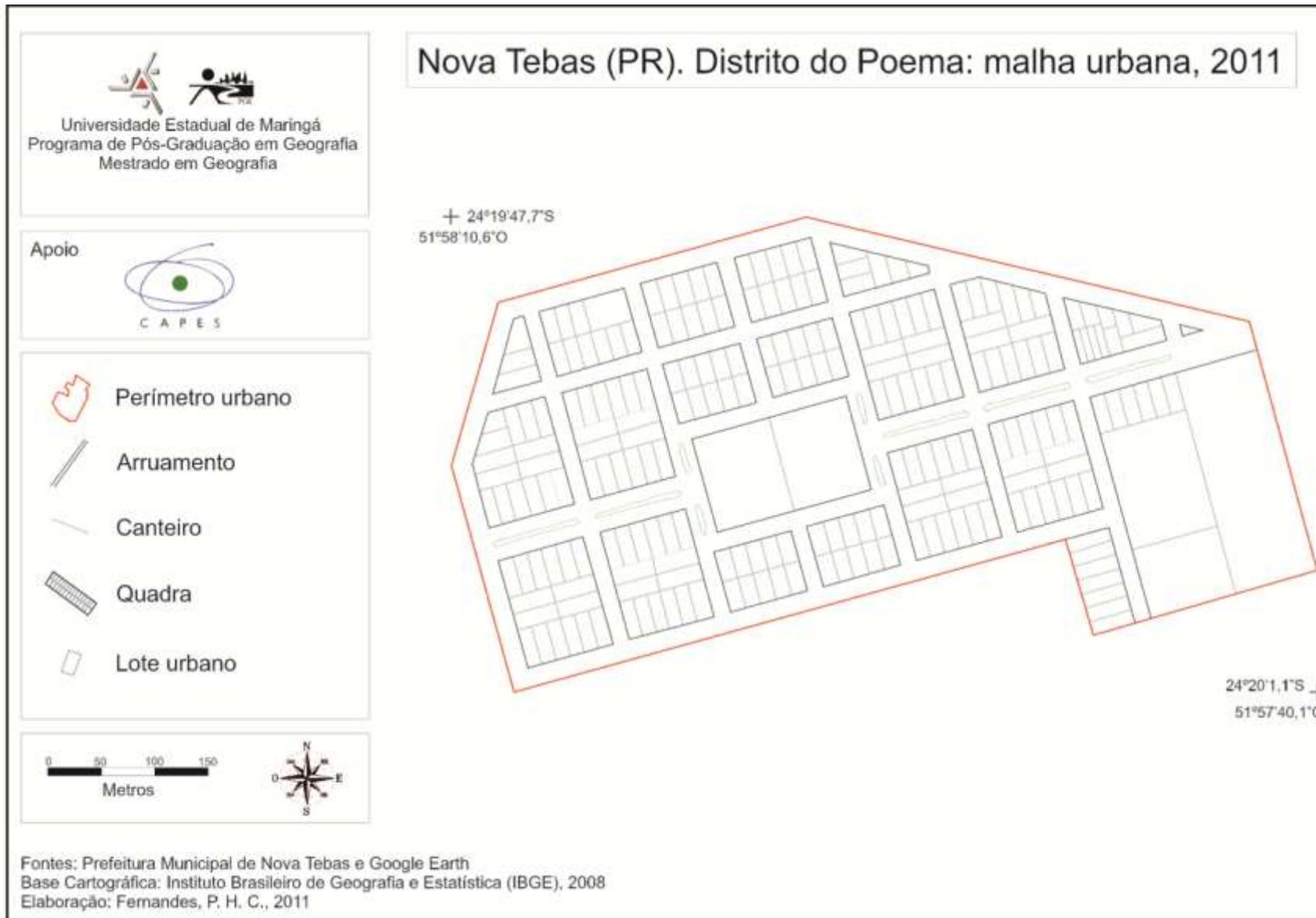
Fonte: Prefeitura Municipal de Florestópolis – Elaboração: Fernandes, P. H. C. – 2011



Mapa 14. Nova Tebas (PR). Sede do município: malha urbana, 2011
Fonte: Prefeitura Municipal de Nova Tebas – Elaboração: Fernandes, P. H. C. – 2011



Mapa 15. Nova Tebas (PR). Distrito do Catuporanga: malha urbana, 2011
Fonte: Prefeitura Municipal de Nova Tebas – Elaboração: Fernandes, P. H. C. – 2011



Mapa 16. Nova Tebas (PR). Distrito do Poema: malha urbana, 2011
Fonte: Prefeitura Municipal de Nova Tebas – Elaboração: Fernandes, P. H. C. – 2011

Em seguida estão dados levantados e tabulados nos questionários aplicados nas duas pequenas cidades. Os modelos dos questionários, as faixas etárias, e os representantes e gestores públicos estão descritos no apêndice metodológico. Os pontos iniciais referem-se ao perfil dos moradores respondentes. Portanto, a Tabela 20 apresenta a proporção, por local de nascimento, dos respondentes em Florestópolis e Nova Tebas.

Tabela 20. Florestópolis e Nova Tebas (PR). “Local de nascimento?”

Florestópolis		Nova Tebas	
Localidade	%	Localidade	%
Florestópolis	43,2	Nova Tebas	41,2
Porecatu	11,0	Municípios do PR	22,5
São Paulo	6,8	Pitanga	11,3
Municípios de SP	5,9	Campo Mourão	5,0
Bela Vista do Paraíso	5,1	Manoel Ribas	3,8
Londrina	5,1	Municípios de MG	3,8
Centenário do Sul	4,2	Municípios de SC	3,8
Municípios do PR	4,2	Reserva	2,5
Municípios da BA	3,4	Janiópolis	2,5
Miraselva	2,6	Municípios do ES	1,2
Municípios de MG	2,6	Municípios de RS	1,2
Municípios de SE	2,6	Municípios de SP	1,2
Sertanópolis	1,7		
Municípios do CE	0,8		
Municípios do MT	0,8		

Nota: Tabulam-se apenas os municípios citados mais de uma vez. Aqueles com uma citação são inseridos no contexto estadual

Fonte: Trabalho empírico – 2011

Organização: Fernandes, P. H. C. – 2011

Em ambos, mais de 40% dos respondentes nasceram no próprio município. Esse valor passa os 50% se considerar aqueles que nasceram no município em que houve o desmembramento. Em Florestópolis, mais de 12% dos respondentes nasceram no Estado de São Paulo, inclusive jovens, mostrando a grande influência – incentivada pela proximidade da divisa estadual – que aquele Estado desempenha na região. Já em Nova Tebas, o mesmo percentual de 12% corresponde à soma de todos os que nasceram fora do Estado do Paraná.

Ainda que neste trabalho os objetivos estejam relacionados a mostrar os problemas, principalmente quanto à insegurança e à sociabilidade, as cidades pequenas apresentam pontos positivos. Assim, a Tabela 21 destaca o que as pessoas mais gostam em Florestópolis e Nova Tebas e a proporção de citações. A questão aberta pediu que o respondente apontasse três pontos positivos, contudo deixava-o livre para fazer qualquer comentário. Em Florestópolis foram 183 respostas, enquanto em Nova Tebas houve 130 citações. Em ambas, coincidentemente, a média de respostas, por respondente, foi de 1,6, quase metade das três propostas pela questão.

Tabela 21. Florestópolis e Nova Tebas (PR). “Três coisas que mais gosta na cidade?”

Florestópolis		Nova Tebas	
Expressão	%	Expressão	%
Pessoas se conhecem/amigos	31,6	Natureza/clima/relevo	24,6
Pertencimento ao local/costume	24,5	Pessoas se conhecem/amigos	24,6
Acesso fácil/tudo perto	13,6	Tranquilidade/sem correria	17,7
Nada	10,3	Pertencimento ao local/costume	8,5
Tranquilidade	7,7	Nada	7,7
Emprego	2,7	Escola	4,6
Igreja	2,7	Ginásio de esportes	4,6
Praça	1,6	Acesso fácil/tudo perto	2,3
Natureza/clima	1,1	Igreja	2,3
Água	0,6	Emprego	1,5
Biblioteca	0,6	Localização geográfica	0,8
Localização	0,6	Segurança	0,8
Polícia Militar	0,6		
Prefeito	0,6		
Projetos públicos	0,6		
Tudo	0,6		

Fonte: Trabalho empírico – 2011
Organização: Fernandes, P. H. C. – 2011

No município de Florestópolis, 70% das respostas estão relacionadas ao fato de as pessoas se conhecerem, aos amigos, ao/à costume/família de residir na localidade/pertencimento com o espaço e à facilidade de morar em uma cidade pequena, onde tudo é relativamente perto. Algumas respostas foram curiosas, como o emprego, com 2,7%, a praça, com 1,6% e a água, o prefeito e a polícia, com 0,6%

cada uma. Pouco mais de 10% das respostas tiveram como afirmação a palavra “nada”.

Já em Nova Tebas, quase 70% das respostas estão relacionadas ao fato de as pessoas se conhecerem/aos amigos, à natureza, ao clima ou relevo (Figura 14) e à tranquilidade/cidade parada; outras respostas chamaram a atenção, como o ginásio de esporte (4,6%), a igreja (2,3%) e o emprego (1,5%). Curiosamente, a segurança e a localização geográfica foram lembradas uma vez cada. Já a expressão “nada” foi dez vezes citada (7,7%).

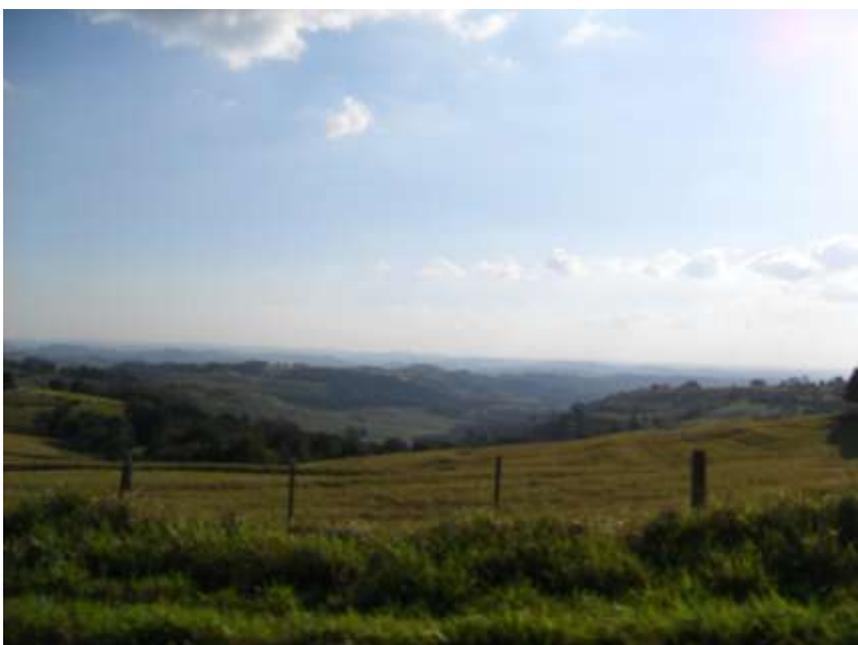


Figura 14. Nova Tebas (PR). Paisagem do município
Fonte: Fernandes, P. H. C. – 2011

A tranquilidade citada pelas pessoas não diz respeito à presença efetiva da segurança. Segundo Endlich (2006, p. 385), ela está relacionada ao “ritmo da vida urbana”. Assim, de acordo com esta autora, o apontamento da tranquilidade é associado a uma comparação ao modo de vida metropolitana, como a agitação, o barulho e os automóveis.

Antagonicamente aos pontos positivos, as citações quase dobraram em ambas as pequenas cidades ao serem questionados os pontos que faltam em cada uma delas. A Tabela 22 apresenta as citações, por proporcionalidade. Em Florestópolis, foram 258 citações, uma média de 2,2 respostas por entrevistado (aumento de 41% em relação à média de citações dos pontos positivos). Os setores de segurança, saúde e emprego representam quase 70% das respostas;

necessidades de lazer, cultura, asfalto, educação, ensino superior, entre outros setores, também foram lembrados. Em Nova Tebas, houve uma quantidade maior de setores lembrados: 17 contra os 12 da cidade anterior. As respostas seguiram a faixa etária, ou seja, as principais necessidades de cada grupo, naquele momento. Foram 233 respostas, correspondendo, assim, a uma média de 2,9 citações por morador participante da entrevista. Comparado-as com as citações dos pontos positivos da cidade, houve um aumento de 79%.

Tabela 22. Florestópolis e Nova Tebas (PR). “Três coisas que faltam na cidade?”

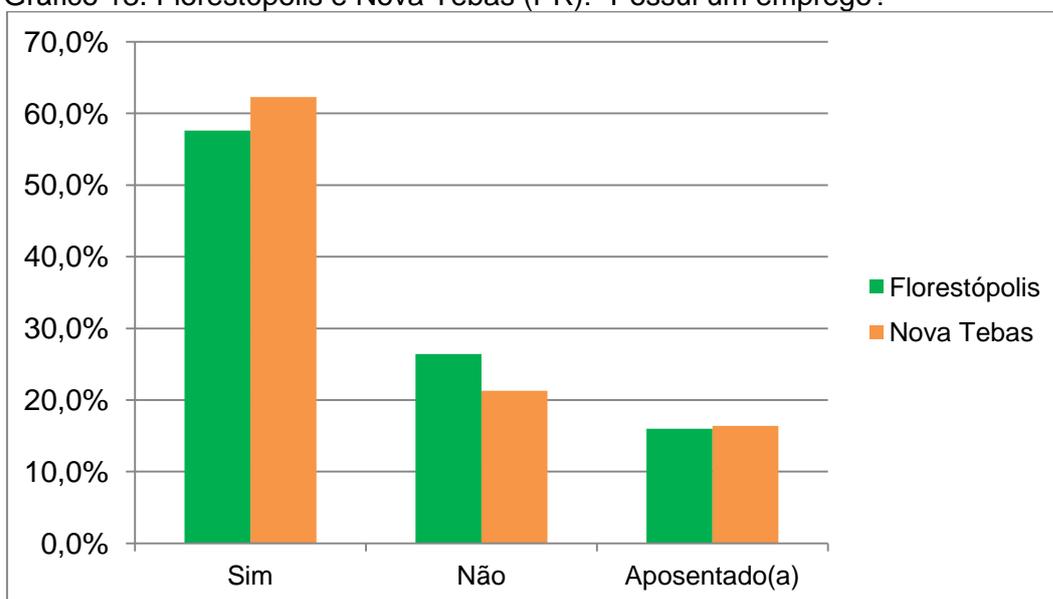
Florestópolis		Nova Tebas	
Expressão	%	Expressão	%
Segurança pública	25,6	Emprego	18,5
Saúde/médico/hospital/USB	21,0	Asfalto	16,8
Emprego	21,3	Cultura/lazer	15,9
Cultura/lazer	13,9	Saúde/médico/hospital/USB	13,7
Educação/ensino superior/curso	6,6	Educação/ensino superior/curso	6,4
Saneamento básico	5,0	Saneamento básico	4,7
Asfalto	3,1	Muitas coisas/bastante	4,3
Políticos honestos	1,1	Transporte público aos distritos	3,5
Habitação	0,8	Infraestrutura	3,0
Nada	0,8	Serviços	3,0
Policiais honestos	0,4	Segurança pública	2,6
Serviços	0,4	Políticos honestos	2,2
		Nada	1,5
		Praça pública	1,5
		Incentivo ao agricultor	1,4
		Iluminação pública	0,5
		Trevo de entrada da cidade	0,5

Fonte: Trabalho empírico – 2011
Organização: Fernandes, P. H. C. – 2011

A primeira característica que se destaca é o emprego. Ele é imprescindível para uma boa condição de vida local. A renda, importante para a sobrevivência, e o consumo consciente não são as únicas justificativas para a busca pela colocação no mercado de trabalho. A reflexão vai além desse contexto. O emprego está associado à dignidade, ao amadurecimento, à conquista, à luta, à batalha, à sociabilidade, entre outros fatores, que, somados, ajudam na consolidação do homem como ser humano.

No Brasil, a legislação trabalhista proíbe o trabalho para menores de 18 anos de idade em condições perigosas ou insalubres. São permitidos os cargos técnicos e/ou administrativos, sendo, no máximo, seis horas diárias de jornada de trabalho. Esse programa é denominado “menor aprendiz” e é direcionado aos jovens de 16 a 18 anos; maiores de 14 anos também podem participar (BRASIL, 1990). Partindo disso, o Gráfico 13 apresenta a realidade dos respondentes de Florestópolis e Nova Tebas, excluindo-se aqueles menores de 18 anos.

Gráfico 13. Florestópolis e Nova Tebas (PR). “Possui um emprego?”

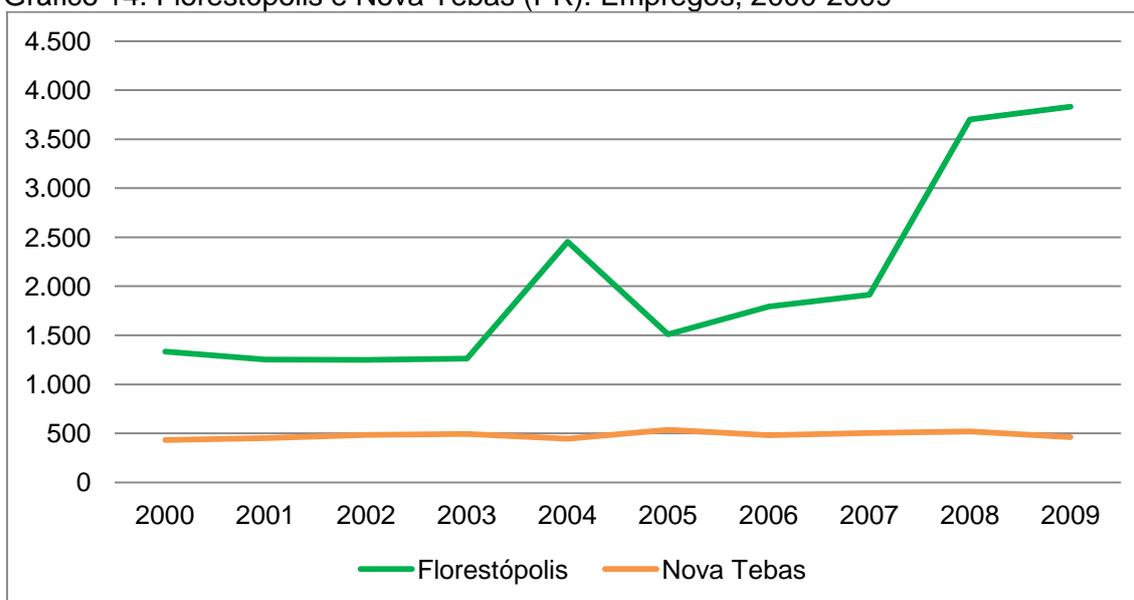


Fonte: Trabalho empírico – 2011
Organização: Fernandes, P. H. C. – 2011

Apesar de o “emprego” ser o mais lembrado pelos moradores de Nova Tebas, mais de 60% dos respondentes declararam-se empregados. Apesar disso, em ambos os municípios a taxa de desocupados é considerada alta: mais de 20% em cada um dos dois municípios.

Os levantamentos estatísticos das taxas de desemprego são realizados apenas em algumas regiões metropolitanas brasileiras. Partindo disso, há uma deficiência metodológica. Portanto, utilizam-se dados quantitativos de empregos disponíveis no município e a População Economicamente Ativa (PEA), com a finalidade de tentar encontrar o *superávit* ou *déficit* de empregos. O Gráfico 14 apresenta a quantidade no número de empregos, 2000 a 2010, e a PEA (2000), em Florestópolis e Nova Tebas.

Gráfico 14. Florestópolis e Nova Tebas (PR). Empregos, 2000-2009



Fonte: Ipardes (2011)/Rais
Organização: Fernandes, P. H. C. – 2011

No município de Florestópolis houve um aumento de 187% no número de empregos no período de 2000 a 2009. Na verdade, o grande salto ocorreu a partir de 2007 com a ampliação da usina⁵⁶ de cana-de-açúcar na área do município (Figura 15). Considerando que a PEA, em 2000, era de 5.544, haveria um *déficit* de emprego de 1.713 vagas, ou quase 31% da população ativa. Já no município de Nova Tebas, a realidade é pior: a quantidade de empregos se manteve praticamente estável em quase uma década: aumento de 7% no período. Considerando que a PEA municipal é de 4.076 e os empregos somam 462, supõe-se que 88% da população ativa encontra-se sem emprego fixo. Portanto, confrontando os resultados, pressupõe-se que em ambas há uma alta taxa de pessoas na informalidade.

Além do emprego existe, associado a ele, a questão da renda. Levando em consideração as pessoas empregadas e/ou aposentadas, tem-se a seguinte realidade salarial: em Florestópolis, 50% recebem até um salário mínimo (R\$ 545,00, em março/2011), 29,2% ganham entre um e cinco salários (R\$ 545,01 a R\$ 2.725,00), enquanto 7,6% recebem mais de cinco salários mínimos. Já em Nova Tebas, 51% recebem, no máximo, um salário mínimo, enquanto 31,4% recebem de um a cinco salários e 17,6% somam mais de cinco salários mínimos. O curioso é

⁵⁶ No começo do mês de setembro de 2010 o Grupo Alto Alegre, uma das principais companhias sucroalcooleiras do Brasil, comprou a Cofercatu de Florestópolis, por 182 milhões de reais.

que, em ambos os municípios, apenas os representantes ou gestores públicos declararam receber mais de R\$ 2.725,00 de salário.

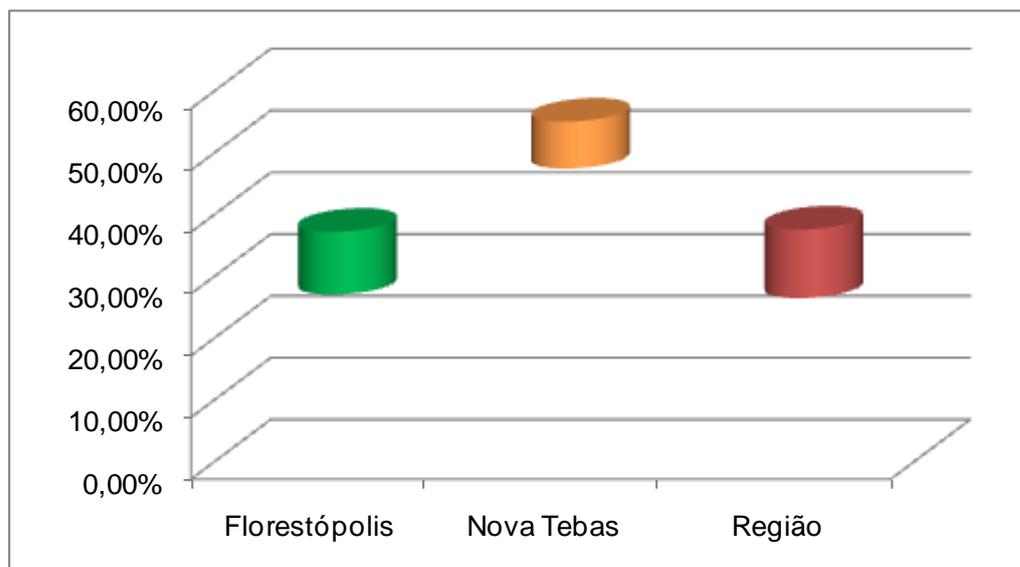


Figura 15. Florestópolis (PR). Usina: setor responsável por mais de 70% dos empregos
Fonte: Fernandes, P. H. C. – 2011

Partindo disso, nos dois municípios pesquisados, as taxas de pobreza são preocupantes. O Gráfico 15 apresenta a variação entre a taxa de pobreza (valor mínimo) e a de intensidade de pobreza (valor máximo), em 2000, nos municípios de Florestópolis e Nova Tebas e na Mesorregião Norte Central paranaense. A taxa de pobreza corresponde à porcentagem de famílias que têm a renda familiar menor que $\frac{1}{2}$ salário mínimo (R\$ 272,50 em março/2011); já a intensidade de pobreza é a porcentagem máxima de famílias que podem estar nessa situação.

Em Nova Tebas, 37% das famílias estavam em situação de pobreza, podendo chegar a quase 55% de intensidade, o que corresponde a mais da metade das famílias do município. Já em Florestópolis, quase um terço das famílias estava, em 2000, em situação de pobreza, podendo chegar quase à metade delas na intensidade. Para efeito de comparação, a Mesorregião Norte Central paranaense tem dados parecidos com os do município de Florestópolis: cerca de 20% das famílias estão em situação de pobreza e pouco mais de 30% podem chegar ao grau de intensidade de pobreza.

Gráfico 15. Florestópolis e Nova Tebas (PR). Variação entre a taxa e a intensidade de pobreza, 2000



Fonte: Ipardes (2011)/IBGE (2000)
Organização: Fernandes, P. H. C. – 2011

Em 2006, no trabalho intitulado *Os vários Paranás*, o Ipardes (2006) classificou o município de Nova Tebas “com indicadores sociais entre os 10% mais críticos do Paraná”. Na realidade, o município de Nova Tebas está inserido numa região em que seu contexto é classificado como uma área do Estado socialmente crítica.

As espacialidades socialmente críticas são compostas por “municípios sem indicadores econômicos de relevância, densidade ou concentração e com nítida precariedade social” (IPARDES, 2006, p. 14). A classificação do Ipardes utilizou diversos parâmetros e dados estatísticos, como de saúde, demografia, educação, renda, moradia, entre outros indicadores. Com esses dados, foram considerados como localidades críticas aquelas que tiveram maior incidência entre os 10% (39 municípios) com piores indicadores. Assim, cada vez que um município estava entre os 10% com piores resultados em cada indicador específico, era somada a ele uma ocorrência. Dos 399 municípios, dois tiveram dez incidências em 16 indicadores: Doutor Ulysses e Laranjal. O município de Nova Tebas apareceu com cinco a oito incidências entre o universo de indicadores.

A Figura 16 apresenta uma zona de pobreza na porção sul do núcleo urbano de Nova Tebas. Essa imagem se repete no nordeste e no oeste da área urbana,

inclusive nos distritos, como mostra a Figura 17, do Catuporanga. A Figura 18 reflete a realidade de quase todos os moradores do patrimônio de Bela Vista.



Figura 16. Nova Tebas (PR). Zona de pobreza
Fonte: Fernandes, P. H. C. – 2011



Figura 17. Nova Tebas (PR). Distrito do Catuporanga: ponto de pobreza
Fonte: Fernandes, P. H. C. – 2011



Figura 18. Nova Tebas (PR). Patrimônio de Bela Vista: realidade local
Fonte: Fernandes, P. H. C. – 2011

Em Florestópolis, não foram encontrados pontos de pobreza como os apresentados anteriormente. A realidade mais complicada esta nas áreas de periferia, como mostra a Figura 19, que reflete a condição da região oeste da cidade. Apesar disso, as residências, nesse caso, são de alvenaria.



Figura 19. Florestópolis (PR). Periferia, no limite do perímetro urbano
Fonte: Fernandes, P. H. C. – 2011

As imagens apresentadas anteriormente refletem também a situação da malha asfáltica. Ou melhor, da ausência dela na paisagem urbana. Em Florestópolis, apenas 3,1% das citações de problemas da cidade se referiram à ausência de asfalto, como pode ser observado na figura anterior, que mostra uma das 15 ruas sem asfalto na área urbana. Elas estão quase todas nos limites do perímetro urbano, onde há uma confluência dele com o rural (cana-de-açúcar).

Já em Nova Tebas, a ausência de asfalto é predominante em quase todas as vias urbanas de circulação. Por isso, ele foi o segundo elemento mais mencionado pelos respondentes. Há asfalto apenas em algumas vias da sede, como a Avenida Brasília, a principal do núcleo urbano, apresentada na Figura 20, e vias comerciais, como a Rua Rui Barbosa, no distrito do Catuporanga, como pode ser observado na Figura 21. Entretanto, esse asfalto é antigo e apresenta muitos buracos e trechos danificados. Existem, também, cascalhos nas principais ruas do centro de Nova Tebas e dos dois distritos, o que representa, de acordo com a prefeitura, 10% das vias urbanas do município, inclusive a Avenida Ipiranga, refletida na Figura 22, principal via do distrito do Poema, onde estão alocados os poucos comércios e serviços existentes.



Figura 20. Nova Tebas (PR). Avenida Brasília: única pavimentada
Fonte: Fernandes, P. H. C. – 2011



Figura 21. Nova Tebas (PR). Distrito do Catuporanga: Rua Rui Barbosa
Fonte: Fernandes, P. H. C. – 2011



Figura 22. Nova Tebas (PR). Distrito do Poema: Avenida Ipiranga
Fonte: Fernandes, P. H. C. – 2011

Ora, o asfalto é parte da infraestrutura urbana. Na cidade de Nova Tebas, ele reflete a realidade do setor. A cidade carece muito de obras urbanas e serviços básicos, pontos lembrados em 6% das citações acerca dos problemas da cidade, entre os quais, destaca-se a habitação. Segundo a prefeitura de Florestópolis, o *déficit* de moradia na cidade é de 930 residências. Já em Nova Tebas, de acordo

com a prefeitura, apesar da construção de 30 unidades, como mostra a Figura 23, há um *déficit* de aproximadamente 300 moradias.



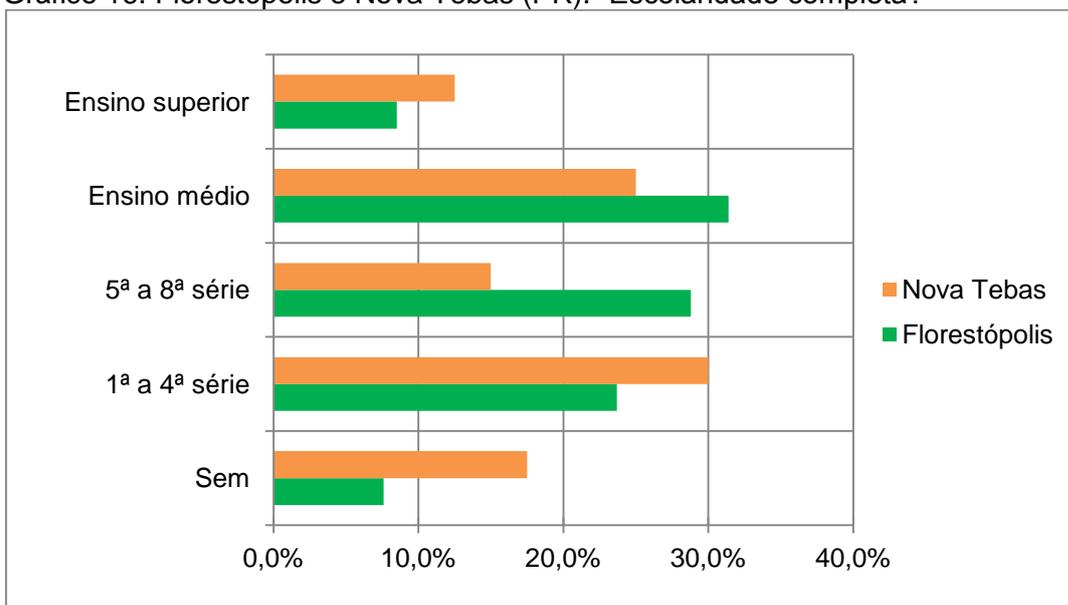
Figura 23. Nova Tebas (PR). Construção de 30 unidades de moradia
Fonte: Fernandes, P. H. C. – 2011

A educação é outro setor importante – e muitos o consideram como o principal – na questão social e humana. Nos dois municípios, as pessoas entrevistadas reclamaram da falta de atenção que o poder público destina a esse segmento. No Brasil, a tendência é municipalizar o ensino fundamental (1.º ao 9.º ano), contudo, atualmente, grande parcela dos municípios é responsável pelo ensino infantil e pelas séries iniciais do fundamental (1.ª a 4.ª série).

Entre as principais reclamações, estão: as ausências de vagas nas creches/escolas mais próximas; de transporte público; de professores e funcionários nas creches ou escolas; e de merenda escolar. Partindo do setor da educação, o Gráfico 16 apresenta o nível de escolaridade em Florestópolis e Nova Tebas.

Em Florestópolis, mais de 30% dos respondentes concluíram o ensino médio e representam a maior parcela da população entrevistada. Em contrapartida, em Nova Tebas, o maior extrato, com 30%, é daqueles que concluíram apenas até a 4.ª série do ensino fundamental. Somado os dois primeiros extratos (sem estudo e 1.ª a 4.ª série), Nova Tebas soma quase 50% das pessoas respondentes, contra 31% de Florestópolis. Quanto ao ensino superior, em Nova Tebas, mais de 12% o concluíram, enquanto em Florestópolis, o valor é menor que 9%.

Gráfico 16. Florestópolis e Nova Tebas (PR). “Escolaridade completa?”



Fonte: Trabalho empírico – 2011
Organização: Fernandes, P. H. C. – 2011

Além disso, os jovens se queixam da ausência de cursos técnicos e de ensino superior. Alguns optam por fazer um curso por meio do ensino à distância, uma vez que não têm como se manter em cidades maiores, onde existem faculdades e universidades. Em Nova Tebas, foi instalado, em 2006, um polo de ensino a distância da Universidade Aberta do Brasil (UAB), como mostra a Figura 24.



Figura 24. Nova Tebas (PR). Polo da Universidade Aberta do Brasil
Fonte: Fernandes, P. H. C. – 2011

Esse polo possui três cursos de graduação (Artes, Pedagogia e Administração) e quatro de pós-graduação, em nível de especialização (Saúde, Gestão pública, Gestão pública municipal e Educação no campo). Existem convênios com a UEM, a Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO) e a Universidade Federal do Paraná (UFPR). Esse polo atende às cidades da região e, em 2011, possuía cerca de 300 alunos.

Outra grande preocupação nos dois municípios são os dados de analfabetismo. O índice de analfabetismo, em porcentagem, divulgados pelo IBGE, considera apenas os analfabetos de 15 ou mais anos de idade. De acordo com os dados de 2000, o município de Florestópolis apresentava uma taxa de 17,5% e o de Nova Tebas, expressivos 24,1%. Ambos estão entre os 30 piores do Norte do Estado do Paraná, sendo que o de Nova Tebas é o quinto pior índice entre os 79 municípios que compõem a Mesorregião Norte Central paranaense.

Em cada uma das cidades foi encontrada a mesma construção na área da educação, como mostram as Figuras 25 e 26. Elas correspondem a uma unidade escolar de educação infantil, financiada pelo Governo Federal.



Figura 25. Florestópolis (PR). Construção da unidade escolar de ensino infantil
Fonte: Fernandes, P. H. C. – 2011



Figura 26. Nova Tebas (PR). Construção da unidade escolar de ensino infantil
Fonte: Fernandes, P. H. C. – 2011

Em Florestópolis, de acordo com as informações da placa colocada no local, a obra, iniciada em junho de 2010, deve custar 573 mil reais e sua entrega estava prevista para março de 2011. Contudo, as obras estão atrasadas. Em Nova Tebas, a obra foi avaliada em 1,14 milhões de reais e começou a ser construída no mesmo período da de Florestópolis, com previsão para terminar em fevereiro de 2011. Todavia, também há atraso nas obras.

Os serviços de saúde são entraves sociais nos dois municípios pesquisados. Em Florestópolis, ele foi o segundo setor mais comentado pelos moradores; já em Nova Tebas, o quarto. Nas duas cidades existe um hospital, além de quatro Unidades Básicas de Saúde (UBS) em Florestópolis e duas em Nova Tebas.

Em Florestópolis, a situação da saúde pública é extremamente grave, nem sequer os partos são realizados na cidade. O hospital local, apresentado na Figura 27, está parcialmente interditado e, segundo a prefeitura, em reformas. Ele tem função apenas de um posto de saúde, só que com atendimento 24 horas. No momento da visita, não havia nenhum médico no local.

Segundo os moradores da cidade, além da ausência de espaço físico, faltam médicos especializados, enfermeiros e materiais hospitalares. A Secretaria de Saúde, por meio de entrevista, reconheceu a existência de problemas no setor de infraestrutura, mas alegou que o quadro de profissionais é suficiente para a

demanda que, segundo o órgão público municipal, se aproxima de dois mil atendimentos por mês no município.



Figura 27. Florestópolis (PR). Hospital municipal
Fonte: Fernandes, P. H. C. – 2011

Uma prática muito comum na saúde municipal de cidades pequenas é o encaminhamento para uma cidade mais polarizadora. Segundo a Secretaria de Saúde de Florestópolis, são cerca de 180 pessoas encaminhadas por mês para os hospitais de Londrina, Rolândia, Arapongas e Cambé. Todos os dias, antes das cinco horas da manhã, sai um ônibus com pacientes para “serem atendidos” nos abarrotados hospitais públicos de Londrina.

De acordo com alguns moradores, a situação é tão caótica que se formam filas, antes das quatro horas da manhã, para conseguir lugar no ônibus. Além disso, existem diversos relatos de assaltos e furtos às pessoas que aguardam o transporte na madrugada. A situação das unidades básicas de saúde não foge ao contexto exposto. Na realidade, com uma ressalva: elas funcionam das 8h às 17h. Entretanto, foram encontradas unidades fechadas antes das 16h30min. A Figura 28 mostra uma unidade de saúde em um bairro de Florestópolis. O que chama a atenção nela é a faixa de campanha contra a violência que diz: “Quando nos calamos diante da violência, estamos escondendo a dura realidade e nos tornamos cúmplices disso”.



Figura 28. Florestópolis (PR). Unidade Básica de Saúde
Fonte: Fernandes, P. H. C. – 2011

Em Nova Tebas, a situação é um pouco melhor, mas não digna de exaltação. O hospital municipal está numa situação razoável. Nele são realizadas pequenas cirurgias, além da maternidade. A Figura 29 mostra o hospital municipal que atende 24 horas e realiza uma média de 750 a 950 atendimentos por mês. Contudo, ainda há ausência de médicos e atendimentos especializados.



Figura 29. Nova Tebas (PR). Hospital municipal
Fonte: Fernandes, P. H. C. – 2011

Segundo os moradores respondentes, o maior obstáculo na área da saúde de Nova Tebas são as unidades básicas de saúde. A Figura 30 mostra a do distrito do Catuporanga. No município são duas unidades, uma em casa distrito. Elas funcionam das 7h30min às 17h, mas ficam 90 minutos fechadas para o almoço. Além disso, os médicos atendem apenas meio período, por duas vezes na semana. Ou seja, as pessoas que residem nos distritos têm dias e horários da semana definidos para serem atendidos. Fora dele, deve-se procurar o hospital na sede do município. Entretanto, vale lembrar que, para os moradores mais simples, desprovidos de veículos particulares, o hospital da cidade está a dez quilômetros de distância.



Figura 30. Nova Tebas (PR). Unidade Básica de Saúde no distrito do Catuporanga
Fonte: Fernandes, P. H. C. – 2011

Entre as citações mais comentadas está a falta de lazer e de cultura nas duas pequenas cidades. Em Nova Tebas, literalmente, não há nenhum equipamento lúdico, como teatro, cinema e nem sequer uma praça pública. Existe apenas uma biblioteca comunitária cidadã. Ela é resultado de um programa do Governo Estadual para as pequenas cidades. A sua estrutura física, interna e externa, é idêntica em todas as unidades. Ela possui cerca de 2.500 livros, um salão comunitário e um telecentro com sete computadores conectados à *internet*. Entretanto, apesar da gratuidade do serviço cultural, é pouco aproveitado pela comunidade: em média,

uma a cinco pessoas, por semana, frequentam o espaço dos livros, e duas a três pessoas, por dia, utilizam o telecentro.

Logo, a efetiva concentração dos jovens de Nova Tebas ocorre em bares que funcionam até de madrugada. Já no período diurno, aqueles que não passam nos bares e na casa dos amigos ficam andando pelas ruas ou sentados nas calçadas. O único espaço considerado de lazer pelos respondentes é o ginásio de esportes da cidade, apresentado na Figura 31.



Figura 31. Nova Tebas (PR). Ginásio de esportes: única área lúdica
Fonte: Fernandes, P. H. C. – 2011

Em Florestópolis, não é diferente. Na cidade também foi instalada uma biblioteca cidadã. A Figura 32 apresenta o lado externo desse espaço. Nessa unidade, fundada no final de 2010, existem cerca de dois mil livros e dois telecentros, um para pesquisa e outro para estudo. Todavia, a frequência no local é pequena perto do porte do município. Sem considerar os alunos que são levados pelos professores para ter aula, frequentam o local, em média por semana, 15 pessoas da comunidade local.

A concentração, principalmente dos jovens, ocorre na praça da prefeitura, onde funcionam, durante as noites, alguns carrinhos de lanche e bares. A Figura 33 mostra parcialmente esse local. Na cidade também não existem cinemas ou teatros, e o incentivo à cultura é inexistente. Sendo assim, parte dos jovens, mais volúveis, passa a ter contato com a bebida alcoólica e a droga em vez da cultura.



Figura 32. Florestópolis (PR). Biblioteca cidadã
Fonte: Fernandes, P. H. C. – 2011



Figura 33. Florestópolis (PR). Praça da prefeitura
Fonte: Fernandes, P. H. C. – 2011

Para os respondentes do questionário, principalmente os jovens, os principais espaços de lazer são o estádio municipal, onde quase sempre há jogos de futebol, e o ginásio de esportes, sede das escolinhas de diversas modalidades esportivas. A Figura 34 apresenta o ginásio local.



Figura 34. Florestópolis (PR). Ginásio de esportes
Fonte: Fernandes, P. H. C. – 2011

Contudo, alguns espaços públicos, que foram construídos com a finalidade de propiciar entretenimento para a comunidade, principalmente aos jovens dos bairros, acabaram por virar pontos de tráfico e consumo de drogas e de bebidas alcoólicas. A Figura 35 e a Figura 36 apresentam dois desses espaços, cada qual em um ponto diferente da cidade de Florestópolis.



Figura 35. Florestópolis (PR). Quadra abandonada, Zona Leste
Fonte: Fernandes, P. H. C. – 2011



Figura 36. Florestópolis. Quadra abandonada, Zona Oeste
Fonte: Fernandes, P. H. C. – 2011

Claramente, o que chama a atenção nas imagens é o completo abandono dos locais. As coberturas, que deveriam proteger as quadras, já foram danificadas, assim como a própria quadra, exposta ao intemperismo físico, sem manutenção. Muitos moradores afirmaram que nem passam perto desses locais, que funcionam apenas como pontos de venda e consumo de drogas, não só de jovens, mas, como observado no próprio local durante o trabalho empírico, também de crianças menores de dez anos de idade.

A ausência de emprego, educação, saúde e lazer – somada, obviamente, à ausência de outros serviços – são fatores que incentivam e influenciam diretamente o declínio demográfico, uma vez que as pessoas, principalmente os jovens, acabam por buscar, em outros municípios, uma melhor oportunidade de ensino superior ou de emprego. Esses jovens, na maioria das vezes, não retornam para trabalhar no município de origem. Logo, muitos pais, para não ficar longe dos filhos, acabam seguindo-os. Com isso, o número de pessoas idosas aumenta, já que este grupo, geralmente composto por aposentados, acaba permanecendo ou, no caso de alguns, retornando para o município em que cresceram e/ou que têm laços afetivos.

Entretanto, a ausência e/ou dificuldade de empregos e moradia digna em cidades médias e grandes faz com que muitos prefiram ficar nas cidades pequenas. Assim, percebe-se, com o novo século e com os dados do último censo demográfico, que muitas pequenas cidades ganharam população absoluta. Já outras

pequenas cidades, com melhor situação social, acabam se tornando polos atrativos de população.

Partindo disso, indagou-se aos respondentes se conhecem pessoas que saíram do município e para onde foram. A Tabela 23 apresenta os resultados sintetizados referentes a esse contexto. Em Florestópolis, foram 158 citações (1,3 por entrevistado) e, em Nova Tebas, ocorreram 167 citações (2,1 de média). Na tabela são apresentados os municípios que foram citados mais de uma vez.

Tabela 23. Florestópolis e Nova Tebas (PR). “Conhece pessoas que se mudaram? Onde?”

Florestópolis		Nova Tebas	
Sim	77,1%	Sim	93,8%
Não	22,9%	Não	6,2%
Destino	%	Destino	%
Londrina	35,5	Curitiba	33,5
Rolândia	27,9	Joinville	28,1
São Paulo	15,2	Jaraguá do Sul	10,2
Curitiba	5,1	São Paulo	9,0
Arapongas	4,4	Brusque	7,8
Porecatu	3,8	Maringá	3,0
Maringá	1,9	Campo Mourão	1,2
Jaguapitã	1,3	Jundiaí	1,2
Marília	1,3	Pitanga	1,2
Outras	3,6	Outras	4,8

Fonte: Trabalho empírico – 2011
Organização: Fernandes, P. H. C. – 2011

Os resultados mostram que em Nova Tebas quase 94% conhecem pessoas que saíram do município. Pressupõe-se, assim, que isso ocorre devido ao município apresentar maior dificuldade na geração de renda, comparando-se com Florestópolis. O esvaziamento demográfico dos dois municípios ocorre em direção aos centros maiores, já que, das localidades receptoras citadas, apenas três (21,4%) mencionadas apresentam população total inferior a 50 mil habitantes.

Os fluxos migratórios também seguem a área de influência das cidades maiores. Em Florestópolis, as migrações ocorrem, principalmente, para Londrina, Rolândia e São Paulo. Já em Nova Tebas, houve dois grandes fluxos de migração: um para o Nordeste de Santa Catarina (Joinville e Jaraguá do Sul) e Vale do Itajaí (Brusque) e outro para Curitiba, capital do Estado do Paraná. A cidade de São Paulo

também aparece nos fluxos de Nova Tebas, mostrando que seus tentáculos de influência abarcam todos os espaços brasileiros, por menores e mais isolados que possam parecer.

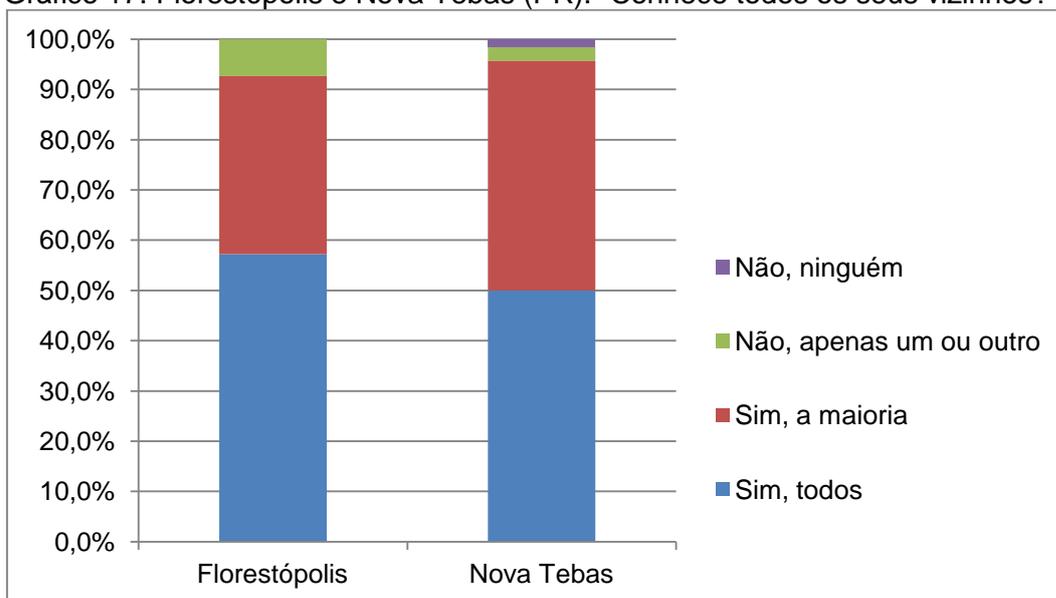
Um resultado importante encontrado com o trabalho empírico está relacionado à quantidade de pessoas que retornaram ao município de origem após algum tempo. Em Florestópolis, 55,1% dos respondentes alegaram que já saíram da cidade para tentar a vida numa outra localidade. As justificativas são, principalmente, por emprego, educação e tratamento de saúde (44,9% disseram que nunca moraram fora do município). Já em Nova Tebas, a quantidade de pessoas que saíram e retornaram é de 62,5% dos respondentes, contra 37,5% que nunca residiram fora do município.

Por meio das questões relacionadas à sociabilidade, constatou-se algo até certo ponto incomum em pequenas cidades: uma diminuição nos laços de conversa e visita. Certamente, tais atitudes fazem parte de um contexto geral/global, não refletindo a influência metropolitana, mas simplesmente expelindo as consequências do modo de produção vigente. Além disso, certamente, em cada localidade há diferenças e formas diversas de sociabilidade. As diferentes faixas etárias atuam, observam e vivem no urbano de maneira diferente.

Assim, são apresentados, a seguir, os resultados acerca de algumas variáveis selecionadas que podem indicar uma aproximação com a sociabilidade. Parte-se do tipo de moradia: em Florestópolis, 92,7% dos respondentes residem em casas próprias, enquanto 7,3% moram em casas alugadas. Já em Nova Tebas, 90% residem em casas próprias, contra 10% em alugadas. Partindo disso, o Gráfico 17 apresenta os resultados quanto ao conhecimento que os respondentes têm em relação à sua vizinhança em Florestópolis e Nova Tebas.

Os resultados mostram que grande parcela das pessoas conhece os moradores da vizinhança, o que poderia pressupor a existência de laços de sociabilidade. Em Florestópolis, mais da metade dos respondentes conhecem todos os seus vizinhos, enquanto 35% conhecem a maioria e 7% conhecem um ou outro; ninguém respondeu que não conhece ninguém. Em Nova Tebas, metade conhece todos os vizinhos, 45% conhecem a maioria deles e apenas 4,3% conhecem alguns ou ninguém. Em uma extensão da pergunta, 93% dos respondentes, em ambas as cidades, alegaram não conhecer todos os moradores do município.

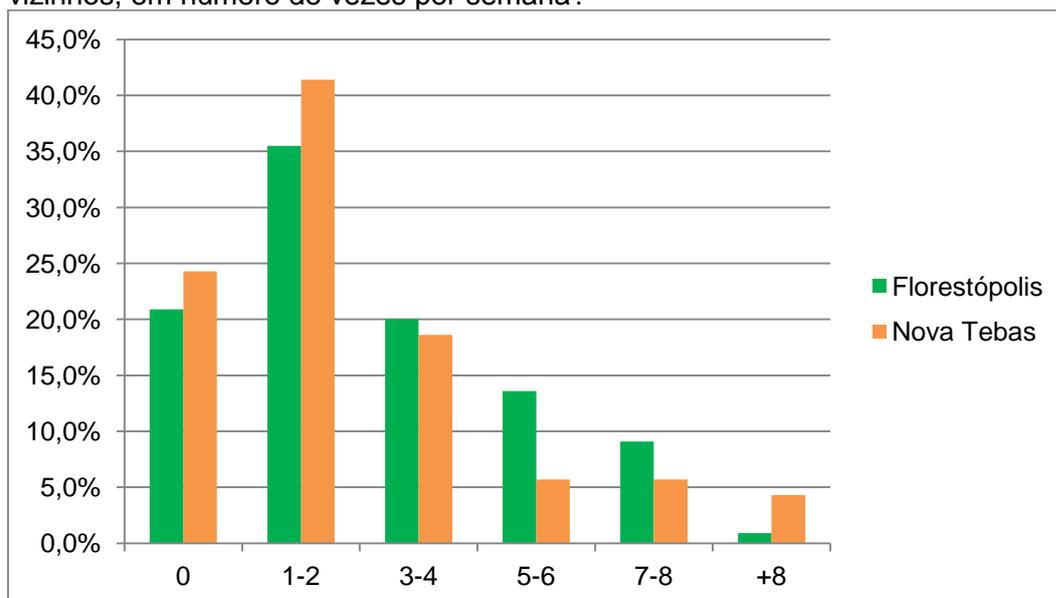
Gráfico 17. Florestópolis e Nova Tebas (PR). “Conhece todos os seus vizinhos?”



Fonte: Trabalho empírico – 2011
 Organização: Fernandes, P. H. C. – 2011

Entretanto, o fato de conhecer não significa a manutenção ou a existência de laços concretos de sociabilidade. O Gráfico 18 apresenta a proporcionalidade de vezes que as pessoas conversam com os seus vizinhos durante o período de uma semana.

Gráfico 18. Florestópolis e Nova Tebas (PR). “Com que frequência conversa com os vizinhos, em número de vezes por semana?”

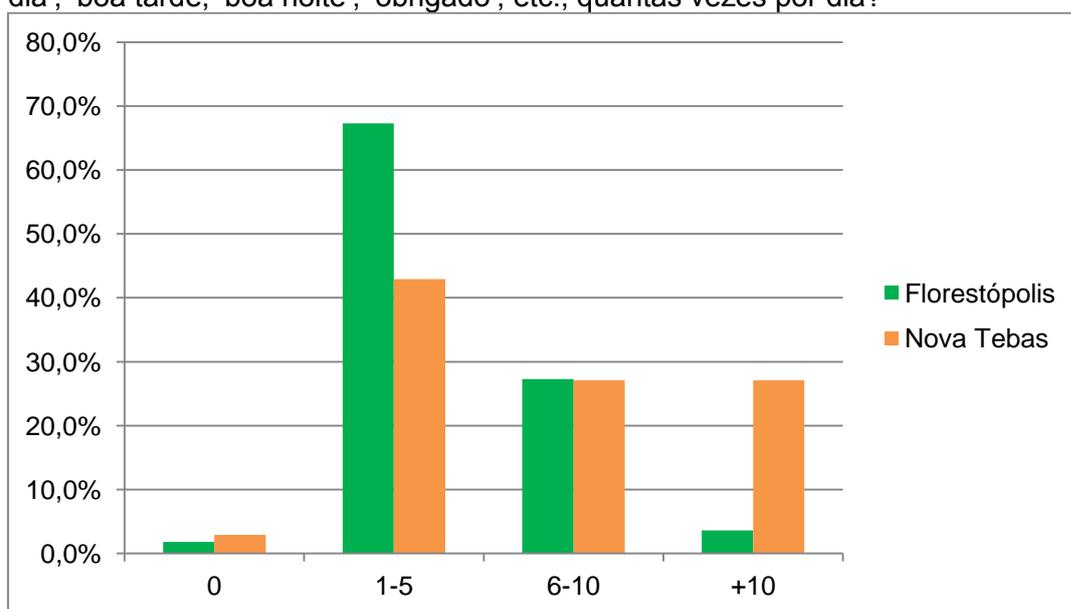


Fonte: Trabalho empírico – 2011
 Organização: Fernandes, P. H. C. – 2011

Os resultados revelam que, em ambas as cidades, sendo 35% em Florestópolis e 41% em Nova Tebas, a maioria dos respondentes alegaram que conversam de uma a duas vezes por semana com os vizinhos. O que chamou a atenção foram os índices de “nenhuma conversa”, em uma semana, com algum vizinho – 21% em Florestópolis e 24,5% em Nova Tebas. Nesse caso, os argumentos/justificativas eram, principalmente, uma vez por mês, “apenas quando precisam de alguma ajuda” ou “necessitam de algo emprestado”. As diferentes faixas etárias responderam de maneira diferente. As respostas acima de cinco vezes foram proferidas pelos mais jovens e pelas pessoas mais velhas.

A ausência ou diminuição progressiva de contato com o vizinho é estendida potencialmente para os demais moradores da cidade. Ora, se o contato com o “conhecido” é reduzido, ele se torna quase inexistente ao considerar o “desconhecido”. Por isso, para poder mensurar a proporção de contatos entre as pessoas, propôs-se uma indagação que visa entender como ocorrem os contatos mais simples – e ao mesmo tempo tão enriquecedores –, como as expressões de “bom dia”, “boa tarde”, etc. O Gráfico 19 apresenta a proporção do número de vezes que a pessoa entrevistada alegou ter recebido ao longo do seu dia algumas dessas expressões. Os respondentes foram alertados de que deveriam considerar apenas as vezes em que a outra pessoa tomou a iniciativa de se expressar primeiro.

Gráfico 19. Florestópolis e Nova Tebas (PR). “Aproximadamente, recebe frases do tipo ‘bom dia’, ‘boa tarde’, ‘boa noite’, ‘obrigado’, etc., quantas vezes por dia?”



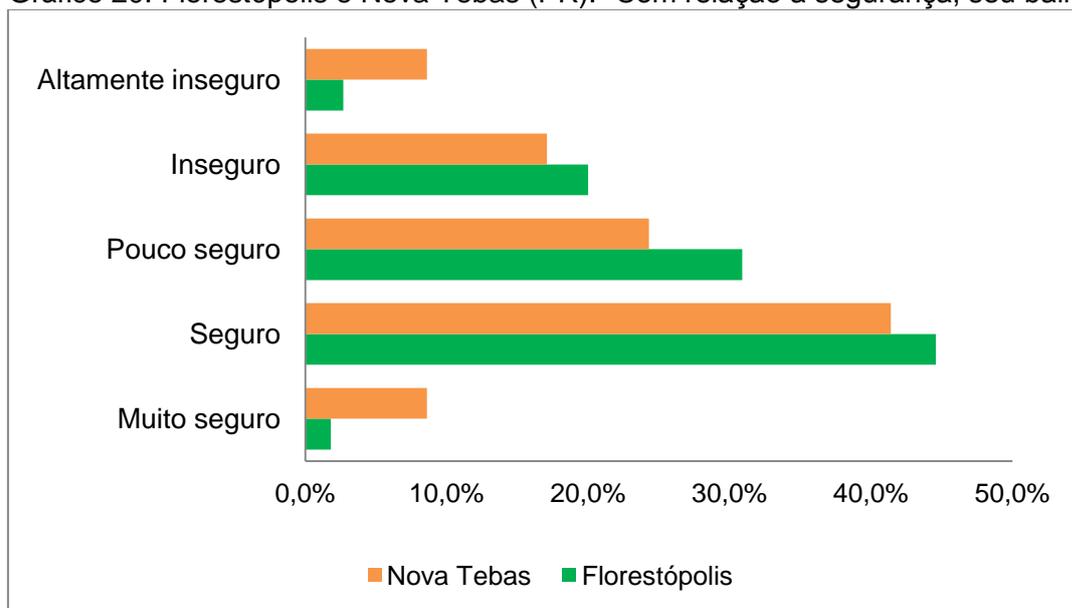
Fonte: Trabalho empírico – 2011
Organização: Fernandes, P. H. C. – 2011

Em Florestópolis, quase 68% dos respondentes disseram que, no máximo, cinco pessoas por dia se direcionam a elas com alguma das expressões exemplificadas; já para 27,3%, a quantidade está entre seis e dez; as respostas extremistas (zero e mais de dez) somam menos de 5,5%. No município de Nova Tebas, há uma maior divisão entre as respostas. Entretanto, a maioria (quase 43%) recebe cinco expressões básicas do cotidiano por dia; já para 27,1% delas, a quantidade de pessoas está entre seis e dez ou mais de dez.

Finalmente, procurou-se apreender o sentimento de insegurança urbana nos municípios abordados. Inicialmente, partiu-se do bairro em que cada respondente mora. Por isso, os questionários foram realizados em diferentes pontos das pequenas cidades. Em ambas as cidades, alguns bairros ficam estigmatizados – algumas vezes sem razão – pela violência, fazendo com que algumas pessoas optem por não morar lá ou frequentá-los. Aqui, prefere-se não citar os nomes de bairros, o zoneamento ou algum ponto da cidade.

O Gráfico 20 sistematiza as respostas encontradas quanto ao sentimento de insegurança nos bairros que os respondentes residem, em Florestópolis e Nova Tebas. Seguramente, como tendência natural do ser humano, há uma valorização daquilo que é inerente a ele, independentemente da qualidade efetiva. Entretanto, o bairro é um ponto que deve ser considerado.

Gráfico 20. Florestópolis e Nova Tebas (PR). “Com relação á segurança, seu bairro é?”



Fonte: Trabalho empírico – 2011
 Organização: Fernandes, P. H. C. – 2011

Em Florestópolis, 46% dos respondentes consideraram que o bairro em que eles residem é seguro ou muito seguro. Entretanto, uma considerável parcela se sente insegura no bairro: enquanto que para 31% ele é considerado pouco seguro, quase 23% consideram-no inseguro ou altamente inseguro, principalmente com furtos, brigas e violências verbais que se ampliaram nos últimos dez anos.

Já em Nova Tebas, 50% das pessoas consideraram que o bairro em que residem é muito seguro (8,6%) ou seguro (41,4%). Os demais 50% avaliam que os problemas de violência, considerados distantes do local de moradia, passaram a ocorrer mais próximos de seus lares. Para 24%, o bairro é pouco seguro e, na opinião de 8% (três vezes o de Florestópolis), o bairro é altamente inseguro.

A apreciação dessa questão do sentimento de insegurança em municípios como os abordados nesse viés local demonstra uma transição entre o que eram essas localidades – mais seguras – e as dinâmicas recentes, que trazem fatos preocupantes. Assim, ao mesmo tempo em que aparece a perspectiva da tranquilidade/sem agitação, emerge, por outro lado, uma parte das pessoas que já se sentem incomodadas com acontecimentos que alteram a realidade anterior. Essas mudanças, ainda em cursos, vão refletir nas paisagens urbanas das pequenas cidades ao longo da década.

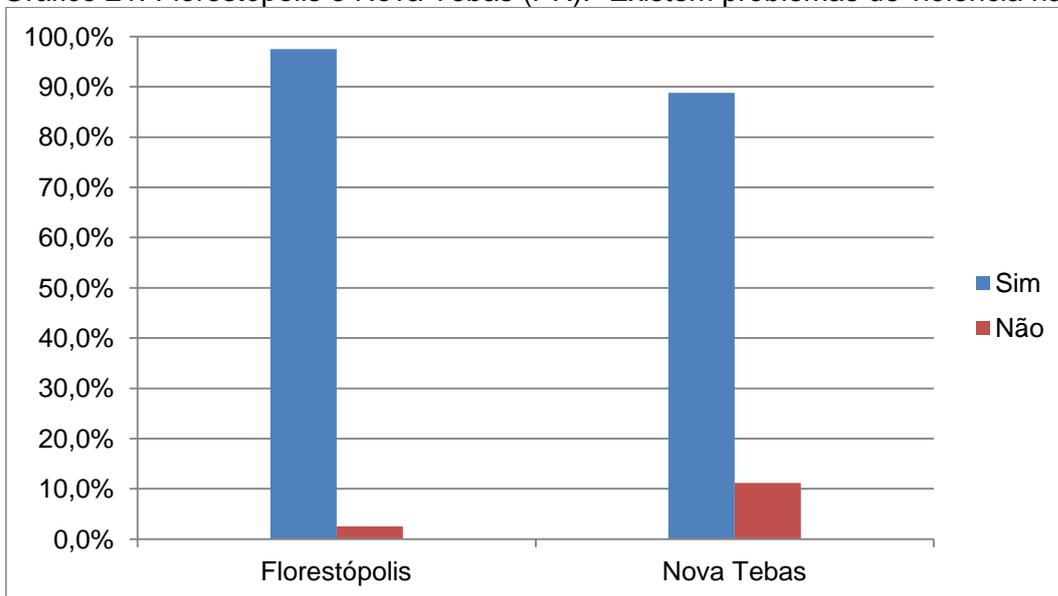
Em seguida, as indagações, assim como a pauta das conversas com os moradores, referiam-se ao contexto urbano geral. Em outras palavras, buscaram-se respostas envolvendo a cidade como um todo, sem classificação/distinção dos espaços. A utilização dessa abordagem deixou as pessoas mais à vontade para falar sobre o assunto.

Em Nova Tebas, não houve problemas em abordar a questão da violência. Os moradores não se intimidaram para opinar acerca da temática, entretanto, muitos exigiram, por diversas vezes, mesmo depois de avisados pelo pesquisador acerca do anonimato, que não fossem identificados. Já em Florestópolis, houve maior receio em falar do assunto, que teve de ser abordado indiretamente.

Em vista disso, a primeira indagação, sistematizada no Gráfico 21, foi acerca da existência de violência na cidade. Em Florestópolis, 97,5% das pessoas consideraram que existem problemas de violência. Já em Nova Tebas, o valor alcançado foi de 87,1%. Com isso, percebe-se que em Nova Tebas o temor pela segurança é menor que em Florestópolis. O principal comentário que acompanhava

a maioria das respostas foi “a violência existe em todos os lugares”, em 81,5% delas.

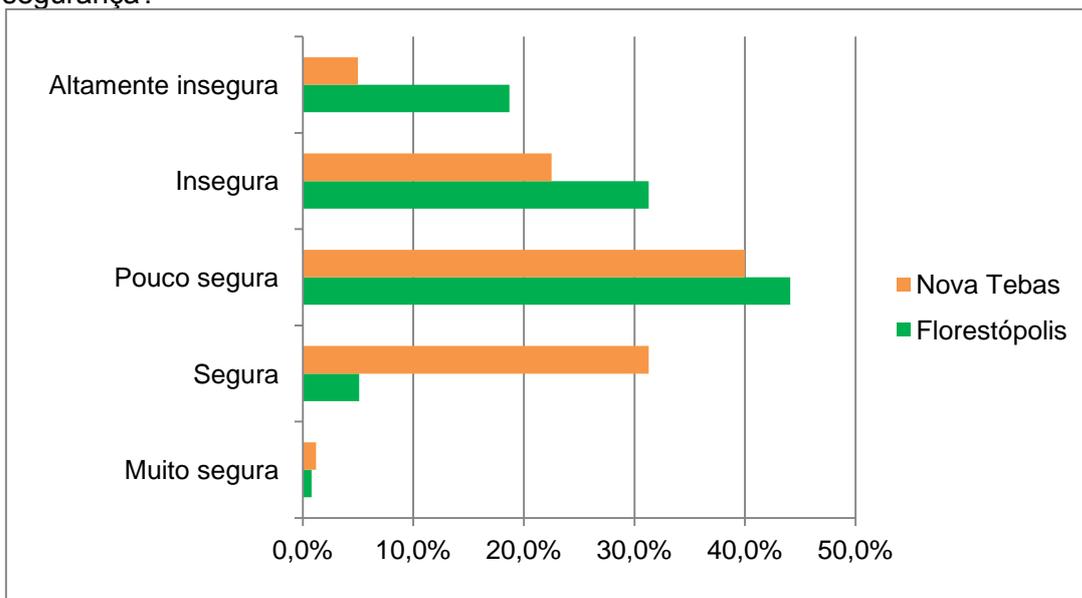
Gráfico 21. Florestópolis e Nova Tebas (PR). “Existem problemas de violência na cidade?”



Fonte: Trabalho empírico – 2011
Organização: Fernandes, P. H. C. – 2011

O Gráfico 22 apresenta a avaliação dos respondentes quanto à segurança nas cidades de Florestópolis e Nova Tebas.

Gráfico 22. Florestópolis e Nova Tebas (PR). “Como classificaria a cidade quanto à segurança?”



Fonte: Trabalho empírico – 2011
Organização: Fernandes, P. H. C. – 2011

Em Florestópolis, as preposições que consideram a cidade segura (muito segura e segura) somam menos de 6%, contra 94% daquelas que a consideram insegura. Certamente, é nessa cidade que as pessoas se sentem mais inseguras e apresentam inquietações e medos. Para 44,1% dos respondentes, a cidade é pouco segura; já para quase 20%, ela é altamente insegura.

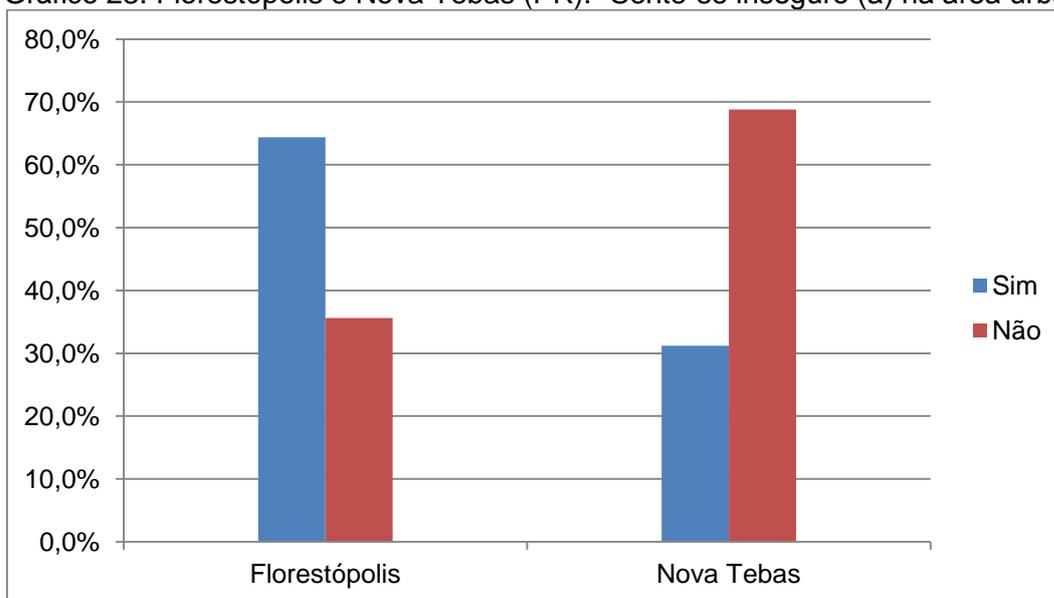
Alguns relatos quanto à questão da segurança são interessantes: i) um religioso transferido para Florestópolis conseguiu levantar duas mil assinaturas para pedir mais segurança na cidade, contudo sua iniciativa foi em vão, assim, dois anos após sua chegada, ele pediu transferência; ii) diversos pais lamentam não poderem levar suas famílias para uma lanchonete ou um passeio no centro; iii) as brigas que ocorrem em bares não têm consequências negativas para os envolvidos; e iv) a Pastoral da Criança, fundada por Zilda Arns em 1983, começou na cidade devido, especialmente, as altas taxas de mortalidade infantil, mas, atualmente, sem nenhum dos fundadores na cidade e com o contrato junto a prefeitura sem perspectiva de renovação, o destino deve ser a desativação do projeto na cidade.

Ainda acerca de Florestópolis, somente nos três primeiros dias de realização do trabalho de campo, duas pessoas foram baleadas, sendo uma mulher grávida – na frente da escola –, e outras três pessoas esfaqueadas. Entretanto, os dados oficiais não foram disponibilizados, nem as informações confirmadas pelos gestores e responsáveis pela segurança pública no município.

Em Nova Tebas, os dados mostram que as pessoas se sentem um pouco mais seguras: 32,5% consideram a cidade muito segura ou segura. Para 40% dos respondentes, a cidade é pouco segura e, para 22,5%, ela é insegura de se morar. Constata-se, provavelmente, que o município de Nova Tebas tenha apresentado um quadro evolutivo nos últimos três anos. Contudo, sua conclusão definitiva depende da divulgação de novos dados, por parte dos órgãos públicos.

O Gráfico 23 mede a insegurança urbana nas cidades de Florestópolis e Nova Tebas. Em Florestópolis, as pessoas se sentem cotidianamente mais inseguras do que em Nova Tebas. Enquanto quase 65% dos respondentes sentem-se inseguros na área urbana de Florestópolis, 29% alegam a mesma situação em Nova Tebas, onde quase 70% dos respondentes consideram-se seguros.

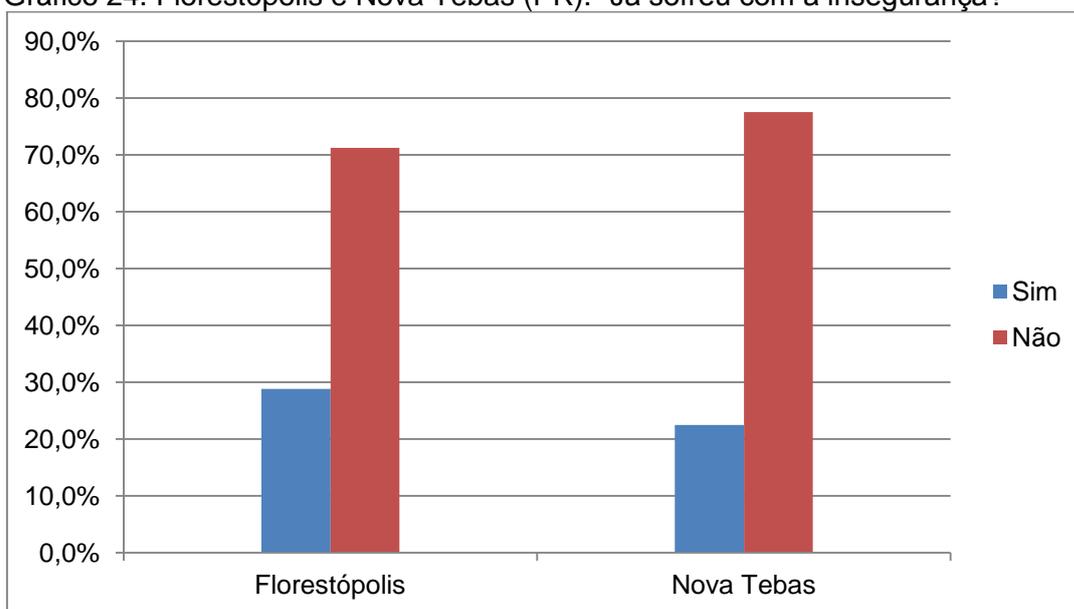
Gráfico 23. Florestópolis e Nova Tebas (PR). “Sente-se inseguro (a) na área urbana?”



Fonte: Trabalho empírico – 2011
Organização: Fernandes, P. H. C. – 2011

Em contrapartida, o Gráfico 24 apresenta a proporção de pessoas que sofreram algum tipo de ação violenta nas cidades de Florestópolis e Nova Tebas. Nesse ponto, vale uma ressalva já abordada ao longo deste trabalho: em cidades pequenas, muitas pessoas, por medo e/ou receio do julgamento da sociedade, não denunciam a violência, principalmente a doméstica, como foi percebido durante as atividades de campo.

Gráfico 24. Florestópolis e Nova Tebas (PR). “Já sofreu com a insegurança?”



Fonte: Trabalho empírico – 2011
Organização: Fernandes, P. H. C. – 2011

Essas afirmações decorrem das observações da vida local. Acredita-se que o tema abordado necessita de uma metodologia que vai além das análises quantitativas e das informações apenas objetivas, embora ambas sejam indispensáveis para a pesquisa. As impressões obtidas com o trabalho empírico, que significou viver por alguns dias a realidade local, remetem a uma análise complementar qualitativa acerca dessa realidade analisada.

Seguindo o mesmo contexto do gráfico anterior, a proporção de pessoas que vivenciaram alguma ação violenta, por menor que seja, é maior em Florestópolis do que em Nova Tebas. Em ambos, a maioria nunca enfrentou alguma situação dessa natureza. Todavia, considerada parcela dos respondentes já sofreu com a insegurança urbana: quase 30% em Florestópolis, e 22,5% em Nova Tebas.

No caso da insegurança, foram observados, em Florestópolis, 75% dos estabelecimentos comerciais e pelo menos 10% das residências utilizando algum equipamento de segurança. Inclusive, há uma empresa de segurança privada e vigilantes, em motocicletas, que fazem rondas em determinados bairros. A Figura 37 apresenta residências de alto padrão, em Florestópolis, com equipamentos de segurança.



Figura 37. Florestópolis (PR). Residências com equipamentos de segurança
Fonte: Fernandes, P. H. C. – 2011

No caso de Nova Tebas, não foi encontrado nenhum desses elementos de segurança em residências dos três distritos, a não ser a existência de grades em

poucas delas, assim como há poucos estabelecimentos comerciais com equipamentos de segurança. A maior parte dos que utilizam estão localizados próximos à rodovia que corta o distrito do Catuporanga, devido aos assaltos e/ou furtos realizados nessa região. Na cidade não há empresa de segurança e não foi percebida a presença de vigilantes, motorizados, fazendo rondas ao longo da noite e da madrugada.

Durante as entrevistas, diversos relatos acerca da atitude da polícia foram apontados pelos respondentes de ambas as cidades, entre eles, “vista grossa” para os atos violentos que ocorrem, corrupção, conduta inadequada no atendimento às ocorrências, etc. Além disso, como já apontado, o efetivo da Polícia Militar no Estado do Paraná está aquém das necessidades, existindo, por conseguinte, casos de municípios que são atendidos por apenas um policial militar.

Em Florestópolis, eram quatro policiais militares em 2011, divididos em três equipes, sendo que duas delas atuavam 24 horas com um policial apenas, ou seja, durante 48 horas o município, de mais de 11 mil habitantes, era atendido por apenas um policial. Logo, por diversas vezes ao dia, o Destacamento de Polícia Militar acabava ficando sem nenhum profissional para atender às ligações de emergência. No município já trabalharam 12 policiais militares.

Segundo informações do Destacamento de Polícia Militar de Florestópolis, ocorre uma média de 25 roubos/furtos por mês (o ápice deste crime chegou a 79), e só nos seis primeiros meses de 2011 foram quatro homicídios e outras quatro tentativas de homicídio. A Figura 38 mostra o Destacamento de Polícia Militar na cidade que, como pode ser observado na imagem, está com os portões fechados, e assim passa boa parte do dia e todo o período noturno.

No município não existe policial civil, e a delegacia está fechada há quase dez anos devido à ausência de efetivo. A delegacia de Porecatu responde pelos eventos da cidade. A Figura 39 apresenta a Delegacia de Polícia Civil de Florestópolis, que funciona como mero “edifício decorativo” da paisagem urbana. Também não há corpo de bombeiros; a cidade depende do batalhão de Rolândia (há quase 60 quilômetros) ou do Bombeiro Comunitário de Bela Vista do Paraíso (há quase 30 quilômetros). Existem relatos de que a usina utiliza um caminhão próprio para apagar incêndios na cidade.



Figura 38. Florestópolis (PR). Destacamento de Polícia Militar
Fonte: Fernandes, P. H. C. – 2011



Figura 39. Florestópolis (PR). Delegacia de Polícia Civil
Fonte: Fernandes, P. H. C. – 2011

Em Nova Tebas, também são quatro policiais militares para atender a sede e os dois distritos. Eles se dividem em duas equipes que atuam em dupla na cidade durante 48 horas cada uma. No município já atuaram sete policiais, em três equipes. Segundo as informações do Destacamento de Polícia Militar de Nova Tebas, em média são 20 boletins de ocorrência registrados por semana no município. A Figura

40 apresenta o Destacamento de polícia, que fica fechado diversas vezes, sem atendimento ao público, principalmente quando os policiais fazem ronda.



Figura 40. Nova Tebas (PR). Destacamento de Polícia Militar
Fonte: Fernandes, P. H. C. – 2011

Não há policial civil nem delegado no município. Existe apenas uma escrivã responsável pelas burocracias da Polícia Civil. A Delegacia de Nova Tebas está interdita, por motivos não justificados, e o delegado que responde pelas ocorrências na cidade é oriundo de Manoel Ribas. De acordo com a Polícia Civil, de janeiro a maio de 2011, foram abertos 12 inquéritos policiais na cidade, entretanto, nem todos eles geraram um processo. A Figura 41 apresenta a Delegacia de Polícia Civil da cidade, que está interdita.

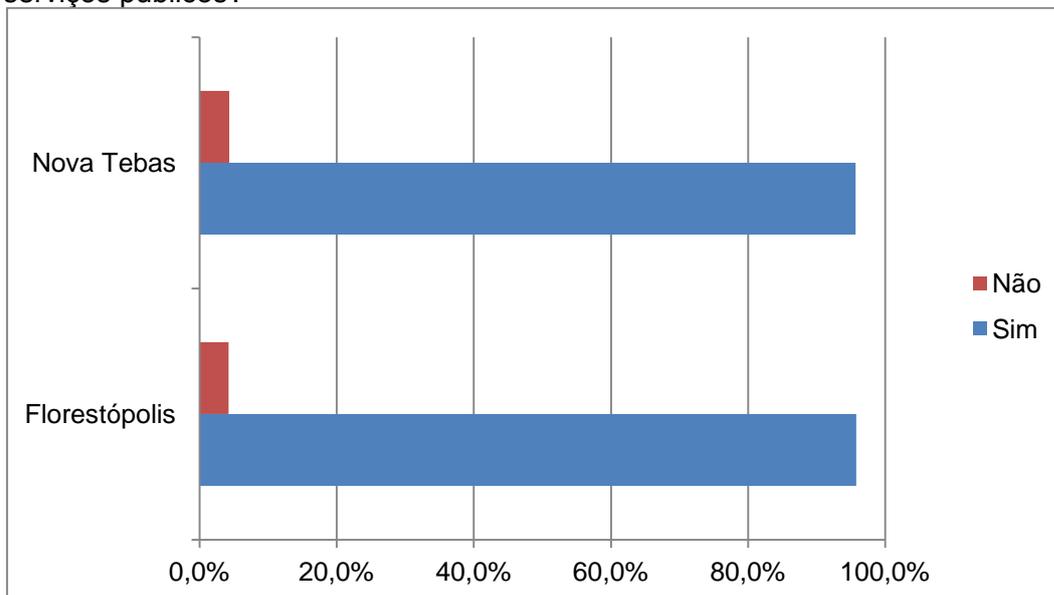
Em Nova Tebas, também, não há corpo de bombeiros. O município depende do batalhão de Campo Mourão, a 75 quilômetros de distância. Recentemente, em 2010, uma casa pegou fogo no distrito do Catuporanga e, sem auxílio de nenhuma instituição militar, foi rapidamente consumida pelo fogo. Quando a ajuda chegou, já não havia o que ser feito, a não ser evitar que o estrago se estendesse para a vizinhança.

A ausência de efetivo e, por conseguinte, da presença da polícia na cidade é sentida e questionada pelos moradores das duas pequenas cidades. Assim, o Gráfico 25 demonstra a opinião dos respondentes acerca da problemática.



Figura 41. Nova Tebas (PR). Delegacia de Polícia Civil
Fonte: Fernandes, P. H. C. – 2011

Gráfico 25. Florestópolis e Nova Tebas (PR). “Faltam policiais, bombeiros, viaturas e serviços públicos?”



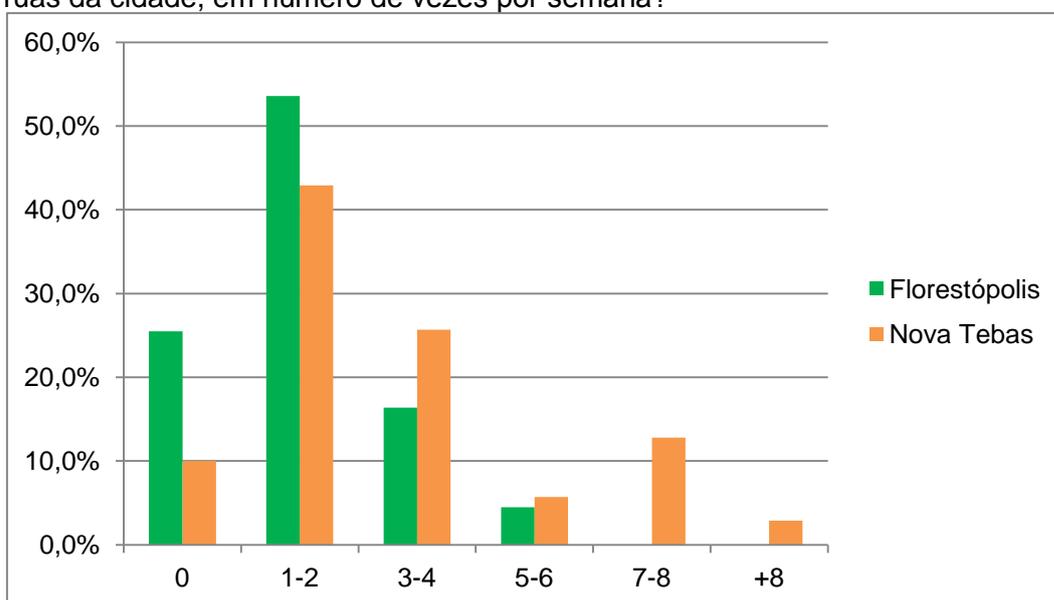
Fonte: Trabalho empírico – 2011
Organização: Fernandes, P. H. C. – 2011

Em ambos os municípios, mais de 95% dos respondentes acreditam que faltam policiais, bombeiros, viaturas, equipamentos e serviços públicos relacionados à segurança. Por isso, os postos dos Correios, as casas lotéricas e as agências bancárias, das duas cidades, já foram assaltadas mais de uma vez. E isso não é

recente, pois o Banco do Brasil de Nova Tebas já foi assaltado durante a década de 1990, segundo relato de moradores mais antigos.

Além disso, a eficiência dos serviços existentes no município é muito questionada pelos moradores. Por exemplo, o Gráfico 26 apresenta a frequência, em número de vezes por semana, que os respondentes observam a Polícia Militar fazendo ronda no seu local de residência ou em seu comércio. Vale destacar que as respostas refletem a percepção dos respondentes.

Gráfico 26. Florestópolis e Nova Tebas (PR). “Com que frequência vê policial andando pelas ruas da cidade, em número de vezes por semana?”



Fonte: Trabalho empírico – 2011
Organização: Fernandes, P. H. C. – 2011

Em Florestópolis, as opções acima de sete vezes não foram mencionadas. De acordo com 53,6%, a Polícia Militar faz ronda em sua residência ou comércio no máximo duas vezes por semana, enquanto 25,5% alegam que ela não faz ronda em sua residência/comércio. Segundo esses respondentes, eles acabam indo até o local apenas quando há alguma ocorrência ou alguma ação de violência.

Em Nova Tebas, a Polícia Militar é mais percebida pelas ruas da cidade. Quase 13% alegam que ela faz ronda todos os dias em sua rua. Entretanto, parece que determinados espaços são privilegiados, uma vez que, para 10% dos respondentes, a polícia não faz ronda na sua residência ou em seu comércio e, para 42,9% fazem, no máximo, duas vezes por semana.

Por fim, a Tabela 24 apresenta, por proporção de citações, os principais motivos que, na opinião dos moradores, levam a existência da violência nas cidades de Florestópolis e Nova Tebas. A questão aberta solicitou três motivos, mas permitiu que a pessoa se manifestasse com mais afirmações e contribuições. As respostas similares foram agrupadas por categorias. Em Florestópolis, foram 239 citações ou quase duas por entrevistado. Já em Nova Tebas, foram 149 excertos, o que representa uma média de 1,9 citações para cada respondente.

Tabela 24. Florestópolis e Nova Tebas (PR). “Cite três motivos para a violência na cidade”

Florestópolis		Nova Tebas	
Expressão	%	Expressão	%
Consumo e tráfico de drogas	25,5	Bebidas/bar/alcoolismo	28,8
Bebidas/bar/alcoolismo	24,3	Consumo e tráfico de drogas	13,4
Falta de policial/impunidade	17,6	Falta de policial/impunidade	11,5
Brigas/desavenças de famílias	10,0	Exploração sexual/estupro	7,4
Falta de emprego	7,5	Prostituição	6,7
Violência contra a mulher	6,7	Homicídios/justiça com as mãos	6,7
Violência contra a criança	2,9	Violência contra a mulher	6,7
Exploração sexual	2,5	Brigas/briga na família/som alto	4,7
Homicídios/justiça com as mãos	1,7	Outros	4,7
Pedofilia	0,8	Violência contra criança	3,4
Pobreza	0,5	Isolamento	1,3
		Pedofilia	1,3
		Pessoas de fora/estranhos	1,3
		Ações e atitudes dos políticos	0,7
		Por não cumprimentar	0,7
		Televisão/mídia	0,7

Fonte: Trabalho empírico – 2011

Organização: Fernandes, P. H. C. – 2011

Em ambas as cidades, a ausência de policiamento e serviços de segurança, a impunidade e o consumo de álcool e drogas são apontados como os principais motivos que levam à existência de eventos relacionados à violência. Os três itens somam 67,4% das citações em Florestópolis e 53,7% em Nova Tebas. As brigas e desavenças familiares aparecem com destaque maior em Florestópolis.

Algumas respostas chamaram a atenção. Em Florestópolis, 7,5% das respostas associaram à existência da violência com a falta de emprego, e 0,5% à

pobreza. Segundo algumas justificativas dos respondentes, quando há ausência de emprego/renda a pessoa é levada a cometer roubos e furtos.

Mas essa hipótese reflete o pensamento preconceituoso de uma classe abastada que acredita que ladrão e criminoso correspondem a um estrato menos favorecido ou desempregado. Os criminosos não podem ser classificados quanto à renda. Deve-se considerar e reconhecer a existência dos “crimes do colarinho branco”⁵⁷, cometidos por banqueiros, políticos e pessoas com poder aquisitivo.

Após a divulgação de que Nova Tebas estava em segundo lugar no Mapa da Violência (2010), a Polícia Civil do Paraná repudiou totalmente a informação. A notícia⁵⁸, vinculada no *site* do órgão estadual, em 31 de março de 2010, tentou transmitir a imagem de uma cidade tranquila e pacata, inclusive com depoimentos de pessoas que deixam as janelas e portas abertas.

Além disso, no final desta mesma reportagem, uma declaração da prefeita municipal de Nova Tebas, Heloisa Ivaszek Jensen, mostrou que os dados não seriam tão sem fundamento como afirmou a Polícia Civil: “Hoje, a situação amenizou bem. No ano passado, fizemos algumas reivindicações para o secretário de Segurança (...) que nos atendeu”. Ainda no discurso da prefeita, “foram feitas algumas blitzes (sic) policiais, desmanteladas quadrilhas e agora vivemos um período de tranquilidade” (POLÍCIA CIVIL, 2010).

A atitude de o município tentar evitar um estigma ou um rótulo, ou ainda, a perda de recursos, de população e de investimentos, como fez Nova Tebas, é relativamente comum. Gaviria M. (2008, p. 78) relata que, em Alvorada⁵⁹, no Rio Grande do Sul, o prefeito fez uma palestra, em 2007, apresentando dados sobre a queda da violência, fazendo com que a cidade deixasse o primeiro lugar no Estado e passasse a ser o quinto mais violento. Nessa cidade, existe uma campanha que tem como finalidade eliminar o estigma de “Alvorada, cidade violenta”. Para isso, foi difundido o “novo” apelido da cidade: “capital da solidariedade”.

Acredita-se que não é mascarando, negando ou criando lemas e logotipos de uma realidade idealizada que se resolverão os problemas concretos, reais, que todos os dias permeiam o urbano brasileiro. Nesse contexto, consideram-se, também, as pequenas cidades.

⁵⁷ Utilizado pela primeira vez pelo estadunidense Edwin Sutherland (SUTHERLAND, 1949).

⁵⁸ Disponível em <http://www.policiacivil.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=1566>.

⁵⁹ Alvorada é um município localizado na Região Metropolitana de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul.

Uma forma de perceber a violência e a insegurança da cidade é visitando o Conselho Tutelar. Ele surgiu por meio da Lei n.º 8.069, de 1990, conhecida como Estatuto da Criança e Adolescente (ECA). É um órgão municipal que deve zelar pelo bem-estar dos jovens e dos adolescentes, seguindo as diretrizes do ECA. Geralmente, são eleitos, por voto direto da comunidade, cinco representantes que recebem salário da prefeitura. Mas, esse órgão tem autonomia funcional, ou seja, não é subordinado, pelo menos na teoria, aos interesses políticos.

Em Florestópolis, o Conselho Tutelar (Figura 42) é composto por cinco conselheiros, que têm mandatos de três anos, podendo ser reeleitos. Eles possuem um veículo e uma sede edificada que são mantidos pela prefeitura. Já a Promotoria é em Porecatu.



Figura 42. Florestópolis (PR). Conselho Tutelar
Fonte: Fernandes, P. H. C. – 2011

Em média, são de 150 a 200 atendimentos mensais na cidade. Contudo, ainda há uma baixa incidência de denúncia e uma alta omissão, seja pelos parentes, seja pelos amigos e vizinhos, como se constatou no trabalho empírico. Na grande maioria dos casos, são passadas orientações aos envolvidos. As principais ocorrências estão relacionadas a maus-tratos, evasão escolar e atos infracionais cometidos pelos menores de 18 anos. Existem, ainda, casos relacionados à exploração sexual, ao estupro e à prostituição. Em 2010, foram quatro crianças

retiradas das famílias, mas a média dos últimos cinco anos é de mais de dez retiradas.

Em Florestópolis, a gravidade que se instala sobre o futuro das crianças e dos jovens fez com que fosse instalado um programa chamado de Centro de Atendimento ao Adolescente e à Criança (CAIAC), destacado na Figura 43. Nesse programa, os jovens e adolescentes participam da fanfarra e da prática de algumas modalidades esportivas. Atualmente, são 200 crianças e adolescentes que participam desse projeto. Contudo, não se pode comemorar se for considerado que existe uma fila de 187 crianças e jovens esperando pela oportunidade.



Figura 43. Florestópolis (PR). Centro de Atendimento ao Adolescente e à Criança
Fonte: Fernandes, P. H. C. – 2011

Em Nova Tebas, o Conselho Tutelar, Figura 44, parece estagnado no tempo. Em junho de 2011, apenas quatro conselheiros atuavam. Não houve explicação para a exoneração do quinto (a) conselheiro nem confirmação da existência de um suplente para a função. Eles possuem um veículo e uma sede edificada, também, mantidos pela prefeitura municipal. Já a Promotoria está instalada em Manoel Ribas.

De acordo com os dados fornecidos pelo Conselho Tutelar, em média, são 120 denúncias por mês. Destas, cerca de 30 são casos que “não parecem ser nada”. Nos outros 90 casos, são encontrados vestígios ou crimes contra a criança ou o adolescente. Na cidade, os principais problemas diagnosticados pelo órgão são: maus-tratos, exploração sexual e consumo de bebida alcoólica por jovens. A

maioria dos casos ocorrem no distrito do Poema, como se constatou no trabalho de campo, quando um rapaz dirigia uma motocicleta enquanto um menor de idade, na garupa, estava com uma arma de fogo ameaçando os moradores.



Figura 44. Nova Tebas (PR). Conselho Tutelar
Fonte: Fernandes, P. H. C. – 2011

O trabalho empírico foi baseado em duas localidades cujos indicadores, especialmente relacionados à segurança, chamavam a atenção. Os levantamentos efetuados tinham como objetivo entender, de forma aproximada, a realidade local em municípios com indicadores problemáticos. Para compreender a realidade local, procurou-se, inicialmente, abordar vários aspectos socioespaciais para, então, focalizar a questão da violência e da insegurança urbana. Essa mesma sequência foi utilizada para sistematização dos resultados aqui apresentados.

Parece fundamental destacar a condição de vida social e humana inadequada, como a ausência de oportunidades de geração de emprego e renda e a ausência ou insuficiência de atendimentos diversos na esfera do poder público, em especial aqueles que diretamente dizem respeito à segurança, além de outros.

A análise dos dois municípios mostra como é importante aproximar o foco e como o nível de aprendizado é maior com procedimentos dessa natureza. Além disso, observam-se, as diferenças entre as localidades. Embora existam pontos comuns, a análise pormenorizada de cada município pode demonstrar como cada localidade apresenta singularidades.

Considerações finais

*O horrível dever é ir até o fim. (...)
Viver a própria realidade. Descobrir a verdade. (...)
Pois não posso mais carregar as dores do mundo.*
Clarice Lispector

A construção da pesquisa que resultou nesta dissertação foi permeada por diversas indagações, que surgiram a partir de observações empíricas e debates teóricos. Contudo, no percurso trilhado, ao tentar buscar respostas a elas, outras questões e inquietações emergiram e foram agregadas ao tema ou lançadas para possíveis estudos futuros.

Efetivamente, não é fácil compreender, em totalidade, o espaço geográfico, principalmente quando a abordagem inclui a percepção humana. É justamente no sentido de destacar a relevância de aspectos subjetivos dos moradores que se utilizou, atrelado à insegurança urbana, a noção de sentimento.

O certo é que a pesquisa se desenvolveu com acertos e erros e terminou com inquietações que ainda necessitam de maior aprofundamento para melhor compreensão. Logo, sabe-se que a construção de uma temática parte de momentos diferentes, inclusive intelectual, do pesquisador. Sendo assim, a opção por iniciar a dissertação em escala maior, já que fala das pequenas cidades em geral, caminhou no sentido de buscar entender um processo iniciado no mundo moderno, ampliado no contemporâneo e que tem se tornado uma questão cada vez mais instigante – e por que não preocupante – para o futuro.

As principais motivações caminharam nesse sentido de preocupação com espaços não-metropolitanos que são pouco abordados pelos referenciais teóricos e pela imprensa comparado aos grandes centros urbanos. Além disso, é mostrar que considerada parcela da população convive com situações caóticas e indignas, enfrentando, muitas vezes, sem esboçar reações políticas no sentido de reverter sua condição de vida.

Neste texto final, apresentam-se algumas considerações mais específicas acerca do trabalho, principalmente a partir dos resultados encontrados no trabalho empírico. A violência, como conceito, é polissêmica, complexa e de difícil definição, apesar da recorrência do seu uso no cotidiano humano. Independentemente da linha de pesquisa e dos referenciais teóricos, a difusão da violência é reconhecida e suas

consequências vêm sendo objetos de estudos de diversos trabalhos nacionais e internacionais.

O aumento quantitativo da violência pelo interior do Brasil é observado nos diferentes dados apresentados, como aqueles de homicídios, e nos referenciais teóricos discutidos. Assim, independente do tamanho e da localização, os espaços, em totalidade, enfrentam, com intensidade variável, problemas com a violência e criminalidade.

Partindo do exposto e da análise dos dados secundários dos municípios que compõem o Norte do Paraná, observou-se a existência de diversos problemas associados aos serviços de saúde, de educação, de assistência social, de geração de emprego e renda, etc. e de problemas de infraestrutura, como ausência de asfalto, saneamento básico, transporte público, entre outros.

Entre todos esses problemas encontrados, um especialmente chamou a atenção: a segurança pública. Os dados de homicídios permitiram perceber que diversas pequenas cidades, de diferentes estados do Brasil, apareciam com taxas similares ou maiores que muitas cidades demograficamente maiores, inclusive a metrópole de São Paulo. Assim, os resultados alcançados para as pequenas cidades não destoam daqueles mesmos encontrados em cidades maiores, sendo, em alguns casos, até piores.

Logo, os processos e dinâmicas atuais sinalizaram para um crescimento da violência e da insegurança em espaços não-metropolitanos, como as pequenas cidades. Enquanto a violência relacionou-se principalmente aos dados quantitativos, ou seja, ao aumento nos indicadores de homicídios, furtos, roubos, etc., o sentimento de insegurança urbana caminhou no sentido da percepção, variando de acordo com a pessoa, local, intensidade e relacionado a fatores e influências reais e/ou imaginários.

Logo, as principais conclusões deste trabalho acerca do aumento da violência e do sentimento de insegurança urbana em pequenas cidades transitam (i) pela difusão da violência a partir do espaço metropolitano e, neste momento, cabe o papel influenciador da mídia acerca deste tema, já que ela está inserida, principalmente, nesses espaços demograficamente maiores; (ii) pelo aumento do tráfico e consumo de drogas e bebidas que acarretam outras ações violentas como brigas, esfaqueamentos, violência doméstica, estupros, explorações sexuais e

homicídios; e, finalmente, (iii) pela ausência de serviços e equipamentos públicos, especialmente relativos à segurança, e espaços públicos lúdicos que permitem a construção efetiva de laços positivos de sociabilidade.

Os levantamentos de dados oficiais e de notícias vinculadas ao tema permitiram demonstrar que os mesmos eventos violentos que diariamente são apresentados pelos meios de comunicação em grandes cidades ocorrem em pequenas. No Norte do Paraná, foram encontradas notícias de assaltos e furtos a bancos, lotéricas e caixas eletrônicos, ao comércio e a residências, estupros, homicídios, pedofilia, exploração sexual, diversos casos de violência doméstica contra a mulher e contra a criança ou adolescente, entre outros casos.

Esses casos se agravam devido ao *déficit* no efetivo de profissionais de segurança, como o caso dos policiais militares. Em muitas pequenas cidades, não há sequer efetivo de policiais civis e bombeiros. Além disso, os entrevistados questionaram o profissionalismo de alguns deles, já que muitos militares se apoiam em práticas de repressão, coerção e intimidação.

Além do exposto, a violência e a insegurança influenciam diretamente nas relações interpessoais. Os referencias acadêmicos, independente da linha de abordagem, reconhecem que há uma alteração na natureza dos laços sociais. Apesar de um predomínio de trabalhos que contemplam os espaços metropolitanos, podem-se observar processos similares atingindo as pequenas cidades, caracteristicamente marcadas por relações de maior proximidade e com alto grau de pessoalização.

No mundo contemporâneo, o individual, o prazer e o gozo ganham importância em detrimento do coletivo e do bem-estar, ou seja, materializados pelas tendências vinculadas ao modo de produção capitalista. Logo, as relações pessoais se tornam pautadas na homogeneização social e num jogo de interesses e, conseqüentemente, distantes de uma sociabilidade positiva. Esse contexto foi perfeitamente encontrado em pequenas cidades, inclusive no trabalho empírico.

Finalmente, o trabalho de campo nas duas pequenas cidades de Florestópolis e Nova Tebas revelou como os moradores desses dois municípios se manifestam quanto à realidade enfrentada por eles. Assim, emergiram situações preocupantes e características próprias no que diz respeito à segurança pública e à sociabilidade.

Em Nova Tebas, os pouco mais de sete mil moradores convivem, desde antes da emancipação do município, com uma situação caótica: não há asfalto, saneamento básico, transporte público, políticas de geração de emprego e renda, apoio à agricultura local, nem sequer um espaço lúdico, como uma praça. Além disso, a posição geográfica do município, somada à ausência de profissionais de segurança, transformaram-no num lugar “isolado”, onde quadrilhas se escondem e cometem práticas criminosas. Esse contexto, certamente, é desestimulante para o morador dessa localidade. Contudo, há um ponto positivo nos resultados de Nova Tebas: eles sinalizam para uma possível melhora na situação encontrada, fato que deve ser analisado nos próximos censos demográficos e ao longo da década de 2010.

Em contrapartida, o município de Florestópolis aparece no sentido oposto. Apesar de os serviços encontrados na área urbana estarem numa situação melhor que a de Nova Tebas, as perspectivas para os próximos anos não são nada favoráveis. O maior reflexo da situação atual da cidade é a ausência de uma sociabilidade positiva por parte dos moradores, que deixam se falar cada vez mais; parte disso ocorre como consequência dos eventos violentos que diariamente assolam a sociedade local, principalmente nos espaços lúdicos que deveriam ser utilizados para a prática da sociabilidade.

Em ambas as cidades, os resultados mostraram que há muito que se fazer por esses espaços, seja no âmbito político, seja no social. Há, também, necessidade de ampliar os estudos e o debate acadêmico, visto ser indispensável que a universidade caminhe até esses espaços para tentar contribuir com a sociedade local. Portanto, os espaços e a sociedade das pequenas cidades devem continuar em pauta nos debates acadêmicos para que se possa trilhar no sentido de uma compreensão total da realidade urbana e social brasileira.

Referências

ALVES, Antônio José Lopes. A sociabilidade nos Grundrisse de Karl Marx. In: **Anais de Filosofia**. São João Del-Rei, v. 9, p. 309-313, 2002;

BACELAR, Winston Kleiber de Almeida. **A pequena cidade nas teias da aldeia global**: relações e especificidades sócio-políticas nos municípios de Estrela do Sul, Cascalho Rico e Grupiara – MG. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2008. 411 p.;

BAPTISTA, Renata; BÄCHTOLD, Felipe. 21 cidades têm toque de recolher para jovens. In: **Folha online**. 2009. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u596333.shtml>> acesso em: 14 de abril de 2011;

BASTOS, Liana Albernaz de Melo. Armagedon: a violência no mundo contemporâneo. In: **Revista Brasileira de Psicanálise**, v. 37, p. 259-270, 2003;

BAUMAN, Zygmunt. **Amor líquido**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004;

_____. **Capitalismo parasitário**: e outros temas contemporâneos. Tradução de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2010. 92 p.;

_____. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2003. 141 p.;

_____. **Confiança e medo na cidade**. Tradução de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009. 94 p.;

_____. **Tempos líquidos**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2007. 119 p.;

BAZON, Marina Rezende. Dinâmica e sociabilidade em famílias de classes populares: histórias de vida. In: **Paidéia**, Ribeirão Preto, v. 10, n. 18, p. 40-50, jan./jul., 2000;

BENEVIDES, Maria Victoria. **Violência, povo e política**. São Paulo: CEDEC/Brasiliense, v. 1, 1983. 104 p.;

BERNARDELLI, Mara Lúcia Falconi da Hora. **Pequenas cidades na região de Catanduva – SP: papéis urbanos, reprodução social e produção de moradias.** Tese (doutorado) – Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente: [s.n.], 2004. 347 p.;

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2011. 454 p.;

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1988. 18ª edição. São Paulo: Saraiva, 1998;

_____. **Ministério da Educação.** Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei8069_02.pdf> acesso em: 26 de julho de 2011;

_____. **Ministério da Justiça:** Segurança Pública. 2011b. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJCF2BAE97ITEMID6CB4BC7A517B4668A5F12EFC98FFCFEPTBRNN.htm>> acesso em: 08 de maio de 2011;

_____. **Ministério da Justiça:** Sistema penal. 2011a. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJD574E9CEITEMID364AC56ADE924046B46C6B9CC447B586PTBRNN.htm>> acesso em: 15 de maio de 2011;

_____. **Subchefia para assuntos jurídicos:** Lei nº 7.209, de 11 de julho de 1984. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/1980-1988/L7209.htm>> acesso em: 05 de maio de 2011;

_____. **Subchefia para assuntos jurídicos:** Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9099.htm> acesso em: 05 de maio de 2011;

BUENO, Francisco da Silveira. **Minidicionário da língua portuguesa.** São Paulo: FTD: LISA, 1996;

CANDÓI, Prefeitura Municipal de. **Administração municipal de Candói realiza entrega técnica de mais 13 câmeras de segurança.** 2011. Disponível em: <<http://www.candoi.pr.gov.br/modules/news/article.php?storyid=63>> acesso em: 31 de março de 2011;

CANIELLO, Márcio. O Ethos Sanjoanense: tradição e mudança em uma cidade pequena. In: **Mana**, Rio de Janeiro, v. 9, nº 1, p. 31-56, 2003;

CARDOSO, Jayme Antonio; WESTPHALEN, Cecília Maria. **Atlas Histórico do Paraná**. 2 ed., Curitiba: Livraria do Chain Editora, 1986;

CARRIÓN MENA, Fernando; NÚÑEZ-VEGA, Jorge. La inseguridad en la ciudad: hacia una comprensión de la producción social del miedo. In **EURE**, Santiago, v. 32, n. 97, p. 7-16, dez., 2006. Disponível em:
<http://www.scielo.cl/scielo.php?pid=S0250-71612006000300001&script=sci_arttext> acesso em: 26 de janeiro de 2011;

CESCON, Flávia Rodrigues Prates; BAENINGER, Rosana. “Cidades carcerárias”: migração e presídios em regiões de São Paulo. In: **XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Caxambu (MG). 2010. Disponível em:
<http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2010/docs_pdf/tema_6/abep2010_2657.pdf> acesso em: 18 de maio de 2011;

CHAUI, Marilena. **Simulacro e poder**. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2006. 142 p.;

CLAVELL, Gemma Galdon. La ciudad asustada: seguridad, control y exclusión más allá de la forma urbana. In: **Carajillo de la ciudad**, 2010. Disponível em:
<http://www.cafedelasciudades.com.ar/carajillo/6_art3.htm> acesso em: 31 de março de 2011;

CORRÊA, Roberto Lobato. A urbanização nas áreas de cerrado: algumas considerações. In: **Sociedade & Natureza**, Uberlândia: Edufu, n.13/14, jan/dez, 1995, p.147-150;

_____. Globalização e reestruturação da rede urbana – uma nota sobre as pequenas cidades. In: **Território**, Rio de Janeiro, Ano IV, nº 06, p. 43-53, jan./jun., 1999;

_____. Hinterlândias, hierarquias e redes: uma avaliação da produção geográfica brasileira. In: **Os caminhos da reflexão da cidade e do urbano**. São Paulo: Edusp, 1994, p. 323-359;

_____. Rede urbana e formação espacial – uma reflexão considerando o Brasil. In: **Território**. Rio de Janeiro, v. 5, nº 8, p. 121-129, junho, 2000;

CORRÊA, Roberto Lobato. Uma nota sobre o urbano e a escala. In: **Território**, Rio de Janeiro, Ano VII, nº 11, 12 e 13, p. 133-136, set./out., 2003;

CUBAS, Viviane de Oliveira. **A expansão das empresas de segurança privada em São Paulo**. Dissertação (mestrado) – Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Sociologia. 2002. 175 p.;

CURBET, Jaume. La inseguridad ciudadana ha cambiado nuestras vidas. In: **Carajillo de la ciudad**, 2010. Disponível em: <http://www.cafedelasciudades.com.ar/carajillo/6_art2.htm> acesso em: 31 de março de 2011;

DELGADO, Edelaine Nabarrete Franco. **Desenvolvimento local e meio ambiente: as transformações históricas na paisagem do município de Novo Itacolomi – PR (1975-2007)**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia. Maringá, 2007. 261 p.;

D'INCAO, Maria Ângela. Modos de ser e de viver: a sociabilidade urbana. In: **Tempo Social: revista de Sociologia**. São Paulo: USP, v. 4, nº 1, 1994, p. 95-109;

ENDLICH, Angela Maria. **Maringá e o tecer da rede urbana regional**. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 1998. 221 p.;

_____. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades do Noroeste do Paraná**. Tese (doutorado) – Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente: [s.n.], 2006. 505 p. il.;

EXPRESSO NORDESTE. **Horários para Nova Tebas**. 2011. Disponível em: <<http://www.expnordeste.com.br/>> acesso em: 30 de julho de 2011;

FLORESTÓPOLIS, Prefeitura Municipal de. **Informações sobre o município**. Disponível em: <www.florestopolis.pr.gov.br> acesso em: 04 de julho de 2011;

FONSECA, Ailton Siqueira de Souza. Realidade, cidade e a condição humana na Era planetária. In: **Expressão**. Universidade Estadual do Rio Grande do Norte: Mossoró (RN), v. 1, p. 29-36, 2000;

FREITAS, Fábio. Justiça suspende toque de recolher para adolescentes em SC. In: **Folha Online**. 2011. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/884606-justica-suspende-toque-de-recolher-para-adolescentes-em-sc.shtml>> acesso em: 14 de abril de 2011;

FRESCA, Tânia Maria. **A dinâmica funcional da rede urbana do Oeste Paulista: estudo de casos: Osvaldo Cruz e Inúbia Paulista**. 1990. 282 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1990;

_____. **A rede urbana do norte do Paraná**. Londrina: Eduel, 2004. 403 p.: II;

FURINI, Luciano Antonio; GOES, Eda Maria. Ideologia e Espaço Geográfico. In: **Caderno Prudentino de Geografia: Associação dos Geógrafos Brasileiros**. Presidente Prudente, vol. 1, nº 28, p. 33-44, 2006;

GAVIRIA M., Margarita Rosa. Controle social expresso em representações sociais de violência, insegurança e medo. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 20, p. 72 a 107, jul./dez., 2008;

GODOY, Marcelo. Governo Alckimin vai retomar projeto de construir 46 presídios no interior. In: **O Estado de São Paulo: caderno Cidades**. 05 de janeiro de 2011. p. C1;

GOES, Eda Maria. **A recusa das grades: rebeliões nos presídios paulistas: 1982-1986**. 1ed. São Paulo: IBCCRIM, 2009, 146 p.;

_____. **Imagens da polícia**. Relações entre cidadania e violência caracterizadas nas representações da polícia paulista: janeiro/83 – março/85. Tese (doutorado em História), Universidade Estadual Paulista, Assis: [s.n.], 1998. 245 p.;

_____. Transição política e cotidiano penitenciário. In: **História**, Franca, v. 23, n.1-2, p. 219-238, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/his/v23n1-2/a11v2312.pdf>> acesso em: 24 de janeiro de 2011;

GOES, Eda Maria; MAKINO, Rosa Lucia. As unidades prisionais do Oeste Paulista: implicações do isolamento e do fracasso na tentativa da sociedade de isolar por completo parte de si mesma. In: **Terra Livre**, São Paulo, v. 2, p. 163-176, 2002;

GOMES, Livia Godinho Nery e SILVA JUNIOR, Nelson da. Sobre a amizade em tempos de solidão. In: **Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, v. 19, n. 2, p. 57-64, mai./ago., 2007;

GONÇALVES, Francisco Ednardo. **Cidades pequenas, grandes problemas: perfil urbano do Agreste Potiguar**. 2005. 173 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande Do Norte (RN). Programa De Pós-Graduação em Geografia, Natal, 2005;

GOOGLE EARTH, imagens de satélites. **Florestópolis e Nova Tebas**. 2011;

HONORAT, Benjamim André. **A mídia e o sentimento de insegurança: estudo de recepção sobre o programa Barra Pesada**. 2005. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPG-SOL) da Universidade de Brasília (UnB);

IANNI, Octavio. **A sociedade global**. 8ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. 192 p.;

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Atlas geográfico escolar**. 2ª ed., Rio de Janeiro: IBGE, 2004. 204 p.;

_____. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/resultados_do_censo2010.php> acesso em: 03 de Fevereiro de 2011;

_____. **Divisão Regional**. 2008. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/default_div_int.shtm?c=1> acesso em: 25 março de 2011;

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)**. Rio de Janeiro, v. 30, 2009. 133 p.;

_____. **Região de Influência das Cidades (Regic, 2007)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. 201 p.;

_____. **Sidra: Censo Demográfico 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, Disponível em: <<<http://www.sidra.ibge.gov.br/>>> acesso em: 2011;

ICMbio, Instituto Chico Medes. **O foco na conservação da biodiversidade**. 2010. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/menu/institucional>> acesso em: 31 de março de 2011.

IPARDES, Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Os vários Paranás: identificação de espacialidades socioeconômico-institucionais como subsídios a políticas de desenvolvimento regional.** Curitiba: IparDES, 2006. 92 p.;

_____. **Sistema de informação dos municípios.** 2010. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/imp/imp.php>> acesso em: 20 de março de 2011;

KOLBACH, Karlos. Políticos são donos de 15% das rádios no PR. In: **Portal Gazeta do Povo.** 2011. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vidapublica/conteudo.phtml?id=1136363>> acesso em: 7 de julho de 2011;

LEAL, José Manuel Pires. O sentimento de insegurança na discursividade sobre o crime. In: **Sociologias**, Porto Alegre, n. 23, p. 394-427, jan./abr., 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n23/14.pdf>> acesso em: 27 de janeiro de 2011;

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade.** Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centrauro, 2001. 144 p.;

LOBODA, Carlos Roberto. **Práticas socioespaciais e espaços públicos em Guarapuava – PR.** Tese (doutorado) – Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente, 2008. 352 p.;

LUGAN, Jean-Claude. Sociabilité et intégration dans les petites Villes: hypothèses sur une evolutions. In: **Bourgs et petites villes.** Jean-Paul Laborie et Jean Renard (org.). Presses Universitaires du Mirail, Toulouse, 1997. p. 399-406;

MACHADO, Fernanda. Revolução Industrial. In: **Portal UOL Educação.** 2009. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/historia/ult1690u7.jhtm>> acesso em: 03 de Maio de 2011;

MAGALHÃES, Nara. Significados de violência em abordagem da mensagem televisiva. In: **Sociologias**, Porto Alegre, n. 21, p. 318-343, jan./jun., 2009;

MATELÂNDIA, Prefeitura Municipal de. **Prefeito Primon sanciona Toque de Proteger em Matelândia.** 2011. Disponível em: <<http://www.matelandia.pr.gov.br/index.php?p=noticias&id=99>> acesso em: 14 de abril de 2011;

MATOS, Ralfo Edmundo da Silva. Aglomerações Urbanas, rede de cidades e desconcentração demográfica no Brasil. In: **Anais do XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, Belo Horizonte: ABEP/CEDEPLAR, 2000. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/Todos/migt4_3.pdf> acesso em: 03 de Fevereiro de 2011;

MELO, Clóvis Augusto. Bombeiros não chegariam a tempo em 19 cidades da região. In: **O Diário do Norte do Paraná**. 20 jan. 2008. Maringá, 2008, p. A4;

MELO, Nágela Aparecida de. **Pequenas cidades na microrregião geográfica de Catalão (GO)**: análises de seus conteúdos e considerações teórico-metodológicas. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2008. 527 p.;

MENDES, Marcos, MIRANDA; Rogério Boureri; COSIO, Fernando Blanco. Transferências intergovernamentais no Brasil: diagnósticos e proposta de reforma. In: **Textos para discussão**. Consultoria Legislativa do Senado Federal, nº 40, 2008. 111 p.; Disponível em: <http://www.senado.gov.br/senado/conleg/textos_discussao/texto40-marcosmendesrog%C3%A9riomirandaefernandoblancos.pdf> acesso em: 30 de maio de 2011;

MOREIRA, Jacqueline de Oliveira; ABREU, Anderson Kerley Chaves de; OLIVEIRA, Marina Clemente de. Moralidade e sociabilidade em Frankl: um norte para superação da violência. In: **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 11, nº 3, p. 627-635, 2006;

NASCIMENTO, Nelson José. Subnotificação: causa ou efeito? In: **Fórum Brasileiro de Segurança Pública**. 2011. Disponível em: <<http://forumseguranca.org.br/www2/content/subnotifica%C3%A7%C3%A3o>> acesso em: 12 de dezembro de 2011;

NEME, Cristina. Violência e segurança: um olhar sobre a França e o Brasil. In: **Rev. Sociol. Polit.** [online], n.25, p. 123-137, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n25/31115.pdf>> acesso em: 7 de maio de 2011;

NETO, João Lopes de A. **Anomia**. 2008. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/articles/3730/1/Anomia/pagina1.html>> acesso em: 17 de maio de 2011;

NOVA TEBAS, Prefeitura Municipal de. **Informações sobre o município**. Disponível em: <www.novatebas.pr.gov.br> acesso em: 04 de julho de 2011;

OLINDA, Caroline. Segurança estilhaçada. In: **Jornal Gazeta do Povo**. Edição de 2 de agosto de 2010. Curitiba, 2010.

OLIVEIRA, José Aldemir de. A cultura, as cidades e os rios na Amazônia. In: **Ciência e Cultura**, Campinas: SBPC, v. 58, n. 3, p. 27-29, jul./set. 2006. Disponível em: <<http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v58n3/a13v58n3.pdf>> Acesso em: 10 de abril de 2011;

PADIS, Pedro Calil. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná**. São Paulo: HUCITEC, 1981. 235 p.;

PARANÁ. **Departamento de Estradas de Rodagem (DER)**. 2011. Disponível em: <<http://www.der.pr.gov.br/>> acesso em: 15 de julho de 2011;

_____. **Departamento Penitenciário do Paraná (DEPEN)**. 2011. Disponível em: <<http://www.depen.pr.gov.br/>> acesso em: 15 de maio de 2011;

_____. Sistema Estadual de Legislação do Paraná. **Lei Complementar 56 de 18 de fevereiro de 1991**. 1991. Disponível em: <<http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=8378&codItemAto=159597>> acesso em: 25 de junho de 2011;

PEDRAZZINI, Yves. **A violência das cidades**. Tradução de Giselle Unti. Petrópolis (RJ): Vozes, 2006. 188 p.;

PEREIRA, Anete Marília. **Cidade média e região: o significado de Montes Claros no Norte de Minas Gerais**. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia (MG), 2007. 347 p.;

POCHMANN, Márcio; AMORIM, Ricardo Gomes. **Atlas da Exclusão Social no Brasil**. São Paulo: Editora Cortez, 2003. 224 p.;

POLÍCIA CIVIL DO PARANÁ. 2011. Disponível em: <<http://www.policiacivil.pr.gov.br/>> acesso em: 13 de julho de 2011;

POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ. 2011. Disponível em: <<http://www.policiamilitar.pr.gov.br/>> acesso em: 13 de julho de 2011;

PORTAL FANTÁSTICO. **Grávida e menores em delegacias no interior da Bahia.** 2011b. Disponível em: <<http://fantastico.globo.com/Jornalismo/FANT/0,,MUL1646185-15605,00.html>> acesso em: 15 de julho de 2011;

_____. **O descaso nas delegacias brasileiras.** 2011a. Disponível em: <<http://fantastico.globo.com/Jornalismo/FANT/0,,MUL1644897-15605,00.html>> acesso em: 15 de julho de 2011;

PORTAL FOLHA. **Cadastro revela políticos donos de rádios e Tvs no país.** 2011. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/922320-cadastro-revela-politicos-donos-de-radio-e-tvs-no-pais.shtml>> acesso em: 7 de julho de 2011;

PORTAL GAZETA DO POVO. Toque de recolher chega ao Paraná. In: **Vida e cidadania.** 2009. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?id=904052>> acesso em: 14 de abril de 2011;

PORTAL GUIA 4 RODAS. **Distância entre cidades.** 2011. Disponível em: <<http://viajeaqui.abril.com.br/guia4rodas/>> acesso em: 12 de janeiro de 2011;

PORTAL O GLOBO. **Caderno Cidades.** 2009. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/cidades/mat/2009/04/21/toque-de-recolher-para-adolescentes-criancas-comeca-valer-em-tres-cidades-de-sao-paulo-755363855.asp>> acesso em: 14 de abril de 2011;

PORTAL THE HUFFINGTON POST. **FBI: crime falls, but small town violence rises.** Disponível em: <http://www.huffingtonpost.com/2009/06/01/fbi-crime-falls-but-small_n_209893.html> acesso em: 14 de maio de 2011;

PORTAL TV CIDADE VERDE. Instituto vai “privatizar” trilhas e serviços do **parque Sete Cidades.** 2010. Disponível em <<http://www.cidadeverde.com/instituto-vai-privatizar-trilhas-e-servicos-do-parque-sete-cidades-54615>> acesso em: 31 de março de 2011;

PRINCESA DO NORTE. **Horários para Florestópolis.** Disponível em: <<http://www.princesadonorte.com.br/index.asp>> acesso em: 29 de julho de 2011;

RACY, José Caio. Economia brasileira contemporânea (1945-2004). Resenha do livro de Fábio Giambiagi *et al.*. In: **Revista de Economia Mackenzie**, p. 172-184, 2005. Disponível em: <http://www3.mackenzie.br/editora/index.php/rem/article/viewFile/781/468>> acesso em: 06 de Fevereiro de 2011;

RAMIRO, Denise. A bilionária indústria da segurança. In: **Revista IstoÉ Dinheiro**. Edição 415, 24 de agosto de 2005. Disponível em: <http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/4665_a+bilionaria+industria+da+seguranca> acesso em: 03 de maio de 2011;

RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Urbanidade e vida metropolitana**. Porto Alegre, Jobran Editora, 1996. 117 p;

RIFIOTIS, Theophilos. **Nos campos da violência**: diferença e positividade. Laboratório de Estudos da Violência (LEVIS), Departamento de Antropologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). 2006. 13 p. Disponível em: <<http://www.cfh.ufsc.br/~levis/downloads/artigos/NCVDP.pdf>> acesso em: 16 de março de 2011;

_____. Violência policial e imprensa: o caso da Favela Naval. In: **São Paulo em perspectiva**. São Paulo, v. 13, n. 4, p. 28 a 41, out./dez., 1999;

RODRIGUES, Arlete Moysés. Geografia e Violência Urbana. In: **Geografia em perspectiva**. Nídia Pontuscha (org.). 1 ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2002, p. 77-85;

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988, 87 p.;

SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade**: ensaios. Petrópoles: Vozes, 1982;

_____. **Manual de geografia urbana**. São Paulo: Hucitec, 1981;

_____. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988;

_____. **O Espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1979;

SANTOS, Milton. Por uma geografia das redes. In: **A natureza do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 208-222;

_____. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. In: **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo: AGB, 1977, p. 81- 99;

SÃO PAULO. **Secretaria de Administração Penitenciária (SAP)**. 2011. Disponível em: <<http://www.sap.sp.gov.br/>> acesso em: 15 de maio de 2011;

SAPORI, Luís Flávio. **Segurança pública no Brasil: desafios e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. 208 p.;

SENNETT, Richard. **O Declínio do Homem Público: as tiranias da intimidade**. Tradução: Lygia Araújo Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras, 1988;

SILVA, Luiz Antonio Machado da. Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 19, n. 1, p. 53-84, jan./jun., 2004;

SINCLAPOL. Sindicato das Classes Policiais Civis do Estado do Paraná. **270 cidades do Paraná não têm delegado de polícia**. 2011. Disponível em: <http://www.sinclapol.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=391:270-cidades-do-parana-nao-tem-delegado-de-policia&catid=44:jornal-sinclapol&Itemid=50> acesso em: 15 de julho de 2011;

SOARES, Beatriz Ribeiro. Cidade e metrópole: notas de um debate. In: **Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 81-86;

SOBARZO MIÑO, Oscar Alfredo. **Os espaços de sociabilidade segmentada: a produção do espaço público em Presidente Prudente**. Tese (doutorado) – Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente: [s.n.], 2004. 221 p. il.;

SORIANO, Érico. **Os espaços de medo e os de castigo nas pequenas cidades do estado de São Paulo: avaliação geral e o caso de Itirapina**. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual Paulista – Instituto de Geociências e Ciências Exatas. Rio Claro, 2007. 157 p.;

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2008. 288 p.;

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e Urbanização**. São Paulo, Editora Contexto, 1991, 75 p.;

SPOSITO, Marília Pontes. A sociabilidade juvenil e a rua: novos conflitos e ação coletiva na cidade. In: **Tempo Social**. São Paulo, v. 5, nº 1, p. 161-178, 1994;

SUTHERLAND, Edwin Hardin. **White Collar Crime**. New York: Dryden Press, 1949;

SWAIN, Tânia Navarro. **Fronteiras do Paraná: da colonização à migração**. Disponível em: <http://horizon.documentation.ird.fr/exl-doc/pleins_textes/pleins_textes_7/b_fdi_03_01/37774.pdf> acesso em: 16 de julho de 2011;

TEIXEIRA, Alex Niche. **A espetacularização do crime violento pela televisão: o caso do programa Linha Direta**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: 2002.

TEIXEIRA, Maria Cecília Sanches e PORTO, Maria do Rosário Silveira. Violência, insegurança e imaginário do medo. In: **Caderno CEDES**, Campinas, v. 19, n. 47, p. 51-66, dez., 1998;

TURRA NETO, Nécio. **Múltiplas trajetórias juvenis em Guarapuava: territórios e redes de sociabilidade**. Tese (doutorado) – Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente: [s.n.], 2008. 533 p.;

VIAÇÃO OURO BRANCO. **Horário para Florestópolis**. Disponível em: <<http://www.viacaoourobranco.com.br/>> acesso em: 29 de julho de 2011;

VIANA, Nildo. **Violência urbana: a cidade como espaço gerador de violência**. Goiânia: Edições Germinal, 2002. 48 p.;

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2010: anatomia dos homicídios no Brasil**. São Paulo: Instituto Sangari, 2010. 151 p.;

_____. **Mapa da Violência 2011: os jovens do Brasil**. São Paulo: Instituto Sangari, 2011. 164 p.;

ZALUAR, Alba. Exclusão e políticas públicas: dilemas teóricos e alternativas políticas. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 12, n. 35, fev., 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69091997000300003&script=sci_arttext> acesso em: 26 de janeiro de 2011.

Apêndice metodológico

O apêndice metodológico busca detalhar os principais procedimentos utilizados ao longo da dissertação. Julgou-se necessária sua utilização, pois envolve explicações minuciosas quanto à escolha dos dois municípios polarizados por pequenas cidades para a realização do trabalho de campo, bem como outros esclarecimentos quanto aos encaminhamentos da pesquisa. Assim, o Apêndice A representa o esquema metodológico deste trabalho.

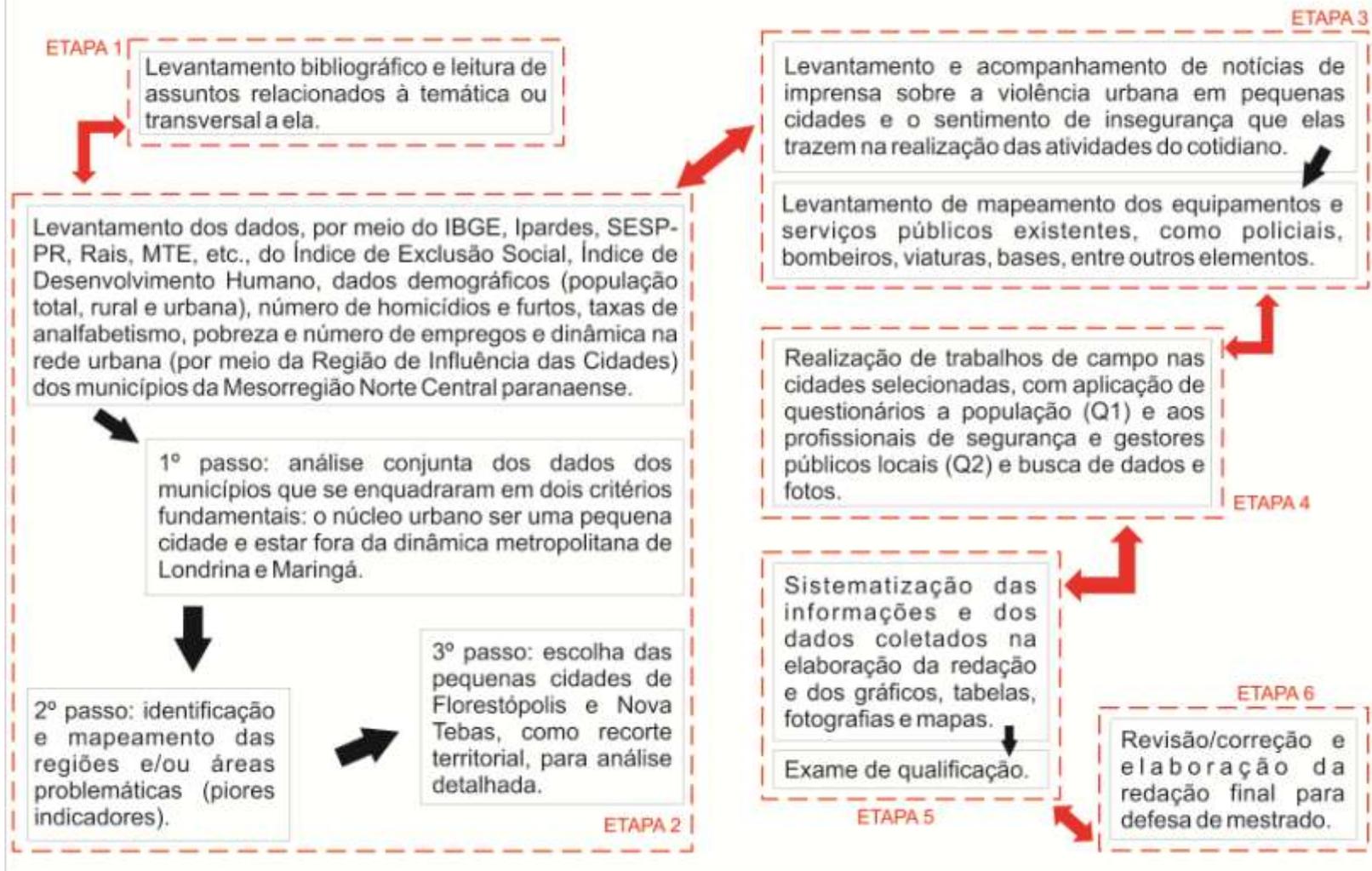
A Etapa 1 registra todo levantamento bibliográfico e leitura de livros, capítulos, artigos, textos, teses e dissertações de assuntos relacionados à temática, ou transversais a ela, que fundamentaram a dissertação e constituíram o referencial teórico.

Na Etapa 2, foi realizado um levantamento de dados secundários com a finalidade de escolher as duas pequenas cidades que são utilizadas na dimensão local, na qual amplia-se o olhar para a situação em duas localidades que apresentam problemas sociais graves, especialmente quanto à segurança pública.

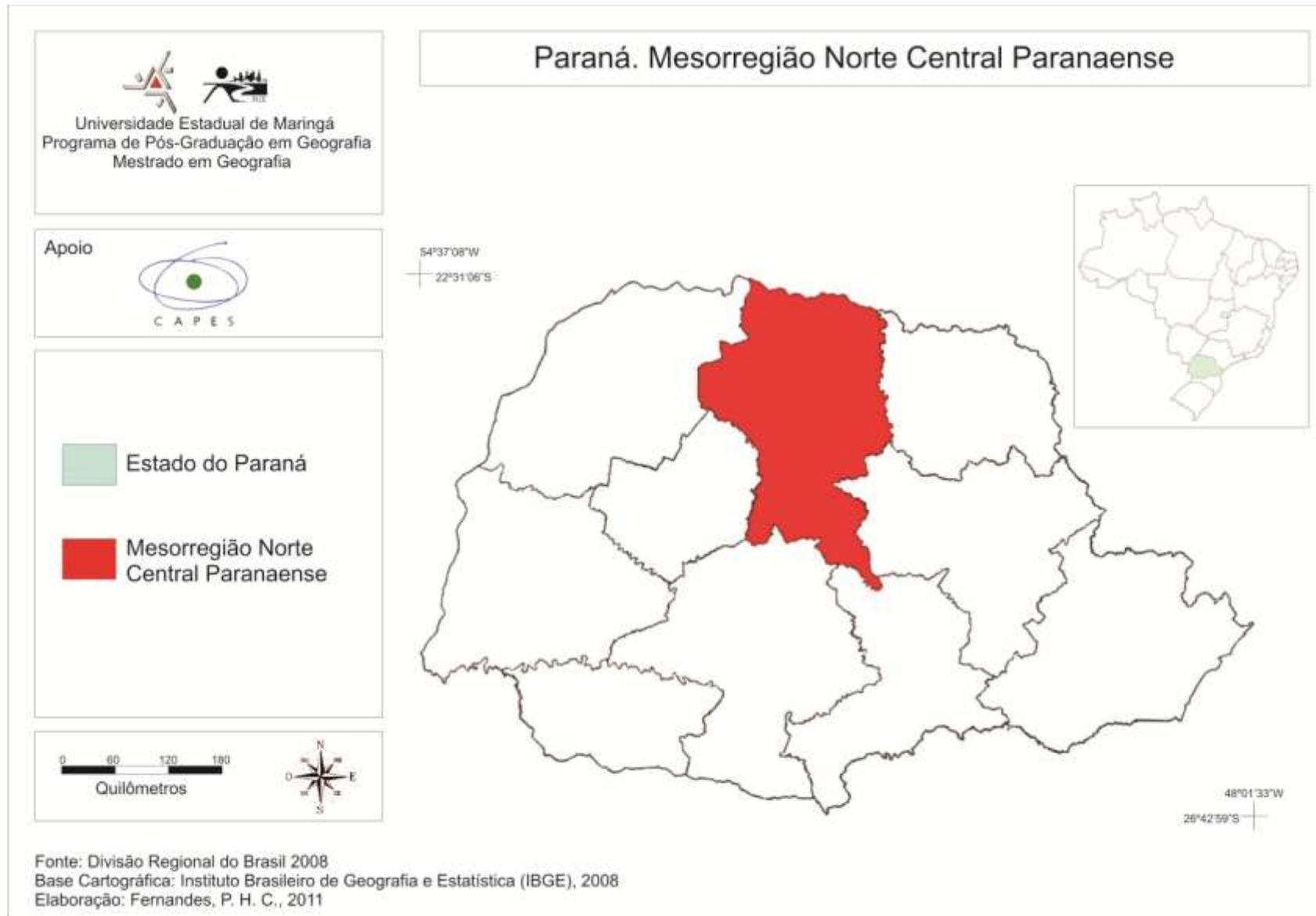
Nesta etapa, a escala inicial utilizada para a escolha do recorte territorial foi de cunho regional: a Mesorregião Norte Central paranaense. Enquanto o Apêndice B apresenta a localização dessa área dentro do Estado do Paraná, o Apêndice C mostra os 79 municípios que fazem parte dela, o distrito sede e, por conseguinte, a cidade de cada um deles.

Essa é uma região marcada por densa rede urbana, com muitas pequenas cidades. A maioria delas apresenta problemas relacionados a serviços de saúde, educação, infraestrutura, geração de emprego e renda, segurança, entre outros serviços importantes para o bem-estar coletivo.

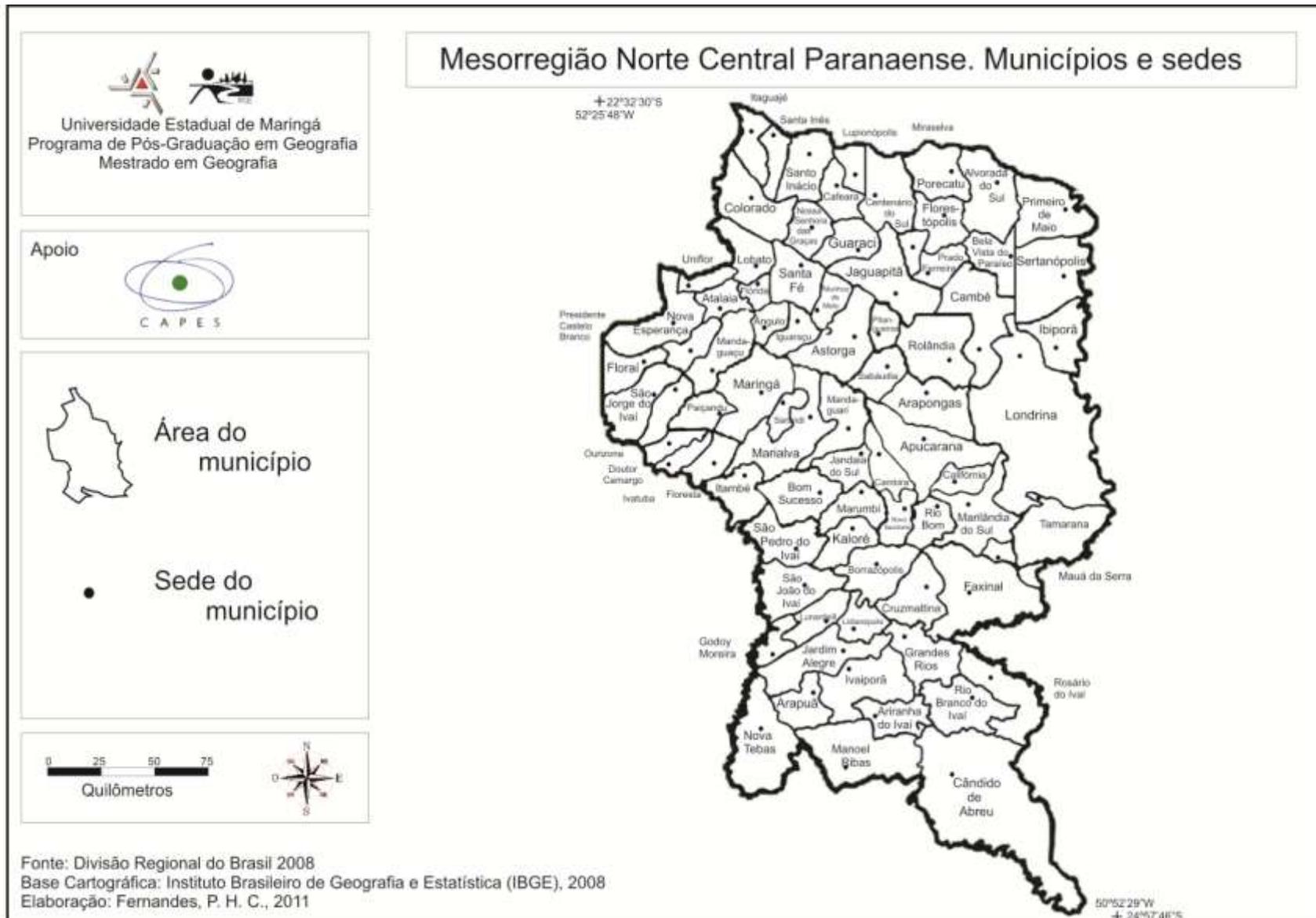
ESQUEMA METODOLÓGICO



Apêndice A: Esquema metodológico
Organização: Fernandes, P. H. C. – 2011



Apêndice B: Paraná. Localização da Mesorregião Norte Central paranaense
Fonte: IBGE (2008) – Organização: Fernandes, P. H. C. – 2011



Apêndice C: Mesorregião Norte Central paranaense. Localização dos municípios
Fonte: IBGE (2008) – Organização: Fernandes, P. H. C. – 2011

Para entender a condição social dos municípios dessa região, foram utilizados os seguintes dados e indicadores: i) o Índice de Exclusão Social, com base no *Atlas de Exclusão Social do Brasil* (POCHMANN; AMORIM, 2003), que contempla dados relativos à pobreza, alfabetização, vulnerabilidade da juventude, escolaridade, emprego formal, violência e desigualdade social; ii) IDH do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento de 2000, que considera as dimensões de educação, expectativa de vida e riqueza; iii) os dados demográficos (população total, urbana e rural) dos censos de 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010 do IBGE; iv) os dados de homicídios, segundo o *Mapa da Violência 2010* (WAISELFISZ, 2010) e os boletins de ocorrência; v) taxas de analfabetismo (IBGE, 2000); vi) taxas de pobreza, com base no IBGE (2000); vii) o número de empregos, via IBGE/Rais/Ministério do Trabalho e do Emprego, em série histórica de 2000 a 2009; e viii) a dinâmica na rede, por meio do REGIC (2007) do IBGE. Alguns indicadores utilizados ainda são recorrentes do censo demográfico de 2000, devido à não publicação, por parte do IBGE, de todos os resultados do censo de 2010.

A análise conjunta dos dados foi fundamental para encontrar similaridades neles e áreas preocupantes. Assim, ela não se refere a casos isolados ou apenas a determinados dados ruins que um município supostamente possa apresentar, o que, certamente, prejudicaria a investigação empírica. Portanto, o primeiro passo foi justamente analisar em conjunto os dados e indicadores.

No entanto, a escolha das duas pequenas cidades partiu de dois critérios iniciais que acabaram por enriquecer a discussão e apresentar a realidade concreta acerca da temática. São eles: i) a sede do município deveria ser uma pequena cidade cuja população total e urbana fosse inferior a 50 mil habitantes; e ii) a pequena cidade deveria estar fora da dinâmica de influência metropolitana das cidades de Londrina e de Maringá, assim como não poderia sofrer alto grau de influência delas (principalmente, pequenas cidades nos limites geográficos); isso porque tal dinâmica metropolitana, influenciadora direta dos dados coletados, é a própria resposta para as indagações relacionadas ao tema nessas pequenas localidades. Logo, foram desconsiderados aqueles municípios que se enquadram nesses dois critérios iniciais.

Após as análises conjuntas dos dados, foi elaborado o Apêndice D, que lista as 25 (31,6% do total) pequenas cidades com piores indicadores da mesorregião e

apresenta suas respectivas posições no *ranking* de alguns indicadores, cuja abordagem se considerou indispensável para os objetivos deste trabalho, como o IDH e as taxas de analfabetismo, de pobreza, de exclusão social e de homicídios.

Apêndice D. Posição do município no *ranking* de IDH, analfabetismo, pobreza, exclusão social e homicídios

Município	IDHm¹	Analfabetismo¹	Tx. Pobreza¹	Ex. Social²	Homicídios³
Arapuã	7	16	8	1	53
Ariranha do Ivaí	8	12	4	8	(-)
Bom Sucesso	28	21	25	16	23
Cafeara	13	11	30	24	(-)
Cândido de Abreu	2	8	1	4	16
Centenário do Sul	30	26	23	22	31
Cruzmaltina	5	4	7	9	22
Faxinal	25	23	26	26	18
Florestópolis	21	31	31	38	5
Godoy Moreira	4	1	3	5	42
Grandes Rios	12	3	14	7	4
Guaraci	32	29	36	48	17
Itaguajé	19	14	16	20	39
Jardim Alegre	15	17	9	12	66
Lidianópolis	26	18	17	14	48
Lunardelli	11	11	18	27	58
Lupionópolis	20	24	33	39	14
Mauá da Serra	17	20	13	15	28
Nova Tebas	9	5	5	2	1
Novo Itacolomi	14	15	15	10	(-)
Rio Bom	16	14	21	23	46
Rio Branco do Ivaí	3	2	2	3	(-)
Rosário do Ivaí	1	6	6	6	6
São João do Ivaí	10	9	22	19	11
São Pedro do Ivaí	38	42	38	49	12

Notas: ¹ representa dados referentes ao ano de 2000, ² ao ano de 2003 e ³ a 2010

Observação: (-) corresponde a dados indisponíveis

Fonte: PNUD/IBGE/Pochmann e Amorim (2003)/Waiselfisz (2010)

O município que apresenta a pior situação é o de Rio Branco do Ivaí, que tem a segunda pior taxa de analfabetismo e de pobreza e o terceiro pior IDH e índice de exclusão social na região. Contudo, as taxas de homicídios não foram disponibilizadas, o que inviabilizou a escolha desse município. O caso de Rosário do

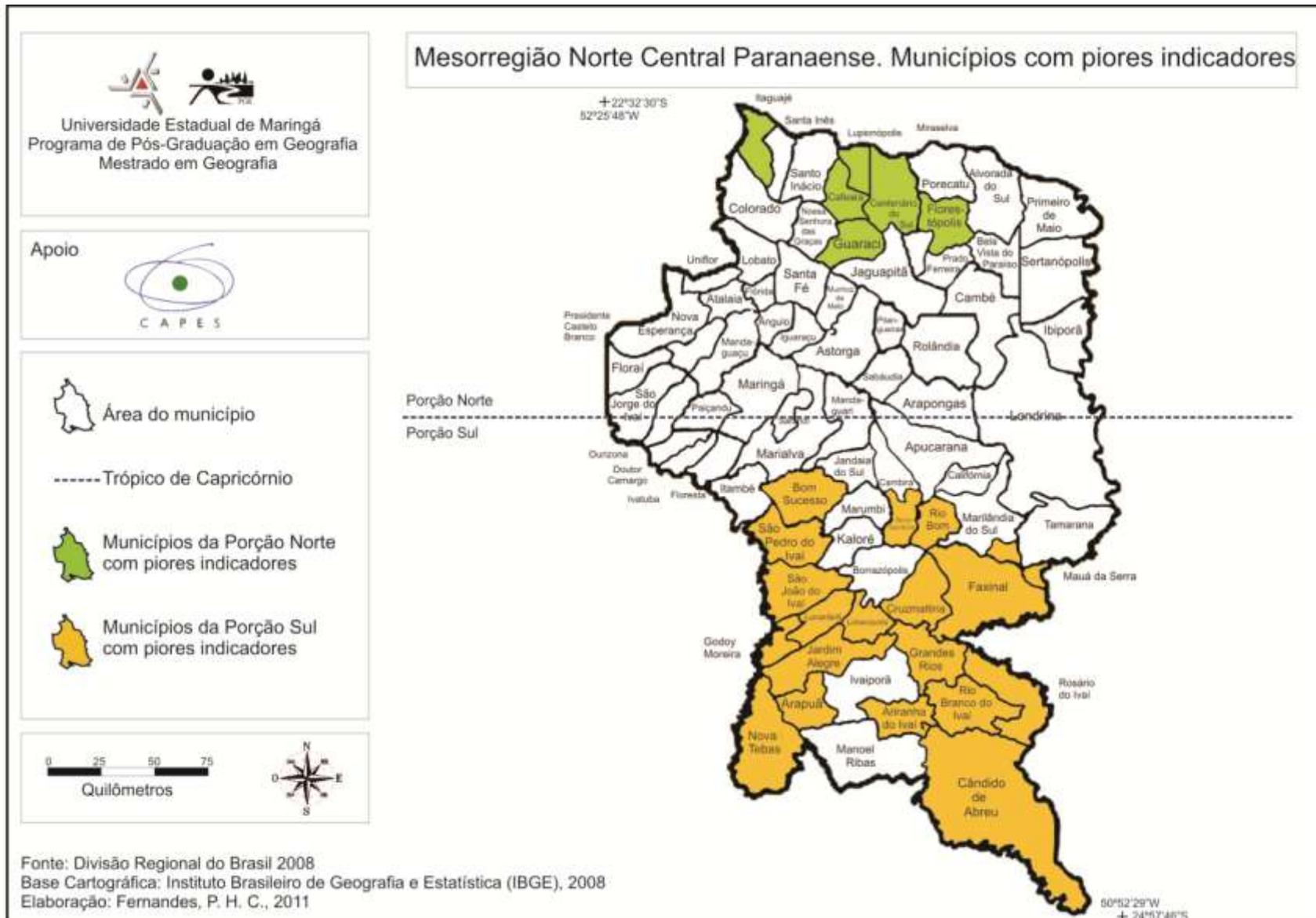
Ivaí é parecido, já que ele apresenta o pior IDH e está entre os dez piores entre os demais indicadores selecionados. No caso de Godoy Moreira, pior taxa de analfabetismo, e Cândido de Abreu, maior taxa de pobreza, os dados são alarmantes, mas as taxas de homicídios são melhores que de outras localidades. Em contrapartida, existem pequenas cidades com indicadores razoáveis, mas com altas taxas de homicídios, como Lupionópolis e São Pedro do Ivaí.

Além dos municípios citados na tabela anterior, é necessário ressaltar outros municípios que apresentam indicadores problemáticos, como Borrazópolis, Manoel Ribas, Marumbi e Sertanópolis, com baixo IDH; Kaloré, Miraselva, Prado Ferreira e Santa Inês, com altas taxas de analfabetismo; Ivaiporã, Marilândia do Sul e Primeiro de Maio, com altas taxas de população em situação de pobreza; e, finalmente, Cambira, Ivatuba, Jaguapitã, Munhoz de Melo e Presidente Castelo Branco, com altas taxas de homicídios.

A análise conjunta dos dados permitiu uma parcial compreensão da realidade social da região, permitindo, assim, encontrar as regiões/localidades mais problemáticas, ou seja, aquelas que apresentam os dados mais preocupantes. Assim, o Apêndice E espacializa as áreas consideradas problemáticas dentro da Mesorregião Norte Central paranaense e representou o segundo passo na etapa.

O que aparece evidenciado é que se têm duas porções problemáticas dentro da Mesorregião Norte Central paranaense, sendo uma ao Norte e outra ao Sul, tomando como base o eixo imaginário do Trópico de Capricórnio que, no sentido Oeste-Leste, passa justamente sobre as duas principais cidades do Norte e Noroeste do Paraná: Maringá e Londrina.

Portanto, a fim de contemplar o viés regional e por questão didática, dividiu-se a mesorregião em duas porções a partir do Trópico de Capricórnio, denominando-as de “porção norte” e “porção sul”. Os municípios da “porção norte” estão destacados em tom esverdeado e os da “porção sul”, em tom amarelado.



Apêndice E: Mesorregião Norte Central paranaense. Municípios e áreas com piores indicadores
Fonte: IBGE (2008) – Organização: Fernandes, P. H. C. – 2011

A partir dessa divisão, iniciou-se o terceiro e último passo da etapa. Ele consistiu na escolha das duas pequenas cidades, sendo uma de cada porção. Com a análise dos dados, o olhar, para a efetiva escolha, foi direcionado a dois dados que chamaram a atenção: a taxa de homicídio e o número de empregos. Sendo assim, seguindo o critério de escolher uma pequena cidade em cada porção da mesorregião, foram selecionadas a de Florestópolis e a de Nova Tebas.

A primeira apresenta a maior taxa de homicídio, no período de 2003 a 2007, na “porção norte”, e a quinta maior entre os 79 municípios da região toda. Outro dado inquietante é o salto repentino no número de empregos em nove anos, o que pode ter gerado a chegada de novos cidadãos na cidade e alterado os padrões de sociabilidade, além de influenciar a própria taxa de homicídio e o sentimento de insegurança.

A segunda escolha é ainda mais instigante. A pequena cidade de Nova Tebas, além de ser a primeira na “porção sul” e na mesorregião como um todo, aparece como a líder no *ranking* de taxa de homicídio no Estado do Paraná e a segunda no Brasil, ficando apenas atrás de Juruema, pequena cidade do interior do Estado do Mato Grosso. No caso do número de empregos, Nova Tebas teve, em média, um aumento de três vagas de emprego por ano, mostrando sua perda de centralidade e de população relacionada à ausência de segurança na cidade e serviços em geral.

A Etapa 3 consistiu no levantamento e no acompanhamento de notas da imprensa sobre a violência urbana em pequenas cidades e no levantamento e mapeamento dos equipamentos e serviços públicos existentes, como policiais, bombeiros, bases, viaturas, entre outros, com base em informações da Secretaria de Estado da Segurança Pública do Paraná (SESP).

O levantamento regional foi realizado em arquivos na sede do jornal *O Diário do Norte do Paraná*, em Maringá (PR), e em jornais impressos. Durante o período histórico de dez anos (agosto de 2001 a agosto de 2011), foram encontradas 714 notícias (71,4 por ano) relacionadas à violência em pequenas cidades, excluindo as referentes a Paiçandu, Marialva, Mandaguaçu, Tamarana e Ibiporã, que estão muito próximas a Maringá e Londrina.

A Etapa 4 representou os trabalhos de campo *in loco* para compreender as condições econômicas e de vida, bem como qualificar o estudo, como a busca de

dados, aplicação de entrevistas e questionários à população, aos profissionais e aos gestores públicos locais dos municípios selecionados.

Para essa etapa, usou-se a metodologia empregada por Gaviria M. (2008) e por Leal (2010). Para a primeira, busca-se compreender o que as pessoas pensam, como elas agem em situações de violência e os sentimentos e emoções que nelas produzem quando se sentem ameaçadas. Ou seja, esse caminho de análise “permite desvendar subjetividades, ideias, práticas e atitudes dos atores sociais em torno da violência, e estratégias individuais e coletivas utilizadas para enfrentá-las” (GAVIRIA, M., 2008, p. 74).

Já para o segundo, o sentimento, enquanto um fenômeno emocional, radicado na individualidade de cada ator social, tem origem numa estrutura cultural condicionada socialmente, a qual, embora seja psíquica e individual, encerra em si um processo socializante. Sendo assim, é indispensável compreender o modo como os indivíduos constroem os discursos em torno dessas supostas reações emocionais. (LEAL, 2010, p. 398-400).

As informações coletadas durante as entrevistas e a aplicação dos questionários vão além do que é anunciado, ou seja, enquanto pesquisador, o investigador assume e desempenha a difícil posição e função de “observador participante, interagindo com o entrevistado, registrando não só o que esse diz, mas também o que acontece” (LEAL, 2010, p. 398).

Partindo disso, foram elaborados dois tipos de questionários: Questionário A (QA) e Questionário B (QB), que são apresentados no final deste apêndice metodológico. O primeiro foi aplicado à população local das duas pequenas cidades selecionadas. Nele, as indagações estimularam a informalidade na produção do discurso (apesar de existirem perguntas com opções de respostas) e abordam questões sobre a relação da pessoa com o município/cidade/bairro, a rede de vizinhança (solidariedade e sociabilidade) e a insegurança na localidade, atualmente e no passado.

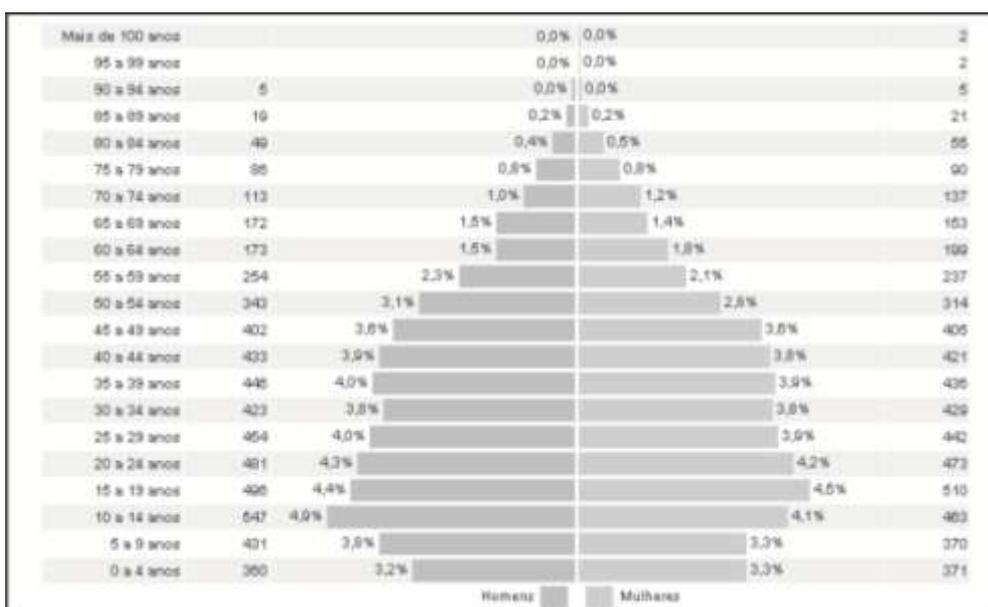
O segundo questionário foi aplicado aos representantes de bairro, associações, policiamento, bombeiro, etc. e a gestores públicos, como prefeitos, ex-prefeitos, secretários, entre outros. Nesse questionário, as perguntas abertas são mais direcionadas à questão da insegurança urbana na localidade, possibilitando

que os respondentes possam explicar, argumentar e apresentar ações e propostas futuras quanto à situação apresentada.

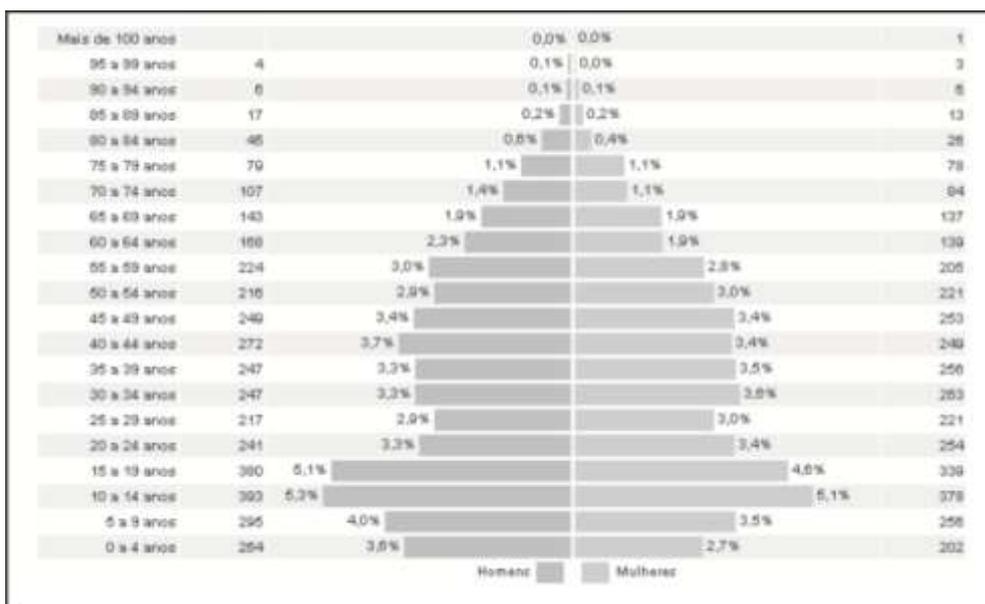
A construção e utilização de dois tipos de questionários visam distinguir o que Benevides (1983, p. 30) chama de “discurso oficial e o não-oficial”. O primeiro trata daqueles discursos proferidos pelas autoridades comprometidas com o sistema político vigente e/ou vinculados à área de segurança pública. Já o não-oficial corresponde a um conjunto de opiniões emitidas pela sociedade civil e/ou representantes dela, presidentes de associações e movimentos sociais, assim como por especialistas e estudiosos das áreas afins.

Em Florestópolis, foram aplicados 118 questionários, sendo 110 do modelo A e oito do modelo B, ao longo dos dias 8 a 12 de junho de 2011. Já em Nova Tebas, os questionários aplicados somaram 80, sendo 70 do modelo A e 10 do B; eles foram aplicados entre os dias 21 e 26 de maio de 2011. Em ambos, a aplicação dos questionários seguiu proporcionalmente a pirâmide etária de cada município (IBGE, 2010), apresentada, respectivamente, nos Apêndices F e G. Essa metodologia procurou observar como cada segmento analisa o tema abordado.

Partindo dessa proporcionalidade, o Apêndice H apresenta a quantidade de questionários aplicados por faixas etárias, em Florestópolis e Nova Tebas. Finalmente, o Apêndice I demonstra os representantes que responderam ao questionário de modelo B nos dois municípios.



Apêndice F. Florestópolis (PR). Pirâmide Etária, 2010
Fonte: IBGE (2010)



Apêndice G. Nova Tebas (PR). Pirâmide Etária, 2010

Fonte: IBGE, 2010

Apêndice H. Florestópolis e Nova Tebas (PR). Quantidade de questionários aplicados por faixa etária, 2011

Faixa Etária	Florestópolis	Nova Tebas
10 a 14 anos	00	12
15 a 19 anos	20	12
20 a 24 anos	10	07
25 a 29 anos	12	04
30 a 34 anos	11	06
35 a 39 anos	11	06
40 a 44 anos	10	06
45 a 49 anos	09	03
50 a 54 anos	08	04
55 a 59 anos	05	05
60 a 64 anos	03	04
65 a 69 anos	04	01
70 a 74 anos	03	01
75 a 79 anos	04	01
80 a 84 anos	04	04
85 a 89 anos	02	01
90 ou mais	02	00

Fonte: Trabalho Empírico, 2011

Organização: Fernandes, P. H. C. – 2011

Apêndice I. Florestópolis e Nova Tebas (PR). Descrição de aplicação do questionário B

Florestópolis	Nova Tebas
Não quis participar	Prefeita
Vereador 1	Vereador 1
Não houve outro interessado	Vereador 2
Conselho Tutelar	Conselho Tutelar
Secretário de Saúde	Secretário de Saúde
Secretária de Educação	Secretária de Educação
Secretário de Transporte	Secretário de Obras, Viação e Urbanismo
Secretário de Planejamento	Secretária de Assistência Social
Polícia Militar	Polícia Militar
Emater	Emater

Fonte: Trabalho empírico

Organização: Fernandes, P. H. C. – 2011

Em Florestópolis, apenas 80% das entrevistas com os gestores ou representantes sociais foram realizadas. Isso ocorreu devido, principalmente, ao desinteresse do poder político local em participar da pesquisa. Já em Nova Tebas, houve mais facilidade em conversar com essas pessoas, que, além de mais acessíveis aos questionamentos, colaboraram em responder às inquietações.

A opção por selecionar o prefeito e dois vereadores justifica-se por serem os responsáveis pelas políticas municipais, além de serem escolhidos, em eleições diretas, pela maioria da população local. Além deles, outros quatro representantes de secretarias foram escolhidos, de acordo com as principais necessidades apontadas pelos moradores, para poderem argumentar acerca da situação de suas áreas no município. O Conselho Tutelar e a Polícia Militar foram entrevistados para dimensionar a situação da violência e da insegurança urbana nas localidades, enquanto a Emater foi escolhida pela proximidade dos municípios com a área rural e por representar um órgão público estadual no município.

A Etapa 5 representou a sistematização das etapas anteriores (levantamentos teóricos, empíricos, dados coletados, etc.), por meio da elaboração da redação, dos gráficos, tabelas, mapas e fotografias. Ela também compreendeu o exame de qualificação, realizado em outubro de 2011. Por fim, como última ação relativa aos procedimentos metodológicos, a Etapa 6 incluiu a revisão, correção, sistematização de novas informações e contribuições na elaboração da redação final para a defesa de mestrado, em 2012.

Universidade Estadual de Maringá (UEM)
Programa de Pós-Graduação em Geografia (PGE)
Mestrado em Geografia: Pedro Fernandes

Data: ____/____/2011

QA _____

Questionário A – População

1) Perfil do morador

- a) Idade, em anos: (___) 0-15 (___) 16-30 (___) 31-45 (___) 46-60 (___) +60
- b) Sexo: (___) Feminino (___) Masculino
- c) Local de nascimento: (___) Florestópolis/Nova Tebas (___) _____
- d) Trabalho: (___) Não, _____ sem emprego (___) Sim, _____
- e) Renda, em salário mínimo: (___) sem (___) até 1 (___) 1-5 (___) +5
- f) Escolaridade: (___) sem estudo (___) 1ª a 4ª série completa (___) 5ª a 8ª série completa (___) ensino médio completo (___) ensino superior completo

2) Relação com o município e a cidade

- a) Tempo de residência no município: (___), em (___) anos (___) meses
- b) Tempo de residência na cidade: (___), em (___) anos (___) meses
- c) Último lugar em que morou antes deste município: _____
- d) Três coisas que mais gosta na cidade: _____

- e) Três coisas que faltam na cidade: _____

- f) Conhece pessoas que se mudaram? (___) Sim, para onde e por quê?

(___) Não

3) Relação com o bairro e sociabilidade

- a) Tipo de casa: (___) Própria (___) Alugada (___) Outro, _____
- b) Conhece os seus vizinhos? (___) Sim, todos (___) Sim, a maioria (___) Não, apenas um ou outro (___) Não, ninguém
- c) Com que frequência conversa com os vizinhos, em número de vezes por semana: (___) 0 (___) 1-2 (___) 3-4 (___) 5-6 (___) 7-8 (___) +8

d) Aproximadamente, recebe frases do tipo “bom dia”, “boa tarde”, “boa noite”, “obrigado”, etc., quantas vezes por dia: (___) 0 (___) 1-5 (___) 6-10 (___) +10

e) Você gosta do seu bairro, por quê? (___) Sim (___) Não _____

f) O que mais falta no seu bairro? _____

g) Com relação à segurança, seu bairro é: (___) muito seguro (___) seguro (___) pouco seguro (___) inseguro (___) altamente inseguro

4) Relação com a segurança

a) Assiste a programa de televisão que fala sobre violência: (___) Não (___) Sim, qual e por quê? _____

b) Existem problemas de violência na cidade? (___) Sim (___) Não

c) Como classificaria a cidade quanto à insegurança: (___) muito segura (___) segura (___) pouco segura (___) insegura (___) altamente insegura

d) Em sua residência existe (m): (___) grades (___) cerca elétrica (___) segurança particular (___) câmeras de vigilância (___) vigilante motorizado

e) Sente-se inseguro (a) na área urbana? (___) Sim (___) Não

f) Já sofreu com a insegurança? (___) Não (___) Sim, roubo (___) Sim, furto (___) Sim, sequestro (___) Sim, _____

g) Com que frequência vê policial andando pelas ruas da cidade, em número de vezes por semana: (___) 0 (___) 1-2 (___) 3-4 (___) 5-6 (___) 7-8 (___) +8

h) Faltam policial, bombeiros, viaturas e serviços públicos?

(___) Sim (___) Não _____

i) Cite três motivos para a violência na cidade: _____

5) Extra

a) Algum outro comentário que gostaria de fazer?

Universidade Estadual de Maringá (UEM)
Programa de Pós-Graduação em Geografia (PGE)
Mestrado em Geografia: Pedro Fernandes
Data: ____/____/2011

QB _____

Questionário B – Representantes e Gestores Públicos

Tipo: (___) Polícia Militar (___) Polícia Civil (___) Associação _____ (___)
Ex-Prefeito (a) (___) Prefeito (a) (___) Secretário (a) de _____ (___)
Outro, _____

Nome: _____

Cidade: (___) Florestópolis (___) Nova Tebas

1) Perfil

- a) Idade, em anos: (___) 0-15 (___) 16-30 (___) 31-45 (___) 46-60 (___) +60
b) Sexo: (___) Feminino (___) Masculino
c) Local de nascimento: (___) Florestópolis/Nova Tebas (___) _____
d) Tempo que exerce a profissão: (___), em (___) anos (___) meses
e) Renda, em salário mínimo: (___) sem (___) até 1 (___) 1-5 (___) +5
f) Escolaridade: (___) sem estudo (___) 1ª a 4ª série completa (___) 5ª a 8ª série completa (___) ensino médio completo (___) ensino superior completo

2) Relação com o município e a cidade

- a) Tempo de residência no município: (___), em (___) anos (___) meses
b) Tempo de residência na cidade: (___), em (___) anos (___) meses
c) Último lugar em que morou antes deste município: _____
d) Três coisas que mais gosta na cidade: _____

e) Três coisas que faltam na cidade: _____

f) Conhece pessoas que se mudaram? (___) Sim, para onde e por quê?
_____ (___) Não

3) Relação com a segurança

a) Assiste a programa de televisão que fala sobre violência: (___) Não (___) Sim, qual e por quê? _____

b) Existem problemas de violência na cidade? (___) Sim (___) Não

c) Como classificaria a cidade quanto à insegurança: (___) muito segura (___) segura (___) pouco segura (___) insegura (___) altamente insegura

d) Em sua residência existe (m): (___) grades (___) cerca elétrica (___) segurança particular (___) câmeras de vigilância (___) vigilante motorizado

e) Sente-se inseguro (a) na área urbana? (___) Sim (___) Não

f) Já sofreu com a insegurança? (___) Não (___) Sim, roubo (___) Sim, furto (___) Sim, sequestro (___) Sim, _____

g) Faltam policial, bombeiros, viaturas e serviços públicos?

(___) Sim (___) Não _____

h) Cite três motivos para a violência na cidade: _____

i) Quais atitudes/providências estão sendo tomadas para diminuir a violência na cidade? _____

4) Extra

a) Algum outro comentário que gostaria de fazer?
